Município de Votorantim

PREFEITURA DE VOTORANTIM

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de Votorantim
Ano 25
Nº 1.495
VOTORANTIM, 13 DE FEVEREIRO DE 2026

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI COMPLEMENTAR N.º 28, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Votorantim e dá outras providências.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM

CAPÍTULO I - DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Votorantim, nos termos da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 e da Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município de Votorantim.

Art. 2º O Plano Diretor é o instrumento legal que estabelece e regula a política de desenvolvimento municipal em toda a sua extensão territorial, abrangendo área urbana e área rural, devendo ser observado por todos os agentes públicos e privados que atuem no território do Município.

Art. 3º O Sistema de Planejamento Municipal, composto pelo conjunto de órgãos da Administração Pública direta e indireta, normas jurídicas, políticas públicas de desenvolvimento, alocação de recursos financeiros e a gestão da cidade, terá a sua operacionalização tendo o presente Plano Diretor como instrumento básico.

§ 1º O Planejamento Orçamentário, através do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual deverão incorporar os programas estabelecidos nas políticas setoriais expressas na presente Lei.

§ 2º Na formulação de planos e programas setoriais os órgãos públicos deverão expressar e seguir as políticas aqui estabelecidas, visando integrar as ações de desenvolvimento social, econômico e territorial à política global do Município.

§ 3º O processo de planejamento municipal deverá ser contínuo ao longo das administrações, estabelecendo mecanismos de avaliação e controle da implementação das diretrizes, planos e programas, de modo a garantir, de forma permanente, o funcionamento do sistema municipal de planejamento.

§ 4º O sistema de planejamento municipal deverá, no que couber, observar as diretrizes e planos nacionais, estaduais e regionais, buscando a ação integrada de desenvolvimento social, econômico e territorial.

§ 5º A administração promoverá formas associativas, através de parcerias públicas e privadas, convênios e consórcios intermunicipais, visando à integração de políticas e programas regionais, objetivando a racionalização e efetividade da gestão pública, otimização de serviços, redução de custos, preservação e saneamento ambiental.

§ 6º O sistema municipal de planejamento estabelecerá e garantirá formas de participação efetiva da população, no processo de planejamento municipal, objetivando a gestão democrática da cidade.

§ 7º Os planos e programas de ações setoriais estabelecerão, de forma estratégica, metas a curto, médio e longo prazos, entendendo se como:

I - Curto prazo: o período de até dois anos para realização das ações;

II - Médio prazo: o período de dois a quatro anos para realização das ações;

III - Longo prazo: o período acima de quatro anos para a realização das ações.

§ 8º O Executivo promoverá a adequação de sua estrutura administrativa, para melhor aplicação dos objetivos, diretrizes e ações, prevista nesta lei, mediante a criação de órgãos e reformulação de competências, na administração direta e indireta, a fim de garantir o funcionamento e a implementação do sistema municipal de planejamento.

CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 4º O Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana tem por objetivo geral ordenar o território, qualificando as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de modo a garantir o bem-estar dos habitantes de Votorantim.

Parágrafo único. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, seguindo as disposições desta Lei.

Art. 5º Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para o desenvolvimento da política urbana no Município de Votorantim:

I - Assegurar à população, oportunidades de moradia urbana, direito de todos à cidade, através do direito a terra urbana, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, trabalho e lazer;

II - Gestão democrática da cidade, através da participação da população, associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - Cooperação entre níveis de governo, iniciativa privada e demais setores da sociedade, no processo de urbanização, atendendo o interesse coletivo;

IV - Planejamento do desenvolvimento, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, evitando distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos, adequados aos interesses e necessidades da população;

VI - Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

a) utilização inadequada dos imóveis urbanos;

b) conflito de usos incompatíveis ou inconvenientes;

c) parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;

d) instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;

e) retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na subutilização ou não utilização;

f) deterioração das áreas urbanizadas;

g) a poluição e a degradação ambiental.

VII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio econômico do Município;

VIII - adoção de padrões de produção, consumo de bens e serviços, e expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município;

IX - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X - adequação dos instrumentos de política econômica, tributária, financeiros e gastos públicos, aos objetivos do desenvolvimento urbano, privilegiando os investimentos geradores de bem- estar geral dos diferentes segmentos sociais;

XI - recuperação dos investimentos do Poder Público, que tenham resultados na valorização de imóveis urbanos;

XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, construído, patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII - audiência do Poder Público Municipal à população interessada, nos processos de implantação de grandes empreendimentos ou atividades, com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente, natural ou construído, assegurando conforto e segurança da população;

XIV - regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante estabelecimento de normas especiais de uso ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica beneficiários e as normas ambientais;

XV - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, e das normas edilícias, visando permitir a redução dos custos e aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI - isonomia de condições para os agentes públicos e privados, na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social;

XVII - previsão de meios e mecanismos com a intenção de propiciar acessibilidade universal dos equipamentos públicos e privados.

XVIII - Os conceitos de uso utilizados nesta lei estão definidos no Quadro 1.

TÍTULO II - DO DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO I - DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

Art. 6º A propriedade urbana cumpre sua função social quando se subordina às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas na presente Lei, especialmente:

I - Distribuição espacial dos usos e intensidades de ocupação do solo, de forma equilibrada em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e meio ambiente, evitando a ociosidade e sobrecarga dos investimentos coletivos;

II - Adequação das condições de ocupação das propriedades às características do meio físico, para impedir a deterioração e degeneração de áreas urbanas;

III - Melhoria da paisagem urbana, preservação dos sítios históricos, dos recursos naturais e, em especial, dos mananciais de abastecimento de água do Município;

IV - Recuperação de áreas degradadas ou deterioradas visando à melhoria do meio ambiente e das condições de habitabilidade;

V - Acesso à moradia digna, com ampliação de oferta de habitação para as populações de baixa renda;

VI - Sistemas de circulação e transporte assegurando acessibilidade satisfatória a todas as regiões da cidade e circulação de bens e serviços;

VII - Implantação de infraestrutura, equipamentos sociais e serviços públicos, necessários à elevação do padrão de vida da população.

VIII - Acessibilidade universal para pessoas portadoras de deficiências ou mobilidade reduzida.

CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 7º Serão aplicados os seguintes mecanismos para o cumprimento da função social da propriedade:

I - Limitações administrativas à propriedade urbana, através da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo;

II - Normas edilícias com vistas à segurança, saúde e salubridade das edificações e vizinhanças;

III - Regulamentos específicos de preservação e proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico e arqueológico do Município;

IV - Legislação e mecanismos de controle ambiental, com vistas à preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;

V - Plano viário de circulação e transportes para garantir acessibilidade e circulação da população, bens e serviços;

VI - Planos setoriais de infraestrutura urbana e equipamentos sociais.

CAPÍTULO III - DAS METAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 8.º Ficam estabelecidas as seguintes metas para o desenvolvimento urbano:

I - Ocupar prioritariamente os vazios urbanos, compreendidos como as glebas dentro do perímetro, dotadas de infraestrutura adequada ao seu adensamento e ocupação;

II - Implantar infraestrutura de saneamento básico, distribuição, coleta, tratamento e disposição de esgotos, em todas as regiões ocupadas da cidade;

III - Garantir abastecimento de água de forma contínua e de qualidade a toda população urbana;

IV - Implantar o sistema viário básico da cidade, objetivando eliminar conflito entre tráfego de passagem e o local, possibilitando as ligações interbairros e intermunicipais;

V - Preservar e proteger as áreas de proteção permanente conforme previsto na legislação ambiental, com prioridade para os topos de morros e encostas íngremes, mananciais e matas nativas;

VI - Implantar sistema de áreas verdes, através da criação de parques urbanos e naturais, praças, áreas de lazer, assegurando à população, espaços destinados ao ócio, ao lazer e ao entretenimento;

VII - Promover a implantação de pavimentação das vias públicas prioritariamente nos principais corredores de transporte coletivo e de maior fluxo de tráfego;

VIII - Promover melhorias no sistema de iluminação pública nos logradouros e praças, acessos à cidade, nos núcleos de expansão urbana e loteamentos fora do perímetro urbano consolidado;

IX - Estabelecer a política municipal de resíduos sólidos de acordo com as legislações cabíveis, estabelecendo programas de redução, reaproveitamento e reciclagem de resíduos;

X - Promover melhorias no sistema de transporte público garantido o acesso da população ao sistema de acordo com as suas necessidades;

XI - Promover alternativas de mobilidade urbana priorizando o pedestre, os meios de transportes sustentáveis, as ciclovias, a economia de energia e os recursos renováveis.

XII - Promover a política habitacional, priorizando a regularização fundiária e a oferta de habitação social, distribuídas conforme as demandas dos setores urbanos e de modo a promover a plena integração dos conjuntos habitacionais no tecido urbano consolidado.

XIII - Implantar o Anel Viário do Município, possibilitando a interligação das rodovias estaduais que circundam a área urbanizada eliminando o tráfego de cargas de passagem das áreas urbanas;

XIV - O Município de Votorantim observará, na formulação e execução de suas políticas públicas de saneamento básico, o disposto na Lei Federal nº 14.026/2020 (Novo Marco Legal do Saneamento Básico), especialmente quanto:

XV – à universalização dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário até 31 de dezembro de 2033;

XVI – à formalização de contratos de prestação dos serviços com metas, indicadores de qualidade e prazos definidos;

XVII – à articulação regionalizada para garantir a eficiência e a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços;

XVIII – à integração do saneamento básico com as políticas de saúde, habitação, meio ambiente e recursos hídricos;

XIX – à inclusão de drenagem urbana sustentável e manejo de águas pluviais como parte integrante do planejamento urbano;

XX – à gestão adequada dos resíduos sólidos, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

XXI - A concessionária responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município — Águas de Votorantim — deverá observar integralmente as diretrizes, metas e áreas de expansão definidas neste Plano Diretor, adequando seus planos e investimentos de ampliação da rede de abastecimento e coleta de esgoto ao planejamento urbano e territorial municipal, de forma a garantir a coerência entre a expansão dos serviços e o crescimento ordenado da cidade.

Parágrafo único. As revisões futuras do Plano Diretor e dos planos setoriais deverão assegurar compatibilidade com as diretrizes da legislação federal vigente sobre saneamento básico.

CAPÍTULO IV - DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

Art. 9º Para a implantação da política urbana serão utilizados os seguintes instrumentos, que deverão ser editados em consonância com a presente Lei:

I - Sistema de Planejamento Municipal, composto por:

a) Regulamentos de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo;

b) Plano Plurianual;

c) Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;

d) Gestão Orçamentária Participativa;

e) Planos, Programas e Projetos Setoriais.

II - institutos tributários e financeiros:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

b) Contribuição de Melhoria;

c) Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros;

d) Imposto de Transmissão de Bens Inter vivos - ITBI
III - institutos jurídicos e políticos:
a) desapropriação;
b) servidão administrativa;
c) limitações administrativas;
d) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
e) instituição de unidades de conservação;
f) instituição de zonas especiais de interesse social;
g) concessão de direito real de uso;
h) concessão de uso especial para fins de moradia;
i) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
j) usucapião especial de imóvel urbano;
k) direito de superfície;
l) direito de preempção;
m) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
n) transferência do direito de construir;
o) operações urbanas consorciadas;
p) regularização fundiária;
q) propiciar orientação técnica e jurídica, quando cabível, para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
r) referendo popular e plebiscito;
s) concessão urbanística
IV - estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).
Parágrafo único. Os instrumentos mencionados neste artigo reger-se-ão por legislação própria, observando o disposto nesta lei.

CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS DA POLÍTICA URBANA

SEÇÃO I - DO DIREITO DE PREEMPÇÃO (PREFERÊNCIA DE COMPRA DO IMÓVEL)

Art. 10. O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção, para aquisição de imóvel urbano ou rural, objeto de alienação onerosa entre particulares situado dentro do território do Município, observadas as demais legislações aplicáveis.
Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:
I - Regularização fundiária;
II - Execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
III - Constituição de reserva fundiária;
IV - Ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
V - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
VI - Criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
VII - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
VIII - Proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;
IX - Implantação de parque industrial.
Art. 11. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preempção deverão ser necessariamente oferecidos ao Município, que terá direito de preferência para aquisição pelo prazo de cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso de prazo inicial de vigência.
Parágrafo único. O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado no caput deste artigo, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.
Art. 12. Lei municipal específica delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência.
§ 1º O Executivo deverá notificar os proprietários dos imóveis, localizados nas áreas delimitadas para o exercício do direito de preempção, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da vigência da Lei específica.
§ 2º No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel nas condições mencionadas no caput, o proprietário deverá comunicar imediatamente sua intenção de alienar onerosamente o imóvel, para que o Município, no prazo de trinta dias, manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.
§ 3º A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos:
I - proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constará preço, condições de pagamento e prazo de validade;
II - endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;
III - certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente;
IV - declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.
Art. 13. Recebida a notificação a que se refere o artigo anterior, a Administração poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel.
§ 1º A Prefeitura fará publicar, em órgão oficial e, em jornal local ou regional, edital de aviso da notificação recebida e, da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.
§ 2º O decurso do prazo de trinta dias, após a data de recebimento da notificação do proprietário, sem manifestação expressa da Prefeitura para exercer o direito de preferência, faculta ao proprietário alienar onerosamente seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada, sem prejuízo do direito da Prefeitura de exercer a preferência, no prazo legal.
Art. 14. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente da Prefeitura cópia do instrumento público de alienação do imóvel dentro do prazo de trinta dias após sua assinatura, sob pena de pagamento de multa diária, no valor equivalente a 10%(dez por cento) do total da alienação.
§ 1º O Executivo promoverá as medidas judiciais cabíveis, para declaração de nulidade da alienação onerosa, efetuada em condições diversas da proposta apresentada, adjudicando o imóvel.
§ 2º Em caso de nulidade da alienação efetuada pelo proprietário, o Executivo poderá adquirir o imóvel pelo valor base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

SEÇÃO II - DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR E DE ALTERAÇÃO DE USO

Art. 15. A Prefeitura Municipal de Votorantim poderá, nas zonas de uso ZC, CCS1, CCS2 e ZR2, autorizar os proprietários de imóveis urbanos a construir acima dos coeficientes estabelecidos para as respectivas zonas, bem como a instalação de usos diversos daqueles previstos para as mesmas, mediante contrapartida a ser prestada pelos beneficiários.
§ 1º Os coeficientes máximos de aproveitamento poderão ser ampliados em até 50% (cinquenta por cento) nas zonas ZC, CCS1 e CCS2 e em até 100% (cem por cento) na ZR2, ZR3 e ZR4, observadas as condições de capacidade de infraestrutura do sistema viário, das redes públicas de água e esgoto, do local e, aumento de densidade esperado em cada área.
§ 2º Para usufruir das condições do caput deste artigo, o proprietário do terreno recolherá, aos cofres públicos a quantia correspondente ao valor decorrente da aplicação parcial ou total da expressão:
V = (Cu - Ca)/Ca, e, ou V (Tu - Ta)/Ta
V = Valor da terra nua no mercado imobiliário, avaliado pelo competente órgão da Prefeitura, na data do pagamento indicado.
Ca = Coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido para a zona de uso;
Cu = Coeficiente de aproveitamento utilizado, até o máximo estipulado no § 1.º deste artigo.
Ta = Taxa de ocupação máxima estabelecido para a zona de uso. Tu = Taxa de ocupação utilizada até o máximo de 70%.
§ 3º O recolhimento referido no parágrafo anterior deverá ser efetuado em uma das seguintes datas:
a) na aprovação do projeto da implantação do edifício no terreno;
b) o pagamento da outroga poderá ser parcelado em até 10x, ficando o alvará de execução suspenso até a quitação da mesma.
§ 4º A isenção do pagamento da outorga só será admitida aos imóveis públicos de qualquer esfera governamental e aos empreendimentos de interesse social.
§ 5º As quantias arrecadadas com a outorga onerosa do direito de construir serão destinadas à execução de projetos e programas de desenvolvimento urbano.
§ 6º Alternativamente ao recolhimento em pecúnia, a Prefeitura poderá autorizar que o beneficiário realize, diretamente, obras ou serviços de interesse público, previamente definidos pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, cujo valor será considerado para fins de cumprimento da obrigação relativa à outorga onerosa.

SEÇÃO III - DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 16. Lei Municipal, baseada no presente Plano Diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, integral ou parcialmente, o direito de construir aqui previsto e na legislação urbanística Municipal decorrente, quando referido imóvel for considerado necessário para fins de:
I - preservação, quando o imóvel for tombado ou considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
II - servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.
§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que, doar à Municipalidade seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I e II, do caput.
§ 2º A Lei Municipal específica referida no caput, estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.
§ 3º O potencial construtivo conferido por Lei poderá ser transferido, integral ou parcialmente, para imóveis situados nas zonas de uso ZC, CCS1 e CC2 e ZR2, desde que o acréscimo no limite do coeficiente de aproveitamento não ultrapasse 50% (cinqüenta por cento) nas zonas ZC, CCS1 e CCS2 e e 100% (cem por cento) na ZR2, dos coeficientes estabelecidos para a referida zona e sejam mantidos os demais índices urbanísticos e regras de ocupação vigentes, em particular as condições de infraestrutura do local.

SEÇÃO IV - DAS ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL PARA HABITAÇÃO

Art. 17. A Prefeitura Municipal de Votorantim, nas Áreas Urbanas, poderá instituir e delimitar, através de Lei Municipal específica, Áreas de Especial Interesse Social para Habitação, com os seguintes objetivos:
I - Promover a regularização fundiária em assentamentos irregulares, nos termos da Legislação Federal pertinente;
II - Promover a execução de habitações de interesse social.
§ 1º A regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
§ 2º A regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, observará a Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e suas alterações e demais normas federais e estaduais pertinentes.
§ 3º Para os imóveis situados em Zona de Especial Interesse Social para Habitação - ZEIS - lei municipal poderá estabelecer, para cada área, normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, bem como procedimentos de regularização de construções existentes, considerada a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.
Art. 18. As propostas de Áreas de Especial Interesse Social para Habitação, serão encaminhadas, analisadas e desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Votorantim, assessorada consultivamente pelo Conselho Municipal de Habitação.
Art. 19. O Mapa 005, integrante da presente Lei, delimita e classifica as parcelas de área urbana instituídas neste Plano Diretor como Zona de Especial Interesse Social para Habitação - ZEIS atualizado em 2025.

SEÇÃO V - DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - (EIV)

Art. 20. O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV, é um instrumento da política urbana que avalia a repercussão das atividades econômicas e dos empreendimentos habitacionais, institucionais, comerciais ou industriais, considerados de impacto urbanístico e ambiental na vizinhança.
§ 1º A exigência de elaboração do EIV objetiva da necessidade de vincular ao projeto as justificativas, as compensações e as correções dos impactos gerados por empreendimentos ou atividades econômicas, mediante efetiva conclusão das medidas definidas pelo EIV.
§ 2º Para efeitos desta Lei é considerado como vizinhança o meio humano e o meio físico que sofrerá o impacto de um empreendimento ou atividade econômica.
§ 3º A delimitação da vizinhança deverá ser feita em cada estudo a ser realizado, de acordo com o alcance dos impactos do empreendimento.
§ 4º A análise e validação do estudo será dado pelo GAEIV.

SUBSEÇÃO I - DO ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 21. A construção, ampliação, instalação, modificação e operação de empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas causadoras de impactos ambientais, culturais, urbanos e socioeconômicos de vizinhança estarão sujeitos à avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) por parte do órgão municipal competente, previamente à emissão das licenças ou alvarás de construção, reforma ou funcionamento.
§ 1º Lei municipal definirá os empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas, públicos ou privados, referidos no "caput" deste artigo, que deverão ser objeto de Estudos e Relatórios de Impacto de Vizinhança durante o seu processo de licenciamento urbano e ambiental.
§ 2º A lei municipal mencionada no parágrafo anterior deverá detalhar os objetivos do EIV/RIV e definir os seus parâmetros, procedimentos, prazos de análise, competência, conteúdos e formas de gestão democrática a serem adotadas na sua elaboração, análise e avaliação.
§ 3º O Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança tem por objetivo, no mínimo:
I – definir medidas mitigadoras e compensatórias em relação aos impactos negativos de empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas;
II – definir medidas intensificadoras em relação aos impactos positivos de empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas;
III – democratizar o processo de licenciamento urbano e ambiental;
IV – orientar a realização de adaptações aos projetos objeto de licenciamento urbano e ambiental, de forma a adequá-los às características urbanísticas, ambientais, culturais e socioeconômicas locais;
V – assegurar a utilização adequada e sustentável dos recursos ambientais, culturais, urbanos e humanos;
VI – subsidiar processos de tomadas de decisão relativos ao licenciamento urbano e ambiental;
VII – contribuir para a garantia de boas condições de saúde e segurança da população;
VIII – evitar mudanças irreversíveis e danos graves ao meio ambiente, às atividades culturais e ao espaço urbano.
§ 4° O Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança deverão contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento, atividade e intervenção urbanística sobre a qualidade de vida da população residente, usuária e circulante na área e em suas proximidades incluindo, no mínimo, a análise sobre:
I – o adensamento populacional e seus efeitos sobre o espaço urbano e a população moradora e usuária da área;
II – as demandas por serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas e comunitárias;
III – as alterações no uso e ocupação do solo e seus efeitos na estrutura urbana;
IV – os efeitos da valorização imobiliária no perfil sócioeconômico da área e da população moradora e usuária;
V – os efeitos na valorização ou desvalorização imobiliária;
VI – a geração de tráfego e de demandas por melhorias e complementações nos sistemas de transporte coletivo e de circulação não motorizada, em especial de bicicletas e pedestres;
VII – os efeitos da volumetria do empreendimento e das intervenções urbanísticas propostas sobre a ventilação, iluminação, paisagem urbana, recursos naturais e patrimônios culturais do entorno;
VIII – a geração de poluição ambiental e sonora na área;
IX – as águas superficiais e subterrâneas existentes na área;
X – o acúmulo de impactos urbanos, ambientais, socioeconômicos e culturais gerados tanto pelos empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas propostas quanto já existentes.
§ 5º A elaboração do Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança não substitui a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental.
§ 6º Fica mantida a exigência de elaboração de EIV/RIV para empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas, mesmo que estejam inseridos em áreas de Operações Urbanas Consorciadas e Áreas de Intervenção Urbana que já tenham sido licenciadas por meio de EIA/RIMA ou outro instrumento de licenciamento ambiental.
§ 7º A Prefeitura deverá exigir dos responsáveis pela realização dos empreendimentos, instalação de atividades e implantação das intervenções urbanísticas públicas e privadas, obrigados à apresentação do estudo e relatório nos termos do § 1º, a execução das medidas mitigadoras, compensatórias e adaptativas definidas no EIV/RIV.

SUBSEÇÃO II - DO ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL

Art. 22. O estudo de viabilidade ambiental deverá analisar, no mínimo, os possíveis impactos ambientais dos empreendimentos e atividades mencionados no "caput", considerando sua abrangência, características e localizações específicas.

SUBSEÇÃO III - DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Art. 23. O Executivo, caso julgue necessário, poderá realizar a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) com o objetivo de auxiliar, antecipadamente, os tomadores de decisões no processo de identificação e avaliação dos impactos e efeitos que a implementação de políticas, planos ou programas pode desencadear na sustentabilidade ambiental, social, econômica e urbana.
§ 1º A AAE poderá ser realizada de forma participativa e se constitui em processo contínuo, devendo ser realizada previamente à implementação de políticas, planos e programas.
§ 2º Ato do Executivo regulamentará a abrangência da aplicação da AAE e os conteúdos, parâmetros, procedimentos e formas de gestão democrática a serem observados na sua elaboração, análise e avaliação.
Art. 24. A elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, na forma e aspectos estabelecidos pela Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2.001, e suas eventuais alterações, aplicar-se-á a todos os empreendimentos ou atividade econômica de significativo impacto urbano e aqueles que possam afetar:
I - a saúde, a segurança e o bem estar da população;

II - as relações de convivência e vizinhança;
III - as atividades sociais e econômicas;
IV - as propriedades químicas, físicas ou biológicas do meio ambiente;
V - a infraestrutura urbana e seus serviços (sistema viário, sistema de drenagem, saneamento básico, eletricidade e telecomunicações);
VI - o patrimônio cultural, artístico, histórico, paisagístico e arqueológico do município;
VII - a paisagem urbana.
E, ainda:
VIII - empreendimentos beneficiados por alterações das normas de uso, ocupação ou parcelamentos vigentes na zona em que se situam, em virtude da aplicação de um ou mais instrumentos urbanísticos previstos neste Plano Diretor.
Art. 25. No caso de empreendimentos privados, o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, deverá ser elaborado pelo empreendedor, cabendo ao Município através da Secretaria de Obras e Urbanismo:
I - Expedir a exigência por ocasião das diretrizes para o projeto do empreendimento;
II - Os parâmetros técnicos e requisitos a serem exigidos no Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV;
III - Análise do anteprojeto e respectivo Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.
Parágrafo único. A obtenção de licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo da Prefeitura, dependerá da aprovação prévia do Estudo de Impacto de Vizinhança sem a qual nenhuma providência de implantação e execução do empreendimento, mesmo preliminar, poderá ter início.
Art. 26. No caso dos empreendimentos públicos, o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, deverá ser elaborado pela Prefeitura, assessorada consultivamente pelas demais Secretarias e Conselhos Municipais afins.
Art. 27. O EIV será elaborado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área, suas proximidades, incluindo na análise, no mínimo, as seguintes questões:
I - caracterização do empreendimento com relação à localização e o adensamento populacional permanente ou eventual;
II - caracterização da vizinhança e o impacto no uso e ocupação do solo;
III - caracterização da infraestrutura urbana local e avaliação de sua capacidade de suportar a demanda do empreendimento;
IV - geração de tráfego e demanda por transporte público;
V - repercussão nos equipamentos urbanos e comunitários para o atendimento do adensamento populacional;
VI - impacto no valor da terra urbana (valorização imobiliária);
VII - paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.
VIII - iluminação e ventilação, conforto ambiental das edificações lindeiras;
IX - definição de medidas mitigadoras dos impactos negativos e de eventuais medidas compensatórias, bem como apresentação de medidas otimizadoras dos impactos positivos;
§ 1º A avaliação dos impactos contemplará as fases de implantação, operação e funcionamento e desativação do empreendimento ou da atividade econômica, quando for o caso.
§ 2º Após a conclusão do EIV será firmado Termo de Ajuste de Conduta entre o empreendedor e a municipalidade contemplando as medidas otimizadoras, mitigadoras e compensatórias a serem cumpridas, o respectivo cronograma físico-financeiro de execução e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento.
Art. 28. Para garantir a participação popular, a análise e respectivo parecer do Estudo de Impacto de Vizinhança deverão ser precedidos de publicidade dos documentos dele integrantes, os quais ficarão disponíveis para consulta a qualquer interessado, com prazo determinado.
Art. 29. A elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, não substitui a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA, nos termos da legislação ambiental pertinente.

SEÇÃO IV - DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 30. A Prefeitura Municipal de Votorantim poderá determinar o parcelamento, edificação ou utilização compulsória de imóveis situados nas seguintes zonas de uso: ZC, CCS1 e CCS2 e ZR2, quando considerados subutilizados ou não utilizados, com azo de dar cumprimento à função social da propriedade urbana.
Parágrafo único. Consideram-se subutilizados ou não utilizados as glebas e terrenos não edificados, que se encontram nas seguintes situações:
I - com coeficiente de aproveitamento igual ou inferior a 30% (trinta por cento) dos coeficientes definidos para as zonas de usos na qual estão inseridos;
II - não edificados, excluídos os imóveis destinados a usos que não necessitem de área edificada e sem se enquadrar em categoria de uso diretamente relacionada a atividades institucionais e/ou de comércio ou serviços.
Art. 31. Dentro dos prazos estabelecidos, os proprietários de imóveis sujeitos a aplicação do presente instrumento, deverão implementar o parcelamento do solo ou edificação, e/ou utilização conforme disposições desta Lei.
§ 1º A edificação ou utilização deverá se enquadrar em categoria de uso, conforme a zona de uso estabelecida no Mapa 002 - Zoneamento Urbano, respeitando-se o aproveitamento mínimo estabelecido no Artigo 30, § único, inciso I.
§ 2º O Executivo deverá notificar os proprietários de imóveis na forma estabelecida na presente Lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para cumprimento da obrigação, averbando a mesma no cartório de registro de imóveis competente.
§ 3º A notificação far-se-á:
I - por funcionário do órgão competente do Poder Público municipal, ao proprietário do imóvel ou, no caso de este ser pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administração;
II - por edital, quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.
§ 4º Os prazos a que se refere o caput não poderão ser inferiores a:
I - um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto de parcelamento do solo ou de edificação no órgão municipal competente;
II - dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras do empreendimento;
III - um ano, para implementação do parcelamento do solo ou edificação ou utilização, através do respectivo alvará, licença de uso ou habite-se.
§ 5º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a cargo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e Secretaria de Obras e Urbanismo , ouvido o CMDES - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.
§ 6º A transmissão do imóvel, por ato intervivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no artigo 27 desta Lei, sem interrupção de quaisquer prazos.

SEÇÃO V - DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 32. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do artigo 31, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do artigo 31 desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.
§ 1º O valor da alíquota adicional a ser aplicado a cada ano fica fixado em 0,9 % (zero vírgula nove por cento), duplicada cumulativamente, a cada ano, correspondendo as alíquotas de 1,8 % (uma vírgula oito por cento), 3,6 % (três vírgulas seis por cento), 7,2 % (sete vírgulas dois por cento), 14,4 % (quatorze vírgulas quatro por cento), respectivamente no 2º, 3º, 4º e 5º ano, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2.001.
§ 2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida em cinco anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a prerrogativa prevista no artigo 30.
§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

SEÇÃO VI - DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS

Art. 33. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.
§ 2º O valor real da indenização:
I - refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação de que trata o § 2º do artigo 30 desta Lei;
II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.
§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.
§ 4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nesses casos, o devido procedimento licitatório.
§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do § 5º as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no artigo 31 desta Lei.
§ 7º Ficam isentos da desapropriação do imóvel com pagamento em Títulos da dívida pública os proprietários que tenham um único imóvel.

SEÇÃO VII - DA CONCESSÃO URBANÍSTICA

Art. 34. Com base em autorização legislativa específica, poderá ser realizada concessão para implantar Projeto de Intervenção Urbana elaborado pelo Poder Público, consideradas as diretrizes do Plano Diretor Estratégico.
§ 1º A implantação poderá ser delegada à empresa estatal municipal ou, mediante licitação, a empresa ou a um conjunto de empresas em consórcio.
§ 2º O Projeto de Intervenção Urbana a que faz referência o "caput" deverá ser elaborado pelo Executivo previamente à solicitação de autorização à Câmara Municipal.
§ 3º A concessionária poderá obter sua remuneração mediante exploração:
I – dos terrenos;
II – do potencial construtivo a ser utilizado na implantação do Projeto de Intervenção Urbana;
III – das edificações destinadas a usos privados que resultarem da obra realizada;
IV – da renda derivada da exploração de espaços públicos;
V – das receitas acessórias, nos termos que forem fixados no respectivo edital de licitação e contrato de concessão urbanística.
§ 4º A intervenção nos imóveis particulares para a implantação do Projeto de Intervenção Urbana, elaborado pelo Executivo dependerá de prévia negociação com os proprietários dos imóveis diretamente atingidos que, desde que compatível com a intervenção planejada, poderão ser convidados a realizar, por conta própria, nos termos e condições determinadas pela delegação realizada pelo Poder Público ou do competente edital de licitação, a intervenção proposta.
§ 5º A concessão urbanística fica sujeita ao regime jurídico federal das concessões comuns e das parcerias público-privadas, com as complementações constantes da legislação específica estadual e municipal.
§ 6º Deverá ser constituído Conselho Gestor próprio, paritário, com representantes do Poder Público e da sociedade civil para controle social e acompanhamento contínuo de cada concessão urbanística.

TÍTULO III

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

SEÇÃO I - DO MACRO ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 35. Objetivando o desenvolvimento sustentável de Votorantim, no território do Município, são instituídas três categorias de macrozonas ambientais, a saber:
Tipo I - Macrozona com Grandes Restrições à Urbanização - MGRU
Tipo II - Macrozona com Restrições Moderadas à Urbanização - MRMU
Tipo III - Macrozona com Pequenas Restrições à Urbanização – MPRU
Parágrafo único. Os perímetros das macrozonas e de seus compartimentos, estão indicados no Mapa 001 Macrozoneamento Ambiental que é parte integrante desta Lei.
Art. 36. O macrozoneamento ambiental do território do Município deve orientar:
I - Definição atual e eventuais alterações, por ocasião das revisões deste Plano Diretor de Desenvolvimento nos aspectos Físico Territorial, dos seguintes elementos:
a) Perímetro da área urbana e de expansão urbana;
b) Perímetros de zonas de proteção ambiental, especialmente aquelas de proteção a mananciais;
c) Dimensionamento e configuração das faixas não edificáveis ao longo de corpos d'água e nascentes;
II - Promoção de programas específicos, especialmente, aqueles capazes de conservar ou recuperar a qualidade da água, eficácia da drenagem, integridade do solo e subsolo, e extensão da cobertura vegetal de interesse ambiental ou paisagístico.
III - Indicação dos empreendimentos sujeitos ao estudo de impacto ambiental, considerando a respectiva localização.
Art. 37. São incluídas na categoria Tipo I - Macrozona com Grandes Restrições à Urbanização - MGRU:
Ia - Várzeas ou Planícies Aluviais, marcadas por processos de enchentes sazonais, cujas regras de ocupação devem obedecer às diretrizes que seguem:
Ia1 - Nos terrenos ainda desocupados a instalação de atividades deve ser restrita a usos compatíveis com baixíssimas taxas de ocupação, impermeabilização e que não impliquem assentamento permanente de população, nem tráfego intenso e permanente de veículos, tais como: parques, clubes de campo e congêneres.
Ia2 - Os terrenos que já se apresentam irreversivelmente urbanizados, deverão ser contemplados em estudos e projetos específicos de reurbanização, com objetivo de minimizar a situação de riscos, bem como, prejuízos decorrentes das inundações periódicas a que se encontram sujeitos.
Ib - Áreas de Proteção a Mananciais Tipos:
Ib1 - que correspondem a bacias de Itupararanga e Rio Ipaneminha das Pedras, que contribuem para captações de água existentes;
Ib2 - que corresponde à porção próxima às nascentes do Ribeirão Cubatão, considerada de interesse estratégico como reserva para futura utilização como manancial de captação de água para o Município, regiões estas, cujas regras de ocupação devem obedecer às seguintes diretrizes:
a) Manter as caraterísticas rurais da área e quando em área de expansão urbana garantir uma densidade de ocupação média baixa para a zona como um todo, de modo a limitar a geração de poluição difusa;
b) Condicionar a urbanização ao adequado equacionamento da coleta e disposição dos esgotos, através de tratamento individual, no caso dos terrenos maiores que 1.000m², ou de sistemas coletivos, que exportem os efluentes, para fora da bacia de captação, ou cujos efluentes sofram tratamento de nível adequado para o respectivo lançamento, nos corpos d'água da bacia, sem prejuízo da qualidade da água captada;
Ic - Áreas das encostas e da Serra de São Francisco, entre as cotas 750 e 1050, caracterizadas pelas grandes declividades e pelas nascentes de córregos contribuintes às bacias de Itupararanga, do Ribeirão Cubatão e do Rio Sorocaba.
Art. 38. São incluídas na categoria Tipo II - Macrozona com Restrições Moderadas à Urbanização- MRMU, as sub-bacias de cursos d água não utilizáveis como manancial, próxima ou na área urbana consolidada, com grande extensão territorial ou baixa permeabilidade da sub-bacia, como é o caso dos Ribeirão Cubatão e Córrego do Vidal, respectivamente, onde a intensificação da urbanização pode provocar o assoreamento de cursos d'água, com aumento dos riscos de inundação, devendo suas regras de ocupação obedecer às seguintes diretrizes:
I - Restringir drasticamente a ocupação das várzeas, e proceder à desocupação de imóveis construídos nas faixas de APP;
II - Exigir nos empreendimentos urbanos, reserva de espaços para futura construção de reservatórios de contenção.
III - Diminuição da taxa de ocupação e aumento da área permeável dos terrenos urbanos;
IV - Exigir a adoção de medidas de prevenção da erosão, tais como, recobrimento vegetal de taludes e minimização de terraplanagens.
Art. 39. São incluídas na categoria Tipo III - Macrozona com Pequenas Restrições à Urbanização - MPRU, as porções do território do Município já urbanizadas e cujas características físicas se apresentem favoráveis à urbanização, podendo ser dispensados cuidados especiais para sua ocupação.
Art. 40. Nos compartimentos em qualquer Macrozona onde os terrenos são mais sujeitos à erosão, deve-se adotar medidas destinadas a reduzi-la, tais como, a minimização de terraplanagem e o recobrimento vegetal de taludes.

CAPÍTULO II - DO ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 41. Para os efeitos desta Lei e de sua regulamentação, as definições e expressões técnicas estão listadas no Quadro 1.
Art. 42. Considera-se zoneamento de uso e ocupação do solo, o processo de orientação e controle da localização, dimensionamento, intensidade e tipo de uso dos lotes e das edificações, bem como, o processo de orientação e controle das relações entre espaços edificados e não edificados.
Art. 43. Para efeito de aplicação desta Lei, o território do Município é dividido em zonas, conforme limites indicados no Mapa 002 - Zoneamento Municipal, a saber:
a) Zona Urbana;
b) Zona Rural;
c) Zona de Ocupação Rural da APA de Itupararanga - ZOR;
d) Zona de Conservação de Recursos Hídricos - ZCRH.
§ 1º Zona Urbana é entendida como área urbanizada contida na delimitação do Perímetro Urbano do Município e, destinada às funções caracteristicamente urbanas de Habitar, Trabalhar, Circular e Recrear.
§ 2º Zona Rural é aquela área exterior a delimitação do Perímetro Urbano do Município, caracterizada pelas funções rurais e atividades econômicas primárias, como: agricultura, pecuária, extrativismo e exploração mineral, reflorestamento e pontos de atração turística e recreio.
§ 3º Zona de Ocupação Rural da APA de Itupararanga - ZOR são as áreas estabelecidas pela APA Itupararanga, de usos rurais, restritos e controlados conforme a legislação da APA;
§ 4º Zona de Conservação de Recursos Hídricos - ZCRH são as áreas estabelecidas pela APA Itupararanga, de usos urbanos restritos e controlados conforme a legislação da APA;
§ 5º O Perímetro Urbano do Município fica definido pelas áreas contidas nos limites da Zona Urbana dos Mapas 002 - Zoneamento Municipal e 003 - Zoneamento Urbano e descritos no quadro I.

§ 6º O perímetro da Zona Rural do município fica definido pelas áreas contidas no perímetro das zonas rurais definidas no Mapa 002 - Zoneamento Municipal.

SEÇÃO II - DAS ZONAS DE USO

Art. 44. As características, ordenação e classificação de zonas de uso das Zonas Urbanas, se encontram classificadas e registradas no Quadro 1 e nos Mapas (002, 003, 007)

Art. 45. As Zonas Especiais (ZE) serão criadas em lei específica definidos seus perímetros e regulamentação.

Art. 46. Os Corredores de Comércio e Serviços (CCS) objetivam adequar o uso e a ocupação do solo nas vias principais do sistema viário básico por atividades de comércio e serviços compatíveis com a importância funcional da via no contexto urbano.

§ 1º Dentro do perímetro urbano, as vias de circulação de primeira e segunda categoria, integrantes do sistema viário básico, constantes no Mapa 005 - Sistema Viário Urbano, são enquadradas como Corredores de Comércio e Serviços - CCS, para fins de uso e ocupação do solo.

§ 2º Excetuam-se dos CCS, eventuais trechos de avenidas do sistema viário básico que porventura estejam dentro dos loteamentos considerados "fechados" sendo ali mantidas as características da zona em que se inserem.

§ 3º Serão considerados CCS os lotes lindeiros a via marginal às rodovias dentro do perímetro urbano, numa faixa de 100 metros de extensão, sujeitando aos índices urbanísticos de ocupação do solo da zona fronteiriça.

§ 4º Nos CCSs ao longo das rodovias nos trechos urbanos, nos terrenos em divisa com Zona Industrial - ZI, não serão admitidos os usos residenciais.

Art. 47. Para os lotes em esquina de Vias CCS, o acesso só será permitido obedecendo a uma distância de 6,00 metros a partir do raio de curvatura da via corredor e da via lateral, observadas condições específicas de cada local conforme diretrizes do órgão de trânsito municipal.

SEÇÃO III - DAS CATEGORIAS DE USO

Art. 48. Ficam definidas as seguintes categorias de uso:

I - CATEGORIAS DE USO RESIDENCIAL (R)

R1 - Residência Unifamiliar: edificações destinadas à habitação permanente, correspondendo a uma habitação por lote ou unidade autônoma.

R2 - Residência Multifamiliar: as edificações destinadas à habitação permanente, correspondendo a mais de uma habitação por lote, devendo possuir área comum, compreendendo:

R2. 01 - Unidades residenciais agrupadas horizontalmente (geminadas ou em renque), todas de frente para a via pública.

R2. 02 - Habitações agrupadas verticalmente (habitações individuais assobradas ou em pavimentos).

R3 - Conjunto Residencial: uma ou mais edificações isoladas ou agrupadas, horizontal ou verticalmente, ocupando um ou mais lotes dispondo de espaço e instalações de uso comum, caracterizados como bens em condomínio do conjunto.

R3. 01 - Conjunto(s) residencial(ais) horizontal(ais), vila(s) residencial(ais) edificado(as) em gleba.

R3. 02 - Conjunto(s) residencial(ais) vertical(ais), conjunto de apartamentos edificados em lotes ou gleba.

II - CATEGORIAS DE USO COMERCIAL (C)

C1 - Comércio Varejista de Âmbito Local: estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos que se relacionam com o suprimento das necessidades imediatas dos moradores do bairro.

C2 - Comércio Varejista Diversificado: estabelecimentos de venda direta ao consumidor de produtos relacionados ou não com o uso residencial.

C3 - Comércio Atacadista de Pequeno Porte: Comércio não varejista estabelecido em edificações de até 300 m2.

C4 - Comércio Atacadista: Comércio não varejista de produtos relacionados ou não com o uso residencial, incluindo armazéns de estocagem de mercadorias, entrepostos de mercadorias, terminais atacadistas, armazéns de frios, frigoríficos e silos.

III - CATEGORIAS DE USO DE SERVIÇOS (S)

S1 - Serviços de Âmbito Local: Estabelecimentos destinados a prestar à população serviços que se possam adequar aos mesmos padrões de uso residenciais no que diz respeito às características de ocupação dos lotes, de acesso, de tráfego, de serviços urbanos e aos níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental.

S2 - Serviços Diversificados: Estabelecimentos destinados à prestação de serviços que impliquem na fixação de padrões específicos referentes às características de ocupação dos lotes, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e referentes aos níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental; os postos de abastecimento e lavagem de veículos, e as oficinas mecânicas de reparo em geral, são incluídos nesta categoria, independentemente da área construída e do número de empregados.

S3 - Serviços Especiais: Estabelecimentos destinados a prestar à população, serviços que impliquem na fixação de padrões específicos referentes às características de ocupação dos lotes, de acesso, de localização de tráfego, de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental, tais como: garagens para estacionamento de caminhões, de frotas de táxis, de frotas de ônibus, de tratores ou terminais para carga e descarga de mercadorias.

IV - CATEGORIAS DE USO INSTITUCIONAL (E)

E1 - Instituição de Âmbito Local: Espaços, estabelecimentos ou instituições, de atendimento de bairro ou unidades de vizinhança, destinados à educação, saúde, cultura, assistência social, culto religioso ou administração pública, obedecendo às seguintes disposições:

a) área construída máxima de 250 m2.

b) capacidade de lotação máxima para 100 pessoas.

E2 - Instituições Diversificadas: Espaços, estabelecimentos ou instituições, de atendimento a conjunto de bairros ou setores urbanos, destinados à educação, saúde, lazer, cultura, assistência social, culto religioso ou administração pública, obedecendo às seguintes disposições:

a) área construída máxima de 2.500 m²;

b) capacidade de lotação máxima de 500 pessoas.

E3 - Instituições Especiais: Espaços, estabelecimentos ou instituições, de grande porte, de atendimento ao Município, destinados à educação, saúde, lazer, cultura, assistência social, culto religioso ou administração pública, que implicam grande concentração de pessoas ou veículos, níveis altos de ruído ou padrões viários especiais;

E4 - Usos Especiais: Espaços, estabelecimentos ou instalações sujeita à preservação ou a controle específico, tais como: monumentos históricos, mananciais, áreas de valor estratégico para a segurança pública e área de valor paisagístico especial.

V - CATEGORIAS DE USO INDUSTRIAL (I)

I1 - Indústria não incômoda: Estabelecimentos que podem adequar-se aos mesmos padrões de uso não industriais, no que diz respeito às características de ocupação dos lotes, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e os níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental, com área construída máxima de 300 m² (trezentos metros quadrados) por lote e com as características do Quadro 4 - Padrões de Incomodidade Admissíveis.

I2 - Indústria diversificada: Estabelecimentos que implicam na fixação de padrões específicos referentes às características de ocupação dos lotes, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e aos níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental e com as características do Quadro IV - Padrões de Incomodidade Admissíveis.

I3 - Indústria Especial: Estabelecimentos de Uso industrial e correlatos com níveis de incomodidade e nocividade incompatíveis com o uso residencial, cuja localização só é admitida em zona exclusivamente industrial e com as características do Quadro IV - Padrões de Incomodidade Admissíveis.

§ 1º Caberá a Secretaria de Obras e Urbanismo relacionar e classificar, quando necessário, os estabelecimentos que se enquadram nas categorias de uso individualizadas neste artigo e em conformidade com a listagem do Anexo I - Listagem de Categorias de Uso e tendo como referência a "Classificação Nacional de Atividades Econômicas" - CNAE, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, bem como o enquadramento da atividade no Quadro IV - Padrões de Incomodidade Admissíveis.

§ 2º Além das características básicas, estabelecidas neste artigo para as diferentes categorias de uso, os estabelecimentos devem atender as demais exigências instituídas nesta lei, para cada zona de uso.

SEÇÃO IV - DOS USOS E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 49. As características de dimensionamento, ocupação e aproveitamento dos lotes, no que se refere às condições de uso, áreas e testadas mínimas dos lotes, recuos e índices urbanísticos, especialmente taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilidade, bem como as categorias de uso permitidas, correspondentes a cada Zona de Uso, são aquelas constantes no Quadro I.

§ 1º Os usos enquadrados nas categorias C3, I2, I3 e E3 somente serão permitidos em lotes que tenham frente para vias de circulações, "tipo III", com largura igual ou superior a 18 (dezoito) metros.

§ 2º Os lotes junto a vias que constituem divisa entre zonas de uso urbanas são permitidos os usos da zona menos restritiva, obedecidos os índices e coeficientes urbanísticos da zona em que se localizam.

§ 3º O dispositivo mencionado no § anterior não se aplica nas divisas com a Zona Rural, ZR1, ZR5, ZTR, ZCA, ZI e ZPI.

§ 4º Nos lotes com profundidade menor que 30,00 metros, deverão ser observados os seguintes recuos de fundo:

I - maior que 25,00 (vinte e cinco) metros e inferior a 30,00 (trinta metros), será admitido recuo de fundos de 3,00 (três) metros.

II - inferior a 25,00 (vinte e cinco) metros, será admitido recuo de fundos de 2,00 (dois) metros.

§ 5º Nas vias públicas arteriais e coletoras (1ª e 2ª categoria), o recuo mínimo de frente das edificações será de no mínimo 5,00 (cinco) metros.

§ 6º Na ZC, os depósitos de materiais de construção que comercializem materiais básicos como: ferro, areia, pedra britada e cimento, somente poderão ser instalados se providos de pátio apropriado para carga e descarga e manobra de veículos dentro do imóvel.

§ 7º Fica proibida a instalação de depósito de produtos perigosos, tóxicos e explosivos em todas as zonas de uso, exceto nas Zonas Industrial (ZI) e na Zona Predominantemente Industrial (ZPI).

§ 8º Fica permitida a construção de habitação para vigia, na ZI, desde que associada à indústria.

§ 9º Não serão admitidos, em qualquer zona de uso, lotes ou desmembramento com testada mínima inferior a 10,00 (dez) metros nas quadras fronteiriças às vias arteriais e coletoras (1ª e 2ª categorias V1 e V2), integrantes do sistema viário básico do município.

§ 10 Fica permitida a construção de edificação secundária, destinada à habitação de caseiro nas ZTR e ZR5, obedecendo-se às demais restrições urbanísticas da zona.

§ 11 As instalações de indústrias localizadas em Zona Industrial (ZI) que confrontarem com áreas residenciais existentes deverão respeitar recuo mínimo de 25 (vinte e cinco) metros em relação à zona residencial, devendo ainda ser prevista a implantação de faixa de área verde destinada à mitigação de impactos.

Art. 50. Não serão computadas, para efeitos de cálculo do coeficiente de aproveitamento, da taxa de ocupação e dos recuos dos lotes, as seguintes áreas:

a) Áreas cobertas, em qualquer pavimento, ocupadas por circulação de veículos e pedestres, manobra e estacionamento de veículos;

b) Áreas de construção destinadas a atividades sociais e recreativas, ou com pé-direito inferior a 2,40m;

c) Áreas de construção em pilotis quando livres e sem vedação;

d) Áreas de construção destinadas a instalações técnicas situadas acima do último pavimento (barriletes, casas de máquinas, caixas d'água, helipontos e facilidades semelhantes);

e) Toldos, marquises de cobertura e pérgulas, desde que a somatória do comprimento desses elementos não seja superior a 1/3 (um terço) da largura da fachada do prédio;

f) Coberturas desmontáveis destinadas à guarda de veículos;

g) Beirais de até 1m (um metro);

h) Piscinas descobertas;

i) Quando em CCS2, ver itens específicos;

j) Fachada Ativa;

k) Fruição;

l) Usos Especiais: (clubes, hospitais, teatros);

m) Áreas técnicas e operacionais sem permanência humana;

n) Áreas de Estacionamento de até 2 pavimentos no subsolo, ou 2 pavimentos acima do térreo para empreendimentos nas Zonas Centrais e CCS1 e CCS2.

Art. 51. São admitidos usos mistos em lotes e edificações localizadas em qualquer zona, desde que trate de usos nela permitidos, permissíveis ou tolerados e sejam atendidas, em cada caso, as exigências estabelecidas nesta lei.

§ 1º Na hipótese contemplada no caput prevalecerão às restrições maiores quanto às condições de usos respectivos.

§ 2º Excluem-se das disposições contidas neste artigo, os postos de abastecimentos de veículos e os usos enquadrados nas categorias E3, E4, I3, os quais não admitirão os usos mistos, bem como as edificações enquadradas na categoria R3, nas quais outros usos serão admitidos apenas quando dispuserem de áreas de acesso e circulação independentes das destinadas ao uso residencial.

Art. 52. Nos Corredores de Comercio e de Serviços:

CCS1 - Corredores de Comercio de Serviços 1 será permitida a formação de galerias cobertas pelo pavimento acima do andar térreo, com pé direito mínimo de 4,00 (quatro) metros na faixa de recuo obrigatório da edificação (4,50 metros), destinados exclusivamente ao estacionamento de veículos, não sendo permitido qualquer fechamento frontal, mesmo que provisório, ou utilização para qualquer outra finalidade.

CCS2 – Corredores de Comércio e Serviços 2, será permitido o uso de Fachada Ativa, observado o seguinte:

I – o pavimento térreo deverá ser destinado a usos comerciais, com pé-direito mínimo de 4,00m (quatro metros);

II – a área efetivamente utilizada para atividades comerciais no pavimento térreo gerará direito a um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) no coeficiente de aproveitamento.

• Exemplo: a implantação de 100m² (cem metros quadrados) de área comercial no térreo concede ao empreendimento o direito de acréscimo de 50m² (cinquenta metros quadrados) de área computável adicional a ser utilizada nos pavimentos superiores;

III – a área efetivamente destinada a praças, fruição ou de algum uso comum no pavimento térreo, desde que abertas, sem fechamento perimetral, de livre acesso ao público e mantidas pelo empreendimento, gerará direito a um acréscimo de 100% (cem por cento) no coeficiente de aproveitamento.

• Exemplo: a implantação de 100m² (cem metros quadrados) de praça no térreo concede ao empreendimento o direito de acréscimo de 100m² (cem metros quadrados) de área computável adicional a ser utilizada nos pavimentos superiores;

IV – nos pavimentos superiores será permitido o uso misto, incluindo escritórios, unidades residenciais, hotéis, apart-hotéis e serviços.

§ 1º As fachadas ativas deverão priorizar transparência, permeabilidade visual e acessibilidade, conforme diretrizes urbanísticas complementares.

§ 2º Na Zona Central – ZC, a Fachada Ativa poderá ser utilizada como recurso urbanístico, sem geração de incentivos adicionais de coeficiente, com o objetivo de:

I – promover maior vitalidade urbana e segurança nos espaços públicos;

II – incentivar o uso misto e a integração entre atividades econômicas e residenciais;

III – valorizar o pedestre e o transporte coletivo, garantindo acessibilidade universal;

IV – estimular a criação de edifícios multifuncionais, com diversidade de usos e serviços no pavimento térreo.

§ 3º Nos imóveis situados nos Corredores Comerciais – CC2, localizados dentro da Zona Central – ZC, será concedido incentivo urbanístico adicional o uso da fachada ativa.

§ 4º As áreas livres de uso público implantadas no nível térreo, tais como recuos frontais e laterais superiores ao mínimo exigido, praças, passagens e jardins acessíveis, poderão ser computadas em 100% (cem por cento) de sua metragem para acréscimo no coeficiente de aproveitamento do edifício, quando situadas nos Corredores Comerciais – CC2 da Zona Central.

§ 5º O Poder Executivo regulamentará os parâmetros para aplicação deste artigo, estabelecendo critérios quanto às dimensões mínimas, formas de comprovação do caráter público das áreas e mecanismos de manutenção do uso qualificado do térreo.

§ 6º Os benefícios previstos neste artigo não se aplicam a empreendimentos cujo pavimento térreo seja destinado exclusivamente a usos residenciais privativos, salvo quando integrados a usos mistos e acessíveis ao público.

§ 7º Estacionamento de Subsolo ou acima do térreo não serão computados como coeficiente de aproveitamento, como benefício nesses corredores e na zona central.

V- Definição de Fachada Ativa:

§ 1º A fachada ativa, ocupada por uso não residencial, localizada no nível do logradouro, deverá:

I - estar contida na faixa de 5m (cinco metros) a partir do alinhamento do lote, medida em projeção ortogonal da extensão horizontal;

II - ter aberturas para o logradouro público, tais como portas, janelas e vitrines, com permeabilidade visual, com no mínimo 1 (um) acesso direto ao logradouro a cada 20m (vinte metros) de testada, a fim de evitar a formação de planos fechados sem permeabilidade visual na interface entre as construções e o logradouro, de modo a dinamizar o passeio público.

§ 2º O recuo entre a fachada ativa e o logradouro público deve estar fisicamente integrado ao passeio público, com acesso irrestrito, não podendo ser vedado com muros ou grades ao longo de toda a sua extensão, nem ser ocupado por vagas de garagem ou usado para manobra de veículos, embarque e desembarque de passageiros, com exceção das vagas especiais destinadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, idosos e vagas de bicicletas.

§ 3º Nos lotes com desnível superior a 2m (dois metros) na testada admite-se a localização da fachada ativa em pavimento acessível com desnível máximo de 1m (um metro) do nível médio entre as cotas das extremidades da testada do lote, podendo ser aceitas rampas de acesso, atendidas as exigências de acessibilidade e as condições dispostas no § 1º.

§ 4º Na fachada ativa não são admitidos os grupos de atividade (áreas como depósitos e mais estacionamentos fogem ao conceito), bem como áreas de docas, áreas de circulação de veículos, áreas técnicas, dentre outros compartimentos cujo acesso seja restrito nos termos da legislação edilícia.

§ 5º Será admitido recuo superior ao disposto no inciso I caso haja vegetação arbórea significativa a critério de SEMA, esteja voltada para Praça Urbana no interior do lote, ou outros obstáculos urbanísticos que impeçam de cumprir o referido recuo.

§ 6º Será admitida a instalação da fachada ativa além do limite estabelecido no inciso I desde que ela seja acessada por fruição pública e/ou praças urbanas.

§ 7º Será admitida a fachada ativa voltada para a fruição pública, desde que já cumpridos os requisitos previstos nos incisos I e II.

Art. 53. Os benefícios previstos das CCS2, não se aplicarão aos zoneamentos classificados como ZPI, ZI e ZIRC.

Art. 54. Nenhuma edificação, reforma ou ampliação, será aprovada sem ser cumprida a exigência de reserva de espaço, coberto ou não, para estacionamento de automóvel e/ou carga e descarga de caminhões, dentro dos lotes, ocupados por edificações destinadas aos diferentes usos, obedecendo aos mínimos fixados no Quadro II.

§ 1º As áreas de estacionamento serão calculadas com base no mínimo de 25,00 m², por veículo, incluídas as áreas de circulação.

§ 2º Deverá ser assegurada a reserva para idosos, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

§ 3º Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, serão reservadas pelo menos 2% (dois por cento) das vagas para

veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual, em locais próximos à entrada principal ou elevador, de fácil acesso a circulação de pedestres conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.
§ 4º Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, serão previstos locais específicos ou vagas para bicicletas motorizadas ou não e motocicletas. (Ver Quadro 2)
§ 5º Para atender as exigências de vagas para estacionamento de veículos na ZC, poderá ser utilizado outro imóvel, localizado a uma distância máxima de 200 (duzentos) metros, mediante sua vinculação à edificação objeto da exigência, através de instrumento particular.
§ 6º As exigências relativas a estacionamento de automóveis, descritas neste artigo, não se aplicam:
I - As edificações situadas em ruas de pedestres, ou em logradouros públicos onde não seja permitida a circulação de veículos;
II - Os lotes com testada inferior a 10 (dez) metros;
III - Aos estabelecimentos na categoria E1, destinados ao culto (templos);
IV – Aos lotes na ZC com área construída ou reformada total de até 200,00m²
§ 7º Os recuos obrigatórios fixados nesta lei poderão ser utilizados para estacionamento descoberto, sem prejuízo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento.
§ 8º Será permitida a utilização do recuo de frente da edificação para a construção de abrigo de veículos, desde que atenda os seguintes requisitos de uso e ocupação:
I - esteja em edificação de uso individual em residencia;
II - a edificação tenha recuo de frente mínimo de 4,50 m;
III - a cobertura ocupe, linearmente, no máximo 70% (setenta por cento) da testada do lote;
IV - não obstrua a insolação direta de cômodos de permanência prolongada (atividades de trabalho, estar e repouso);
V - a cobertura terá a altura útil de 2,30 metros.
VI- para imóveis com testada igual ou inferior a 7,00 m, fica permitida a instalação de abrigos desmontáveis.

Art. 55. Na Zona Central - ZC, as testadas de quadra que, à data da publicação desta lei apresentem mais de 50% de sua extensão ocupada por edificações no alinhamento, será tolerada a ocupação do recuo de frente por edificação com no máximo 2 (dois) pavimentos, a partir do qual sujeitar-se-á ao recuo estabelecido.
Art. 56. No recuo de fundo é admitida edificação secundária, sem prejuízo da taxa de ocupação máxima e do coeficiente de aproveitamento máximo do lote fixado nesta lei.
Parágrafo único. As edículas não integradas ao corpo principal da edificação poderão ocupar a faixa de recuo de fundo, sem exceder, entretanto, a 30% da taxa de ocupação de sua zona de uso e respeitando o recuo mínimo de fundo que passa a ser exigido entre as edificações principal e secundária.

SEÇÃO V - DO GABARITO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 57. A altura máxima das edificações será definida em função do cálculo do coeficiente de aproveitamento e da taxa de ocupação do lote, observadas as demais disposições deste Plano Diretor, da legislação urbanística complementar e do COMAER. (Comando da Aeronáutica).

SEÇÃO VI - DAS CONFORMIDADES E NÃO CONFORMIDADES

Art. 58. Será tido como conforme, em relação à zona, o uso do lote que, adequando-se às características estabelecidas para a respectiva zona, seja nela permitido e incentivado.
Parágrafo único. Será tido como não conforme, o uso do lote que seja inadequado em relação às características estabelecidas para a respectiva zona, e nela não seja permitido.
Art. 59. Será tido como conforme, em relação à zona, a edificação que atende as restrições de dimensionamento, recuos, ocupação e aproveitamento do lote e outras disposições estabelecidas em lei (Código de Obras) para a zona em que se localiza.
Parágrafo único. Será tido como não conforme a edificação que não atende o estabelecido em lei para a zona que está situada.
Art. 60. O uso não conforme, ou a edificação não conforme poderão ser tolerados, a título precário, desde que sua existência regular, anteriormente à data da publicação desta lei, seja comprovada mediante documento expedido por órgão da Prefeitura.
§ 1º Nas edificações não conformes não serão admitidas quaisquer ampliações que agravem a não conformidade em relação à legislação em vigor, admitindo-se apenas reformas essenciais à segurança e à higiene das edificações, instalações e equipamentos.
§ 2º A tolerância de não conformidade, está condicionada à liquidação na Prefeitura, por parte do interessado, de todos os débitos fiscais em atraso que incidam sobre o imóvel ou a atividade objeto da tolerância.
§ 3º O documento a que se refere o caput deste artigo será um dos a seguir enumerados:
a) licença de localização e funcionamento;
b) "habite-se", auto de vistoria ou alvará de conservação expedido pela Prefeitura, obedecidas as restrições e características técnicas constantes no projeto ou expediente administrativo que originou o documento.
c) O uso ou edificaçao nao conforme não poderá ser agravada.
Art. 61. O uso conforme poderá instalar-se em edificação não conforme, desde que:
a) a edificação tenha sido legalmente aprovada e tenha recebido o respectivo habite-se, auto de vistoria ou alvará de conservação expedido pela Prefeitura até a data da publicação desta lei;
b) Sejam respeitadas as exigências contidas no Quadro 2, referente ao estacionamento de veículos e pátio de carga e descarga para o novo uso;
c) Sejam atendidas as exigências da Vigilância Sanitária, se houver.
Parágrafo único. Para atender o disposto neste artigo, poderá ser aplicado o § 2º, do Artigo 54, desta Lei.

SEÇÃO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS RELATIVAS AO ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 62. As atividades industriais somente poderão se estabelecer na Zona Rural mediante licença municipal, em conformidade com a presente lei.
Art. 63. O uso e a ocupação do solo somente serão efetivados mediante licença municipal, em conformidade com a presente Lei.
§ 1º Nenhuma atividade poderá se estabelecer sem prévia expedição pela Prefeitura, de certidão positiva de uso do solo, na qual será mencionado o uso específico do estabelecimento ou atividade que for requerida.
§ 2º A certidão emitida não implica na concessão do alvará de construção ou licença de funcionamento que ficarão sujeitos às disposições legais atinentes à espécie.
Art. 64. Todos os espaços de uso público, os equipamentos sociais e comunitários, bem como as edificações de uso coletivo ou destinadas ao atendimento ao público, ainda que de natureza privada, deverão garantir acessibilidade plena às pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou necessidades especiais, em conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente a NBR 9050 da ABNT.
Parágrafo único. Para a emissão do Habite-se, os imóveis residenciais e comerciais deverão comprovar a adequação das calçadas e acessos externos às normas de acessibilidade, observando-se os padrões técnicos definidos pela legislação municipal e pelas normas da ABNT.
Art. 65. Em todos os lotes vagos onde exista guia, é exigida a construção de contra piso em concreto para calçada, e de mureta em alvenaria com altura mínima de 40 centímetros.
Art. 66. Todo novo plano de parcelamento do solo deverá ser enquadrado em uma das zonas de uso, ficando a Secretaria de Obras e Urbanismo sua definição por ocasião da expedição de diretrizes aos projetos de parcelamento.
Art. 67. Nas áreas loteadas e a serem loteadas das Zonas Residenciais, é permitida e incentivada a formação de centros comerciais em quadras independentes das quadras residenciais, dotados de pátio de estacionamento de veículos.
§ 1º A formação de centros comerciais a que se refere o caput deste Artigo poderá contar com incentivos tributários, a serem definidos em lei específica.
§ 2º A implantação de Centros Comerciais será precedida da devida aprovação do projeto pelos órgãos técnicos competentes e de requerimento dirigido ao senhor Prefeito Municipal, solicitando sua aprovação e gozo dos incentivos desta Lei.
Art. 68. Os níveis de ruídos, poluição ambiental, do ar, das águas e do solo, máximos tolerados, são aqueles da regulamentação vigente na legislação federal e/ou estadual e em especial no Quadro IV - Padrões de Incomodidade Admissíveis.
Art. 69. Ficam excluídos do Quadro 1, como categorias de uso permitidas, as atividades discriminadas em S2.08 de Serralheria, Funilaria e Pintura nas zonas ZC, e os depósitos destinados à armazenagem de produtos inflamáveis ou combustíveis ou que possam produzir gases, emanações nocivas ou incômodas, listados nas categorias C2.08, C3.03 e C3.04 nas zonas ZC, CCS1 e CCS2.
Art. 70. As características urbanísticas referentes aos recuos mínimos constantes no Quadro 1, serão dispensáveis nos lotes que não atendam tanto as dimensões mínimas de frente e quanto à área mínima estabelecida para a zona em que se insere, respeitadas as condições do Código de Obras e demais posturas pertinentes.
§ 1º As habitações de interesse social, horizontais ou verticais, enquadradas nos programas habitacionais promovidos pelos governos federal ou estadual, ficam sujeitam a observância das normas e requisitos específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações, ali estabelecidas.
§ 2º Em situação de conflito entre a presente lei e as normas específicas dos programas habitacionais de interesse social, prevalecerão as últimas mais restritivas.
Art. 71. As infrações das disposições de Uso e Ocupação do Solo, sem prejuízo de outras providências cabíveis, autorizam o Poder Executivo a estabelecer medidas compensatórias conforme regulamentação municipal complementar.
Parágrafo único. Nenhum licenciamento de edificação ou atividade será permitido sem a verificação da inexistência de débitos municipais, através da apresentação da certidão negativa de débitos municipais - CND - e da liquidação da(s) dívida(s) que incidam sobre o imóvel ou atividade, ao contribuinte ou interessado.
Art. 72. Dentro da área ZCRH, destinada pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Votorantim, a área descrita a seguir fica definida como zona única e específica para fins de futura regularização de loteamento clandestino, desde que os lotes possuam área mínima de 400 m², configurando-se como solução especial de regularização urbanística:
Parágrafo único. Inicia junto a um marco de nº 27 da matrícula nº 1665 junto a Avenida Irineu de Oliveira Campos, segue por uma Estrada de Servidão pelas Glebas C, B e final da Gleba A confrontando com a Companhia Brasileira de Alumínio CBA, até encontrar a margem da represa até o limite da propriedade de Flávio Dias, Gleba E, deflete a esquerda segue acompanhando a divisa da propriedade de Flávio Dias, confrontando com a represa da Companhia Brasileira de Alumínio CBA, até encontrar a linha de divisa do município de Piedade e de Votorantim e final da Avenida Irineu de Oliveira Campos, deflete a direita segue acompanhando a linha de divisa do município de Votorantim e Piedade na extensão de mais ou menos 900,00 metros, deflete a direita segue em linha reta por cerca confrontando com a Companhia Brasileira de Alumínio CBA até encontrar o marco nº 27, marco de partida, encerrando a descrição.

CAPÍTULO III - DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E TIPOS DE PARCELAMENTO

Art. 73. O parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Votorantim rege-se por esta Lei, sem prejuízo das disposições estabelecidas na legislação estadual ou federal.
Parágrafo único. As exigências dessa Lei não dispensam o cumprimento das normas de licenciamento previstas pela legislação ambiental para parcelamentos localizados na zona urbana definidas nos Mapas 002 - Zoneamento Municipal e 003 - Zoneamento Urbano.
Art. 74. O parcelamento do solo para fins urbanos poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento.
Art. 75. Para os efeitos desta Lei, considera-se:
I - loteamento: a divisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação ou de logradouros públicos, ou com prolongamento, modificação ou ampliação das vias ou logradouros públicos existentes;
II - desmembramento: a divisão de glebas em glebas ou em lotes destinados a edificação, que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes ;
III - desdobro: a divisão de lote em dois ou mais lotes, após o registro imobiliário do parcelamento, respeitado o zoneamento de uso e ocupação do solo e não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;
IV - condomínio edilício: unidades autônomas edificadas horizontais ou verticais, composta por áreas de uso privativo e de uso exclusivo da unidade e pelas áreas de uso comum dos condôminos, podendo ter vias de circulação interna do conjunto;
V- gleba: o imóvel que ainda não foi objeto de parcelamento do solo para fins urbanos realizado nos termos desta Lei;
VI- lote: a unidade imobiliária resultante de loteamento, desmembramento, ou de outras modalidades de parcelamento registrados no competente Serviço de Registro de Imóveis até a data desta lei;
VII- unidade autônoma: a unidade imobiliária resultante de condomínio edilício realizado nos termos desta Lei;
VIII- áreas destinadas a uso público: aqueles referentes ao sistema viário, à implantação de equipamentos comunitários e equipamentos urbanos, bem como a espaços livres de uso público;
IX- Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
X- Área de proteção ambiental (APA) é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Estabelecida em área de domínio público e/ou privado, cujas atividades e usos desenvolvidos estão sujeitos a um disciplinamento específico;
XI- Áreas destinadas ao uso comum dos condôminos: aquelas integrantes de condomínios edilícios não caracterizadas como unidades autônomas;
XII- equipamentos comunitários: os equipamentos de educação, cultura, saúde e lazer;
XIII- equipamentos urbanos: os equipamentos de abastecimento de água potável, disposição adequada de esgoto sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, rede telefônica, rede de fibra ótica e gás canalizado, guias, sarjetas e pavimentação;
XIV- infraestrutura básica: as redes de abastecimento de água potável, esgoto sanitário, energia elétrica e drenagem de águas pluviais;
XV- empreendedor: o proprietário da gleba ou do lote, responsável pela implantação do parcelamento;
XVI- Áreas institucionais são as áreas destinadas a equipamentos comunitários de educação, cultura, saúde, lazer, etc., e equipamentos urbanos de abastecimento de água, sistema de esgoto, energia elétrica, sistema de drenagem, etc. que passarão a integrar o domínio do município.
XVII- Espaços Livres de Uso Público: São distintos entre estes dois equipamentos, sendo:
a) Áreas Verdes: Área recoberta por vegetação natural definida como área verde quando do registro do loteamento, permitidos os usos previstos na Resolução Conama 369/06. São áreas com restrição de uso, onde a prioridade é pela manutenção e restauração florestal. Deverão ser computadas nestas áreas as áreas de Reserva Legal, anteriormente averbadas (Lei Federal nº 4.771/65, art. 16), áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 4.771/65, art. 2º, suas alterações e regulamentações) e áreas florestais com impedimentos legais, assim determinados pela Lei Federal 4.771/65; A totalidade da área verde é considerada área permeável.
b) Sistemas de Lazer: Áreas previstas ao uso público, com percentuais definidos nesta legislação, distintas das áreas verdes, podendo incorporar praças, áreas impermeáveis de lazer, esporte, pomares e áreas com vegetação exótica.
Art. 76. Admite-se como empreendedor:
I - o compromissário comprador, desde que o proprietário expresse a sua anuência em relação ao empreendimento e à assunção de sub- rogação nas obrigações perante os titulares de promessas de cessão, em caso de rescisão do contrato de compromisso celebrado com o proprietário da gleba ou lote.
II - o Poder Público, nos casos de imissão prévia na posse para fins de implantação de parcelamento habitacional ou regularização fundiária.
III - a pessoa física ou jurídica que celebrar com o proprietário ou compromissário comprador da gleba ou lote, contrato de parceria para implantação do parcelamento, o qual deverá ser averbado na matrícula do imóvel no competente Serviço de Registro de Imóveis.
Art. 77. Admite-se o parcelamento do solo para fins urbanos apenas nas áreas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas nos Mapas 002- Zoneamento Municipal ou 003 - Zoneamento Urbano.
Art. 78. Não se admite o parcelamento do solo para fins urbanos em locais:
I - alagadiços e sujeitos as inundações, antes de tomadas às providências para assegurar o escoamento das águas;
II - que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;
III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas da Municipalidade;
IV - onde as condições geológicas comprovadamente não aconselham a edificação;
V - onde a poluição ambiental impeça condições sanitárias adequadas, sem que sejam previamente saneadas;
VI - que integrem Unidades de Conservação da natureza incompatíveis com esse tipo de empreendimento;
VII - onde houver restrição para esse tipo de empreendimento em virtude de lei de proteção do meio ambiente ou do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico, arqueológico ou espeleológico;

SEÇÃO II - DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS

Art. 79. Sem prejuízo das exigências gerais da legislação estadual ou federal e das exigências específicas estabelecidas no âmbito do licenciamento urbanístico, os parcelamentos devem atender aos seguintes requisitos:
I – os lotes devem ter área mínima conforme a regulamentação de zoneamento municipal na Seção II, da presente Lei, salvo quando o loteamento ou urbanização específica se destinar a conjuntos habitacionais de interesse social previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes;
II – ao longo das faixas de domínio das ferrovias, rodovias, redes elétricas de alta tensão, oleoduto, gasoduto e congêneres, é obrigatória a reserva de uma faixa non aedificandi de 15m (quinze metros) de cada lado, observadas as normas das concessionárias para vias de circulação;
III – faixas de preservação e proteção, contados do nível maior sazonal, ao longo das águas correntes, com largura mínima de cada lado de:
a) 6,00 metros, da face externa da tubulação ou galeria nos cursos d´água canalizados;
b) 50,00 metros, do Ribeirão Ipaneminha;
c) 50,00 metros, do Ribeirão Cubatão, a partir do loteamento Monte Verde até suas nascentes;
d) 30,00 metros, dos demais córregos, entorno das várzeas, banhados, lagos e lagoas e águas dormentes;

e) 50,00 metros, ao redor das nascentes;
f) 30,00 metros, do Rio Sorocaba, no trecho de área urbana consolidada entre a divisa de Sorocaba até o bairro da Chave, e os demais trechos, 60,00 metros.
§ 1º Nas áreas urbanas consolidadas, definidas nos termos da Lei Federal nº 14.285, de 29 de dezembro de 2021, caberá ao Município, por meio deste Plano Diretor e da legislação urbanística complementar, regulamentar as faixas marginais específicas de preservação permanente (APP)e ou ZCA, observados os critérios técnicos de consolidação urbana e mediante análise da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
IV – ao redor de reservatórios artificiais de abastecimento de água potável ou geradora de energia elétrica, a faixa de preservação ambiental será de 30m (trinta metros), e/ou determinada pelo órgão ambiental competente do Estado.
V – faixa non aedificandi de 25m (vinte e cinco metros) de largura, no mínimo, obrigatoriamente arborizada, junto à divisa limítrofe da Zona Industrial – ZI e da Zona Predominantemente Industrial – ZPI, em relação às zonas lindeiras, podendo aí ser considerada a faixa da área de preservação permanente – APP.
VI – as áreas destinadas a uso público ou a uso comum dos condôminos devem ser diretamente proporcionais à densidade de ocupação, observado o disposto no Parágrafo único do Artigo 81.
VII – o sistema viário deve articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
§ 2º A Prefeitura pode exigir complementarmente ao disposto no inciso V, a reserva de faixa non aedificandi destinada a equipamentos urbanos.
§ 3º No caso de desmembramento, não se observa o disposto nos incisos VI e VII.
§ 4º Quando se tratar de desmembramento, poderá ser exigido do empreendedor a implantação, na via ou logradouro público existente, dos equipamentos urbanos de saneamento básico, de energia elétrica domiciliar e de pavimentação.
VIII – as delimitações de nascentes, córregos e áreas de preservação permanente – APP, constantes dos mapas anexos a esta Lei, têm caráter referencial, devendo ser confirmadas em cada caso específico. Após constatar uma interferência no mapa, deverá se atentar em:
§ 5º todo projeto de parcelamento do solo urbano, desmembramento, loteamento ou condomínio edilício que incida, total ou parcialmente, sobre áreas assinaladas como APP, deverá apresentar laudo técnico ambiental, elaborado por profissional legalmente habilitado, destinado a confirmar ou descartar a presença de tais áreas protegidas;
§ 6º o laudo técnico será submetido à análise da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cuja manifestação favorável será condição indispensável para o prosseguimento da aprovação do empreendimento;
§ 7º constatada a existência de APP, deverão ser integralmente observados os limites de proteção estabelecidos pela legislação federal, estadual e municipal aplicável, em especial o disposto na Lei Federal nº 14.285/2021, que confere competência ao Município para definir as faixas marginais de APP em áreas urbanas consolidadas.
Art. 80. Respeitado o disposto nos incisos I a VII do Artigo 79, a regulamentação de zoneamento municipal na Seção II, da presente Lei define, para cada zona em que se divida a área urbana ou de expansão urbana do Município, as áreas mínimas dos lotes, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo e demais condições específicas.
Art. 81. Nos loteamentos residenciais, comerciais ou industriais, em qualquer zona de uso que se localizem, será destinado percentual mínimo de áreas de uso público em relação a área total loteada, assim distribuídos:
I - 10% (dez por cento), no mínimo, para espaços livres de uso público destinados ao sistema de lazer;
II - 5% (cinco por cento), no mínimo, para uso institucional, destinado a equipamentos comunitários;
III - Regulamentação municipal fixará as normas, condições específicas e restrições para implantação de condomínios edilícios, horizontais ou verticais, em áreas superiores a 30.000,00 m2.
Parágrafo único. Nos condomínios edilícios, a ser implantados terrenos com área de 5.000m² a 30.000 m², o percentual de áreas destinadas ao uso exclusivo de sistema de lazer será de 12%, no mínimo da área total.
Art. 82. A Prefeitura deve manter disponível e atualizada as informações completas sobre:
I - os requisitos urbanísticos previstos pelo Artigo 80 e outros aplicáveis às diferentes zonas em que se divida a área urbana do Município e que constam nos Mapas 002 - Zoneamento Municipal ou 003 - Zoneamento Urbano e Quadro I - Características de Uso e Ocupação do Solo;
II - as vias urbanas ou rurais existentes ou projetadas, que compõem o Sistema Viário Básico do Município e que constam nos Mapas: 004 - Sistema Viário Municipal e 005 - Sistema Viário Urbano;
III - a localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes ou projetados e que constam nos Mapas integrantes da presente Lei;
IV - outras informações técnicas necessárias ao projeto de parcelamento.
Parágrafo único. As exigências deste artigo aplicam-se também aos requisitos urbanísticos e outras informações relacionados ao Poder Público estadual.
Art. 83. As áreas de preservação permanente definidas nos termos desta lei poderão ser computadas como espaços livres de uso público - áreas verdes.

SEÇÃO III - DAS RESPONSABILIDADES DO EMPREENDEDOR E DO PODER PÚBLICO

Art. 84. Compete ao empreendedor que for promover o loteamento:
I - a demarcação dos lotes ou unidades autônomas, quadras e logradouros ou áreas de uso comum;
II - a implantação:
a) do sistema viário;
b) do sistema de drenagem de águas pluviais e suas conexões com o sistema público;
c) implantação da rede de energia elétrica e de iluminação pública eficiênte e ecológica e suas conexões com a rede de energia existente;
d) implantação da rede de distribuição de água e de coleta de esgoto e suas conexões com a rede pública;
e) arborização de calçadas, com uma unidade por lote;
f) guias e sarjetas;
g) pavimentação do leito carroçável das vias;
h) sinalização de trânsito horizontal e vertical.
§ 1º Cabe ao Poder Público por si ou por seus concessionários:
I - a implantação:
a) dos elementos da infraestrutura básicos não exigidos do empreendedor.
b) dos equipamentos comunitários necessários não exigidos do empreendedor;

II - a manutenção, após a entrega das obras:
a) dos equipamentos urbanos;
b) dos equipamentos comunitários, por eles geridos.
§ 2º A Prefeitura ou concessionária, por ocasião do pedido de diretrizes poderá estabelecer exigências específicas em relação aos reservatórios de água potável, sistema de disposição e tratamento de esgotos e sistema de retenção e drenagem de águas pluviais, de acordo com o adensamento previsto e da capacidade de suporte dos sistemas existentes.
§ 3º Nos loteamentos urbanos situados na zona de uso ZR5 e os destinados a chácaras de recreio nas zonas ZTR, caso não haja rede pública de esgotos deverá ser previsto sistema próprio de tratamento, excluindo as situações que a legislação estadual especifica admitir sistema individual de coleta, tratamento e disposição de esgotos no próprio lote.
§ 4º Dependendo das características específicas do loteamento, desde que justificado tecnicamente e após análise dos setores técnicos da Prefeitura, poderá ser substituído o atendimento do item “f” do inciso II do artigo 84 por sistema alternativo.
Art. 85. No caso de condomínios edilícios, quando os equipamentos urbanos dependerem de rede pública, o empreendedor deverá arcar com a infraestrutura.
Parágrafo único. Nos condomínios edilícios será obrigatória manutenção dos equipamentos urbanos tratados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do inciso II do artigo 84, pelos condôminos, sendo a coleta de lixo, de responsabilidade da Prefeitura ou pela concessionária desse serviço público.
Art. 86. Nos condomínios edilícios em glebas superiores a 30.000m², o percentual de áreas mínimas que trata o artigo 81, excluído o sistema viário, será de 17%, sendo 12% destinados a sistema de lazer interno do condomínio e 5% destinados ao uso institucional com frente para logradouro público e destinada a implantação de equipamentos públicos comunitários.
Parágrafo único. O Município poderá aceitar áreas destinadas ao uso público localizado fora dos limites do parcelamento do solo, atendendo às diretrizes do planejamento municipal, resguardado no mínimo o mesmo percentual em área definida na legislação, o valor equivalente e o interesse do Município, devendo essas áreas estar localizadas em áreas sem limitações urbanísticas ou administrativas a critério da Secretaria de Obras e Urbanismo.
Art. 87. As diretrizes a serem emitidas pela Prefeitura para os condomínios edilícios, poderão limitar as dimensões da área do empreendimento e condicionar a aprovação à existência de uma ou mais vias públicas abertas ao tráfego geral, de modo a garantir a livre circulação no interior da área urbana, bem como exigir que parte da área total seja desmembrada e tenha acesso direto por via oficial, aberta ao tráfego geral, de modo a viabilizar a implantação de comércio e serviços e garantir a acessibilidade interbairros.
Parágrafo único. Além das exigências específicas, aplicam-se aos condomínios edilícios as mesmas restrições urbanísticas do Quadro I - Características de Uso e Ocupação, aplicáveis aos loteamentos.
Art. 88. Os condomínios edilícios deverão atender as faixas non aedificandi e de proteção indicadas nos incisos do artigo 79.
Parágrafo único. As faixas de proteção de corpos d´agua e de áreas verdes poderão ser agregadas aos espaços de lazer condominiais, respeitadas as restrições de intervenções em áreas de preservação permanente, desde que estas áreas não ultrapassem 50% (cinquenta por cento) da área destinada ao sistema de lazer.
Art. 89. Os loteamentos e condomínios edilícios limítrofes a Zona Industrial - ZI e a Zona Predominantemente Industrial - ZPI, deverão prever via marginal à faixa mencionada no artigo 79 destinado ao acesso aos lotes e/ou às unidades autônomas.
Art. 90. Nos loteamentos e condomínios edilícios quando localizados nas bacias dos: Ribeirão Cubatão, Ribeirão Ipaneminha e Córrego do Vidal, poderá ser exigido, por ocasião de expedição de diretrizes, a execução, por conta do empreendedor, de dispositivos de retenção de águas pluviais no sistema de drenagem do empreendimento, que poderão estar localizados nas faixas de proteção dos corpos d`água.
Art. 91. No caso de desmembramento, cabe ao empreendedor:
I I - a demarcação dos lotes;
II II - a implantação:
a) de sistema de drenagem de águas pluviais;
b) dos elementos da infraestrutura básica que venham a ser exigidos no ato do licenciamento;
c) transferência de, no mínimo, 10% (dez por cento) da área total a ser desmembrada, ou pagamento em obras ao patrimônio público de mesmo valor, destinada para os fins dos incisos VIII, XII, XVI e/ou XVII, do art. 75 desta lei, nas glebas superiores a 10.000 m²
§ 1º A área a ser transferida ao patrimônio do município deverá ter frente para logradouro público, e as exigências quanto à conformação e dimensões de sua testada serão estabelecidas pela Prefeitura quando da emissão das diretrizes para o desmembramento.
§ 2º Alternativamente ao item “c” fica o Poder Executivo autorizado a exigir, do empreendedor, a seguinte medida alternativa, a título de compensação urbanística:
I - Construção, instalação e/ou manutenção de bens e equipamentos comunitários em outros locais do município, segundo suas necessidades específicas;
§ 3º O valor da contrapartida compensatória será definido pelo GAEIV, obtido através de Laudo de Avaliação (Elaborado pelo poder Público e pelo Empreendedor), que sempre considerará o valor real de mercado da área referida na alínea “c”, do inc. II, deste artigo, por meio de Termo de Compromisso a ser firmado entre o Poder Executivo e o Empreendedor.
Art. 92. No caso de regularização fundiária promovida pelo Município, cabe ao Poder Público ou, quando for o caso, a seus concessionários a implantação, no mínimo:
I - do sistema viário;
II - de sistema de drenagem de águas pluviais;
III - de rede de abastecimento de água potável;
IV - de sistema de disposição adequada do esgoto sanitário.
§ 1º Os encargos previstos neste artigo podem ser compartilhados com os beneficiários, a critério da Prefeitura, com base na análise de, pelo menos, dois aspectos:
I - os equipamentos urbanos e comunitários já implantados parcial ou totalmente;
II - o poder aquisitivo da população a ser beneficiada.
§ 2.º No caso de regularização de parcelamento irregular cujo empreendedor for identificável, o Poder Público deve ser por este ressarcido em relação a todas as despesas efetivadas com a regularização.

SEÇÃO IV - DO PROJETO DE PARCELAMENTO E PROCESSO DE APROVAÇÃO

Art. 93. Nenhum parcelamento do solo, loteamento ou desmembramento, poderá ser efetuado em gleba situada fora da Área Urbana e que não esteja inserido no Cadastro do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU.
§ 1º Antes do pedido de Diretrizes para Parcelamento do Solo, o empreendedor deverá solicitar à Secretaria de Obras e Urbanismo, certidão de uso do solo que conterá as características para parcelamento da zona de uso em que se insere o imóvel.
§ 2º Para obtenção da certidão de uso do solo o interessado deverá apresentar junto com o requerimento, os seguintes documentos:
I - Título de propriedade, matrícula ou transcrição atualizada da área;
II - Prova de inscrição no Cadastro Imobiliário - IPTU, do imóvel;
III - Certidão negativa de Débitos da Prefeitura em relação ao proprietário e ao imóvel;
IV - croquis de localização do imóvel ou levantamento topográfico da área.
§ 3º Nenhuma certidão de Uso de Solo será expedida sem a verificação da inexistência de débitos municipais, através da apresentação da certidão negativa de débitos municipais - CND DA área objeto da certidão e de seu(s) proprietário(s), empreendedor ou incorporador.
§ 4º Poderá ser expedida certidão de Uso de Solo aos imóveis que no perímetro urbano, mantenham cadastro no INCRA e exerçam atividade rural devidamente comprovada através do exercício da atividade de produtor rural e conforme normas da tributação municipal.
§ 5º A não comprovação do efetivo exercício de produção rural ensejará imediato cadastramento imobiliário da propriedade no IPTU e cobrança dos tributos devidos conforme a legislação.
Art. 94. Antes da elaboração do projeto de parcelamento, o empreendedor deve solicitar à Secretaria de Obras e Urbanismo que defina as Diretrizes de Parcelamento do Solo, que conterão:
I - as diretrizes de uso e ocupação do solo;
II - as diretrizes e traçado do sistema viário básico incidente;
III - a reserva de áreas destinadas a uso público;
IV - as faixas de preservação e proteção, bem como medidas mitigadoras de impacto ambiental;
V - a reserva de faixas non aedificandi e destinadas a equipamentos urbanos, quando for o caso.
§ 1º A Secretaria de Obras e Urbanismo pode definir, complementarmente, diretrizes relacionadas à implantação de equipamentos urbanos.
§ 2º No caso de condomínio edilício:
I - se aplica igualmente o disposto nos incisos I, II, III, IV e V do caput;
II - a Prefeitura pode exigir a divisão de empreendimento de grande porte em dois ou mais empreendimentos, em virtude da necessidade de implantação de vias públicas para a garantia de continuidade do sistema viário existente ou projetado;
III - A área destinada ao uso institucional que deverá situar-se junto às divisas externas do condomínio edilício com frente para rua pública oficial.
Art. 95. Para a definição de diretrizes prevista no Artigo 89, o empreendedor deve apresentar à Secretaria de Obras e Urbanismo: requerimento, título de propriedade (matrícula ou transcrição), prova de cadastro do imóvel no município e de quitação de tributos municipais relativos ao imóvel e três vias de levantamento planialtimétrico cadastral do imóvel contendo, pelo menos:
I - as divisas da gleba ou área e seus confrontantes;
II - as curvas de nível com espaçamento adequado à finalidade do empreendimento;
III - a localização dos cursos d`água, lagos, lagoas, nascentes, reservatórios, brejos, de áreas com vegetação arbórea e de construções existentes na gleba ou área;
IV - a indicação das vias lindeiras e áreas de uso público contíguas ao perímetro da gleba ou lote;
V - o tipo de uso predominante a que o parcelamento se destina.
Art. 96. A Secretaria de Obras e Urbanismo indicará na planta apresentada junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento municipal, os seguintes elementos a serem observados no empreendimento:
I - o traçado básico do sistema viário principal;
II - a localização das áreas destinadas aos espaços livres de uso público e uso institucional;
III - as faixas de preservação ambiental a que se referem os incisos III e IV do art. 79.
IV - as faixas non aedificandi destinadas a equipamentos urbanos a que se referem os incisos II e V do art. 79 e outras eventualmente exigidas;
V - os usos admissíveis na gleba ou área, com as respectivas localizações;
VI - as diretrizes e aprovações de Concessionárias e demais órgãos estaduais necessários à aprovação do empreendimento.
§ 1º Analisadas as Diretrizes, o interessado deverá reapresentar documentação demonstrando o fiel cumprimento das diretrizes urbanísticas expedidas em certidão.
§ 2º Cumpridas as exigências estabelecidas na Certidão de Diretrizes, será expedida pela Secretaria de Obras e Urbanismo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis de seu protocolo, a Certidão de Conformidade e Pré-Aprovação do Projeto Urbanístico para continuidade do processo de aprovação do Loteamento ou Condomínio Edilício, que vigorará pelo prazo de 6 (seis) meses, de sua expedição, podendo ser renovada uma única vez, a critério da Secretaria de Obras e Urbanismo.
§ 3º De posse da Certidão de Conformidade e Pré-Aprovação do Projeto Urbanístico, deverá o empreendedor apresentar os projetos de arquitetura e complementares no caso de condomínio edilício, para apreciação e aprovação da Secretaria de Obras e Urbanismo.
§ 4º De posse da Certidão de Conformidade, Pré-Aprovação do Projeto Urbanístico do loteamento, deverá o empreendedor encaminhar para a aprovação do Graprohab, em caso de loteamentos residenciais ou condomínio edilícios, ou, se couber, à Cetesb, no caso de loteamento industrial.
§ 5º Após a obtenção do Certificado Graprohab ou de aprovação da Cetesb, o empreendedor deverá apresentar a Secretaria de Obras e Urbanismo a documentação estabelecida no artigo 96, e os projetos complementares para aprovação final do loteamento ou do condomínio edilício.

SEÇÃO V - DO CONTEÚDO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE LOTEAMENTO

Art. 97. O projeto do loteamento e do condomínio edilício inclui desenhos, memorial(ais) descritivo(s) e cronograma físico das obras e serviços.
§ 1º Os desenhos deverão conter, pelo menos:
I - no caso de loteamento:
a) o sistema viário com a respectiva hierarquia de vias;
b) a subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões e numeração;

c) a indicação das áreas destinadas a uso público;
d) indicação das áreas de proteção e preservação ambiental;
e) indicação das faixas non aedificandi;
f) as dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;
g) os perfis longitudinais e transversais do sistema viário e dos espaços livres de uso público;
h) a indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;
i) indicações e definições geométricas das servidões e restrições especiais que,eventualmente, gravem os lotes ou edificações;
j) projeto de drenagem de águas pluviais e a indicação em planta e perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais;
k) projeto do sistema de esgotos sanitários;
l) projeto do sistema de distribuição de água potável;
m) projeto de rede de iluminação pública e de energia domiciliar;
n) projeto de arborização das vias;
o) projeto de pavimentação.
II - no caso de condomínio edilício:
a) o sistema viário interno, com a respectiva hierarquia de vias;
b) a indicação das unidades autônomas, com as respectivas dimensões e numeração, e das áreas de uso comum dos condôminos;
c) as informações requeridas nas alíneas “c”, a “j” do inciso I.
§ 2º O memorial descritivo deve conter, pelo menos:
I - a descrição sucinta do parcelamento e a indicação dos usos previstos e sua localização;
II - as condições urbanísticas do parcelamento e as limitações que incidem sobre os lotes ou unidades autônomas e suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;
III - a indicação das áreas a serem transferidas ao domínio do Município, automaticamente, no ato de registro do loteamento;
IV - a enumeração das obras e serviços previstos para o parcelamento e que serão executados pelo empreendedor.
§ 3º O conteúdo do memorial descritivo de condomínio edilício aprovado pela Prefeitura deve refletir-se integralmente na convenção de condomínio.
§ 4º O cronograma físico deve conter, pelo menos:
I - a indicação de todas as obras e serviços a serem executados pelo empreendedor;
II - o prazo de execução de cada obra e serviço.
Art. 98. O projeto de desmembramento inclui planta do imóvel contendo, pelo menos, a indicação:
I - das vias lindeiras à gleba ou lote e dos parcelamentos contíguos;
II - dos usos previstos e sua localização;
III - da divisão de lotes pretendida;

Art. 99. O projeto do parcelamento deve ser elaborado considerando:
I - implantação das vias de circulação ajustadas à conformação do terreno, reduzindo-se ao máximo o movimento de terra e assegurando-se proteção adequada às áreas vulneráveis;
II - previsão da execução das obras necessárias em seqüência, de modo a minimizar a instauração de processo erosivo e seu desenvolvimento;
III - valorização do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
IV - reposição da camada superficial do solo nas áreas que forem terraplenadas, com plantio de vegetação apropriada.

SEÇÃO VI - DA APRECIAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE LOTEAMENTO

Art. 100. Orientados pelas diretrizes expedidas pela Prefeitura, os projetos técnicos deverão ser apresentados à Secretaria de Obras e Urbanismo, acompanhados de:
I - certidão atualizada da matrícula da gleba ou área, expedida pelo Serviço de Registro de Imóveis competente;
II - certidão negativa de tributos municipais relativas à gleba ou área, ao proprietário, empreendedor ou incorporador;
III - instrumento de garantia de execução das obras a cargo do empreendedor;
IV - no caso do Artigo 76, o compromisso de compra e venda, ou a decisão judicial relativa à imissão prévia na posse.
§ 1º Caso se constate, até a data do registro imobiliário do parcelamento, que a certidão da matrícula apresentada como atual não tem mais correspondência com os registros e averbações cartorárias do tempo da sua apresentação, além das consequências penais cabíveis, serão consideradas insubsistentes tanto as diretrizes expedidas anteriormente, quanto às aprovações consequentes.
§ 2º No caso de desmembramento, aplicar-se-á o inciso III do caput, quando cabível.
Art. 101. O instrumento de garantia destacado no inciso III do artigo 100 poderá se realizar nas seguintes modalidades:
I - caução em dinheiro;
II - fiança bancária ou contrato de seguro garantia de execução de obra;
III - garantia hipotecaria através de lotes oriundos do próprio empreendimento, em quantidade superior ao valor correspondente para execução das obras previstas e não inferior a 30% (trinta por cento) dos lotes.
Parágrafo único. Constará do termo de garantia de execução das obras:
a) autorização expressa para a Prefeitura executar total ou parcialmente as obras e serviços, constantes do cronograma, com o uso das garantias previstas, no caso de inadimplência do empreendedor;
b) que a forma de liberação da garantia será proporcionalmente à conclusão de cada obra ou serviço;
c) que o empreendedor submeterá o projeto de parcelamento ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição da licença urbanística, obedecidas às disposições legais pertinentes à matéria, sob pena de caducidade da mesma, devendo o empreendedor apresentar à Prefeitura, no prazo especificado, certidão comprobatória.
d) mencionar nos contratos ou nos compromissos de compra e venda de lotes, as restrições urbanísticas convencionadas para o parcelamento e as condições de que os mesmos só poderão receber edificações após a emissão do Termo de Vistoria e Entrega das Obras - “TVO”, pela Prefeitura.
Art. 102. Se entende como aprovado o projeto de parcelamento que possua licença urbanística expedida pela Prefeitura, desde que acompanhada da licença ambiental estabelecida na legislação pertinente, quando for o caso.
§ 1º O projeto aprovado deve ser executado no prazo constante do cronograma físico, sob pena de execução do instrumento de garantia previsto no artigo 101 e implantação das obras pelo Município.
§ 2º Todos os procedimentos administrativos relativos à licença urbanística prevista neste artigo e aos demais casos em que porventura seja exigida a manifestação do Município ou de seus concessionários, devem ser efetivados perante a Secretaria de Obras e Urbanismo ou a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, se couber.
Art. 103. Os parcelamentos podem ser realizados em etapas, à vista do porte do empreendimento, do volume de obras exigido, de situações técnicas desfavoráveis ou, ainda, de situações econômicas justificadas.
Parágrafo único. A licença urbanística deve definir o prazo total para a execução das obras do parcelamento, ou de suas etapas, os quais podem ser prorrogados, nas condições previstas na presente lei.
Art. 104. O prazo para que um projeto de parcelamento apresentado seja aprovado ou rejeitado pela Prefeitura será de 90 (noventa) dias.
§ 1º Todas as eventuais exigências oriundas da análise do projeto de parcelamento devem ser comunicadas pela Prefeitura de uma única vez ao empreendedor, dentro do prazo previsto para aprovação.
§ 2º A apresentação de exigências pela Prefeitura interrompe o prazo previsto para aprovação, que recomeça a fluir depois de cumpridas as mesmas pelo empreendedor.
Art. 105. Exige-se a anuência do Estado, prévia à aprovação do projeto prevista no Art. 102, para os parcelamentos conforme as normas estabelecidas na legislação estadual.
Art. 106. É vedada a alteração das áreas destinadas a uso público após a expedição da licença urbanística, salvo nas hipóteses de caducidade da licença ou desistência do empreendedor.
Art. 107. Por solicitação do empreendedor, a Prefeitura pode aprovar o parcelamento de apenas parte da gleba, desvinculando a parte não parcelada de todos os efeitos previstos nesta Lei, em razão do que será constituída uma nova gleba destacada de área maior, com matrícula imobiliária própria, a ser aberta pelo Serviço de Registro de Imóveis competente.
Parágrafo único. Nos parcelamentos realizados em etapas, fica a critério da Municipalidade a transmissão ao Poder Público da(s) área(s) institucional (ais) na etapa final, desde que se aplique instrumento de garantia previsto no artigo 101.

SEÇÃO VII - DA ENTREGA DAS OBRAS

Art. 108. O prazo para que as obras do parcelamento executadas pelo empreendedor sejam vistoriadas e recebidas pela Prefeitura será estabelecido por ocasião da expedição de diretrizes, conforme o porte dos empreendimentos será no máximo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por igual período.
§ 1º Quando as obras foram entregues para a Prefeitura, o empreendedor deverá requerer a expedição do Termo de Vistoria e Recebimento de Obras - TVO.
§ 2º Todas as eventuais exigências oriundas da vistoria devem ser comunicadas pela Prefeitura de uma única vez ao empreendedor, dentro do prazo previsto para o recebimento.
§ 3º A apresentação de exigências pela Prefeitura interrompe o prazo previsto para o recebimento, que recomeça a fluir depois de cumpridas as mesmas pelo empreendedor.
Art. 109. Quando o parcelamento for realizado em etapas, nos termos do Artigo 103, as obras e serviços de cada etapa devem ser objetos de vistoria e recebimento individualizado - TVO parcial pela Prefeitura, aplicando-se o disposto no Artigo 108.
Art. 110. O empreendedor deve solicitar averbação na matrícula em que se acha registrado o parcelamento, do termo de vistoria e recebimento de obras - TVO, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua expedição.
Art. 111. Desde a data da expedição do termo de vistoria e recebimento de obras - TVO, os serviços de manutenção:
I - de que tratam o inciso II e o § 1º do Artigo 84, passam a ser de responsabilidade do Poder Público;
II - de que trata o Parágrafo único do Artigo 85, permanece sob a responsabilidade do empreendedor até o registro da convenção de condomínio aprovada no Serviço de Registro de Imóveis.
Parágrafo único. Todas as obras e serviços realizados nos parcelamentos, após seu recebimento, passarão a fazer parte integrante do Patrimônio Municipal, sem qualquer indenização ao empreendedor.
Art. 112. Os órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como, os concessionários de serviços públicos, subordinam-se a todos os prazos e a todas as condições previstas no Artigo 104 e no Artigo 108, devendo, inclusive, expedirem norma estabelecendo prazo para expedição de diretrizes e aprovações, se for o caso.

SEÇÃO VIII - DO DESDOBRO DE LOTES

Art. 113. Entende-se por desdobro a subdivisão de lote resultante de loteamento ou desmembramento pré-aprovado ou regularizado pela Prefeitura Municipal em duas ou mais partes, com testada mínima de 5,00 metros e área mínima de 125 m2.

CAPÍTULO IV - DO DESDOBRO DE LOTES

Art. 114. Os lotes urbanos poderão ser desdobrados obedecendo à área, testada e profundidade mínimas estabelecidas para a zona de uso os quais se inserem, conforme planta de zoneamento urbano e Características de Uso e Ocupação do Solo constantes no Quadro I.

CAPÍTULO V - DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO

Art. 115. A abertura e implantação de novas vias no município dar-se-á através de parcelamento do solo, por iniciativa da Prefeitura, por empreendedor, como medida compensatória de Estudo de Impacto de Vizinhança; ou contrapartida resultante de TAC - Termo de Ajuste de Conduta - firmado com o Poder Público Municipal.
Parágrafo único. A abertura e implantação de novas vias deverão respeitar as diretrizes e gabaritos horizontais estabelecidos nos Mapas: 004 - Sistema Viário Municipal e 005 - Sistema Viário Urbano e no Quadro III - Vias de Circulação, integrantes deste Plano Diretor.
Art. 116. O Sistema Viário Básico tem por objetivo a distribuição hierarquizada dos fluxos viários a fim de garantir a circulação de veículos, bens e serviços de forma ordenada no território da cidade de acordo com a capacidade de tráfego projetada para as vias e terão as seguintes características:
I - V0 - Vias expressas - destinadas ao tráfego rápido e de passagem seção-tipo com uma ou duas pistas centrais e duas laterais, com uma ou duas faixas de tráfego, com largura mínima de 3,50 m, cada faixa, canteiro central quando em duas pistas e passeios laterais;
II - Tipo V1 - Via Arterial de Primeira Categoria - destinadas ao tráfego rápido propiciando as principais ligações entre os setores da cidade, seção-tipo com largura total de 30,00 m; com duas pistas centrais, com três faixas de tráfego cada, largura mínima de 3,00 m cada faixa, canteiro central e passeios laterais;
III - Tipo V2 - Via Coletora de Segunda Categoria - avenidas destinadas à coleta e distribuição de tráfego interbairros, e de circulação na Zona Industrial - ZI. Seção-tipo com largura total de 18,00 m; com uma pista central, com quatro faixas de tráfego, largura mínima de 3,00 m cada faixa e passeio lateral;
IV - Tipo V2p - Via Parque de Segunda Categoria - avenidas destinadas à coleta e distribuição de tráfego interbairros e finalidade paisagística, seção-tipo com largura mínima de 18,00 m; com uma pista central, com duas faixas de tráfego e uma faixa de estacionamento, largura mínima de 3,00 m cada faixa e passeios lateral de 5,00 m voltados para os parques e áreas de preservação e 3,00 m para as quadras e lotes;
V - Tipo V3 - Via Local - sendo:
a) V3 - 14,00 m; com uma pista central, com duas faixas de tráfego e uma para estacionamento de veículos, largura mínima de 3,00 m cada faixa carroçável e passeios laterais;
b) V3.1 - ruas destinadas ao tráfego local e de acesso aos lotes, seção-tipo com largura mínima de 15,00 m ao longo das rodovias, ferrovias e linhas de transmissão de energia;
c) V3p- Via Parque Local - de separação e de usos ao longo das áreas de APPs e áreas verdes, destinadas ao tráfego local e de acesso aos lotes, seção-tipo com largura de 14,00 m, pista central de 7,00 e passeios de 2,5 m do lado do acesso aos lotes e 4,5 m ao lado das áreas verdes e APPs.

VI - Tipo V4 - Via em “cul-de-sac” - ruas destinadas exclusivamente ao tráfego local de acesso a residências com largura mínima de 12,00 m; com uma pista central, com duas faixas de tráfego de 3,50 m cada faixa e passeios laterais e comprimento máximo de 200 metros;
VII - Tipo V5 - Via Local Popular - ruas destinadas ao tráfego local e de acesso aos lotes em empreendimentos de interesse social, seção-tipo com largura mínima de 14,00 m; com uma pista central, com duas faixas de tráfego de 3,50 m cada faixa e passeios laterais;
VIII - Tipo V6 - Estrada Rural - vias destinadas às ligações entre os bairros rurais e a zona urbana, seção-tipo com largura mínima de 14,00 m; com faixa carroçável mínima de 7,00 m e áreas de acomodação laterais;
IX - Tipo V7 - Anel Viário - rodovia destinada a interligação de rodovias estaduais, com faixa de domínio de 80,00 metros e acessos controlados.
X – Demais tipos de via, ver Quadro 3.
§ 1º As praças de retorno das vias em “cul-de-sac” terão diâmetro externo mínimo de 20 m (vinte metros).
§ 2º Os alinhamentos prediais, nos cruzamentos das vias de circulação, deverão ser concordados por um arco de círculo de raio mínimo igual a 9 m (nove metros).
§ 3º Nos alinhamentos esconsos e especiais, as disposições deste artigo poderão sofrer alterações, a critério da Prefeitura.
§ 4º Os acessos às propriedades lindeiras às rodovias estaduais deverão obedecer a dispositivos de segurança, regulamentação a aprovação do DER ou da concessionária da rodovia.
§ 5º Os acessos às propriedades lindeiras a antigos leitos de rodovias na área urbana deverão obedecer a dispositivos de segurança, diretrizes específicas e a aprovação da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.
Art. 117. A Prefeitura somente receberá para domínio público e respectiva denominação, as vias de circulação e logradouros que se encontrem nas condições previstas nesta Lei.
§ 1º As servidões de passagem deverão ser incorporadas ao sistema viário dos loteamentos.
§ 2º A Prefeitura só poderá receber área em doação para abertura de novas vias, desde que:
I - seja de interesse público fundamentado para ligação entre vias oficiais existentes, ou;
II - sejam vias projetadas e inseridas nos Mapas 004 - Sistema Viário Municipal da presente lei, e;
III - avaliado o impacto da evasão de áreas públicas pela possibilidade de desmembramento de lotes conforme a presente lei;
IV - apresente parecer fundamentado das Secretarias de Planejamento e Desenvolvimento, ou de Obras e Urbanismo e de Negócios Jurídicos.
Art. 118. A abertura de via sobre cursos d`água - intervenção em APP - não poderá ser executada, aterrada ou desviado o curso de seu leito natural, sem prévio licenciamento do órgão ambiental Cetesb e DAEE, se couber, e obedecidas diretrizes da Prefeitura.
Parágrafo único. A abertura de via sobre cursos d`água que faz divisa com outro município, obedecidas ao caput deste artigo, só será permitida se prevista no Sistema Viário Básico (Mapas 004 - Sistema Viário Municipal ou 005 - Sistema Viário Urbano).

CAPÍTULO VI - DOS LOTEAMENTOS “FECHADOS”

Art. 119. Os loteamentos poderão ser do tipo “Loteamento Fechado” caracterizando-se pela outorga de permissão de uso das áreas de domínio público, podendo tal concessão ser dada parcial ou para a totalidade do loteamento.
§ 1º Para ser outorgada a permissão de uso das áreas de domínio público, o loteamento deverá cumprir com as seguintes exigências:
I - Solicitar à Prefeitura, quando do pedido de diretrizes para o parcelamento;
II - Parecer favorável da Secretaria Municipal de Planejamentoe Desenvolvimento, com a manifestação das Secretarias de Obras e Urbanismo, Mobilidade Urbana e Meio Ambiente;
III - Apresentar Estudo de Impacto sobre a Vizinhança - EIV, conforme os artigos 25 e 27;
IV - Ter a malha viária interna ao setor com acesso controlado composta exclusivamente por vias locais, sem obstrução do sistema viário básico e da ligação interbairros;
V - Manter os terrenos destinados a uso institucional com acesso por via oficial de circulação sem qualquer tipo de controle;
VI - Constituir pessoa jurídica, composta pelos proprietários, que assuma legalmente a responsabilidade pela manutenção e operação das vias e dos equipamentos urbanos no interior do setor com acesso controlado;
VII - Atender as diretrizes emitidas pela Prefeitura, as quais deverão:
a) Limitar as dimensões da área controlada, de modo a garantir a livre circulação no interior da área urbana;
b) Exigir, quando considerado necessário, a manutenção de lotes externos ao setor com acesso controlado, de modo a viabilizar a instalação de comércio, serviços e outros equipamentos;
c) atender, ainda, os seguintes requisitos de projeto:
§ 2º o projeto da(s) portaria(s) e da forma de fechamento do loteamento, a título precário, deverá ser apresentado e aprovado conjuntamente com o Plano de Loteamento;

§ 3º a(s) portaria(s) constante(s) do Loteamento Fechado deverão ter projeção horizontal incluindo a cobertura sobre o sistema viário de acesso de no máximo 200 m², ficando dispensada do atendimento aos recuos constantes no zoneamento;
§ 4º deverá ser prevista faixa de acomodação na área do projeto de tal forma que possibilite a parada de veículos no valor correspondente a 5% do número de lotes objeto do loteamento;
§ 5º para cada veículo calculado nos termos do ítem 3, será necessária uma área no leito carroçável da faixa de acomodação ou em bolsão de estacionamento correspondente a 25 m² por veículo.
Art. 120. Após a obtenção do Termo de Vistoria e Recebimento das Obras - TVO, o interessado deverá solicitar, por requerimento, à Prefeitura, a lavratura do termo de permissão que se refere o artigo 119.
§ 1º Do instrumento de concessão de direito real de uso deverão constar, obrigatoriamente, todos os encargos relativos à manutenção e conservação dos bens públicos e equipamentos urbanos objeto da concessão, que deverão constar, também, do contrato padrão de vendas do empreendimento.
§ 2º A permissão de que trata o "caput" deste artigo só poderá ser outorgada a uma sociedade civil constituída pelos proprietários dos lotes.
§ 3º O permissionário fica obrigado a arcar com todas as despesas oriundas da concessão, inclusive as relativas à lavratura e registro do competente instrumento.
§ 4º A extinção ou dissolução da entidade concessionária, a alteração do destino da área, o descumprimento das condições instituídas nesta Lei e nas cláusulas que constarem dos termos de permissão, bem como a inobservância, sem justa causa, sem qualquer prazo fixado, implicarão na automática rescisão da permissão, revertendo a área à disponibilidade do Município e incorporando-se ao seu patrimônio todas as benfeitorias nela construídas, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for.
Art. 121. Os loteamentos já implantados poderão requerer à Prefeitura Municipal seu enquadramento como "Loteamento Fechado" desde que obedecido o seguinte:
I - seja garantido o acesso às áreas institucionais, as quais deverão estar fora do perímetro da Permissão de Uso e nos casos de loteamentos já implantados, onde haja impossibilidade deste cumprimento, será elaborado TAC - Termo de Ajuste de Conduta;
II - que as áreas verdes e institucionais não estejam sendo utilizadas para atendimento do bairro em que se situa;
III - O atendimento dos incisos II, IV e VI do artigo 119.
Parágrafo único. A análise da documentação será feita pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e Secretaria de Obras e Urbanismo e respeitadas as disposições desta Lei.
Art. 122. Fica instituída, no Município de Votorantim, a modalidade de parcelamento do solo urbano denominada Condomínio de Lotes, conforme disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, caracterizada pelo empreendimento imobiliário constituído pela subdivisão de gleba ou terreno em frações autônomas, denominadas lotes, dotadas de matrícula própria e independência registral, complementadas por áreas de uso comum compartilhadas pelos condôminos.
§ 1º O Condomínio de Lotes equipara-se, para fins urbanísticos e edilícios, ao loteamento urbano, devendo atender às diretrizes do Plano Diretor, à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e às demais normas municipais pertinentes.
§ 2º O projeto de Condomínio de Lotes deverá ser submetido à aprovação do Poder Executivo Municipal, por meio dos órgãos competentes, observando as mesmas exigências técnicas aplicáveis aos loteamentos, especialmente quanto à infraestrutura urbana mínima, compreendendo:
I – sistema viário interno;
II – drenagem de águas pluviais;
III – abastecimento de água potável;
IV – esgotamento sanitário;
V – rede de energia elétrica e iluminação pública;
VI – áreas destinadas a lazer e convivência.
§ 3º Cada lote integrante do Condomínio constituirá unidade imobiliária autônoma, com matrícula individual no Cartório de Registro de Imóveis, sendo permitida a edificação conforme os parâmetros urbanísticos e edilícios vigentes para a zona onde se localiza o empreendimento.
§ 4º As áreas e equipamentos de uso comum serão indivisíveis, pertencentes em condomínio a todos os titulares de unidades, proporcionalmente às suas frações ideais, conforme disposto na convenção condominial.
§ 5º A implantação do Condomínio de Lotes somente será admitida em zonas urbanas e de expansão urbana definidas no Plano Diretor e na legislação de uso e ocupação do solo, sendo vedada em áreas de preservação permanente, de risco geotécnico ou ambiental, e demais áreas não edificáveis.
§ 6º A convenção de condomínio deverá disciplinar, no mínimo:
I – o uso e manutenção das áreas comuns;
II – a forma de administração e representação do condomínio;
III – o rateio das despesas e responsabilidades;
IV – os parâmetros construtivos internos e restrições de uso das unidades;
V – as normas de convivência e segurança.
§ 7º O empreendedor é responsável pela execução integral das obras de infraestrutura e pela manutenção das áreas comuns até a instituição formal do condomínio.
§ 8º Os parâmetros urbanísticos mínimos para os lotes integrantes do Condomínio deverão observar:
I – área mínima de lote, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento definidos pela zona de uso;
II – recuos frontais, laterais e de fundos compatíveis com a legislação edilícia municipal;
III – demais condições técnicas estabelecidas pela Prefeitura Municipal.
§ 9º Os Condomínios de Lotes já existentes poderão requerer sua regularização perante o Município, desde que atendam às disposições desta Lei e apresentem documentação técnica e registral compatível com a legislação vigente.
§ 10. O Poder Executivo regulamentará os procedimentos administrativos e técnicos para análise, aprovação e registro dos Condomínios de Lotes no prazo de até 90 (noventa) dias após a promulgação desta Lei.
§ 11. O Condomínio de Lotes será admitido nas zonas residenciais e mistas previstas neste Plano Diretor, respeitados os parâmetros urbanísticos de cada zona.
§ 12. A implantação dependerá de aprovação municipal, mediante apresentação de projeto específico, devendo atender às exigências de infraestrutura, saneamento, mobilidade, áreas verdes e equipamentos públicos estabelecidos por esta Lei e pela legislação complementar.
§ 13. Aplicam-se aos Condomínios de Lotes, no que couber, as normas municipais de parcelamento do solo, edificação e uso do solo, observadas as disposições do Código Civil e da legislação federal pertinente.
§ 14. O Município exigirá, como condição de aprovação, a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e/ou Estudo de Impacto Ambiental (EIA), conforme a localização, porte e características do empreendimento.
§ 15. Toda infraestrutura necessária até o empreendimento e dentro dele deverá ser construído pelo empreendedor.
§ 16. Como infraestrutura básica, deverá possuir:
I - o projeto da(s) portaria(s) e da forma de fechamento do loteamento deverá ser apresentado e aprovado conjuntamente com o Plano do Condomínio;
II - a(s) portaria(s) constante(s) do Condomínio Fechado deverão ter projeção horizontal incluindo a cobertura sobre o sistema viário de acesso de no máximo 200 m², ficando dispensada do atendimento aos recuos constantes no zoneamento;
III - deverá ser prevista faixa de acomodação na área do projeto de tal forma que possibilite a parada de veículos no valor correspondente a 5% do número de lotes objeto do condomínio com dimensão dada no Quadro 2;

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS RELATIVAS AO PARCELAMENTO DO SOLO

Art. 123. Na Área Rural, qualquer parcelamento do solo deverá observar o módulo mínimo rural, definido pelo INCRA.
Art. 124. As infrações à presente Lei darão ensejo à cassação do alvará, a embargo administrativo da obra e a aplicação de multas fixadas pela Prefeitura, conforme legislação de posturas e tributária.
Parágrafo único. Sem prejuízo das providências cabíveis conforme o caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizados a estabelecer medidas compensatórias conforme regulamentação municipal complementar.
Art. 125. Fica autorizada a instituição de laje sobre usos INFRA, a fim de que possam ser edificados sobre estações e terminais, dando-se maior efetividade ao adensamento em zonas necessárias.
Art. 126. Para a instituição do direito de laje sobre os usos INFRA, deverão ser observadas pelo empreendedor:
I - a laje deve possuir acesso independente da construção base, devendo ser garantida a acessibilidade a todos à laje;
II - deverá haver na construção base reserva de acesso vertical à laje ou instituição de servidão de passagem vertical;
III - a planta de acesso à laje deve representar os elementos para a servidão e a frente para logradouro público;
IV - o acesso à laje deve se dar pela projeção da mesma sobre o terreno base, sendo vedada a utilização de acesso além de suas medidas.
§ 1º Fica autorizada a implantação de térreo elevado, havendo dispensa de consulta à CMDES quanto sua implantação no local.
Art. 127. Os parâmetros urbanísticos deverão ser atendidos da seguinte forma:
I - a taxa de ocupação, área permeável e cota ambiental serão atendidas pelo uso INFRA, sendo dispensada para a laje;
II - fica vedada à laje possuir taxa de ocupação e/ou área de projeção maior que a construção base;
III - o coeficiente de aproveitamento será calculado sobre a área computável e não computável da laje, excluída a área operacional do uso INFRA;
IV - o gabarito será apresentado a partir do térreo do empreendimento da laje.
Art. 128. O projeto a ser apresentado deverá conter, além dos documentos exigidos pela lei e demais legislações pertinentes, no mínimo:
I - levantamento planialtimétrico da laje;
II - planta da matrícula da laje utilizada para abertura junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
III - perímetros de escritura e real da laje, georreferenciados;
IV - matrícula com previsão de cotas e níveis dos vértices;
V - anuência do proprietário e responsável técnico da construção base sobre o projeto a ser apresentado para a laje, declarando que as fundações e estruturas comportam a carga do empreendimento a ser erguido na laje;
VI - demonstração das vias e respectivos acessos à laje.
Art. 129. Fica autorizado ao Executivo a abertura de matrícula de laje de espaços aéreos e subterrâneos em terrenos públicos e privados, sob a classe de bem dominial, para a alienação aos terrenos confrontantes, mediante regular processo administrativo.
Art. 130. A área da laje incorporará uma das matrículas adjacentes, incidindo sobre a mesma todos os encargos e tributos ao titular.
Art. 131. A precificação da laje será realizada pela Secretaria de Tributação.

TITULO IV - DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO I - DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

SEÇÃO I - DOS OBJETIVOS GERAIS

Art. 132. A política de desenvolvimento socioeconômico do município de Votorantim tem os seguintes objetivos:
I - Elevar as condições de vida da população através da oferta de serviços públicos e equipamentos sociais distribuídos, de acordo com a demanda, por todo o território do município com níveis de atendimento adequado às necessidades da população;
II - Elevar a qualidade de vida da população através da melhoria contínua dos índices de desenvolvimento humano e seus indicadores no município, através de:
a) Diminuição das taxas de mortalidade infantil, perinatal e de jovens e adultos;
b) Aumento da expectativa de vida da população em geral;
c) Redução das taxas de analfabetismo, de atendimento à pré-escola, de conclusão do ensino fundamental e médio nas idades escolares pertinentes e de aumento de anos de estudo da população em geral;
d) Qualificação da mão-de-obra local, buscando elevar o rendimento médio do trabalhador nos diversos empregos ocupados;
e) Ampliar a oferta de cursos de formação profissional de modo a possibilitar o aumento da renda média das famílias e maior poder de consumo;
f) Apoias e fomentar a criação de novos postos de trabalho no município, em todos os setores da economia municipal;
Art. 133. Os objetivos gerais da política de desenvolvimento socioeconômico estabelecidas no artigo 132, buscarão a complementaridade das ações dos órgãos da administração pública, nas diversas esferas de governo e a integração de iniciativas públicas e privadas.
Parágrafo único. Deverão ser apoiadas e estimuladas todas as ações, iniciativas e formas associativas de trabalho social, públicas e privadas, objetivando o desenvolvimento pleno dos cidadãos.

SEÇÃO II - DAS DIRETRIZES E METAS SETORIAIS

Art. 134. As realizações dos objetivos gerais propostos no artigo 119 se darão através de plano de ação específico dos diversos órgãos da administração direta e indireta.
§ 1º Baseado nas diretrizes e objetivos do presente Plano, as secretarias fins deverão elaborar programas e projetos específicos e estabelecer metas para consecução dos objetivos.
§ 2º Os programas e projetos deverão ser objeto e avaliação e controle periódicos, bem como de revisão de seus objetivos durante todo o processo de implementação.
§ 3º Deverão ser facilitadas todas as formas de participação da população na realização de programas e projetos e ser objeto de ampla divulgação através dos meios oficiais e ouvidos os conselhos municipais afins.

SEÇÃO III - DA EDUCAÇÃO

Art. 135. Ficam estabelecidas as seguintes metas prioritárias para o setor, a serem atingidas no curto e médio prazo:
I - Priorizar, implantar e difundir programas de alfabetização de jovens e adultos;
II - Estabelecer ações educacionais de interesse buscando combater a evasão escolar no ensino fundamental;
III - Apoiar a criação de cursos profissionalizantes, adequados ao perfil de emprego do município e da região, através de iniciativas próprias e/ou desenvolvimento de parcerias com serviços de aprendizado da indústria e comércio e organizações sociais;
IV - Melhoria da rede física e de equipamentos através da reforma, ampliação e construção de creches e escolas do ensino infantil e fundamental, adequadas à demanda;
V - Dar continuidade às ações estratégicas específicas de:
§ 1º Relativas ao Ensino fundamental:
a) Implementar o atendimento universal a faixa etária de 6 a 14 anos;
b) Aumentar o número de vagas onde a demanda assim indicar;
c) Promover a articulação das escolas com outros equipamentos sociais, culturais e organizações;
d) Incentivo à leitura, ampliação e aprimoramento das salas de leituras.
§ 2º Relativas à Educação de Jovens e Adultos:
a) Promover a superação do analfabetismo;
b) Ampliar a oferta de vagas, principalmente noturna;
c) Apoiar iniciativas não governamentais;
d) Fomentar a qualificação;
e) Promover a articulação com outros equipamentos sociais, culturais e organizações.
§ 3º Relativas ao Ensino Profissionalizante e Pós Secundário:
a) Apoiar a ampliação progressiva das vagas;
b) Apoiar cursos de línguas e tecnologias;
c) Promover parcerias com o PAT (Posto de Atendimento do Trabalhador);
d) Fomentar a implantação de cursos profissionalizantes.
§ 4º Relativas ao Ensino Superior:
a) Apoio à implantação e ampliação de cursos universitários públicos na cidade e na região;
b) Aprimorar o transporte universitário;
c) Fomentar programas de bolsas de estudos.

SEÇÃO IV - DA SAÚDE

Art. 136. Ficam estabelecidas as seguintes metas prioritárias para o setor, a serem atingidas no curto e médio prazo:
I - Melhoria da rede física de equipamentos de saúde através da reforma, ampliação e construção de novos equipamentos, adequados ao uso e a demanda, e em especial:
a) Ampliação do atendimento através da construção das Unidades Básicas de Saúde nos Bairros:
b) Apoio às entidades filantrópicas instaladas no município que prestam serviços de saúde;
c) Construção de unidade de saúde especializada para oferecer retaguarda aos serviços de saúde do município e atenção integral as necessidades do idoso;
d) Reforma e ampliação das unidades existentes.
II - Ampliar o atendimento à gestante e a infância, através de incremento da especialidade e de equipamentos na rede existente;
III - Ampliação das informações e campanhas de esclarecimentos relativas a DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis;
IV - Informatização do sistema de agendamento de consultas visando à melhoria da qualidade do atendimento;
V - Implantação da lei de taxas de vigilância sanitária visando a qualificação dos serviços relacionados à vigilância e saúde.

SEÇÃO V - DOS ESPORTES E LAZER

Art. 137. Ficam estabelecidas as seguintes metas prioritárias para o setor, a serem atingidas no curto e médio prazo:
I - Melhoria da rede física de equipamentos de esportes e lazer através da reforma, ampliação e construção de novos equipamentos, adequados ao uso e a demanda, e em especial:
a) Reforma, ampliação e/ou construção de Ginásio de Esportes.
b) Reforma e melhoria do Estádio Municipal e campos de futebol, através da construção de instalações de apoio, fechamento da área, infraestrutura, recomposição dos gramados e iluminação dos campos;
c) Reforma e melhoria nas instalações das raias de bocha e malha;
d) Ampliação da oferta de modalidades desportivas;
e) Implantar projeto social infantil de práticas desportivas;
f) Revitalização de áreas de lazer dotadas de equipamentos de esportes e lazer para atendimento da população de bairro;
g) Apoiar projetos esportivos que sigam a legislação municipal;
h) Eventos de grande porte deverá ser realizado através de parcerias público privado, não ultrapassando o valor máximo de 20% da secretaria.

SEÇÃO VI - DA CULTURA

Art. 138. Ficam estabelecidas as seguintes metas prioritárias para o setor, a serem atingidas no curto e médio prazo:
I - Criação de calendário de atividades e eventos para utilização permanente da Praça de Eventos e outros espaços públicos adequados;
II - Publicação e divulgação de material literário

de interesse histórico e turístico do município.
III - Construção de um complexo cultural.
IV– Levantamento de Imóveis já tombados e aqueles em fase de tombamento.
V- Levantamento Histórico-cultural do Município.
VI - Descentralização e circulação de programas, ações e eventos.

SEÇÃO VII - DA PROMOÇÃO SOCIAL

Art. 139. Ficam estabelecidas as seguintes metas prioritárias para o setor, a serem atingidas no curto e médio prazo:
I - Criar zonas de incentivo à economia solidária e ao empreendedorismo social. Promover parcerias para capacitação profissional e reinserção de pessoas em vulnerabilidade no mercado de trabalho. Integrar as ações dos programas "Reintegrar" conectando-as a oportunidades de formação, empregabilidade e negócios locais.
II – Fortalecer a rede de atendimento dos PROAMEs;
III - Integrar e ampliar os programas de promoção social ao idoso; viabilizando a implantação de um Centro Dia.
IV - Integrar e promover os portadores de necessidades especiais nos programas sociais.
V - Ampliação da rede socioassistencial, através da construção de CRAS - Centro de Referência de Assistência Social na região Central do Município e ampliação da equipe técnica do CREAS - Centro de Referência Especializada em Assistência Social;
VI - Implantar o programa "Cidadania Itinerante", levando serviços sociais, de documentação, orientação e inclusão social aos bairros e comunidades mais distantes.
VII - Implantar uma Residência Inclusiva para acolhimento de pessoas com deficiência que se encontra em situação de abandono ou rompimento familiar e risco social.
VIII - Fortalecer a atuação conjunta entre Cidadania, Saúde, Educação, Habitação e Meio Ambiente entre outras políticas públicas. Usar indicadores sociais e mapas de vulnerabilidade para orientar decisões urbanísticas e priorização de investimentos.
IX - Implantar a Casa dos Conselhos Municipais, reunindo os conselhos de políticas públicas (Assistência Social, Idoso, Mulher, Pessoa com Deficiência, Criança e Adolescente, entre outros) em um espaço físico único e estruturado. Garantir suporte técnico e administrativo para fortalecer o controle social e a participação popular.

CAPITULO II - DOS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ADMINISTRATIVO E FINANÇAS MUNICIPAIS

Art. 140. O desenvolvimento das atividades econômicas no Município de Votorantim deverá ser promovido de acordo com as seguintes diretrizes:
I - implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos adequados à instalação de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, em especial:
a) implantação de Anel Viário entre a Rodovia Raposo Tavares e a Rodovia Raimundo Antunes Soares;
b) divulgação da potencialidade do Município junto a entidades empresariais - CIESP e aos órgãos de promoção do desenvolvimento do governo do Estado, para instalação de empreendimentos e das possibilidades de negócios do município.
c) apoiar e facilitar a abertura de MEIs, micro e pequenas empresas no município;
d) divulgar e fomentar o microcrédito através do Banco do Povo Paulista e demais instituições financeiras afins;
e) regularizar e disponibilizar áreas públicas ociosas para fins implantação de novas atividades produtivas no município, conforme a legislação;
II - gestão junto ao governo estadual visando melhoria dos acessos rodoviários à cidade e adequada manutenção das estradas estaduais no município, principalmente através da:
a) melhoria do acesso junto ao centro urbano, através da construção de dispositivo na SP 79 próximo à Rodovia Raposo Tavares (trevo da morte), sinalização, paisagismo e iluminação do trecho;
b) construção de vias marginais na rodovia João Leme dos Santos, melhoria na sinalização, geometria, paisagismo e iluminação dos acessos urbanos aos Bairros Tatiana e Green Valley;
c) remodelação do leito desativado da SP 79, como avenida urbana de 2º categoria e abertura de nova avenida de ligação ao Shopping Iguatemi Esplanada.
III - Pavimentação da estrada de ligação ao Bairro Capoavinha;
IV - construção da via expressa na marginal do Rio Sorocaba, entre o Parque da Cachoeira e a Avenida Reverendo José Manoel da Conceição;
V - Abertura da Avenida Anália Pereira entre o Bairro Itapeva e a Rodovia Raimundo Antunes Soares;
VI - Construção da via marginais a rodovia para acesso a Zona Industrial, ao longo da SP - 264;
VII - Elaboração de Plano Viário, Trânsito e Transportes, com objetivos, diretrizes e metas de melhorias da circulação urbana, da fluidez e segurança do trânsito de veículos e pedestres e do transporte coletivo, em especial:
a) áreas necessárias para alargamentos de vias do Sistema Viário Básico estabelecidas do presente Plano Diretor ou estabelecimento de binários em locais onde não seja possível o alargamento;
b) plano de trânsito específico para a área central da cidade - centro urbano expandido - com a previsão de estacionamentos públicos;
c) Planejamento da mobilidade urbana, modernização e melhoria do transporte coletivo.
VIII - Reativação de incubadoras de empresas promovendo "startups";
IX - Modernização administrativa, visando melhorar das instalações da Prefeitura, através da:
a) construção de novo Paço Municipal;
b) implantação do sistema de informatizado municipal.
c) descentralização de atividades administrativas;
X - Melhoria da arrecadação própria e promoção da justiça tributária, através de:
a) recadastramento imobiliário de todos os imóveis edificados ou não e glebas, nas áreas urbanas e não cadastradas no IPTU;
b) atualização da planta genérica de valores;
c) recadastramento mobiliário dos prestadores de serviços - ISS;
d) incremento da fiscalização de normas e regulamentos municipais, em especial as relativas a obras e edificações, posturas e tributação.
e) Incentivos fiscais para determinados tipos de empresas de tecnologia.

TÍTULO V - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E REVISÃO

CAPÍTULO I - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA PARA O PLANEJAMENTO

Art. 141. O Plano Diretor e demais legislações urbanísticas municipais relativas à aplicação dos princípios, objetivos e metas do presente plano deverão ser objeto de acompanhamento e controle de sua implementação através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e Secretaria de Obras e Urbanismo.
Art. 142. Além das atribuições definidas em lei, caberá à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento:
I - Acompanhar e desenvolver mecanismos, planos e programas necessários à execução da política urbana;
II - Acompanhar e controlar a aplicação dos instrumentos da política urbana;
III - Acompanhar e articular planos e programas regionais de interesse ao desenvolvimento municipal;
IV - Acompanhar e articular as ações dos demais órgãos da administração direta e indireta para ação integrada na execução dos objetivos e metas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental estabelecidas no Plano Diretor;
V - Acompanhar e assessorar na elaboração dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos, através do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual com vistas a incorporar as diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Diretor;
VI - Acompanhar e controlar as alterações, modificações, acréscimos e regulamentações dos dispositivos urbanísticos instituídos no Plano Diretor;
VII – Coordenar junto à Secretaria de Obras e Urbanismo o processo de revisão periódica do Plano Diretor, no mínimo a cada cinco anos;
VIII - Promover junto à Secretaria de Obras e Urbanismo a Conferência da Cidade.
Art. 143. O Poder Executivo criará Câmara Técnica de Legislação Urbanística, para dirimir os casos omissos e aqueles que não se enquadrarem nas disposições deste Plano Diretor, relacionados com parcelamento, uso ou ocupação do solo no Município.
Parágrafo único. A Câmara Técnica de Legislação Urbanística será composta por representantes técnicos da Prefeitura e de suas secretarias e autarquias.
Art. 144. O Plano Diretor de Desenvolvimento de Votorantim deverá ser revisado ordinariamente, a cada 5 (cinco) anos, conforme os procedimentos estabelecidos no estatuto da Cidade.

CAPÍTULO II - DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE E DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 145. Para garantir a gestão democrática da cidade, serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:
I - Conferência da Cidade;
II - Conselho Municipal de Desenvolvimento;
III - Conselhos Municipais Setoriais;
IV - Audiências Públicas;
V - Orçamento Participativo;
VI - Iniciativa popular de projeto de lei, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
Art. 146. Será garantido o controle direto das atividades de gestão democrática da cidade e o pleno desenvolvimento da cidadania através da obrigatória e significativa participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade.
§ 1º Será dada ampla divulgação e com antecedência das convocações de participação da população.
§ 2º Somente depois de discutidas e aprovadas as propostas provenientes dos Instrumentos de gestão democrática da cidade é que o Executivo, na forma de projeto de lei, encaminhará as deliberações à Câmara Municipal mantidas as diretrizes e regras básicas desta Lei Municipal Complementar.
Art. 147. O acompanhamento da população acerca da implementação do Plano Diretor será efetuado através da Conferência da Cidade.
§ 1º A referida Conferência deverá ocorrer anualmente após a aprovação e publicação do Plano Diretor.
§ 2º A Conferência da Cidade será regulamentada em legislação própria a ser aprovada pela Câmara Municipal.
Art. 148. Deverá ser disponibilizado na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Votorantim, na rede mundial de computadores - internet, o presente Plano Diretor e demais documentos relativos ao planejamento municipal que vierem a ser elaborados, ainda que não aprovados, para consulta da população.
Parágrafo único. A administração municipal promoverá meios de divulgação do Plano Diretor, em linguagem adequada, para conhecimento da população nas diversas faixas etárias e pleno exercício da cidadania.

CAPÍTULO III - DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO

Art. 149. O Executivo implantará, progressivamente, e manterá permanentemente atualizado, o sistema municipal de informações sociais, culturais, econômicas, financeiras, patrimoniais, administrativas, físico-territoriais, inclusive cartográficas e geológicas, ambientais, imobiliárias e outras de relevante interesse para o município, georreferenciadas em meio digital.
§ 1º Deve ser assegurada ampla e periódica divulgação dos dados do sistema municipal de informação, por meio de publicação anual na Imprensa Oficial do Município, disponibilizada na página eletrônica da Prefeitura, na rede mundial de computadores - internet, bem como seu acesso aos munícipes, por todos os meios possíveis.
§ 2º O sistema a que se refere este artigo deve atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos.
§ 3º O sistema municipal de informação adotará a divisão administrativa em áreas e zonas de uso como unidade territorial básica.
§ 4º O sistema municipal de informação terá cadastro único, multi-utilitário, que reunirá informações de natureza imobiliária, tributária, judicial, patrimonial, ambiental e outras de interesse para a gestão municipal, inclusive sobre planos, programas e projetos.
§ 5º A rede municipal de telecentros, de acesso livre e público, será parte integrante do sistema municipal de informações.
§ 6º O sistema de informação deverá oferecer indicadores sociais, de desenvolvimento humano, de qualidade dos serviços públicos, da infraestrutura instalada e dos demais temas pertinentes a serem anualmente aferidos, publicados na Imprensa Oficial do Município e divulgados em outros meios a toda a população, em especial aos conselhos municipais setoriais, as entidades representativas de participação popular e as instâncias de participação e representação regional.
Art. 150. Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município, deverão fornecer a Prefeitura, no prazo que esta fixar, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao sistema municipal de informações.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também às pessoas jurídicas ou autorizadas de serviços públicos federais ou estaduais, mesmo quando submetidas ao regime de direito privado.
Art. 151. Para a modernização tecnológica de instrumentos para o planejamento, estudos e projetos, deverão constar os seguintes instrumentos:
I - A produção de bases cartográficas digitais permanentemente atualizadas;
II - A implantação de um sistema de informações geográficas;
III - A instalação de bancos de dados digitais.
Art. 152. O Executivo Municipal dará ampla publicidade a todos os documentos e informações produzidas no processo de elaboração, revisão, aperfeiçoamento e implementação do plano diretor, de planos, programas e projetos setoriais, locais e específicos, bem como, no controle e fiscalização de sua implementação, a fim de assegurar o conhecimento dos respectivos conteúdos à população, devendo ainda disponibilizá-las a qualquer munícipe que requisitá-la por petição simples.
Art. 153. O sistema municipal de informação deverá ser estruturado e apresentado publicamente no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da aprovação desta lei.
Art. 154. É assegurado, a qualquer interessado, o direito a ampla informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 155. Acompanha e faz parte integrante da presente lei os seguintes documentos:
Mapa 001 - Macrozoneamento Ambiental
Mapa 002 - Zoneamento Municipal
Mapa 003 - Zoneamento Urbano
Mapa 004 - Sistema Viário Municipal
Mapa 005 - Sistema Viário Urbano
Mapa 006 - Zoneamento Urbano: Zonas de Especiais Interesse Social – ZEIS e,
Quadro 1 - Características de Uso e Ocupação;
Quadro 2: Estacionamento, Carga e Descarga;
Quadro 3: Vias de Circulação;
Quadro 4: Padrões de Incomodidade Admissíveis e,
Anexo I: Listagem de Referência de Categorias de Uso;
Anexo II: Definições;
Anexo III: Descrição dos perímetros das ZEIS;
Art. 156. A partir da promulgação desta Lei, a Prefeitura Municipal de Votorantim providenciará a adequação das normas técnicas e de regulamentação pertinentes ao Plano Diretor de Desenvolvimento.
Art. 157. Será dado prosseguimento aos processos de aprovação de loteamentos com diretrizes já estabelecidas pela Prefeitura e em validade, anteriormente à aprovação da presente lei, os quais poderão ser analisados e aprovados à luz da legislação anterior, desde que não comprometam o sistema viário básico, restrições ambientais, áreas de mananciais ou de preservação permanente.
Art. 158. Será dado prosseguimento aos processos de aprovação de construções, que tenham sido protocolados até a data de publicação desta Lei, os quais serão analisados e aprovados à luz da legislação anterior, obedecidas as suas exigências.
Art. 159. Deverão ser revisadas e elaboradas, a partir da promulgação desta Lei, as legislações e regulamentos complementares deste Plano Diretor de Desenvolvimento, em especial: o Código de Posturas, Obras e Edificações, Conjuntos Residenciais, e de Edificações, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo para Habitação de Interesse Social.
Art. 160. A administração municipal regulamentará os seguintes aspectos da presente Lei:
I - Descrição dos perímetros das áreas sujeitas a aplicação do artigo 12.
II - Descrição dos perímetros das áreas sujeitas a aplicação do artigo 16.
III - Normas a que se refere o artigo 15.
IV - Normas a que se refere o inciso III do artigo 81.
V - Normas a que se refere o inciso VII do artigo 140.
VI - Normas a que se refere o artigo 143.
VII - Normas de que trata o artigo 159.
Art. 161. Eventuais dúvidas pertinentes a forma de utilização dos parâmetros previstos nos artigos do Plano Diretor, ou mesmo contradições ou omissões, poderão ser, a pedido do Chefe do Poder Executivo, dirimidas pela Secretaria de Obras e Urbanismo, ouvida a Comissão Especial de Avaliação de Empreendimentos Imobiliários (CAELU).
Art. 162. Fica, desde já, autorizada a desafetação das áreas institucionais, por conveniência e oportunidade do Chefe do Poder Executivo, como o posterior encaminhamento de Projeto de Lei Específico à Câmara dos Vereadores de Votorantim.
Art. 163. Qualquer alteração aos dispositivos desta Lei deverá ser precedida de no mínimo 3 (três) audiências públicas, e sua aprovação dependerá do voto favorável de 2/3 dos membros da Câmara Municipal.
Art. 164. Respeitadas as situações jurídicas definitivamente constituídas, os casos omissos e excepcionais, em razão da aplicação da presente Lei, serão resolvidos pelas normas integrativas do Direito, legislações federais e estaduais pertinentes, ouvido os Conselhos Municipais pertinentes e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento e Secretaria de Obras e Urbanismo.
Art. 165. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verba própria consignada no orçamento vigente.
Art. 166. Respeitada a Legislação Federal e na eventualidade do ITR - Imposto Territorial Rural, vir a ser atribuição municipal, o Poder Executivo regulamentará a matéria através de Lei específica.
Art. 167. Ficam revogadas expressamente a Lei Complementar nº 4, de 17 de dezembro de 2015, a Lei Complementar nº 17, de 18 de dezembro de 2019, e as demais disposições em contrário à presente Lei.
Art. 168. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

LISTAGEM DE REFERÊNCIA DE CATEGORIAS DE USO - ZONEAMENTO

C - USO COMERCIAL

C1 - Comércio Varejista de Âmbito Local
C1.1 - Comércio de Alimentação

Armazém, Empório, Mercearia	**4712-1/00**
Casa de Carnes, Açougues, Avícolas	**4722-9/01**
Peixaria	**4722-9/02**
Quitanda, Frutaria	**4724-5/00**

C1.2 - Comércio Eventual

Adega, Bar	**5611-2/04**
Bar, Lanchonete, Pastelaria, Aperitivos, Petiscos, Sucos, Refrescos, Sorveteria	**5611-2/03**
Adega, Bar	**5611-2/05**
Bazar (Armarinhos, Aviamentos)	**4755-5/02**
Casa Lotérica	**8299-7/06**
Charutaria, Tabacaria	**4729-6/01**
Confeitaria, Doceria, “Bombonieri","Rotisserie"	**4721-1/02**
Farmácia, Drogaria	**4771-7/01**
Perfumaria	**4772-5/00**
Domésticos	**4759-8/99**
Floricultura,Plantas Naturais e artificiais	**4789-0/02**
Plantas artificiais	**4789-0/99**
Jornais e revistas	**4761-0/02**
Livraria, Papelaria	**4761-0/01**
Plantas e Raízes Medicinais	**4771-7/01**

C2 - Comércio Varejista Diversificado
C2.1 - Comércio de Consumo Excepcional

Artesanato, Folclore	**4789-0/01**
Antiguidades	**4785-7/01**
Boutiques	**4755-5/02**
Casa filatélica e Numismática	**4785-7/99**
Galeria, objeto de arte, “Design”	**4789-0/03**
Importados (artigos)	**4789-0/99**

C2.2 - Comércio Consumo no Local ou Associado a Diversões

Casa de café, chá, choperia, “Drinks”	**5611-2/05**
Casa de Música, Boate	**5611-2/05**
Restaurante, Cantina, Churrascaria, Pizzaria	**5611-2/01**

C2.3 - Comércio de Centros Intermediários

Alimentos para animais, Casa de animais domésticos	**4789-0/04**
Automóveis, Caminhões, Ônibus - agência	**4511-1/01**
Artigos de couro	**4782-2/02**
Artigos do vestuário	**4781-4/00**
Artigos esportivos e recreativos	**4763-6/02**
Artigos religiosos	**4789-0/99**
Artigos para balé	**4781-4/00**
Artigos para festas	**4789-0/99**
Artigos para piscina	**4789-0/05**
Artigos para cabeleireiros	**4772-5/00**
Bicicletas	**4763-6/03**
Bijuterias	**4789-0/01**
Brinquedos	**4763-6/01**
Calçados	**4782-2/01**
Capas, Guarda-chuvas, Luvas e chapeus	**4781-4/00**
Materiais em	
Centro de compras – Shopping Center	
Cereais	**4729-6/99**
Cooperativas de consumo	
Cortinas e tapetes	**4759-8/01**
Cozinhas(exposição)	
Decoração(loja de)	**4789-0/99**
Departamentos (loja de)	
Discos, Fitas	**4762-8/00**
Eletrodomésticos e Utensílios domésticos	**4753-9/00**
Especiarias	**4729-6/99**
Estofados, Colchões	**4754-7/01**
Fotografia, Óticas, Lente de contato (artigos para)	**4774-1/00**
Jardins (artigos para)	**4789-0/02**
Joalheria	**4789-0/02**
Lonas e Toldos	**4759-8/99**
Louças, Porcelanas, Cristais	**4759-8/99**
Luminárias, Lustres	**4754-7/03**
Magazines (loja de)	**4713-0/04**
Mercados (abastecimentos)	**4712-1/00**
Molduras, Espelhos, Vidros	**4743-1/00**

Peleira	
Relojoaria	**4783-1/02**
Roupas de cama, mesa e banho	**4755-5/03**
Som (equipamentos de)	**4753-9/00**
Supermercados	**4711-3/02**
Tecidos	**4755-5/01**

C2.4 - Comércio de Centro Sub-Regional

Padaria, Panificadora	**4721-1/02**
Aeromodelismo	**4763-6/05**
Acabamento para construção (materiais)	**4744-0/99**
Adubos e outros materiais agrícolas	**4753-9/00**
Ar condicionado, Aquecedores (e equipamentos)	**4744-0/01**
Artefatos de metal	**4789-0/02**
Artigos funerários	**4789-0/99**
Automóveis – peças e acessórios	**4530-7/03**
Balança	4665-6/00
Casa de Pesca, Armas, Munições, Cutelaria, Cofres	**4763-6/04; 4789-0/09; 4759-8/99; 4669-9/99**
Equipamentos para campismo	4763-6/04
Ferragens	4744-0/01
Ferramentas	4744-0/01
Fibras Vegetais, Juta, Sizal, Fios Têxteis	4755-5/02
Gelo (Depósito)	4729-6/99
Instrumentos e materiais médico e dentário	4645-1/03
Intrumentos elétricos, eletrônicos, de pressão	4757-1/00
Instrumentos musicais	4756-3/00
Mapas e ingressos especializados	4789-0/99
Máquinas e equipamentos para comércio e serviços	4789-0/07
Material de Limpeza	4789-0/05
Material elétrico	4742-3/00
Material hidráulico	4744-0/03
Material para desenho e pintura	4741-5/00
Material para reparação e confecção, fornitura	
Motocicletas	4541-2/03
- Agências – peças e acessórios	4541-2/06
- Artigos ortopédicos	4773-3/00
Roupas profissionais ou de proteção	4642-7/02
Uniformes militares	4642-7/02

C2.5 - Comércio de Materiais de Grande Porte

Acessórios para máquinas e instalações mecânicas	4669-9/99
Barcos e motores marítimos – peças	4763-6/05; 4669-9/99
Concessionária de veículos, acessórios, peças	4511-1/01; 4530-7/03
Equipamentos Pesados e para combate ao fogo	4669-9/99
Implementos agrícolas	4661-3/00
Ferro para construção	4744-0/01
Máquinas e Equipamentos para agricultura e indústria	4661-3/00
Pequenos Aviões	4669-9/99
Trailers e outros veículos não motorizados	4511-1/01

C2.6 - Comércio e Depósitos de Materiais em Geral, com até 1.000M² de área construída

Artefatos para construção em barro cozido	4679-6/04
Artefatos para construção em cimento	4744-0/05
Artefatos para construção em concreto	4744-0/99
Artefatos para construção em madeira	4744-0/02
Artefatos para construção em plástico	4759-8/99
Artefatos em madeira aparelhada	4744-0/02
Cal e cimento	4744-0/04; 4744-0/05
Cerâmica (artigos de)	4649-4/99
Depósito e distribuição de bebidas	4723-7/00
Depósito e instalação comercial e industrial	
Ferro velho, sucata	4687-7/03
Garrafas e outros recipientes	4686-9/02
Metais e ligas metálicas	4689-3/01
Minerais	4689-3/01
Pedras para construção	4744-0/04
Pisos (revestimentos)	4744-0/06
Produtos químicos	4684-2/99
Pneus	4530-7/03
Resinas e Gomas	4684-2/01

C2.7 - Comércio de Produtos Perigosos

Álcool (depósito)	4684-2/99
Artefatos de Borracha e plástico	4649-4/99
Gás Engarrafado	4682-6/00; 4784-9/00
Graxas	4789-0/05
Inseticidas	4789-0/05
Materiais lubrificantes	4732-6/00
Óleos, combustíveis	4731-8/00
Pneus	4530-7/02
Produtos Químicos	

Resinas e gomas	4684-2/01
Tintas e Vernizes	4741-5/00; 4679-6/01

C2.8 - Comércio de Distribuição de materiais de pequeno porte(unidade de transportagem: um lote portátil de mercadorias)

Acessórios e peças de automóveis	4530-7/03
Artefatos de borracha, metal, plástico	4649-4/99
Aviamentos	4755-5/02
Bijuterias	4789-0/01
Cabeleireiros (artigos, perucas)	
Cutelaria	
Drogas	
Joias, relógios, fornitura	4783-1/01
Material de desenho para escritório	4761-0/03
Perfumaria e artigos de toucador	4772-5/00
Preparados de uso dentário	
Tabaco	4636-2/02
Utensílios domésticos	4759-8/99

C3 - Comércio Atacadista

C3.1 - Comércio de Produtos Alimentícios

Alimento para animais	4623-1/09
Animais abatidos – Aves, Carnes, Pescado	4623-1/01
Bebidas	4635-4/03
Café, chá	4637-1/01; 4637-1/99
Cereais	4632-0/03
Hortaliças, legumes, verduras e frutas	4633-8/01
Leite, laticínios, e frios	4631-1/00
Ovos	4633-8/02
Óleo, latarias	4637-1/03
Sal, Açúcar, Especiarias	4637-1/99; 4689-3/01; 4637-1/02

C3.2 - Comércio de Materiais de Grande Porte

Acessórios para máquinas e instalações mecânicas	
Aparelhos elétricos e eletrônicos	**4649-4/01; 4649-4/02**
Aparelhos e Equipamentos de som	**4649-4/02**
Aquecedores e ar condicionado – Equipamentos	
Artefatos de borracha, metal, plástico	
Artefatos e materiais para construção em geral	**4679-6/99**
Acessórios e peças para veículos automotores	
Acessórios e peças – barcos, motores de lancha e marítimo	
Acessórios e peças – veículos não motorizados	
Balanças	
Cortinas e tapetes	**4649-4/05**
Eletrodomésticos	**4649-4/01**
Equipamentos para combate ao fogo	
Equipamentos para jardim	
Equipamentos pesados	
Ferragens	**4672-9/00**
Ferramentas	**4672-9/00**
Ferro	
Implementos agrícolas	**4661-3/00**
Instrumentos de mecânica – técnica e controle	

Madeira aparelhada	**4671-1/00**
Máquinas e equipamentos para prestação de serviços	
Máquinas e equipamentos para uso agrícola, comercial, industrial	**4661-3/00; 4665-6/00; 4663-0/00**
Material hidráulico	
Metais e ligas metálicas	
Móveis	**4649-4/04**
Vidros	**4679-6/03**

C3.3 - Comércio de Produtos Perigosos

Álcool	**4684-2/99**
Armazenagem de petróleo	
Carvão	**4681-8/03**
Combustível	
Gás engarrafado	**4682-6/00**
Inseticidas	**4649-4/08**
Lubrificantes	**4681-8/05**
Papel e derivados	**4687-7/01**

C3.4 - Comércio de Produtos Agropecuários e Extrativos

Algodão	**4623-1/03**
Borracha Natural	**4623-1/99**
Carvão Mineral	**4681-8/04**
Carvão Vegetal	**4681-8/03**
Chifres e ossos	**4623-1/02**

Couros, crus, peles	**4623-1/02**
Ferros e ferragens	**4672-9/00**
Fibras vegetais, Jutas, Sisal	
Gado (bovino, equino, suíno)	**4623-1/01**
Goma (vegetal)	
Lenha	**4681-8/03**
Madeira bruta	**4671-1/00**
Produtos e resíduos de origem animal	
Sementes, grãos e frutos	**4623-1/06**
Tabaco	**4636-2/02**

C3.5 - Comércio Diversificado

Adubos e fertilizantes	**4683-4/00**
Artigos de couro	**4643-5/02**
Aviamentos	**4641-9/03**
Bijuterias	**4649-4/10**
Brinquedos	**4649-4/99**
Cabeleireiros (artigos, perucas)	**4649-4/99**
Caça e pesca, selas e arreios, armas e munições, cutelaria	**4649-4/99**
Camping – equipamentos	**4649-4/99**
Capas e guarda-chuva	**4642-7/01**
Chapeus, luvas	**4642-7/01**
Drogas	
Discos e fitas	**4649-4/07**
Esportivos e recreativos (artigos)	**4649-4/99**
Fios têxteis	**4689-3/02**
Flores artificiais	
Fotografia, cinematografia (material)	**4649-4/07**
Instrumentos musicais	**4649-4/99**
Joias, relógios, fornitura	**4649-4/10**
Louças, porcelanas, cristais	**4649-4/99**
Material de desenho, de escritório	
Material de limpeza	**4649-4/08**
Óptica	**4649-4/99**
Papel de parede	**4649-4/99**
Produtos químicos (não perigosos)	**4612-5/00**
Roupas de cama, mesa e banho	**4641-9/02**
Roupas - vestuário	**4642-7/01**
Sacos	**4686-9/02**
Tabaco	**4636-2/02**
Tecidos	**4641-9/01**
Utensílios domésticos	**4649-4/99**
Perfumaria e artigos de toucador	**4646-0/01**

E - USO INSTITUCIONAL

E1 - Instituições de âmbito local
E1.1 – Educação

Ensino básico de 1º grau	8513-9/00
Ensino pré-escolar (maternal, jardim de infância)	8512-1/00
Parque infantil (com recreação orientada)	8512-1/00

E1.2 - Lazer e Cultura

Anfiteatro	9003-5/00
Área para recreação infantil	9321-2/00
Arena	9311-5/00
Biblioteca	9101-5/00
Clubes associativos, recreativos, esportivos	9312-3/00
Piscinas	9312-3/00
Quadras e salões de esporte	9311-5/00

E1.3 - Saúde

Ambulatório	8630-5/03
Posto de puericultura	8630-5/03
Posto de saúde	8630-5/02
Posto de vacinação	8630-5/06

E1.4 - Assistência Social

Asilo	8711-5/02
Creches	8511-2/00
Dispensário	8800-6/00
Orfanatos	8730-1/01

E1.5 - Culto

Conventos	9491-0/00
Igrejas	9491-0/00
Locais de culto	9491-0/00
Mosteiros	9491-0/00
Templos	9491-0/00

E1.6 - Comunicação

Agência de correios e telégrafos	5310-5/01
Agência telefônica	6110-8/01; 6120-5/01

E2 - Instituições Diversificadas
E2.1 – Educação

Curso de madureza	8520-1/00
Cursos preparatórios para escolas superiores	8599-6/05
Ensino básico de 1º e 2º graus	8513-9/00
Ensino técnico-profissional	8541-4/00

E2.2 - Lazer e Cultura

Aquário	9329-8/99
Campo, Ginásio, Parque e Pistas de Esporte	9311-5/00
Cinemateca, Filmoteca	9102-3/01
Circo	9001-9/04
Discoteca	9329-8/01
Pinacoteca, Museu	9102-3/01
Planetário	9102-3/01
Quadra de escola de samba	9493-6/00

E2.3 - Saúde

Casa de Saúde	8610-1/01
Centro de Saúde	8610-1/01
Hospital	8610-1/01
Maternidade	8610-1/01
Sanatório	8610-1/01

E2.4 - Assistência Social

Centro de orientação familiar profissional	8800-6/00
Centro de reintegração social	8800-6/00
Colonização e Migração (centro assistencial)	8800-6/00

E2.5 - Culto

Enquadram-se os usos em E1.5, obedecendo as disposições definidas para a categoria de Uso E2

E2.6 - Administração e Serviço Público

Agência de órgão de previdência social	8430-2/00
Delegacia de ensino	8411-6/00
Delegacia de polícia	8424-8/00
Junta de alistamento eleitoral e militar	8411-6/00
Órgãos da administração pública federal, estadual e municipal	8411-6/00
Posto de identificação e documentação	8411-6/00
Serviço funerário	9603-3/04
Vara distrital	8423-0/00

E2.7 - Transporte e Comunicação

Estação de radiodifusão	6010-1/00
Terminal de ônibus urbano	5222-2/00

E3 - Instituições Especiais
E3.1 – Educação

Faculdade	8531-7/00; 8532-5/00; 8533-3/00
Universidade	8531-7/00; 8532-5/00; 8533-3/00

E3.2 - Lazer e Cultura

Auditório para convenções, congressos e conferências	8230-0/01
Autódromo	9311-5/00
Espaços e Edificações para exposições	8230-0/01
Estádio	9311-5/00
Hípica	9311-5/00
Hipódromo	9311-5/00
Parque de diversões	9321-2/00
Velódromo	9311-5/00

E3.3 - Saúde

Enquadram-se os usos listados em E1.3 e E2.3, obedecendo as disposições definidas para a categoria de uso E3.

E3.4 - Assistência Social

Enquadram-se os usos listados em E1.4 e E2.4, obedecendo as disposições definidas para a categoria de uso E3.

E3.5 – Culto

Enquadram-se os usos listados em E1.5 e E2.5, obedecendo as disposições definidas para a categoria de uso E3.

E3.6 - Administração e Serviço Público

Casa de detenção	8423-0/00
Institutos Correcionais	8423-0/00
Juizado de Menores	8423-0/00

E3.7 - Transporte e Comunicação

Estúdio de difusão por rádio e TV (combinados ou só TV)	6010-1/00
Terminal rodoviário interurbano	4929-9/02

E4 - Usos Especiais

Aeroportos	5240-1/01
Áreas para depósito de resíduos	3812-2/00
Base aérea militar	8422-1/00
Base de treinamento militar	8422-1/00
Canais de distribuição para irrigação	4222-7/02
Cemitérios	9603-3/01
Central de correio	
Central de polícia	
Central telefônica	
Comando de batalhão de policiamento de trânsito	
Corpos de Bombeiros	8425-6/00
Estações de controle e depósito de gás	
Estações de controle e depósito de petróleo	
Estações de controle e tratamento de água	

Estações de controle e tratamento de esgoto	3701-1/00
Estações e subestações reguladoras de energia elétrica	
Estações de telecomunicações	
Faixa adutora de água	
Faixa adutora de esgoto	
Faixa de gasodutos	
Faixa de linha de transmissão de alta tensão	
Faixa de oleodutos	
Ferrovias	
Hangares	
Heliportos	
Instalações, Terminais e pátio de manobras de ferrovias e metrô	
Jardim botânico	9103-1/00
Jardim Zoológico	9103-1/00
Lagos	
Locais Históricos	9102-3/01
Monumentos históricos	
Parques de animais selvagens, ornamentais e de lazer	
Parques públicos	
Penitenciária	8423-0/00
Portos	
Quarteis	
Represa	
Reservas florestais (não comerciais)	
Reservatórios de água	
Sanitário público	
Torre de telecomunicações	
Usina elétrica	3511-5/01
Usina de gás	
Usina de incineração	
Usina de tratamento de resíduos	3822-0/00

S - SERVIÇOS

S1 - Serviços de âmbito Local

S1.1 - Serviços profissionais e de negócios

Ações e valores imobiliários	
Agência Bancária	6619-3/04
Agência de capitalização	6450-6/00
Agência de passagem e turismo	7911-2/00
Assessoria de importação e exportação	5250-8/01
Avaliadores	8299-7/99
Consulados e legações (representações diplomáticas)	
Consultoria	
Distribuição de títulos e valores	6612-6/02
Escritórios, Consultórios e “Ateliers” de profissionais	
Autônimos, liberais e qualificados	
Escritórios técnicos profissionais	
Financeiras e financiamento	6436-1/00
Fundos de Investimentos	6470-1/01

S1.2 - Serviços Pessoais e Domiciliares

Alfaiates, Costureiros	1412-6/02
Bordados, Plisses, Cerziduras, Cobertura, Botões e similares	1340-5/99
Chaveiro	9529-1/02
Eletricista, Encanador	4321-5/00
Instituto de beleza	9602-5/02
Lavanderia, Tinturaria (não industriais)	9601-7/01; 9601-7/02
Sapateiro	9529-1/01

S1.3 - Serviços de Educação

Auto moto escola	8599-6/01
Escola de arte	
Escola de dança e música	8592-9/01; 8592-9/03
Escola de datilografia	8599-6/99
Escola doméstica	
Escola de natação	8591-1/00

S1.4 - Serviços Sócio-Culturais

Associações beneficentes	
Associações comunitárias de vizinhança	
Associações culturais	

S1.5 - Serviços de Hospedagem

Pensões	5590-6/03
Pensionato de Ordem Religiosa	5590-6/99

S1.6 - Serviços de Diversões

Bilhar	9329-8/03
Pebolim	9329-8/99

S1.7 - Serviços de Estúdios e Oficinas

Aparelhos eletrodomésticos portáteis, rádio, TV (reparos)	9521-5/00
Artigos de couro (reparos)	
Camiseiros	1412-6/02
Caneteiros	
Carimbos	8299-7/03
Copiadora, Fotocópia, Plastificação	8219-9/01
Cutelaria, Amoladores	9529-1/99
Encadernadores	
Engraxatarias	9609-2/99
Estúdio de reparação de obras e objetos de arte	
Fotógrafo	7420-0/01
Guarda-chuvas e Chapeus (reparos)	9529-1/99
Joias, Gravação, Relógios, Ourivesaria	9529-1/06
Maquetista	
Moldereiros	
Tapetes, cortinas, colchões, estofados (reparos)	9529-1/05
Vidraceiros	4520-0/01

S2 - Serviços Diversificados

S2.1 - Serviços de Escritórios e Negócios

Administradores (bens, negócios, consórcios, fundos, mútuos)	6630-4/00
Aerofotogrametria	7119-7/99
Agência de anúncios em jornais (classificados)	7311-4/00
Agência de casamentos	9609-2/02
Agência de cobrança	8291-1/00
Agência de detetives	8030-7/00
Agência de empregos e mão-de-obra temporária	7810-8/00
Agência de informação e/ou centro de informação	8219-9/99
Agência de propaganda e publicidade	7311-4/00
Agência noticiosa	6391-7/00
Agentes de propriedades industriais	6911-7/03
Assessoria para exercício	9313-1/00
Banco – sede	6421-2/00
Bolsa de valores	6611-8/01
Cadernetas de poupança	6619-3/99
Caixas beneficentes	9430-8/00
Câmara de exercício	6911-7/02
Câmbio – estabelecimentos	6619-3/99
Carteiras de saúde	6630-4/00
Cartões de crédito	6613-4/00
Cartórios de notas e protestos	6912-5/00
Cartório de Registro Civil	6912-5/00
Comissário de despachos	5250-8/01
Consignação e comissões	7490-1/04
Construção por administração – empreiteiros	4399-1/01

Cooperativas de produção	
Corretoras	6612-6/01
Crédito imobiliário	6435-2/01
Crédito – sistema de vendas	6436-1/00
Despacho aéreo de mercadorias de pequeno porte	5120-0/00
Empresa de incentivo fiscal	
Empresa de seguros	6512-0/00
Entrepostos aduaneiros	5250-8/02
Escritórios representativos ou administrativos de comércio, prestação de serviços, agricultura e indústria	8211-3/00
Incorporadora	4110-7/00
Leasing	6440-9/00
Mala-direta	7319-0/03
Mensageiros e entregas de encomendas	5320-2/02
Mercado de capitais	6612-6/01
Montepios e Pecúlios	6541-3/00
Organização de congressos e feiras	8230-0/01
Processamento de dados	6311-9/00
Promoção de vendas	7319-0/02
Recados telefônicos	8220-2/00
Recortes de jornais	6399-2/00
Reflorestamento	0220-9/06
Seleção de pessoal – treinamento empresarial	7810-8/00
Serviços de datilografia e taquigrafia	8219-9/99
Trabalho – organização e racionalização de “Trading” (companhias de)	6612-6/04
Tradutores	7490-1/01
Vigilância - segurança	8011-1/01

S2.2 - Serviços Pessoais e de Saúde

Abreugrafia	8640-2/05
Ambulatório	
Banco de sangue	8640-2/12
Banhos, saunas, massagens, duchas	9609-2/05
Centro de reabilitação	
Clínicas dentárias e médicas	
Clínicas de repouso	8711-5/01
Clínicas veterinárias e hospital veterinário	7500-1/00
Eletroterapia e Radioterapia	8640-2/11
Fisioterapia e Hidroterapia	8650-0/04
Institutos psiquiátricos – orientação vocacional	
Laboratório de Análises clínicas	8640-2/02
Posto de medicina preventiva	8610-1/01
Pronto socorro	8610-1/02
Raio X	7500-1/00

S2.3 - Serviços de Educação

Academia de ginástica e esporte	9313-1/00
Cursos de línguas	8593-7/00
Cursos por correspondências	
Seleção e/ou treinamento guardas de segurança e vigilantes	8599-6/99

S2.4 - Serviços Sócio-Culturais

Associações e fundações científicas	9430-8/00
Organizações associativas de profissionais	9412-0/99
Sindicatos ou organizações similares do trabalho	9420-1/00

S2.5 - Serviços de Hospedagem

Hoteis	5510-8/01
Moteis	5510-8/03

S2.6 - Serviços de diversões

Autocine	5914-6/00
Boliche	9329-8/02
Diversões eletrônicas	
“Drive in”	5914-6/00
Jogos – Casas de	
Salão de festas, bailes, “buffet”	9329-8/01; 5620-1/02
Teatros	9003-5/00

S2.7 - Serviços de Estúdios, Laboratórios e Oficina Técnicas

Análise Técnica	7120-1/00
Controle tecnológico	7120-1/00
Estúdio de fotografia/cinema	7420-0/01
Gravação de filmes e de som	5920-1/00
Instrumentos científicos e técnicos	7120-1/00
Laboratório de análise química	7120-1/00
Lapidação	3211-6/01
Microfilmagem	7420-0/05

S2.8 - Serviços de Oficinas

Oficinas de conservação, manutenção, limpeza, reparos, recondicionamento e de prestação de serviços de: Aquecedores, Ar condicionado	9521-5/00
Artefatos de metal – armeiros – ferreiros	
Balanças	
Barcos – Lanchas	
Brinquedos	9529-1/99
Cantaria, marmorária	2391-5/02; 2391-5/03
Carpintaria	1622-6/99
Compressores	
Desratização, dedetização, higienização	8122-2/00
Elétricos – aparelhos	
Elevadores	
Embalagem, rotulagem e encaixotamento	
Entalhadores	
Esportivos, recreativos (artigos)	9529-1/99
Extintores	4520-0/02
Funilaria	4520-0/02
Galvanoplastia	2539-0/02
Gráfica, Clicheria, Linotipia, Fotolito, Litografia	1821-1/00
Tipografia	7410-2/99
Hidráulica (aparelhos e equipamentos)	3314-7/02
Instrumentos musicais	9529-1/99
Máquinas em geral	3314-7/99
Marcenaria, Enceradores, Lustradores, Laqueadores	3101-2/00
Mecânicas, Motores	4520-0/01
Pintura de placas e cartazes	1813-0/01
Raspagem e lustração de assoalhos	4330-4/05
Serralheiros	2542-0/00
Soldagens	2539-0/01
Talheres, Prataria, Douração, Niquelação	2539-0/02
Tanoaria	1623-4/00
Taxidermia	3299-0/99
Torneadores	2539-0/01
Veículos Automotores	
– Alinhamento	4520-0/04
– Amortecedores	4520-0/01
– Balanceamento	4520-0/04
– Baterias	4520-0/03
– Borracheiros	4520-0/06
– Chassi (retificação)	4520-0/01
– Eletricidade	4520-0/03
– Estofamento	4520-0/01
– Farois	4520-0/03
– Fechaduras	4520-0/01
– Freios	4520-0/01
– Molas	4520-0/01
– Motores	2950-6/00
– Pinturas	4520-0/02
– Radiadores	4520-0/01
– Rádio	4520-0/03
– Vidros	4520-0/07
– Vidraçaria	4520-0/07

S2.9 - Serviços de Aluguel, Distribuição e Guarda de Bens Móveis

Aluguel de:	
– Veículos leves	7711-0/00
– Equipamentos de som e eletro-eletrônicos	7739-0/99
– Filmes	7722-5/00
– Louças, móveis	7729-2/02
– Vestimentas e toalhas	9601-7/03
Depósito de equipamentos de “buffet”	
Depósito de materiais e equipamentos de empresas de prestação de serviços	
Distribuição de fitas cinematográficas e de TV	5913-8/00
Distribuição de jornais e revistas	5320-2/02
Estacionamento	5223-1/00
Fiel depositário	
Garagens automáticas	
Guarda-móveis de pequeno porte	5211-7/02
Guarda de veículos de socorro	5223-1/00

S3 - Serviços Especiais

S3.1 - Garagens para Empresas de Transporte

Empresa de mudança, transportadoras	5223-1/00
Garagem de frota de caminhões	5223-1/00
Garagem de frota de táxi	5223-1/00
Garagem de ônibus	5223-1/00
Garagem de tratores e máquinas afins	5223-1/00
Terminal de transporte de carga	4930-2/02

S3.2 - Serviços de Depósito e Armazenagem

Aluguel de máquinas e equipamentos pesados – guindastes, gruas, tratores e afins	7739-0/99
Aluguel de veículos pesados	5212-5/00
Armazenagem alfândega	5211-7/99
Armazenagem de estocagem de mercadorias	5211-7/99
Depósito de despachos	5211-7/99
Depósito de materiais e equipamentos de empresas construtoras e afins	5211-7/99
Depósito de resíduos industriais	5211-7/99
Guarda de animais	9609-2/07

V - CATEGORIAS DE USO INDUSTRIAL (I)

I1 - Indústria não incômoda: Estabelecimentos que podem adequar-se aos mesmos padrões de uso não industriais, no que diz respeito às características de ocupação dos lotes, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e os níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental, com área construída máxima de 300 m2 (trezentos metros quadrados) por lote e com as características do Quadro IV – Padrões de Incomodidade Admissíveis.

I2 - Indústria diversificada: Estabelecimentos que implicam na fixação de padrões específicos referentes às características de ocupação dos lotes, de acesso, de localização, de tráfego, de serviços urbanos e aos níveis de ruídos, de vibrações e de poluição ambiental e com as características do Quadro IV – Padrões de Incomodidade Admissíveis.

I3 - Indústria Especial: Estabelecimentos de Uso industrial e correlatos com níveis de incomodidade e nocividade incompatíveis com o uso residencial, cuja localização só é admitida em zona exclusivamente industrial e com as características do Quadro IV – Padrões de Incomodidade Admissíveis.

§ 1.º Caberá a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento relacionar e classificar, quando necessário, os estabelecimentos que se enquadram nas categorias de uso individualizadas neste artigo e em conformidade com a listagem do Anexo II – Listagem de Categorias de Uso e tendo como referência a “Classificação Nacional de Atividades Econômicas” – CNAE, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como o enquadramento da atividade no Quadro IV – Padrões de Incomodidade Admissíveis.

ANEXO II – DEFINIÇÕES

Zona Urbana: é entendida como a área urbanizada contida na delimitação do perímetro urbano do município e destinada às funções caracteristicamente urbanas de Habitar, Trabalhar, Circular e Recrear;

Zona Rural: é aquela área exterior a delimitação do perímetro urbano e de expansão urbana do município e caracterizada pelas funções rurais como sejam: agricultura, pecuária, extrativismo e exploração mineral, reflorestamento e pontos de atração turística e recreio;

Zona de Expansão Urbana: são as áreas urbanizáveis não consolidadas destinadas às funções urbanas e para acomodar o futuro crescimento populacional. Poderá ser implantada visando a formação de aglomerações satélites, dotadas de todos os melhoramentos característicos da Zona Urbana;

Zona Turística e Recreativa: são as áreas fora dos limites da zona urbanae de expansão urbana, consideradas de interesse para fins de recreação, lazer e preservação natural e consideradas como de usos urbanos restritos;

Parcelamento do Solo: para fins urbanos, é a subdivisão da gleba ou terreno mediante loteamento ou desmembramento

Loteamento: a divisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação ou de logradouros públicos, ou com prolongamento, modificação ou ampliação das vias ou logradouros públicos existentes;

Desmembramento: a divisão de gleba em lotes destinados a edificação, que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

Desdobro: a divisão de lote em dois ou mais lotes, após o registro imobiliário do parcelamento, respeitado o zoneamento de uso e ocupação do solo e não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes;

Condomínio edilício: unidades autônomas edificadas horizontais ou verticais, composta por áreas de uso privativo e de uso exclusivo da unidade e pelas áreas de uso comum dos condôminos, podendo ter vias de circulação interna do conjunto;

Gleba: o imóvel que ainda não foi objeto de parcelamento do solo para fins urbanos realizado nos termos desta Lei;

Lote: a unidade imobiliária resultante de loteamento, desmembramento, ou de outras modalidades de parcelamento registrados no competente Serviço de Registro de Imóveis;

Unidade autônoma: a unidade imobiliária resultante de condomínio edilício realizado nos termos desta Lei;

Áreas destinadas ao uso comum dos condôminos: aquelas integrantes de condomínios urbanísticos não caracterizadas como unidades autônomas;

Áreas destinadas a uso público: aquelas referentes ao sistema viário, à implantação de equipamentos comunitários e equipamentos urbanos, bem como a espaços livres de uso público;

Área de Preservação Permanente-APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

Área de proteção ambiental – APA: é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.Estabelecida em área de domínio público e/ou privado, cujas atividades e usos desenvolvidos estão sujeitos a um disciplinamento específico.

Áreas institucionais são as áreas destinadas a equipamentos comunitários de educação, cultura, saúde, lazer, etc., e equipamentos urbanos de abastecimento de água, sistema de esgoto, energia elétrica, sistema de drenagem, etc. que passarão a integrar o domínio do município.

Áreas Verdes: Área recoberta por vegetação natural definida como área verde quando do registro do loteamento, permitidos os usos previstos na resolução Conama 369/06. São áreas com restrição de uso, onde a prioridade é pela manutenção e restauração florestal. Deverão ser computadas nestas áreas as áreas de Reserva Legal, anteriormente averbadas (Lei Federal nº 4.771/65, art. 16), áreas de preservação permanente (Lei Federal nº 4.771/65, art. 2º, suas alterações e regulamentações) e áreas florestais com impedimentos legais, assim determinados pela Lei Federal 4.771/65; A totalidade da área verde é considerada área permeável.

Sistemas de Lazer: Áreas previstas ao uso público, com percentuais definidos nesta legislação, distintas das áreas verdes, podendo incorporar praças, áreas impermeáveis de lazer, esporte, pomares e áreas com vegetação exótica;

Equipamentos comunitários: os equipamentos de educação, cultura, saúde e lazer;

Equipamentos urbanos: os equipamentos de abastecimento de água potável, disposição adequada de esgoto sanitário, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, rede telefônica, rede de fibra ótica, gás canalizado, guias, sarjetas e pavimentação;

Infraestrutura básica: redes de abastecimento de água potável, esgoto sanitário, energia elétrica e drenagem de águas pluviais;

Empreendedor: o proprietário da gleba ou do lote, responsável pela implantação do parcelamento.

Quadra: é a área resultante de loteamento, delimitada por vias de circulação e podendo, quando proveniente de arruamento aprovado, ter como limites as divisas do loteamento.

Remembramento ou Unificação de glebas e lotes: é a soma das áreas de duas ou mais glebas ou lotes, para formação de novas glebas ou lotes.

Via de Circulação: é o espaço destinado à circulação de veículos ou pedestres, sendo que:

a) **Via Pública**: é a via oficial de circulação de veículos ou pedestres, aceita, declarada ou reconhecida oficialmente pelo domínio da Prefeitura;
b) **Via Particular**: é a via de circulação de pedestres ou veículos, de propriedade privada ainda que aberta ao uso público;

Eixo da via: é a linha que passa eqüidistante aos alinhamentos;
Faixa Carroçável: é a faixa destinada ao tráfego de veículos nas via públicas.
Alinhamento (ou frente do lote): é a linha divisória entre o terreno de propriedade particular ou pública e o logradouro público.

Acesso: é o dispositivo que permite interligação para veículos e/ou pedestres entre:

I - logradouro público e propriedade privada;
II - propriedade privada e áreas de uso comum em condomínio;
III - logradouro público e espaços de uso comum em condomínio;

Frente do lote: é a sua divisa lindeira a via de circulação;
Fundo do Lote: é a divisa oposta à frente, sendo que:

a) no caso de lotes de esquinas, o fundo do lote é o encontro de suas divisas laterais.
b) no caso de lotes de forma irregular ou de mais de uma frente, o fundo é definido de acordo com as condições estabelecidas em normas ou legislação expedidas pelo Executivo;

Profundidade do Lote: é a distância medida entre o alinhamento do lote e uma paralela a este, que passa pelo ponto mais extremo do lote em relação ao alinhamento;
Área Ocupada: é a superfície coberta pela projeção horizontal do edifício;
Uso do Imóvel: é a atividade exercida no imóvel;

Uso Misto: é a utilização do mesmo lote ou edificação por mais de uma categoria de uso;
Faixa de Domínio: é a faixa de terra que compõe uma via e é formada pela faixa carroçável, pelas faixas destinadas à circulação de pedestres e pelos remanescentes da área doada comovia pública;
Uso Conforme: é a atividade conforme com a destinação da zona em que se situa;
Uso Não Conforme: é qualquer uso legalmente existente até a data da promulgação de lei que, por novas determinações de uso passou a enquadrá-lo como em zona onde não é permitido;

Recuo: é a distância medida entre o limite externo da projeção horizontal da edificação e as divisas do lote;
Área bruta de uma zona: é a sua área total, inclusive logradouros, áreas verdes e institucionais;
Área líquida de uma zona: é a área dos lotes e glebas, excluídos logradouros, áreas verdes e institucionais;
Área Construída Total: é a soma das áreas cobertas, de todos os pavimentos de uma edificação ou mais;
Área Construída Computável: *para efeito do coeficiente de aproveitamento, é a soma das áreas dos pisos utilizáveis, cobertos, de todos os pavimentos de uma ou mais edificações, excetuadas as áreas de garagem, piscina, todos os compartimentos de uso comunitário, sejam de caráter técnico, administrativo ou de lazer e varandas de uso privativo, até o limite de 1,20 m de profundidade com extensão máxima de 1/3 da fachada;*

Coeficiente de Aproveitamento: é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a área máxima permitida da edificação;
Taxa de Ocupação: é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada para se obter a máxima área de projeção horizontal da edificação em relação ao lote ou gleba;
Taxa de conforto: é o fator pelo qual a área do lote ou gleba deve ser dividida resultando no número máximo de unidades habitacionais permitido no lote;
Taxa de permeabilidade: é o fator pelo qual a área do lote deve ser multiplicada resultando na porção livre do lote de qualquer edificação ou pavimentação, destinada a absorção das águas pluviais;
Altura Máxima da Edificação ou Gabarito: é altura máxima que a edificação pode alcançar, tendo por referencia a cota média do arruamento na testada do lote até o ponto mais alto da edificação principal;
Edícula ou Edificação Secundária: é a edificação isolada da edificação principal;

Pavimento Térreo: é aquele definido pelo projeto e cujo piso estará compreendido entre as cotas de 1,00 (um) metro acima ou abaixo do nível médio da guia do logradouro público na testada do lote;
Segundo Pavimento: é aquele exatamente superior ao pavimento térreo, desconsiderado o mezzanino;
Porão: Ambiente não habitável, construído no sub-solo com pé direito inferior a 2,30 mts.
Abrigo Desmontável: Cobertura provisória destinada à guarda de veículos, desmontável, sem vedações (fechamento de paredes) em pelo menos duas laterais, cuja licença será concedida após análise pelo setor de aprovações da Prefeitura.
Marquises: Construções em balanço, que avançam os recuos do lote em até 1,00 (hum) metro quando no interior do lote ou no máximo 0,70 (sessenta centímetros) quando no alinhamento da via pública.
Habitação de Interesse Social: Unidade habitacional, horizontal ou vertical, promovida pelo setor público ou privado, destinado ao atendimento de moradia da população de baixa renda definida conforme normas das políticas e programas habitacionais dos governos federal, estadual ou municipal.

ANEXO III

DESCRIÇÃO DOS PERÍMETROS DAS ZEIS - ZONAS ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS 1:

Terreno de formato irregular tem início no vértice formado pelo encontro da Rodovia João Lemes dos Santos com o loteamento Green Valley e loteamento Cyrella, segue no sentido horário confrontando com a Rodovia João Lemes dos Santos até encontrar a divisa da propriedade de Waldomiro de Moraes Oliveira; deflete à direita e segue confrontando com as propriedades de Waldomiro de Moraes Oliveira, Prefeitura Municipal de Votorantim e JJ Vale Verde até encontrar o limite do loteamento Green Valley; deflete à direita e segue em sentido horário pela linha limite do loteamento Green Valley sempre confrontando com a propriedade de JJ Vale Verde até encontrar as divisas do loteamento Cyrella; deflete à direita e segue confrontando com o loteamento Cyrella até encontrar o ponto inicial da descrição localizado na Rodovia João Lemes dos Santos fechando a área do polígono descrito.

ZEIS 2:

Terreno de formato irregular tem início no vértice formado pelo encontro da propriedade de Manoel Sanches Ponce e outros com o Loteamento Jardim Novo Mundo e a divisa do município de Sorocaba, segue no sentido horário pela divisa do município até encontrar a Rua Maria Gonçalves, deflete a direita e segue pela referida rua até encontrar a Rua Abilio Maia, deflete a esquerda e segue pela referida rua até encontrar a Rua Clemente Bernardino Pereira, deflete a direita e segue pela referida rua até encontrar a divisa da propriedade de Sérgio Rezze, deflete à direita e segue pela linha de divisa da propriedade de Sérgio Rezze até encontrar as águas do Rio Ipaneminha da Pedras, sobe pelo referido Rio até encontrar a divisa com o Loteamento Primavera, deflete à direita e segue pela linha limite do Jardim Primavera e Novo Mundo e Jardim Novo Mundo e propriedade Manoel Sanches Ponce e outros até encontrar a linha de divisa no ponto inicial da descrição fechando a área do polígono descrito.

ZEIS 3:

Terreno de formato irregular tem início no vértice formado pelo encontro da propriedade do Lar Escola Monteiro Lobato com o Loteamento Jardim Tatiana e a divisa do município de Sorocaba, segue no sentido horário pela linha de divisa municipal até encontrar o Conjunto Habitacional Veredas dos Bandeirantes, deflete à direita e segue confrontando com o Conjunto Habitacional Veredas dos Bandeirantes até encontrar a propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim, deflete à direita e segue pela linha limite da propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim com o Jardim Tatiana e pela linha limite do Jardim Tatiana com a propriedade do Lar Escola Monteiro Lobato até encontrar a linha de divisa municipal no ponto inicial da descrição fechando a área do polígono descrito.

ZEIS 3a:

Terreno de formato irregular tem início no final da Rua Adriano Maciel de Queiroz, segue no sentido horário por 260 metros confrontando com o Loteamento Jardim Tatiana, deflete à direita e segue por 250 metros, deflete à direita e segue por 350 metros, confrontando em todas essas extensões com a área da Prefeitura Municipal de Votorantim, deflete à direita e segue por 50 metros confrontando com o Loteamento Jardim Tatiana até encontrar o ponto inicial da descrição fechando a área do polígono descrito.

ZEIS 4:

Tem início no ponto situado no cruzamento da Rua Mario Savella com a Avenida Pedro Augusto Rangel, segue em linha reta no sentido bairro – centro na extensão de 271,86 metros confrontando com a Avenida Pedro Augusto Rangel; deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 74,09 metros; deflete à esquerda e segue em linha reta na extensão de 159,49 metros; deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 145,02 metros; confrontando em todas essas extensões com o Loteamento Votorantim Park 1, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 53,15 metros confrontando com a Quadra “C” do Loteamento Industrial Votorantim 1, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 117,80 metros confrontando com a propriedade de Francisco Convento e ou sucessores, deste ponto deflete à esquerda e segue em linha reta na extensão de 228,11 metros confrontando com as propriedades de Francisco Convento e ou sucessores, Agenor Domingues e ou sucessores e Antonio Martins Jará e ou sucessores; deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 254,50 metros confrontando com o Loteamento Vila Nova Votorantim e a Rua Mario Savella até encontrar o ponto inicial da descrição fechando a área do polígono descrito.

ZEIS 5:

Tem início no cruzamento da Rua Amauri Beltran com a Rua Eufrasia P. de Camargo, segue acompanhando o alinhamento predial da Rua Eufrasia P. de Camargo em linha reta na extensão de 80 metros, deflete à esquerda e segue na extensão de 120 metros até encontrar a Rua José B. Das Neves; deflete à direita e segue na extensão de 72 metros até encontrar a Rua Diniz de Góes; deflete à direita e segue na extensão de 130 metros até encontrar a Faixa de APP do Córrego; deflete à direita e segue na extensão de 170 metros até encontrar o limite da propriedade de Nilbe Pedroso; deflete à direita e segue contornando a propriedade de Nilbe Pedroso até encontrar a Rua Amauri Beltran no ponto inicial da descrição fechando a área do polígono descrito.

ZEIS 6:

Tem início no ponto situado no cruzamento da Rua João Rafael Rodrigues com a Avenida Pedro Augusto Rangel, seguindo em linha reta no sentido centro - bairro na extensão de 229,85 metros confrontando com a Avenida Pedro Augusto Rangel, deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 121,45 metros, deflete à esquerda e segue em linha reta na extensão de 110,64 metros confrontando em todas essas extensões com o Loteamento Votorantim Park 2, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 100,00 metros; deflete à esquerda e segue em linha reta na extensão de 26,00 metros confrontando em todas essas extensões com a propriedade de Dilma Gustaferro Magalhães e ou sucessores, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 149,15 metros confrontando com a propriedade de Carmela Dissei, deflete à direita e segue acompanhando o alinhamento predial da Avenida Paschoal Jerônimo Fornazari em linha reta na extensão de 61,67 metros até encontrar o alinhamento predial da Avenida Isaura Mendes de Almeida, confrontando com Avenida Paschoal Jerônimo Fornazari, deste ponto segue acompanhando o alinhamento predial da Avenida Paschoal Jerônimo Fornazari em 16,33 metros cruzando a Avenida Isaura Mendes de Almeida, deflete à esquerda e segue acompanhando o alinhamento predial da Avenida Isaura Mendes de Almeida em linha reta na extensão de 251,40 metros, confrontando com a Avenida Isaura Mendes de Almeida até encontrar o alinhamento predial da Rua Olívio Calixto Queiroga, deste ponto deflete à direita e segue no alinhamento predial da Rua Olivio Calixto Queiroga em linha reta na extensão de 47,75 metros, deste ponto deflete à direita e segue confrontando com a Vila Adhemar em linha reta na extensão de 268,40 metros até encontrar novamente o alinhamento predial da Avenida Paschoal Jerônimo Fornazari, deflete à esquerda e segue acompanhando o alinhamento da Avenida Paschoal Jerônimo Fornazari na extensão de 212,45 metros até encontrar o alinhamento predial da Rua João Rafael Rodrigues, confrontando com a Avenida Paschoal Jerônimo Fornazari, deste ponto deflete à direita e segue acompanhando o alinhamento predial da Rua João Rafael Rodrigues até encontrar com o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 7:

Tem início na confluência entre da Rua Carlos Zanetti com a Rua Amazilio Gomes, segue em reta na extensão de 39,64 metros confrontando com a Rua Carlos Zanetti; deste ponto segue em reta na extensão de 25,76 metros confrontando com parte do Lote 01-B da Quadra “E” do Jardim Bacelli; deste ponto deflete à direita e segue em reta na extensão de 25,18 metros confrontando com o Lote 01 da Quadra “D” do Loteamento Jardim Vila Galli; deste ponto deflete à direita e segue em curva por 18,89 metros confrontando com a Rua Benedito Ferreira dos Santos; deste ponto deflete à esquerda e segue em reta na extensão de 44,30 metros confrontando com a Rua Benedito Ferreira dos Santos; deste ponto deflete à direita e segue em reta na extensão de 58,76 metros, confrontando com Área Institucional; deste ponto deflete à direita e segue em reta na extensão de 37,64 metros confrontando com a Rua Amazilio Gomes até encontrar com o ponto de início encerrando a área do polígono descrito.

ZEIS 8:

Tem início no ponto situado junto à divisa da Av. Pedro Augusto Rangel e o Loteamento Jardim Chácara Ondina, deste ponto segue no sentido horário, na extensão de 110,51 metros, confrontando com o Loteamento Jardim Chácara Ondina; deflete à esquerda e segue na extensão de 117,33 metros confrontando com o Loteamento Jardim Chácara Ondina; deflete à direita e segue na extensão de 53,62 metros confrontando com o Loteamento Jardim Chácara Ondina; deflete à direita e segue na extensão de 368,62 metros confrontando com o Loteamento Jardim Chácara Ondina, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 110,89 metros confrontando com o Loteamento Votorantim Park 1, deflete à direita e segue por 39,87 metros; deflete à esquerda e segue na extensão de 23,28 metros; deflete à esquerda e segue na extensão de 62,29 metros; confrontando em todas essas extensões com as propriedades de Alfredo Santarini e Basílio Macedo, deflete à esquerda e segue na extensão de 208,04 metros confrontando com a propriedade de Basílio Macedo; deflete à direita e segue na extensão de 141,02 metros confrontando com a Av. Pedro Augusto Rangel até encontrar com o ponto de início da descrição onde encerra o perímetro.

ZEIS 9:

Tem início no cruzamento da Rua Dimas da Cunha com a Rua Treze de Maio, segue em sentido horário acompanhando o alinhamento predial na extensão de 264,38 metros confrontando com a Rua Treze de Maio, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 127,11 metros confrontando com a Avenida Octavio Augusto Rangel, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 238,68 metros confrontando com a Avenida Octavio Augusto Rangel, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 217,43

metros confrontando com a Rua Dimas da Cunha, até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 10:

Tem início no cruzamento da Rua Francisco Sanches Souto com a Avenida Luiz do Patrocino Fernandes, segue em sentido anti-horário acompanhando o alinhamento predial na extensão de 410,35 metros confrontando com a Avenida Luiz do Patrocino Fernandes, deste ponto deflete à esquerda e segue na extensão de 108,67 metros confrontando com a propriedade da PMV; deste ponto deflete à esquerda e segue em linha reta na extensão de 412,97 metros confrontando com a Rua Pedro Fontes, deste ponto deflete à esquerda e segue na extensão de 135,50 metros confrontando com a Rua Francisco Sanches Souto até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 11:

Tem início no cruzamento da Avenida Jaziel de Azeredo Ribeiro com a Avenida Octavio Augusto Rangel, segue em sentido horário acompanhando o alinhamento predial na extensão de 484,45 metros confrontando com a Avenida Jaziel de Azeredo Ribeiro, deflete à direita e segue na extensão de 286,24 metros confrontando com a Rua Benedito Krafecik, deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 23,00 metros confrontando com a Avenida Isabel Ferreira Coelho, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 88,06 metros, deflete à esquerda e segue na extensão de 410,73 metros confrontando nessas duas extensões com a Rua Raimundo Barbosa da Silva, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 161,26 metros confrontando com a Avenida Octavio Augusto Rangel até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 12:

Terreno de formato regular distante trinta e cinco metros do eixo da Rua Ovídio de Moraes, faz frente para a Rua Joaquim Marques, do lado direito de quem da rua olha para o terreno confronta com a Viela Sanitária do Loteamento Aldo Damini e do lado esquerdo de igual orientação confronta com sucessores de Sérgio Damini, nos fundos confronta com a Rua Maria Gaeta Troiano; encerrando a área do polígono descrito.

ZEIS 13:

Tem início no cruzamento da Rua Nazira Maria de Jesus com a Avenida Gisele Constantino, segue em sentido horário acompanhando o alinhamento predial na extensão de 40 metros confrontando com a Avenida Gisele Constantino, deflete à direita e segue na extensão de 180,00 metros confrontando com a quadra da Rua Izabel Correa; deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 40 metros confrontando com a quadra da Rua Benjamim Beltran; deflete à direita e segue na extensão de 190 metros confrontando com a propriedade de Alpha Club até encontrar a Avenida Gisele Constantino onde teve início a descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 14:

Tem início no ponto situado na Avenida Adolpho Massaglia distante 281,00 metros do alinhamento predial da Avenida Gisele Constantino, segue em sentido horário na extensão de 216,00 metros confrontando com a propriedade de Elio Freitas e outros, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 104,00 metros confrontando com a propriedade de Iracema Sanches Correia, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 205,40 metros confrontando com a propriedade de Pedro Paulino da Costa, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 107,45 metros confrontando com a Avenida Adolpho Massaglia até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 15:

Tem início no ponto situado na Rua Salvador de Almeida junto à divisa da linha dos fundos da Área Institucional do Parque Esplanada deste ponto segue no sentido horário confrontando com a Rua Salvador de Almeida até encontrar o limite da propriedade de Hélio Amaral matriculada sob o 5.278; deste ponto deflete à direita e segue confrontando com a referida matrícula até encontrar o limite do Loteamento Jardim Karolyne; deste ponto deflete à direita e segue confrontando com o Jardim Karolyne até encontrar com o limite da Área Institucional do Parque Esplanada ;deste ponto deflete à direita e segue confrontando com a Área Institucional do Parque Esplanada até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 16:

Tem início no ponto situado na Avenida Gisele Constantino distante 30,00 metros do alinhamento predial da Rua Dom José Carlos de Aguirre, segue em sentido horário na extensão de 321,46 metros confrontando com o Loteamento Jardim Clarice 2, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 182,65 metros confrontando com o Loteamento Vila Cares, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 358,27 metros confrontando com os Loteamentos Vila Duarte, Jardim Monte Sião e com a propriedade de sucessores de Damini; deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 340,45 metros confrontando com a propriedade de Francisco Scatolin ou sucessores e com a Avenida Santos Dumont e com o Loteamento Bosques de São Francisco; deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 77,12 metros confrontando com a Rua Domingos Sávio Barroso; deste ponto deflete à esquerda e segue na extensão de 165,52 metros confrontando com a Rua José Dolles; deste ponto deflete à esquerda e segue na extensão de 83,00 metros; deste ponto deflete à esquerda e segue na extensão de 50,63 metros confrontando em todas essas extensões com a propriedade da PMV ou sucessores; deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 64,07 metros confrontando com a propriedade de sucessores de Felícia Rodrigues Domingues até encontrar; deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 80,35 metros confrontando com a Avenida Gisele Constantino até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 17:

Tem início no ponto situado na Rua Catarina Maria de Jesus, lado impar, estando este ponto distante 29,00 metros da Rua Orlando Silva, deste ponto segue no sentido horário, na extensão de 118,74 metros, confrontando com a Vila Silva; deflete à direita e segue na extensão de 74,09 metros confrontando com a Quadra C do Loteamento Jardim Monte Sião; deflete à direita e segue na extensão de 119,96 metros confrontando com a Quadra C, com o Sistema de Lazer e com o Lote n.º 04 da Quadra E do Loteamento Jardim Monte Sião; deste ponto deflete à direita e segue acompanhando o alinhamento predial na extensão de 78,44 metros confrontando com a Rua Catarina Maria de Jesus até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 18:

Tem início no cruzamento da Rua Eugenio Espelho com a Rua Mercedes Nardi Arcuri, segue em sentido horário na extensão de 36,20 metros confrontando com o Loteamento Jardim Clarice 3, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 264,24 metros confrontando com a propriedade de Benedito Teodoro Rodrigues e ou sucessores, deste ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 160,25 metros confrontando com a propriedade de PMV e ou sucessores, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 223,65 metros confrontando com a Vila Domingues, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 145,28 metros confrontando com o Loteamento Jardim Clarice 1 até encontrar o início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 19:

Composta por três imóveis com as seguintes descrições: IMÓVEL: Um terreno com área de 16.305,25 metros quadrados, aproximadamente, situado no Bairro Vossoroca, no distrito e município de Votorantim, com as seguintes medidas e confrontantes: na frente onde mede 70,00 metros com uma estrada de rodagem municipal transversal à rodovia estadual Sorocaba- Salto de Pirapora: no lado direito, onde mede 208,00 metros com propriedade de Pedro Bermejo; no lado esquerdo, onde mede 241,60 metros com propriedade de José Geraldo Moura, sucessor de Arnaldo de Novaes de Oliveira e nos fundos, onde mede 75,00 metros, em linha sinuosa, pelo centro de um córrego com propriedade de José Gutierres, sucessor de José Estevan. O referido terreno localiza-se no lado esquerdo da citada estrada de rodagem para a qual faz frente, considerando de quem dessa via pública se dirige à rodovia estadual Sorocaba-Salto de Pirapora, da qual dista 784,70 metros, aproximadamente, objeto da matricula 29.980 do 1º CRIA de Sorocaba. IMÓVEL: Um terreno com a área aproximada de 21.334,00 metros quadrados, situado no Bairro Vossoroca, em Votorantim, tendo as medidas e confrontações seguintes: na frente onde mede 86,90 metros, com uma estrada de rodagem municipal transversal à rodovia estadual Sorocaba-Salto de Pirapora; no lado direito, na extensão de 241,60 metros em linha reta por rumo de padrão a padrão, divide com terreno de propriedade de Pedro Carvajal Jimenez, sucessor de José Geraldo Moura e s/m., que por sua vez sucedem à Arnaldo Novaes de Oliveira e s/m., nos fundos, onde mede 94,00 metros, divide pelo centro de um córrego com propriedade de José Gutierres, sucessor de José Estevam; no lado esquerdo partindo da linha da frente, segue em linha inclinada, na extensão de 63,00 metros, deflete à direita, e segue em linha inclinada na extensão de 38,00 metros, dividindo nessas duas faces com propriedade de José Martins Gimenes, sucessor de José Geraldo Moura e s/m.; deflete à esquerda e segue em linha reta, na extensão de 175,00 metros, até encontrar a linha dos fundos, dividindo com propriedade de Mauro Tadeu Moura, sucessor de Arnaldo Novaes de Oliveira e s/m. O descrito terreno localiza-se no lado esquerdo da citada estrada de rodagem municipal para a qual faz frente, considerando-se de quem dessa via pública se dirige à Rodovia Estadual Sorocaba-Salto de Pirapora, da qual dista 634,20 metros aproximadamente, objeto da matricula 30.739 do 1º CRIA de Sorocaba. IMÓVEL: Um terreno situado no Bairro Vossoroca, em Votorantim, encerrando em seu perímetro a área aproximada de 1960,00 metros quadrados. Tem as medidas e confrontações seguintes: 31,80 metros de largura na frente para uma estrada de rodagem municipal transversal à Rodovia estadual Sorocaba-Salto de Pirapora; no lado direito 63,00 metros de comprimento, em linha inclinada, divide com propriedade de José Geraldo Moura e s/m no lado esquerdo, partindo da linha da frente segue na extensão de 20,40 metros, faz pequena deflexão à direita e segue na extensão de 40,00 metros, dividindo nessas extensões com propriedade de Mauro Tadeu Moura, sucessor de Arnaldo Novaes de Oliveira e s/m., e nos fundos onde mede 38,00 metros, com propriedade de José Geraldo Moura e s/m. Localiza-se no lado esquerdo da citada estrada de rodagem municipal para a qual faz frente, considerando-se de quem dessa via pública se dirige à Rodovia Estadual Sorocaba-Salto de Pirapora, da qual dista 666,00 metros, aproximadamente, objeto da matricula 30.738 do 1º CRIA de Sorocaba."

ZEIS 20:

Tem início no ponto situado no cruzamento dos eixos das Ruas Gertrudes Maria de Jesus com a Rua Pedro de Souza Camargo, deste ponto segue no sentido anti-horário acompanhando o eixo da Rua Pedro de Souza Camargo até encontrar o eixo da Rua Anália Pereira, deste ponto deflete à esquerda e segue pelo eixo da Rua Anália Pereira até encontrar o eixo da Rua Antonio A. da Silva, deflete à direita e segue pelo eixo da Rua Antonio A. da Silva até encontrar o alinhamento predial da Avenida José Gonçalves Romero, deflete à esquerda e segue pelo alinhamento da Avenida José Gonçalves Romero até encontrar o início da quadra D do Jardim Europa, deflete à direita e segue pela linha dos fundos da quadra D do Jardim Europa até encontrar o eixo da Rua Quatro, deflete à esquerda e segue pelo eixo da Rua Quatro até encontrar o eixo da Rua Cinco; deflete à esquerda e segue pelo eixo da Rua Cinco até encontrar o eixo da Rua Victório Polli; deflete à direita e segue pelo eixo da Rua Victório Polli até encontrar o alinhamento predial da lateral direita da Rua Analia Pereira; deflete à esquerda e segue acompanhando o alinhamento predial da Rua Anália Pereira até encontrar o eixo da Rua Jorge Winkler; deflete à direita e segue pelo eixo da Jorge Winkler até o limite do loteamento Vila Pedroso; deflete à esquerda e segue tangenciando a àrea de Edificios Públicos da Vila Pedroso até encontrar o eixo da Rua Pedro de Souza Camargo, deflete à esquerda e segue pelo eixo da Rua Pedro de Souza Camargo até encontrar o cruzamento com o eixo da Rua Gertrudes Maria de Jesus onde iníciou a descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 21:

Inicia no ponto situado a 88,50 metros distante do eixo da Rua José Aparecido Targa, lado par, deste ponto segue em curva por 134 metros confrontando com a Avenida Cristiano Vieira Pedrico; deflete a direita e segue em linha reta por cerca na extensão de 159,30 metros confrontando com a propriedade de Gheorghe Uzum ou sucessores; deflete a direita e segue por ribeirão na extensão de 119,00 metros confrontando com sucessores de Orlando Damini; deflete a direita e segue em linha reta por cerca na extensão de 160,30 metros confrontando com a propriedade de José Sandoval de Barros e Benedito de Góes ou sucessores até encontrar o ponto de início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 22:

Tem início junto ao vértice formado pela linha de divisa da Escola Estadual do Jardim Tatiana com a área da Prefeitura Municipal de Votorantim e com a propriedade do Lar Escola Monteiro Lobato, segue no sentido anti-horário pela linha de divisa das propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim com a propriedade do Lar Escola Monteiro Lobato até encontrar a propriedade de Sérgio Rezze, deflete à direita e segue por duzentos e cinquenta metros confrontando com a propriedade do Lar Escola Monteiro Lobato; deflete a esquerda e segue por projeção em linha reta até encontrar a nascente do córrego na propriedade de Sérgio Rezze, desce pelo referido córrego até encontrar a linha de divisa do município Votorantim – Sorocaba, desse ponto deflete a esquerda e segue por projeção em linha reta por quinhentos e setenta metros até encontrar o caminho existente dentro na propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim no ponto onde cruza com outro córrego; deflete à esquerda e segue pelo referido caminho por trezentos metros confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim; deflete à esquerda e segue por cento e vinte metros confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim; deflete à direita e segue por duzentos e vinte metros confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Votorfantim até encontrar a divisa da Escola Estadual do Jardim Tatiana, deflete à esquerda por sessenta e quatro metros; deflete à direita por sessenta e dois metros sempre confrontando com a Escola Estadual do Jardim Tatiana até encontrar o ponto de início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 23:

Tem início no ponto situado no cruzamento da Rua Benedito Camargo Sobrinho com a Rua Francisco Verdugo, deste ponto segue no sentido horário acompanhando o alinhamento predial na extensão de 125 metros confrontando com a Rua Benedito Camargo Sobrinho até encontrar com a Faixa de APP do Córrego, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 205 metros confrontando com a Faixa de APP do córrego até encontrar com a Rua Francisco Verdugo, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de 250 metros confrontando com a Rua Francisco Verdugo até encontrar com Rua Benedito Camargo Sobrinho onde início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 24:

Terreno de formato irregular, localizado em frente a Praça Leopoldo Strongolli, tem início no vértice formado pelo encontro da Avenida SantoAntonio com a Rua Lavizeano Garcia, segue no sentido horário confrontando com a Avenida Santo Antonio por trezentos metros; deflete à direita e segue acompanhando um caminho existente na propriedade de Votorantim Participações, caminho este paralelo a linha de alta tensão, até encontrar o córrego; deflete à direita e segue pelo referido córrego no sentido jusante até cruzar com outro córrego, a partir deste ponto segue por projeção em linha reta até encontrar a Rua Lavizeano Garcia; confrontando em todas essas extensões com propriedade da Votorantim Participações; desse ponto deflete à direita e segue pela referida rua até encontrar o vértice formado pelo encontro com a Avenida Santo Antonio, ponto inicial da descrição fechando a área do polígono descrito.

ZEIS 25:

Tem início no ponto situado no cruzamento da Avenida Isabel Ferreira Coelho com a Avenida 27 de Março, deste ponto segue no sentido horário confrontando com a Avenida Isabel Ferreira Coelho na distancia de cento e oitenta e seis metros até encontrar a propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim destinada à àrea indústrial, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de cinquenta e quatro metros confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de cento e oitenta e nove metros confrontando com a propriedade da Prefeitura Municipal de Votorantim, deste ponto deflete à direita e segue na extensão de cinquenta e cinco metros confrontando com a Avenida 27 de Março até encontrar o ponto de início da descrição encerrando o perímetro.

ZEIS 26:

Terreno de formato irregular com frente para a Avenida Francisco Nunes Mendes, onde mede 224,35 metros; do lado direito de quem da referida avenida olha para o terreno mede 37,00 metros e confronta com sucessores de Pedro Augusto Rangel; do lado esquerdo de igual orientação mede 73,00 metros e confronta com a Rodovia Votorantim-Piedade SP-79 Acesso 103; nos fundos mede 235,25 metros e confronta com propriedade da S/A Indústrias Votorantim; fechando o perímetro.

ZEIS 27:

Terreno de formato irregular localizado na esquina da Rua Manoel Siqueira com a Rua Joaquim Marques, faz frente para a Rua Joaquim Marques, do lado direito de quem da rua olha para o terreno confronta com a Viela Sanitária nº 03 do loteamento Jardim Bandeirantes e do lado esquerdo de igual orientação confronta com a Rua Manoel Siqueira, nos fundos confronta com a Rua Maria Gaeta Troiano; encerrando a área do polígono descrito.

ZEIS 28:

Terreno de formato irregular, faz frente para o lado ímpar da Avenida Izabel Ferreira Coelho, tem início no ponto nº 1, ponto esse distante 9,00 metros da Avenida 27 de Março, desse ponto segue em reta em sentido horário com rumo 62º13'05" NW na extensão de 38,00 metros, confrontando com a referida Avenida Izabel Ferreira Coelho até encontrar o ponto nº 2; deflete a direita e segue em reta com rumo 61º29'07"NW na extensão de 66,40 metros confrontando com a Avenida Izabel Ferreira Coelho até encontrar o ponto nº 3; deflete à direita e segue em reta com rumo 33º05'19" NE na extensão de 64,50 metros, confrontando 10,50 metros com o lote n.° 04-A, objeto da Matrícula n.° 4.474 do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 03-A, objeto da Inscrição 106 – averbação 23 – folha 424 – livro 8D, do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 02-A, objeto da Inscrição 106 – averbação 08 – folha 153 – livro 8D, do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 01-A, objeto da Matrícula n.° 49.414, do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 01, objeto da Matrícula nº 2.406, do Cartório de Registro de Imóveis de Votorantim, 10,00 metros com o lote n.° 02, objeto da Inscrição 106 – averbação 15 – folha 424 – livro 8D, do 1º CRIAS, e 4,00 metros com parte do lote n.° 03, objeto da Matrícula n.° 31.669, do 1º CRIAS, todos da quadra C da Vila Dylze sucessor de Christovão Castilho até encontrar o ponto nº 4; deflete à esquerda e segue em reta com rumo 32º21'42" NE na extensão de 30,00 metros, confrontando 6,00 metros com parte do lote n.° 03, objeto da Matrícula n.° 31.669, do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 04, objeto da Matrícula n.° 29.083, do 1º CRIAS, 7,00 metros com a área 03, objeto da Matrícula n.° 79.594, do 1º CRIAS, e 7,00 metros com a área 04, objeto da Matrícula n.° 79.595, do 1º CRIAS, todos da quadra C, da Vila Dylze, sucessor de Christovão Castilho até encontrar o ponto nº 5; deflete à direita segue em reta com rumo 57º06'47" SE na extensão de 20,00 metros, confrontando com a Rua Antonio Maganhatto até encontrar o ponto nº 6; deflete à direita segue em reta com rumo 32º53'13"SW na extensão de 30,00 metros, confrontando com o lote n.° 01, objeto da Matrícula n.° 21.646, do 1º CRIAS, da quadra E do loteamento Jardim das Colinas até encontrar o ponto nº 7; deflete à esquerda, segue em reta com rumo de 57º12'03" SE na extensão de 62,50 metros, confrontando 10,00 metros com o lote n.° 01, objeto da Matrícula n.° 21.646, do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 02, objeto da Matrícula n.° 45.513, do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 03, objeto da Matrícula n.° 45.514, do 1º CRIAS, 5,00 metros com o lote n.° lote n.°04 área B, objeto da Matrícula n.° 121.970, do 1º CRIAS, 5,00 metros com lote n.°04 área A, objeto da Matrícula n.° 121.969, do 1º CRIAS, 10,00 metros com o lote n.° 05, objeto da Matrícula n.° 58.159, do 1º CRIAS e 12,80 metros com o lote n.º 06, objeto da Matrícula n.° 84.486 do 1º CRIAS, todos da quadra E do loteamento Jardim das Colinas até encontrar o ponto nº 8; deflete à direita segue em reta com rumo de 28º57'08" SW na extensão de 9,00 metros até encontrar o ponto nº 9; deflete à esquerda segue em reta com rumo de 61º02'52" SE na extensão de 26,80 metros, confrontando nessas medidas com o lote n.º 09 da quadra E do loteamento Jardim das Colinas, objeto da matrícula n.°45.517 do 1º CRIAS, até encontrar o ponto nº 10; desse

ponto deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 39,50 metros com rumo 28º57'08" SW confrontando com a Avenida 27 de Março até encontrar o ponto nº 11, desse ponto deflete à direita e segue em curva de raio 9,00 metros na extensão de 13,80 metros, fazendo a confluência das Avenidas 27 de Março e Izabel Ferreira Coelho até encontrar o ponto nº 1, ponto de início desta descrição onde encerra o perímetro.

ZEIS 29:

Terreno localizado a uma distância de 16,50 metros do início da curva de confluência da Avenida 27 de Março e Rua Carmelina Garcia.

Inicia no prolongamento da Avenida 27 de Março, em seu lado ímpar, na divisa com propriedade de Marcos Antonio Rodrigues dos Santos; segue 12,44 metros com a mencionada propriedade, depois 11,89 metros com Genisi Madureira Para, 12,00 metros com Antonio Carlos Cardoso, 12,05 metros com José Cláudio Feliciano, 12,10 metros com Carmo Jacinto, 12,11 metros com J.A. Empreendimentos Imobiliários Ltda., 12,12 metros com Moises José da Silva, 12,16 metros com Terezinha do Amaral, 12,20 metros com José Eduardo Estevan Pereira, 12,22 metros com J.A. Empreendimentos Imobiliários Ltda., 12,30 metros com Dirceu Pinto da Silva, 12,42 metros com Irineu Lopes, 12,58 metros com Isaura Granado, 12,65 metros com Wilson Pereira, 10,00 metros com Angelo Bergan Neto, atingindo o marco nº 3; deflete à direita e segue no rumo 26º02'SW por uma distância de 82,20 metros, confrontando com a Área Industrial da Prefeitura Municipal de Votorantim, atingindo o marco nº 4; deflete à direita e segue no rumo 65º18' NW por uma distância de 190,15 metros confrontando com Paschoal Rodrigues; deflete à direita e segue pelo prolongamento da Avenida 27 de Março, por uma distância de 87,86 metros, até o ponto de partida, onde iniciou, fechando o perímetro.

ZEIS 30:

Inicia-se no vértice V756,localizado no final da Rua Waldomiro Walter e determinado pelo alinhamento da Quadra S do loteamento São Lucas, o qual faz frente à Rua Waldomiro Walter, atravessa o final da referida rua com azimute de 94° 52´ 18" , numa distância de 14,00m até o vértice V757, localizado do outro lado da rua; segue confrontando com os fundos dos lotes da Quadra K do loteamento Jardim São Lucas, os quais fazem frente à Rua Lourenço Mouro, com os seguintes azimutes, distâncias horizontais, número das casas, número dos lotes, especificação da quadra e nome dos confrontantes: V757-V757A,az = 94° 52´ 25", dh = 10,703m, lote 56, n°401, José Carlos Evangelista de Souza e sua mulher, Matrícula 128.274 do 1°R.I de Sorocaba; V757A-V757B, az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 55, n°391, Antonio Gilson Braz – COHAP – Companhia Municipal de Habitação Popular de Votorantim; V757B-V757C,az = 94° 52´21", dh = 7,00m, lote 54, n°383, Luiz Cláudio Medeiros, Matrícula 932 do R.I de Votorantim; ; V757C-V757D,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 53, n°s/n, Maria Vitória da Silva, Matrícula 245 do R.I de Votorantim; V757D-V757E,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 52, n°369, Nilsa Maria da Silva – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757E-V757F,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 51, n°363, Joana Maria da Conceição – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; ; V757F-V757G,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 50, n°355, Elsa Negretti, Matrícula 124.687 do 1°R.I. de Sorocaba; V757G-V757H,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 49, n°349, Marcio Marconi e sua mulher Rute Franco de Oliveira Marconi, Matrícula 4.466 do R.I. de Votorantim; V757H- V757I,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 48, n°341, Ana Vieira Paes, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757I-V757J,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 47, n°335, Vanderlei José Soares – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757J-V757K,az = 94° 52´21", dh = 7,00m, lote 46, n°327, Arlete de Camargo Soares – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757K-V757L,az = 94° 52´21", dh = 7,00m, lote 45, n°321, Maria Aparecida Pereira Dias – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757L-V757M,az = 94° 52´21", dh = 7,00m, lote 44, n°313, Maria de Lourdes de Almeida – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757M-V757N,az = 94° 52´21", dh = 7,00m, lote 43, n°305, Jovino Silva Neres, Matrícula 115.357 do 1°R.I. de Sorocaba; V757N-V757O,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 42, n°299, Alessandro de Camargo Miranda , Matrícula 2.154 do R.I. de Votorantim; V757O-V757P,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 41, n°291, Morilo Nunes, Matrícula 125.453 do 1°R.I. de Sorocaba; V757P-V757Q,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 40, Luiz Carlos Aleixo, Matrícula 122.388 do 1°R.I. de Sorocaba; V757Q-V757R,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 39, n°277, Aracy Rodrigues dos Santos – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757R-V757S,az = 94° 52´ 21", dh = 7,00m, lote 38, n°271, Lucinda Fernandes da Silva – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757S-757T,az = 94° 52´ 21", dh = 8,10m, lote 37, n°263, Ireni Silva Pereira – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757T-V757U,az = 94° 52´ 21", dh = 8,10m, lote 36, n°257, Carlos Roberto da Silva e sua mulher, Matrícula 127.105 do 1°R.I. de Sorocaba; V757U-V757V,az = 94° 52´ 21", dh = 7,80m, lote 35, n°s/n, Milton Duarte Leme – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757V- V757X,az = 94° 52´ 21", dh = 7,40m, lote 34, n°s/n, José Claro da Silva – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V757X-V760,az = 94° 52´ 30", dh = 7,88m, lote 33, n°235, Alexandra Maria da Silva – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760-V760A,az = 71° 31´ 03", dh = 8,00m, lote 32, n°229, Vanderlei Alves Barbosa e sua mulher, Matrícula 126.808 do 1°R.I. de Sorocaba; V760A-V760B,az = 73° 11´ 44", dh = 7,90m, lote 31, n°221, Antonio José de Madureira – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760B-V760C,az = 73° 11´ 44", dh = 7,80m, lote 30, n°215, Érica Cristiane L. de Oliveira – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760C-V760D,az = 73° 11´ 44", dh = 8,00m, lote 29, n°207, Geraldo Martins da Silva e sua mulher, Matrícula 134.652 do 1° R.I. de Sorocaba; V760D-V760E,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 28, n°201, Esmenia Maria Nascimento de Oliveira e seu marido, Matrícula 132.858 do 1° R.I. de Sorocaba; ; V760E-V760F,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 27, n°193, Ivonete Martins de Sá, Matrícula 1.982 do R.I. de Votorantim; ; V760F-V760G,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 26, n°187, Gilsio Andrade Silva, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760G-V760H,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 25, n°179, Antonio José da Silva, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760H-V760I,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 24, n°173, Santo Dias de Souza, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760I-V760J,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 23, n°165, José Gomes Ribeiro Neto, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760J-V760K,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 22, n°159, Andreia da Cunha Mentes – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760K-V760L,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 21, n°151, Ariovaldo Alves, e sua mulher,Matrícula 124.758 do 1° R.I. de Sorocaba; V760L-V760M,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 20, n°145, Sebastião Firmino Moreira – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760M-V760N,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 19, n°137, Admilson Azevedo da Cruz e outra, Matrícula 115.913 do 1° R.I. de Sorocaba; V760N-V760O,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 18, n°131, Dalva Matias, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760O-V760P,az = 73° 11´44", dh = 7,00m, lote 17, n°123, Adriano Mariano – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760P-V760Q,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 16, n°117, José Geraldo Sebastião, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760Q-V760R,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 15, n°109, José de Oliveira Ruiz – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760R-V760S,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 14, n°101, João Calixto da Rocha – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; ; V760S-V760T,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 13, n°95, Muriel Dos Santos Briques e outras, Matrícula 135.547 do 1° R.I. de Sorocaba; V760T-V760U,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 12, n°87 , José Soares Franco – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760U-V760V,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 11, n°81 ,Maria Essel Grisoli, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760V-V760X,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 10, Aline Fernanda Rodrigues, Matrícula 922 do R.I, de Votorantim; V760X-V760Z,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 9, n°67 , Maria José de Morais – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760Z-V760AA, az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 8, n°59, Janete Ivanilda Ordonhes dos Santos – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760AA-V760AB, az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 7, n°53 , Aparecida de Jesus Silva – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760AB-V760AC,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 6, n°45, Juventino Nunes Pereira, e outra, Matrícula 124.913 do 1° R.I. de Sorocaba; V760AC-V760AD,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 5, n°39, Sandro Márcio da Rosa, Matrícula 3.220 do R. I. de Votorantim; V760AD-V760AE,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 4, n°13, Maria José da Silva, Matrícula 5.160 do R. I. de Votorantim; V760AE- V760AF,az = 73° 11´ 44", dh = 7,00m, lote 3, n°25, Edgar Correia de Morais e sua mulher, Matrícula 1.179 R. I. de Votorantim; V760AF-V760AG, az = 73° 11´44", dh = 7,00m, lote 2, n°19, Neusir Maria Luz da Silva, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V760AG-V763, az = 74° 28´20", dh = 10,702m, lote 1, n°15, José Carlos Araújo e sua mulher, Matrícula 132.920 do 1° R. I. de Sorocaba; V763-V764, az = 73° 07´ 01" dh = 14,00m, confrontando com o final da Rua Manoel Vicente Durães; V764- V765, az = 73° 15´ 08", dh = 20,00m, lote 25, da Quadra J do Jardim São Lucas, casa n° 431, propriedade da – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; deflete à esquerda confrontando com os fundos dos lotes da Quadra J do Jardim São Lucas, o qual faz frente à Rua Manoel Vicente Durães com os seguintes azimutes, distâncias horizontais, número do lote, número da casa e nome dos confrontantes: V765-V765A, az = 343° 03' 14", dh = 7,00, lote 25 n° 431, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V765A-V765AA, az = 343° 03' 09", dh = 7,00, lote 24 n° 425, Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em Sorocaba, Matrícula 118.028, do 1° R.I. de Sorocaba; V765AA-V765B, az = 343° 03' 09", dh = 7,00, lote 23 n° 419, José Nicodemos da Silva, Matrícula 4.903 do R.I. de Votorantim; V765B-V765C, az = 343° 03' 17", dh = 7,00m, lote 22, n°411, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765C-V765D, az = 343° 03' 02", dh = 7,00, lote 21 n° 405, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765D-V765E, az = 344° 05' 35", dh = 7,00, lote 20 n° 397, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765E-V765F, az = 342° 03' 18", dh = 7,00, lote 19 n° 391, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim; V765F-V765G , az = 343° 03' 09", dh = 7,00, lote 18 n° 383, Maria Vitória da Silva, Matrícula 122.376 do 1° R.I. de Sorocaba; V765G-V765H, az = 343° 43' 45", dh = 7,00, lote 17 n° 327, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765H-V765I, az = 343° 12' 40", dh = 7,00, lote 16 n° 369, Roque Ribeiro, Matrícula 114.242 do 1° R.I. de Sorocaba; V765I-V765J, az = 343° 09' 43", dh = 7,00, lote 15 n° 363; – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765J-V765k, az = 343° 12' 34", dh = 7,00, lote 14 n° 355, Salvatino Gaudêncio, Matrícula 120.321 do 1° R.I. de Sorocaba; V765K-V765L, az = 343° 35' 27", dh = 7,00, lote 13 n° 349, Erivaldo Oliveira dos Santos, Matrícula 121.010, do 1° R.I. de Sorocaba; V765L-V765M, az = 342° 30' 03", dh = 7,00, lote 12 n° 341, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765M-V765N, az = 342° 41' 43", dh = 7,00, lote 11 n° 335, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765N-V765O, az = 342° 18' 15", dh = 7,00, lote 10 n° 327, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765O-V765P, az = 343° 36' 47", dh = 7,00, lote 9 n° 321, Venina da Silva Malaquias Manoel, Matrícula 123.724 do 1° R.I, de Sorocaba; V765P-V765Q, az = 343° 58' 58", dh = 7,00, lote 8 n° 313, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765Q-V765R, az = 342° 12' 12", dh = 7,00, lote 7 n° 307, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765R-V765S, az = 342° 25' 02", dh = 7,00, lote 6 n° 299, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765S- V765T, az = 343° 21' 40", dh = 7,00, lote 5 n° 293, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765T-V765U, az = 343° 18' 32", dh = 7,00, lote 4 n° 285, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765U-V765V, az = 343° 28' 31", dh = 7,00, lote 3 n° 279, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765V-V765X, az = 342° 37' 24", dh = 7,00, lote 2 n° 271, – COHAP- Companhia de Habitação Popular de Votorantim ; V765X-V769 , az = 342° 37' 24", dh = 9,00, lote 1 n° 265, Claudia Cristina Alves Venâncio, Matrícula 131.217 do 1° R.I. de Sorocaba; segue, confrontando com final da Rua 15 do Jardim São Lucas, com azimute de 343° 03' 09", numa distância de 3,00m até o vértice V770; deflete à direita confrontando com o loteamento Jardim Cristal, propriedade da DGL-Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. Matrícula 2.162 do R.I. de Votorantim até o vértice V775, com os seguintes azimutes e distâncias horizontais: V770-V770A, az=72° 03' 35", dh=20,71 metros, confrontando com a viela da quadra A do Jardim Cristal; V770A- V770B, az=72° 03' 35", dh=14,578 metros, confrontando com a Rua 1 do Jardim Cristal; V770B-V771, az=72° 03' 49", dh=23,28 metros, confrontando com a viela da quadra B do Jardim Cristal; V771-V771A, az=70° 07' 25", dh=18,52 metros, confrontando com a viela da quadra B do Jardim Cristal; V771A-V771B, az=70° 07' 32", dh=14,72 metros, confrontando com a Rua 2 do Jardim Cristal; V771B-V771C, az=70° 07' 38", dh=42,04 metros, confrontando com a viela da quadra C do Jardim Cristal; V771C-V771D, az=70° 07' 38", dh=14,72 metros, confrontando com a Rua 3 do Jardim Cristal; V771D-V771E, az=70° 07' 38", dh=14,41 metros, confrontando com o fundo do lote 1 da quadra G do Jardim Cristal; V771E-V771F, az=70° 07' 38", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 2 da quadra G do Jardim Cristal; V771F- V771G, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 3 da quadra G do Jardim Cristal; V771G-V771H, az=70° 07' 46", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 4 da quadra G do Jardim Cristal; V771H-V771I, az=70° 08' 00", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 5 da quadra G do Jardim Cristal; V771I-V771J, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 6 da quadra G do Jardim Cristal; V771J-V771K, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 7 da quadra G do Jardim Cristal; V771K-V771L, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 8 da quadra G do Jardim Cristal; V771L-V771M, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 9 da quadra G do Jardim Cristal; V771M-V771N, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 10 da quadra G do Jardim Cristal; ; V771N-V771O, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 11 da quadra G do Jardim Cristal; V771O- V771P, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 12 da quadra G do Jardim Cristal; V771P-V771Q, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 13 da quadra G do Jardim Cristal; V771Q-V771R, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 14 da quadra G do Jardim Cristal; V771R-V771S, az=70° 07' 53", dh=7,00 metros, confrontando com o fundo do lote 15 da quadra G do Jardim Cristal; V771S-V772, az=70° 07' 53", dh=3,15 metros, confrontando com o fundo do lote 16 da quadra G do Jardim Cristal; V772-V772A, az=63° 05' 15", dh=3,87 metros, confrontando com o fundo do lote 16 da quadra G do Jardim Cristal; V772A-V772B, az=63° 11' 18", dh=7,05 metros, confrontando com o fundo do lote 17 da quadra G do Jardim Cristal; V772B-V772C, az=63° 11' 06", dh=7,05 metros, confrontando com o fundo do lote 18 da quadra G do Jardim Cristal; V772C-V773, az=63° 15' 34", dh=6,27 metros, confrontando com o fundo do lote 19 da quadra G do Jardim Cristal; V773-V773A, em curva à direita, com raio de 171,98 metros e extensão de 4,95 metros, confrontando com o fundo do lote 19 da quadra G do Jardim Cristal; V773A-V773B, em curva à direita, com raio de 171,98 metros e extensão de 14,05 metros, confrontando com a Rua 7 do Jardim Cristal; V773B-V773C, em curva à direita com raio de 171,98 metros e extensão de 36,09 metros, confrontando com a Área Institucional do Jardim Cristal; V773C-V774, em curva à direita com raio de 171,98 metros e extensão de 12,12 metros , confrontando com o Sistema de Lazer do Jardim Cristal; V774-V774A, em curva à direita, com raio de 35,14 metros e extensão de 2,85 metros, confrontando com o Sistema de Lazer do Jardim Cristal; V774A-V775, em curva à direita, com raio de 35,14 metros e extensão de 40,65 metros , confrontando com a Área de Preservação Permanente do Jardim Cristal; desse ponto segue confrontando com Área de Preservação Permanente –APP- do Jardim Europa, Matrícula 91.183 do 1° R.I. de Sorocaba, até o vértice V781, com os seguintes azimutes e distâncias horizontais: V775-V776, az = 158° 13' 10", dh = 84,86m; V776-V777, az = 143° 51' 28", dh = 68,42m; V777-V778, az = 147° 48' 15", dh = 118,71m; V778-V779, az = 145° 48' 12", dh = 20,64m; V779-V780, az = 169° 13' 27", dh = 19,86m; V780-V781, az = 188° 00' 12", dh = 52,52m; desse ponto segue confrontando com a Gleba A27 do perímetro urbano do município de Votorantim, propriedade da Votorantim Participações S/A, Matrícula 15.770 do 1° R.I. de Sorocaba até o vértice PT-33, com os seguintes azimutes e distâncias horizontais: V781-PT-09, az = 160° 25' 25", dh = 8,26m; PT-09-- PT-10, az = 244° 37' 39", dh = 84,01m; PT-10--PT-11, az = 251° 40' 48", dh = 47,34m; PT-11--PT-12, az = 163° 21' 23", dh = 46,44m; PT-12--PT-13, az = 260° 50' 59", dh = 119,86m; PT-13--PT-14, az = 267° 15' 56", dh = 94,12m; PT-14--PT-15, az = 286° 33' 34", dh = 51,02m; PT-15--PT-16, az = 326° 35' 25", dh = 69,16m; PT-16--PT-17, az = 288° 07' 09", dh = 73,44m; PT-17--PT-18, az = 214° 32' 43", dh = 63,56m; PT-18--PT-19, az = 192° 25' 53", dh = 74,65m; PT-19--PT-20, az = 241° 03' 44", dh = 21,49m; PT-20--PT-21, az = 298° 28' 19", dh = 36,29m; PT-21--PT-22, az = 285° 17' 28", dh = 18,16m; PT-22--PT-23, az = 267° 08' 44", dh = 82,53m; PT-23--PT-24, az = 283°34' 07", dh = 21,40m; PT-24--PT-25, az = 206° 02' 57", dh = 150,48m; PT-25-- PT-26, az = 202° 02' 16", dh = 46,80m; PT-26--PT-27, az = 206° 32' 02", dh = 41,17m; PT-27--PT-28, az = 227° 07' 44", dh = 11,42m; PT-28--PT-29, az = 270° 15' 46", dh = 41,41m; PT-29--PT-30, az = 285° 56' 25", dh = 30,08m; PT-30--PT-31, az = 295° 12' 41", dh = 38,81m; PT-31--PT-32, az = 314° 59' 07", dh = 27,75m; PT-32--PT-33, az = 330° 40' 36", dh = 48,53m; deflete à direita confrontando com a propriedade de Adriano Rodrigues Ruiz e outros, Matrícula 19.296 do 1° R.I. de Sorocaba, até o vértice V755 com os seguintes azimutes e distâncias horizontais: PT-33--V752, az = 5° 07' 08", dh = 96,00m; V752-V753, az = 6° 04' 47", dh = 49,92m; V753-V754, az = 3° 45' 51", dh = 79,53m; V754-V755, az = 5° 41' 02", dh = 70,69m; deflete à direita com azimute de 94° 52' 23", confrontando com o lote 18 da Quadra S do Loteamento Jardim São Lucas, numa distância de 20,00m até o vértice V756, vértice inicial, encerrando uma área de 289.052,04m2.

ZEIS 31:

Terreno situado nesta cidade de Votorantim, no bairro do Rio Acima, com frente para a Rua João Cândido Strombeck, onde mede cento e noventa e dois metros; nos fundos mede cento e noventa metros, onde confronta com André Rodrigues; de um lado mede duzentos e dois metros, onde confronta com Florentino de Barros, por uma cerca de arame farpado e do outro lado, mede duzentos e vinte metros, onde confronta com o Espólio de Manoel Messias Furquim a área objeto da matricula 5.912 do CRIA de Votorantim.

ZEIS 32: (Pq. Bela Vista, Morumbi e Maria José)

Terreno de formato irregular, tem inicio no vértice formado pelo encontro das Ruas Ilirione Ceretta e Orlando Brasil com o lote 19 da quadra 2 do Loteamento Parque Bela Vista; segue pelo alinhamento da Rua Orlando Brasil até encontrar a Rua Benedito Isse, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Benedito Isse até encontrar o lote 10 da quadra D do loteamento Jardim Maria José; deflete à direita e segue confrontando com os lotes 10 e 11 da quadra D; deflete à esquerda e segue confrontando com os lotes 11,12 e 13 da quadra D do loteamento Jardim Maria José e com os lotes 1 e 2 da quadra H do Parque Morumbi; deflete à direita e segue confrontando com uma área da Prefeitura, com a Quadra G do Parque Morumbi e com a Rua Hortência Maciel De Camargo; deflete à direita e segue confrontando com a área da Escola Lucinda Rodrigues Pereira Inácio; deflete à direita e segue confrontando com o lote 44 da Quadra 2 do Loteamento Parque Bela Vista, com a Viela e com o lote 43 da Quadra 2 do Loteamento Parque Bela Vista deflete à esquerda e segue confrontando com os lotes 42 e 41 da Quadra 2 do Loteamento Parque Bela Vista, deflete à direita e segue confrontando com os lotes 27, 26, 25 e 24 da Quadra 2 do Loteamento Parque Bela Vista, continua na mesma direção confrontando com uma viela e com os lotes 23, 22, 21, 20 e 19 da Quadra 2 do Loteamento Parque Bela Vista, encerra a área do polígono descrito.

ZEIS 33: (Jardim Archilla)

Terreno localizado ao lado do loteamento Jd. Archilla tem início no ponto de confrontação com as torres de transmissão de energia e segue em curva nas confluências da Rua Joaquim Correia e a Viela sem nome, deflete a direita e segue em reta confrontando com a Rua Benedito Henrique de Oliveira deflete a esquerda e segue em curva com a confluência das Ruas Benedito Henrique de Oliveira e a Rua Santina Pellegrineli, deflete a esquerda e segue confrontando com o alinhamento predial da Rua Santina pellegrineli, deflete a esquerda e confronta com o sistema de recreio do Loteamento Jd. Archilla, deflete a esquerda em reta e confronta com as torres de transmissão de energia até encontrar o ponto de início, encerra a área do polígono descrito.

ZEIS 34: (Vila Monteiro e Jd. Ribeiro)

Terreno de formato regular faz frente para a Rua Izabel Corrêa distante 120,80 metros do alinhamento predial da Avenida Gisele Constantino, lado ímpar, segue em sentido horário na extensão de 21,35 metros confrontando com o lote de número 10 da quadra A do bairro Vila Monteiro, deflete à direita e segue na extensão de 100,30 metros confrontando com a propriedade de João Matucci e outros, deflete à direita e segue na extensão de 20,10 metros confrontando com o lote de número 1 da quadra A do bairro Jardim Ribeiro, deflete à direita e segue na extensão de 100,18 metros confrontando com a Rua Izabel Correa até encontrar o início, encerra a área do polígono descrito.

ZEIS 35: (Jardim Petrópolis)

Terreno localizado próximo à Vila Domingues, tem início no ponto de confrontação com o Loteamento Vila Cares e a Avenida Santos Dumont onde segue em curva acompanhando o alinhamento predial da Avenida Santos Dumont até encontrar o Sistema de Recreio do loteamento Vila Domingues, deflete a direita e segue confrontando com a área do sistema de recreio do Loteamento Vila Domingues até encontrar a Avenida Henrique Duarte, deflete a direita e segue pelo alinhamento predial confrontando com a Avenida Henrique Duarte até encontrar o limite do lote 1 da quadra A da Vila Cares, deflete a direita e segue confrontando com o Loteamento Vila Cares até encontrar a Avenida Santos Dumont, ponto de início onde encerra a área do polígono descrito.

ZEIS 36: (Área do "Horto Florestal")

Terreno de formato irregular, tem início no vértice formado pelo limite da propriedade de JJ Vossoroca Empreendimentos Imobiliários LTDA (Matrícula nº 24.053 do RI de Votorantim) com a propriedade de Ademir da Silva Pedroso (Chácara Solitária - Matrícula nº 9.347 do RI De Votorantim), segue confrontando com a propriedade de Ademir da Silva Pedroso (Chácara Solitária - Matrícula nº 9.347 do RI De Votorantim) respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar a linha de divisa município no eixo do Rio Ipanema, limite com a propriedade da Fazenda São Pedro de propriedade de AGL Agropecuária Ltda (Matrícula nº 68.722 do 2º RI de Sorocaba); segue pelo Rio Ipanema no sentido montante acompanhando a linha de limite da divisa do município confrontando com a propriedade da Fazenda São Pedro de propriedade de AGL Agropecuária Ltda (Matrícula nº 68.722 do 2º RI de Sorocaba) respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar a propriedade de Sérgio Antonio Reze (Matrícula nº 28.627 do de Sérgio Antonio Reze (Matrícula nº 28.627 do 2º RI de Sorocaba) respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar a linha de limite da área destacada como "ZEIS 22"; deflete à direita e segue confrontando com a área da "ZEIS 22" respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar a área destacada como "ZEIS 3a"; deflete à direita e segue confrontando com a área da "ZEIS 3a" respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar a área destacada como "ZEIS 3" deflete à direita e segue confrontando com a área da "ZEIS 3" respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar com a propriedade de Grupo P.G. S/A (Matricula nº 6.688 do RI de Votorantim); deflete à direita e segue confrontando com a propriedade de Grupo P.G. S/A (Matricula nº 6.688 do RI de Votorantim) respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar com a propriedade de JJ Vossoroca Empreendimentos Imobiliários LTDA (Matrícula nº 24.054 do RI de Votorantim), segue confrontando com a propriedade JJ Vossoroca Empreendimentos Imobiliários LTDA (Matrícula nº 24.054 do RI de Votorantim) respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar com a propriedade de JJ Vossoroca Empreendimentos Imobiliários LTDA (Matrícula nº 24.053 do RI de Votorantim), segue confrontando com a propriedade JJ Vossoroca Empreendimentos Imobiliários LTDA (Matrícula nº 24.053 do RI de Votorantim) respeitando todas as suas extensões e deflexões até encontrar com a propriedade de Ademir da Silva Pedroso (Chácara Solitária - Matrícula nº 9.347 do RI De Votorantim), ponto de início onde encerra a área do polígono descrito.

ZEIS 37: (Região Jardim dos Sonhos)

Terreno de formato irregular tem início na confluência das Avenidas 27 de Março e Isabel Ferreira Coelho, segue confrontando com a Avenida 27 de Março até encontrar a Rua Horondantes Barba; deflete à direita e segue confrontando com a Rua Horondantes Barba até encontrar a linha de divisa do lote nº 15 da quadra B do loteamento Jardim Monte Verde 1, deflete à direita e segue até encontrar a linha dos fundos do lote nº 15 da quadra B do loteamento Jardim Monte Verde 1; deflete à esquerda e segue confrontando com a quadra B do loteamento Jardim Monte Verde 1 até encontrar a quadra "G" do loteamento Jd. Ana Claudia; deflete à direita e segue acompanhando a linha dos fundos da quadra "G" do loteamento Jd. Ana Claudia até encontrar a Avenida Isabel Ferreira Coelho; deflete à direita e segue confrontando com a Avenida Isabel Ferreira Coelho até encontrar o ponto de confluência com a Avenida 27 de Março, ponto de início onde encerra a área do polígono descrito.

ZEIS 38: (Rua Ursulina Rinaldi Verlangieri)

Terreno de formato irregular, inicia-se no vértice formado pela linha dos fundos do lote 26 da quadra 30 do Loteamento Parque Bela Vista com a Rua Maria Modenezi Modena, ponto este distante 31,00 metros do alinhamento predial da Rua Porfiria Fogaça Maciel, deste ponto segue pelo alinhamento predial da Rua Maria Modenezi Modena até encontrar a linha de divisa do lote 27 da quadra 30 do Loteamento Parque Bela Vista; deflete a direita e segue confrontando com os lotes 27 e 21 da quadra 30 do Loteamento Parque Bela Vista até encontrar Rua Ursulina Rinaldi Verlangieri, segue acompanhando o alinhamento predial da Rua Ursulina Rinaldi Verlangieri até encontrar a linha dos fundos da Quadra E da Vila Domingues; deflete a direita e segue confrontando com a Quadra E da Vila Domingues até encontrar a Rua Porfiria Fogaça Maciel; deflete a direita e segue confrontando com a Rua Porfiria Fogaça Maciel até encontrar a linha de divisa do lote 22 da quadra 30 do Loteamento Parque Bela Vista, deflete a direita e segue até a linha dos fundos do lote 22 da quadra 30 do Loteamento Parque Bela Vista; deflete à esquerda e segue confrontando com os lotes números 22, 23, 24, 25 e 26 da quadra 30 do Loteamento Parque Bela Vista até encontrar o alinhamento predial da Rua Maria Modenezi Modena; ponto de início onde encerra a área do polígono descrito.

ZEIS-39: (Vila Amorim - Rua Antonio Ribeiro De Camargo)

Terreno localizado no bairro da Vila Amorim, faz frente para a Rua Antonio Ribeiro de Camargo de quem da Rua olha para o terreno do lado direito confronta com a Rua Jose Antonio de Mello, do lado esquerdo de igual orientação confronta com a Rua Amélia Ribeiro Amorim, deflete a direita e confronta com a associação Desportiva Votocel, deflete a esquerda e confronta com a associação Desportiva Votocel, deflete a direita e confronta com a associação Desportiva Votocel, deflete a direita e confronta com a associação Desportiva Votocel, deflete a esquerda e confronta com a associação Desportiva Votocel, deflete a direita e confronta com a EMEI Maria Helena Scripillitti, deflete a esquerda e confronta com a EMEI Maria Helena Scripillitti, deflete a direita e segue em curva na confluência da Rua Jose Antonio de Mello e com a Rua Eugenio Ildefonso onde encerra a área do polígono descrito.

ZEIS-40

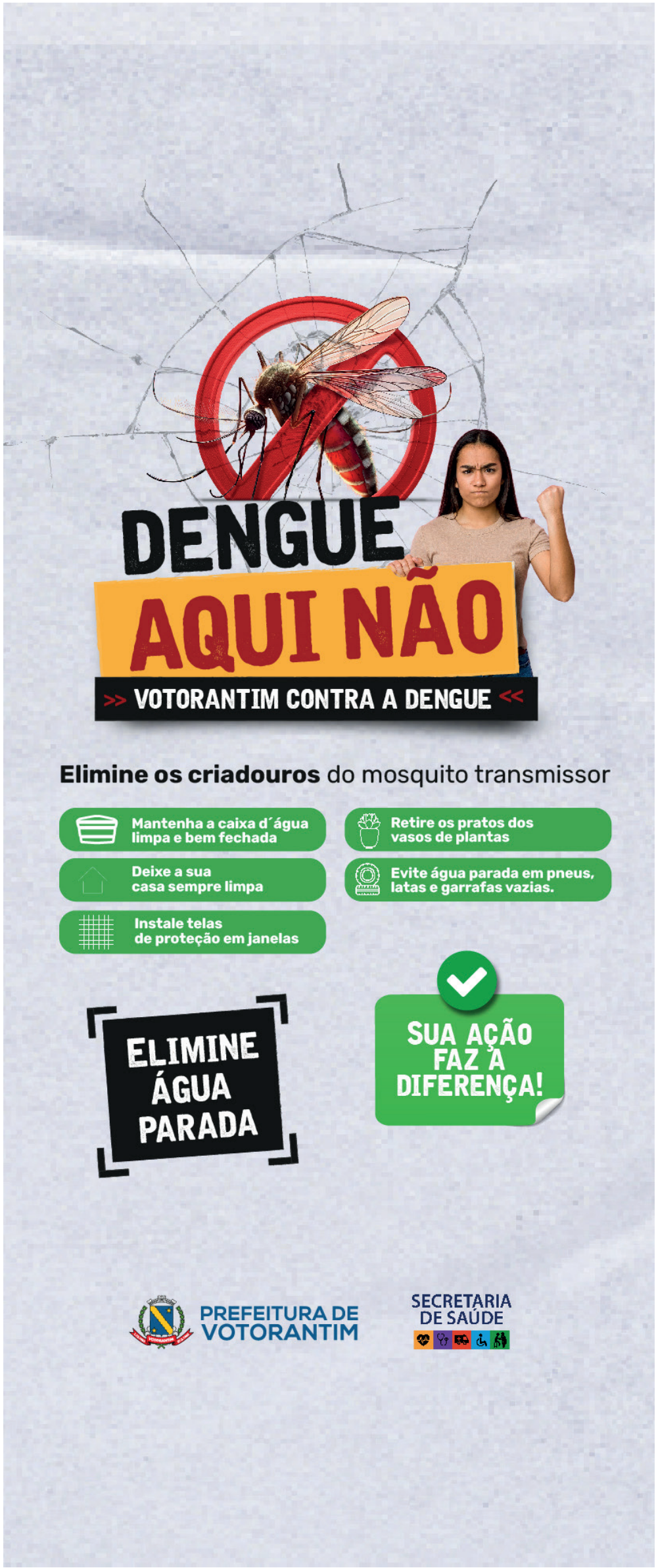
Terreno localizado no bairro Jardim Daniel Antonio na confluência da Rua Aniceto Farias dos Santos com a Rua Aligueri Vetorazzo tem início no vértice do lote 16 da quadra "L" do Loteamento Jd. Daniel Antonio e segue em reta onde mede 25,00 metros e confronta com o lote de número 16 da quadra "L" do Loteamento Jd. Daniel Antonio deflete à esquerda e segue em curva por 43,00 metros, deflete a esquerda e segue em curva de 10,00 metros confrontando com as Ruas Aniceto Farias dos Santos e Aligueri Vetorazzo; deflete a esquerda e segue em 61,00 metros confronta com os lotes 11, 10, 09, 08, 07 e 06, encerra a área do polígono descrito.

ZEIS-41

Terreno de formato irregular tem início no ponto localizado no vértice formado pelo encontro da lateral direita do lote nº 75 da quadra 29 do Parque Bela Vista com a área em questão e a Rua Porfiria Fogaça Maciel, segue confrontando com a referida rua até encontrar a lateral esquerda do lote nº 74,deflete á esquerda e segue confrontando com o lote nº 74 até a linha dos fundos, deflete á direita e segue confrontando com os lotes números 74, 73,72,71,70,69,68,67,66 e 65, todos da quadra 29 do Parque Bela Vista, até encontrar a Viela, atravessa a Viela e segue confrontando com os lotes 64,63,27,26,24,23 e 22, todos da quadra 29 do Parque Bela Vista, deflete à esquerda e segue confrontando com os lotes 18,17,16,15,14,13,12,11,10 e 9, todos da quadra 29 do Parque Bela Vista, até encontrar a Viela, atravessa a Viela e segue confrontando com os lotes 8,7,6,5,4,3,2, e 1, todos da quadra 29 do Parque Bela Vista, deflete à esquerda e segue confrontando com a propriedade dos herdeiros de Isaias Soares até encontrar o lote nº 75 da quadra 29, deflete à esquerda e segue confrontando com o lote nº 75 da quadra 29 até encontrar o alinhamento predial da Rua Porfiria Fogaça Maciel, ponto de início onde encerra a área do polígono descrito.

ZEIS-42

Terreno de formato irregular, com frente para à rua Analia Pereira tem início em um ponto distante 128,00 metros do alinhamento predial da rua Antonio Antunes de Assis, deste ponto segue em curva na extensão de 14,13 metros em curva e mais 20,00 metros em linha reta, deflete à esquerda e segue na extensão de 40,00 metros confrontando em todas essas extensões com a quadra "C", deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 61,30 metros , deflete a esquerda e segue por 50,00 metros confrontando nessas duas extensões com propriedade objeto da matricula nº 20.099 do 1º CRIAS – Cartório de Registro de Imóveis de Sorocaba, deflete á direita e segue por 165,50 metros confrontando com o Loteamento Real Parque – Etapa 3, deflete á direita e segue por 50,00 metros confrontando com parte da propriedade de Alcides Andriotti e com parte da quadra A, deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 40,00 metros, deflete à direita e seque em linha reta na extensão de 58,00 metros, deflete à esquerda e segue em linha reta na extensão de 6,50 metros, confrontando nessas extensões com parte da quadra A e com parte da Rua Projetada, deflete à direita e segue em linha reta , na extensão de 85,80 metros e confronta com parte da Rua Projetada e parte do Sistema de Recreio da Vila Pedroso , deflete à direita e segue em linha reta na extensão de 14,50 metros e confronta com a quadra "B", deflete à esquerda e segue na extensão de 102,00 metros e confronta com a quadra "B", deflete à esquerda e segue em linha reta na extensão de 21,00 metros e confronta com a quadra "B", deflete à esquerda e segue em curva na extensão de 14,13 metros até encontrar a Avenida Anália Pereira, e confronta com a quadra "B", deflete à direita e segue na extensão de 30,00 metros confrontando com a Avenida Anália Pereira até encontrar o ponto de partida, onde encerra o perímetro do polígono descrito.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

Estado de São Paulo

QUADRO 1 - CARACTERISTICAS DE USO E OCUPAÇAO DO SOLO

ZONA DE USO	CATEGORIA DE USO		ÁREA MÍNIMA LOTE (M²)	FRENTE MÍNIMA LOTE (M)	(Rm) RECUOS MÍNIMOS OBRIGATORIOS (m)					TAXA DE OCUPAÇÃO	TAXA DE PERMEABILIDADE	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	PADRÃO DE INCOMODIDADE ADMISSÍVEL
	PERMITIDA	CONTROLE ESPECIAL			FRENTE	LATERAL		FUNDO					
						ATÉ O 3° PAV.	ACIMA DO 3° PAV.	ATÉ O 3° PAV.	ACIMA DO 3° PAV.				
ZC	R1 - R2 - R3 C1 - C2 S1 - S2 - I1 E1 - E2 - E3	E4	300,00	10,00	4,50	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 2,00m	80%	10%	4,00	NÃO INCÔMODO
CCS1	VER TEXTO	E4	300,00	10,00	4,50	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	2,00	Rm = h/10 + 2,00m	60%	15%	2,00	VER TEXTO
CCS2	VER TEXTO	E4	300,00	10,00	4,50	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 3,00m	80%	10%	4,00	INCÔMODO 1 e 2
ZR1	R1 - R3 C1 S1 E1 - E2	E4	300,00	10,00	5,00	1,50 UMA LATERAL	Rm = h/10 + 1,50m	3,00	Rm = h/10 + 3,00m	60%	15%	2,00	ATIVIDADE INCOPATÍVEL
ZR2	R1 - R2 - R3 C1 - C2 S1 - S2 I1 E1 - E2	E4 S3	250,00	10,00	5,00	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	2,00	Rm = h/10 + 2,00m	60%	10%	2,50	NÃO INCÔMODO
ZR3	R1 - R2 - R3 C1 - C2 S1 - S2 I1 E1 - E2 - E3	E4 C3 S3 I2	200,00	8,00	5,00	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 2,00m	60%	7,5%	2,00	INCÔMODO 1
ZR4	R1 - R2 - R3 C1 - C2 S1 - S2 I1 E1 - E2 - E3	E4 C3 S3 I2	140,00	7,00	4,50	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 2,00m	70%	5,0%	2,00	INCÔMODO 1
ZR5	R1	E4	5000,00	50,00	10,00	5,00	NÃO PERMITIDO	10,00	NÃO PERMITIDO	20%	50%	0,40	ATIVIDADE INCOMPATIVEL
ZRL	R1 C1- C2 - S1 - E1	E4	600,00	15,00	5,00	2,50	NÃO PERMITIDO	5,00	NÃO PERMITIDO	50%	20%	1,00	ATIVIDADE INCOMPATIVEL
ZTR	R1 C1- C2 - S1 - E1	E4	1000,00	20,00	10,00	3,00	NÃO PERMITIDO	10,00	NÃO PERMITIDO	40%	40%	0,60	ATIVIDADE INCOMPATIVEL
ZRU	R1 C1 S1 - E1	E4 I3 S3 - C4	20000,00	_	20,00	20,00		20,00		10%	80%	0,20	INCÔMODO 3 E 4
ZI	I1 - I2 - I3 C1 - C2 - C3 - C4 S1 - S2 - S3 E3	E4	1000,00	25,00	10,00	DISPENSÁVEL VER TEXTO	NÃO PERMITIDO	5,00		70%	15%	1,00	INCÔMODO 3 E 4
ZPI	I1 - I2 S1 - S2 - S3 C1 - C2 - C3	E4 C4 I3	500,00	15,00	6,00	3,00 UMA LATERAL		4,00		70%	10%	1,50	INCÔMODO 3 E 4
ZEU	R1 - R2 - R3 C1 - C2 S1 - S2 I1 E1 - E2 - E3	E4 C3 S3 I2	200,00	8,00	5,00	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	2,00	Rm = h/10 + 2,00m	60%	8%	2,00	INCÔMODO 1
ZIRC	I1 - I2 - E1 - E2 S1 - S2 C1 - C2 R1 - R2 - R3	E4	600,00	15,00	6,00	3,00 UMA LATERAL	Rm = h/10 + 3,00m	4,00	Rm = h/10 + 4,00m	IND. E COMERCIAL 50% RESIDENCIAL 60%	10%	2,00	NÃO INCÔMODO
ZEIS	E1 - E2 S1 C1 R1 - R2 - R3	E4	140,00	7,00	4,00	DISPENSÁVEL	Rm = h/10 + 1,50m	2,00	Rm = h/10 + 2,00m	70%	5%	2,00	NÃO INCÔMODO
ZE	E4	A SER DEFINIDO PARA CADA CASO PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO											
ZCA	_	E4	A SER DEFINIDO PARA CADA CASO PELO ÓRGÃO DE PLANEJAMENTO										
ZOR	R1-C1 S1 E1	E4 I1	20000,00	_	20,00	20,00	NÃO PERMITIDO	20,00	NÃO PERMITIDO	30%	70%	0,20	INCÔMODO 1
ZCRH	R3 R3.01 (d)	C1 - S1 E3 - E4	1000,00	25,00	10,00	5,00	NÃO PERMITIDO	10,00	NÃO PERMITIDO	40%	50%	0,60	ATIVIDADE INCOMPATIVEL

Observações do Quadro I:

1. Todos os índices urbanísticos deverão ter demonstrações gráficas de fácil interpretação.
2. Quando a CCS1 for uma via arterial e coletora (menos na ZR1), o uso permitido será: R1, R2, R3, C1, C2, C3, S1, S2, I1, E1, E2, E3.
3. Quando a CCS1 estiver em ZR1, o uso permitido será: R2, R3, C1, C2, S1, S2, E1, E2, E3, o padrão de incomodidade será: ATIVIDADE INCOMPATÍVEL.
4. Quando a CCS1 estiver em via arterial, o padrão de incomodo admitido será INCOMODO 2.
5. Quando a CCS1 estiver em via coletora, o padrão de incomodo admitido será INCOMODO 1.
6. Na CCS2, é permitido R1, R2, R3, C1, C2, C3, S1, S2, I1, E1, E2, E3 e admitido padrão de INCOMODO 1 e 2.
7. Será considerado até 3 pavimentos a edificação com altura máxima 12,00 mts, contados do piso do andar mais baixo ao teto do andar mais alto.
8. Não será considerada na altura da edificação as paredes sobrelevadas, como barrilete, caixa da agua, casa de máquinas e outras construções sem permanência humana.
9. O recuo lateral dispensável na ZC e CCS, poderá ser exigido em situações específicas de vizinhança
10. As atividades sujeitas a controle especial deverão se enquadrar no padrão de incomodidade admissível para a zona e diretrizes específicas de acesso viário.
11. Recuos laterais são obrigatório para todas as laterais do lote, exceto situações dispostas no quadro.
12. Havendo reentrâncias ou saliências nas fachadas (frente, laterais e fundo) do corpo principal da edificação será admitida a média do recuo exigido, desde que a variação da distância entre o corpo mais recuado e menos recuado não ultrapasse 1,20 mts e não haja abertura de ambientes de permanecia prolongada invadindo o recuo exigido.
13. Na ocorrência de edificação secundária no mesmo lote ou gleba é exigido o recuo de fundo entre as edificações, admitido a distância mínima de 2,00 nas edificações térreas.
14. Na zona ZTR, os lotes existentes até a publicação desta lei nos loteamentos Santo Antônio 1 e 2, Sitio dos Lagos, Recanto das Cascatas e Vale das Cachoeiras com área superior a 500,00m2 e inferior a 1.500,00m2 e as testadas inferiores a 25,00 metros poderão ser regularizados na forma em que se encontram Estes loteamentos deverão promover o alargamento do Sistema Viário existente para o mínimo de 12,00 metros de largura, a redução das áreas dos lotes em virtude do alargamento da via não prejudicará a regularização desses loteamentos.
15. Os loteamentos projetados na Zona ZIRC deverão definir os usos das quadras, não sendo permitido usos residenciais e industriais na mesma quadra. As quadras residenciais deverão estar distanciadas e separadas das quadras industriais por Via Arterial de Primeira Categoria Tipo V1.
16. Usos R2.02, R3.02 e S2, poderão ocupar 1 (um) recuo lateral da edificação em até 1/4 do comprimento lateral do terreno.
17. Para Z.I, quando o lote tiver mais de 2000m², usar recuo lateral de 3m cada lado.
18. Nas ZOR e ZCRH, restrições de uso conforme legislação da APA Itupararanga.
19. Usos Permitidos para o ZOR:

I - Atividades agrossilvopastoril controladas e de baixo impacto ambiental, principalmente em relação ao uso de agroquímicos e espécies exóticas invasoras;
II - Culturas permanentes (frutíferas);
III - Incentivo à agricultura familiar e orgânica, priorizando práticas agroecológicas;
IV - Atividades pesqueiras, desde que praticadas de forma sustentável;
V - Aquicultura;
VI - Atividades de mineração controladas sistematicamente;
VII - Atividades de comércio e serviço de pequeno porte e de baixo impacto ambiental;
VIII - Permanência das construções existentes para uso unifamiliar isolado;
IX - Atividade de baixo impacto ambiental;

20. Usos Permitidos para o ZCRH:

I – Atividades rurais sustentáveis- atividades agrícolas com enfoque na conservação do solo e recursos hídricos, com uso racional de agroquímicos;
II – Atividades de lazer como clubes e agremiações;
III – Atividades pesqueiras com exceção da pesca em escala incompatível com a capacidade suporte das espécies-alvo;
IV – Atividades de lazer e turismo de baixa ocupação e impacto ao redor do reservatório;
plot
VI - Recomposição florestal com espécies nativas nas áreas de várzeas, áreas de preservação permanentes - APPs e campos antrópicos;
VIII – Atividade agropecuária, desde que não promova modificação no ambiente natural existente, respeitando a capacidade de suporte do mesmo;
IX – Atividades de visitação contemplativa;
X- Prática de aquicultura, desde que sejam realizados estudos específicos sobre a capacidade suporte do reservatório e de autodepuração da água;
XI- Parcelamento do solo para fins urbanos de ocupação humana não adensada, mediante a obrigatória instalação e funcionamento de infraestrutura de saneamento ambiental, e formação e manutenção de amplas áreas ajardinadas e arborizadas, com espécies nativas e garantindo taxas de permeabilidade do solo com percentual mínimo de (cinquenta por cento) da área bruta, tudo conforme demais exigências da legislação ambiental;
XII – Atividades de lazer e turismo de baixa ocupação e impacto ambiental.
XIII- A instalação de infraestrutura de saneamento básico (sistemas de coleta e tratamento de água e esgotos)

21. Em ZC, quando as vias tiverem largura menor que 14 m, o gabarito máximo será de 2,5 × a largura da via, mesmo com fachada ativa.

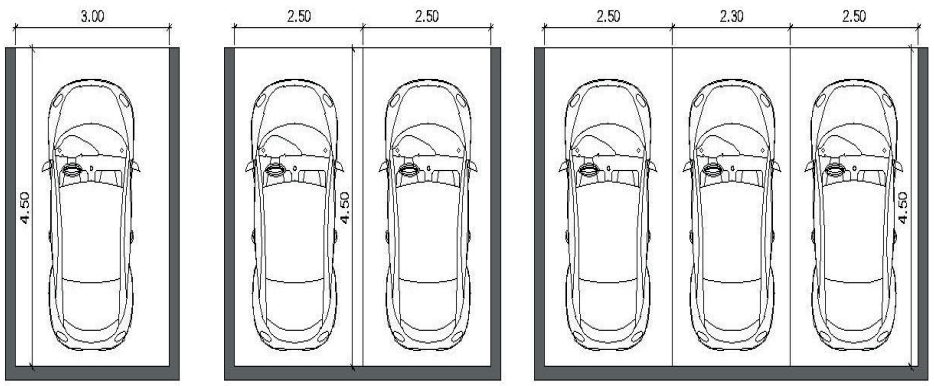
QUADRO 2 – ZONEAMENTO - ESTACIONAMENTO, CARGA E DESCARGA

CATEGORIAS DE USO	NÚMERO MÍNIMO DE VAGAS PARA ESTACIONAMENTO DE AUTOMÓVEIS	PÁTIO PARA CARGA E DESCARGA DE CAMINHÕES
R1	1x Vaga por habitação	
R2 **R3**	A. Uma vaga por habitação com área edificada até 250m². B. Duas vagas por habitação com área edificada superior a 250m² e inferior a 500m². C. Três vagas por habitação superior a 500m².	
C1 **S1**	1 Vaga para cada 100m² de área edificada ou fração.	
C2 **S2**	1 Vaga para cada 50m² de área edificada ou fração.	Obrigatório para estabelecimentos com área edificada superior a 1.000m².
C3 **C4** **I1**	1 Vaga para cada 100m² de área edificada ou fração.	
S3 **I2** **I3**	1 Vaga para cada 100m² de área edificada ou fração.	Obrigatório.
E1 **E2**	1 Vaga para cada 100m² de área edificada ou fração.	
E3 **E4**	Estudo e dimensionamento pela Prefeitura para cada caso específico.	

1. As vagas para estacionamento deverão obedecer às seguintes dimensões mínimas:
   a. As vagas para Automóveis deverão ter dimensões mínimas de **2,30m x 4,50m, livre dos dois lados;**
      i. Quando estão **encostadas em uma parede/pilar** deverá ter dimensões mínimas de **2,50m x 4,50m** e,
      ii. Quando **encostadas nos dois lados**, por paredes/pilar, deverá ter dimensão mínima de **3,00m x 4,50m**;
   b. As **vagas para caminhões ou ônibus** deverão ter dimensões mínimas de **3,20m x 12,00m**;
   c. As **vagas para motocicletas** deverão ter dimensões mínimas de **1,20m x 2,50m**;
   d. As **vagas para bicicletas** deverão ter dimensões mínimas de **0,60m x 2,00m.**
2. As **áreas de manobras** devem ter dimensão mínima de **5,00m.**
3. As **passagens de veículos**, quando for para atender um número máximo de 50 vagas, deverá ter dimensão mínima de **3,00m**.

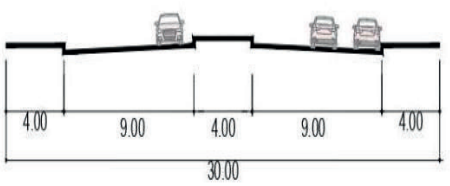
Quando for para atender mais de **50 vagas**, deverá ter dimensão mínima de **6,00m**.

OBSERVAÇÃO: * **Idoso - 5%** * **P.C.D. - 2%** * **Gestante - 2%** (nos estacionamentos de shoppings centers, centros comerciais, hipermercados e em todos os locais que mantenham estacionamentos para uso público, da totalidade de suas vagas).

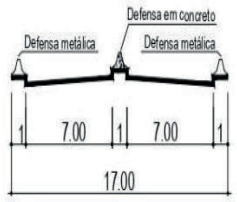


QUADRO 3 – VIAS DE CIRCULAÇÃO
Obs: medidas mínimas

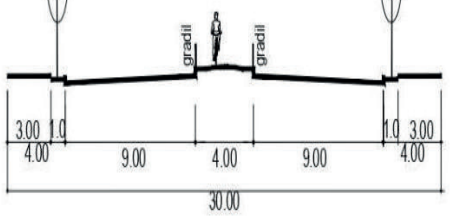
VIA ARTERIAL
padrão existente



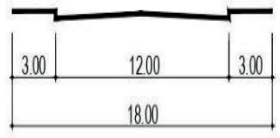
VIA EXPRESSA



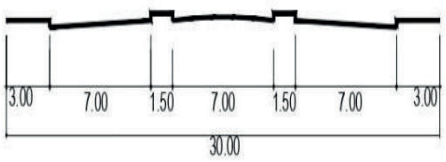
VIA ARTERIAL
padrão existente com ciclovia



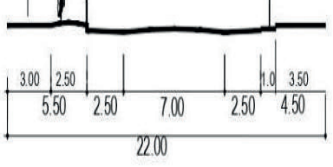
VIA COLETORA (AVENIDA)
padrão existente



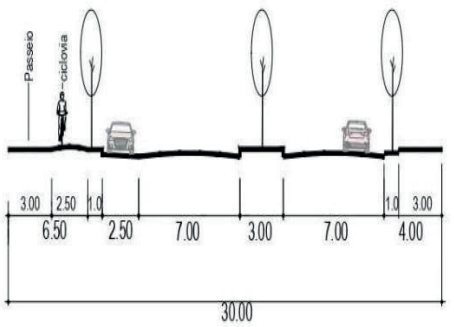
VIA ARTERIAL
padrão existente com corredor central



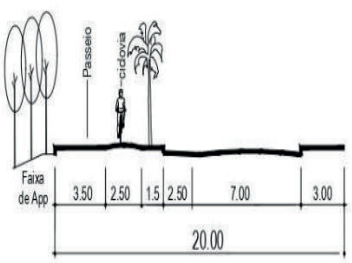
VIA COLETORA (AVENIDA)
padrão ciclovia



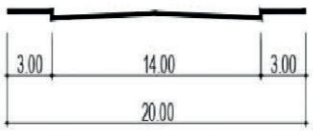
VIA ARTERIAL
suburbana



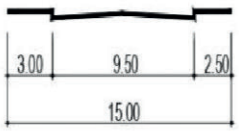
VIA COLETORA PARQUE



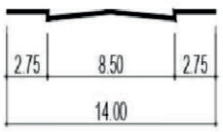
VIA COLETORA (AVENIDA)
em Zona Indústrial



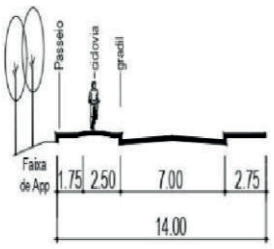
VIA MARGINAL
nas Rodovias



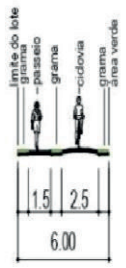
VIA LOCAL DE 14,00 m



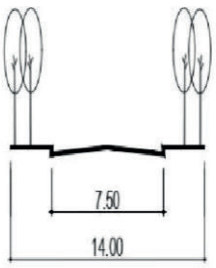
VIA LOCAL PARQUE



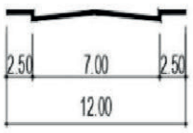
VIA DE PEDESTRES
EM SISTEMAS DE LAZER



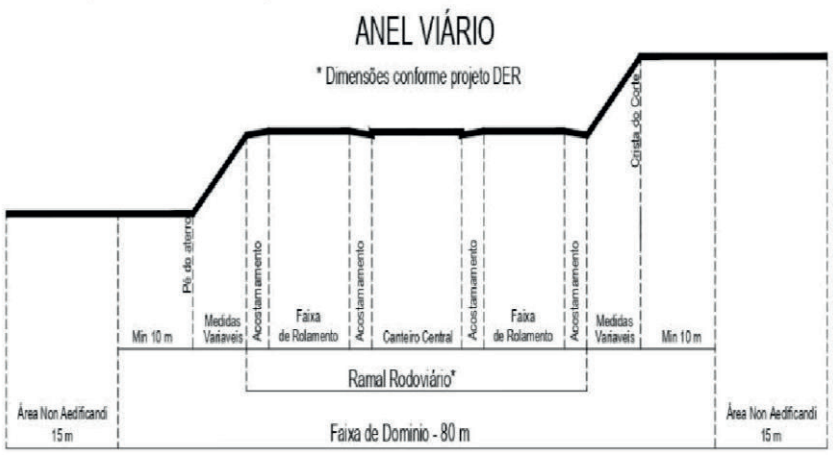
LOCAL EM ZCRH
E ESTRADA RURAL



VIA LOCAL DE 12,00 m



ANEL VIÁRIO



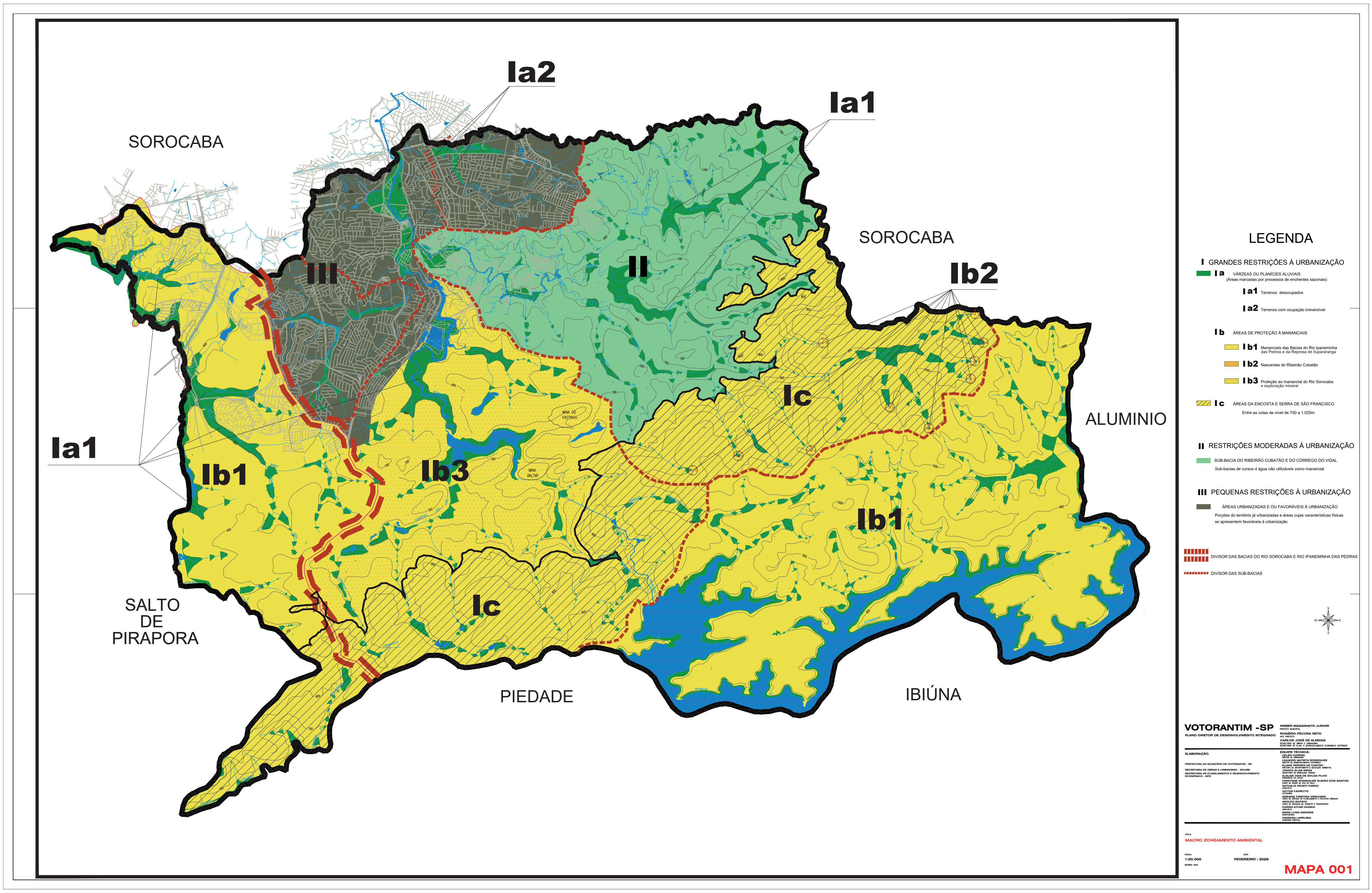
Declividade Mínima para todas as vias – 0,5%

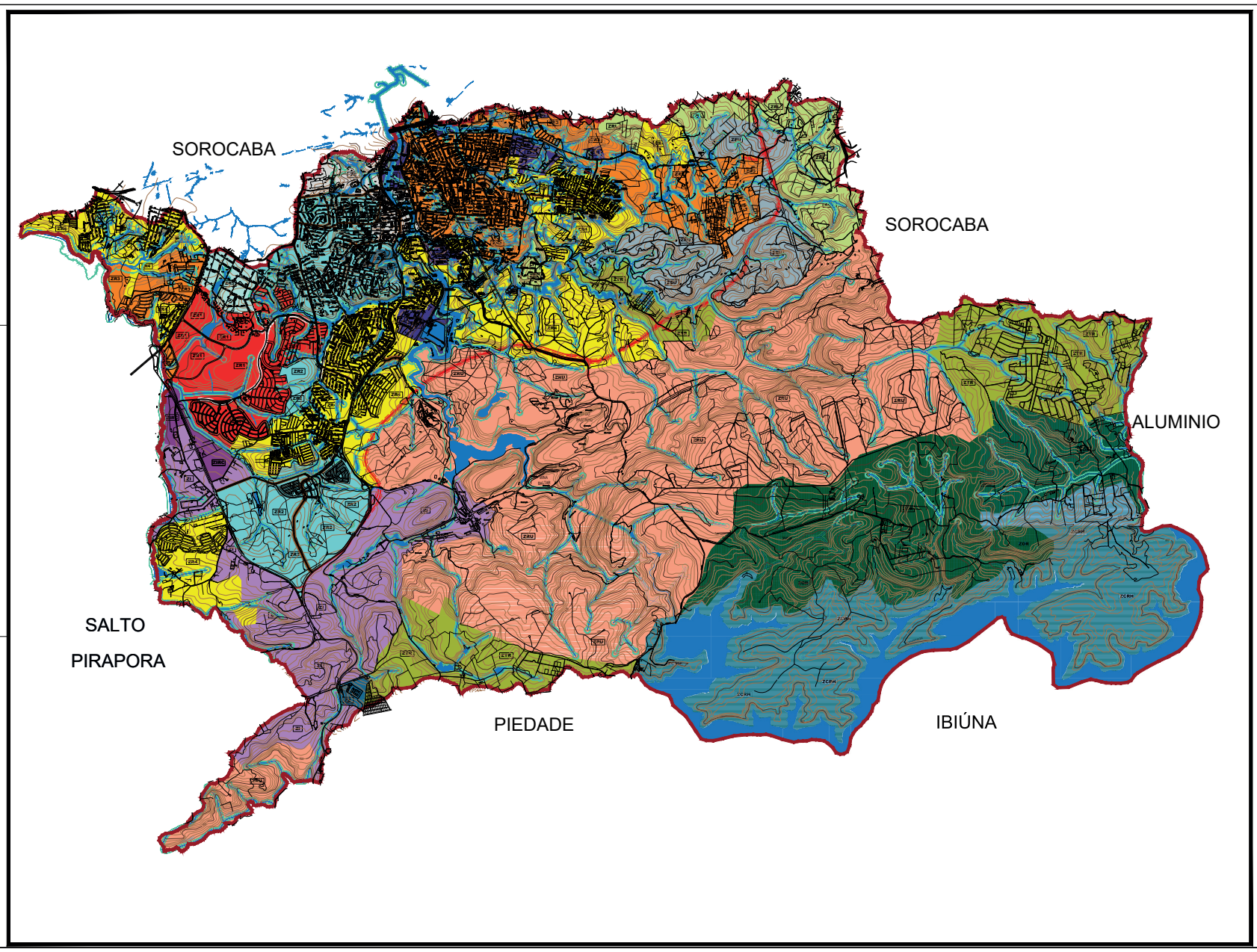
Declividade Máxima
Via Arterial (Padrão Existente) – 8%
Via Expressa – 6%
Via Arterial (Padrão Existente com ciclovia) – 8%
Via Coletora (Avenida, Padrão Existente) – 8%
Via Arterial (Padrão Existente com corredor central) – 8%
Via Coletora (Avenida, padrão ciclovia) – 8%
Via Arterial (Suburbana) – 8%
Via Coletora Parque – 8%
Via Coletora (Avenida, Zona Industrial) – 8%
Via Marginal das Rodovias – 10%
Via Local de 14m – 10%
Via Local Parque – 10%
Via de Pedestres em sistemas de lazer – 6%
Local em ZCRH e Estrada Rural – 10%
Via Local de 12m – 10%
Anel Viário – 6%
Cul de Sac – 15%

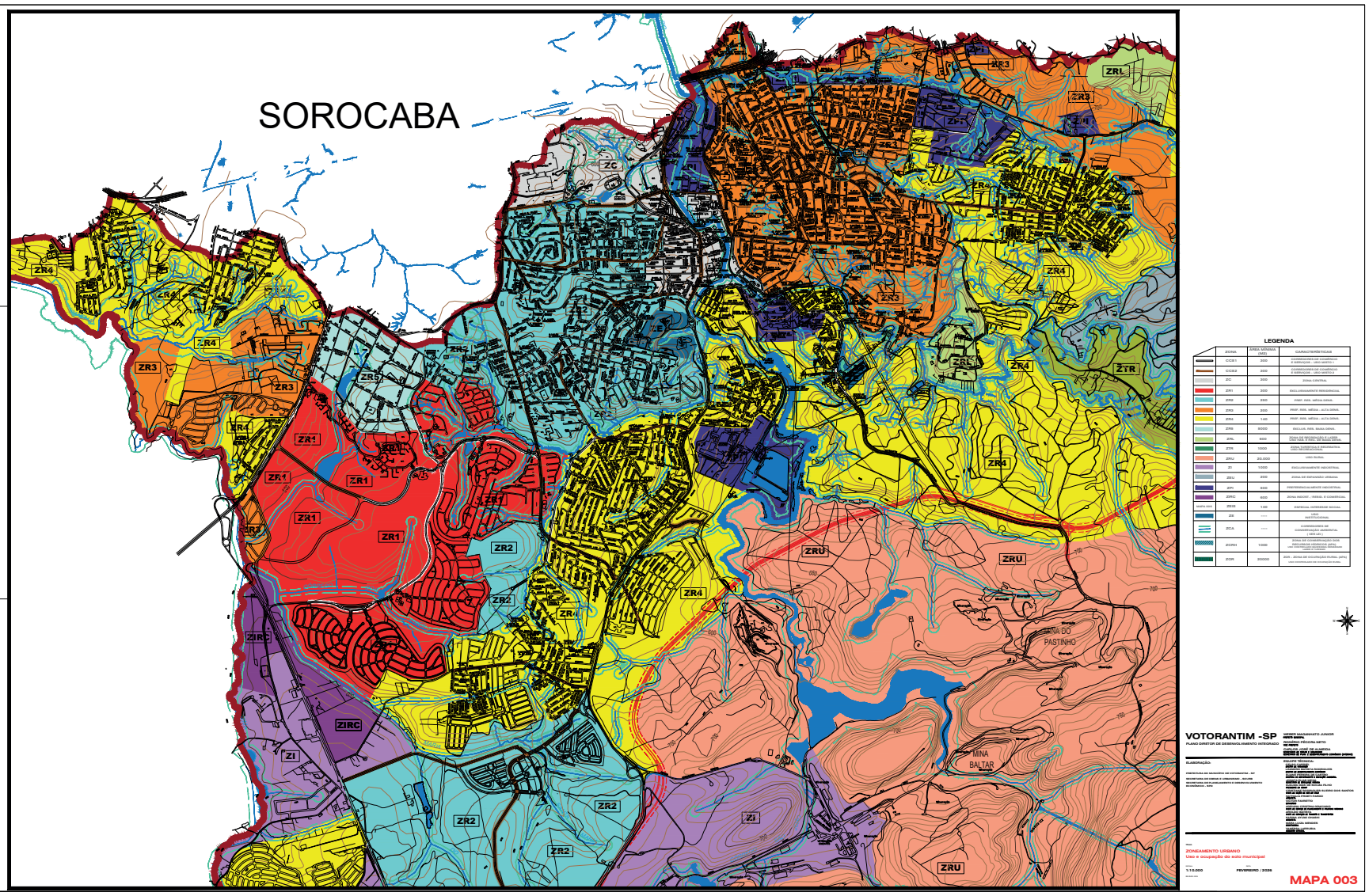
OBS: Para o Balão de Retorno em Cul de Sac, diâmetro mínimo de 14m para leito carroçável.

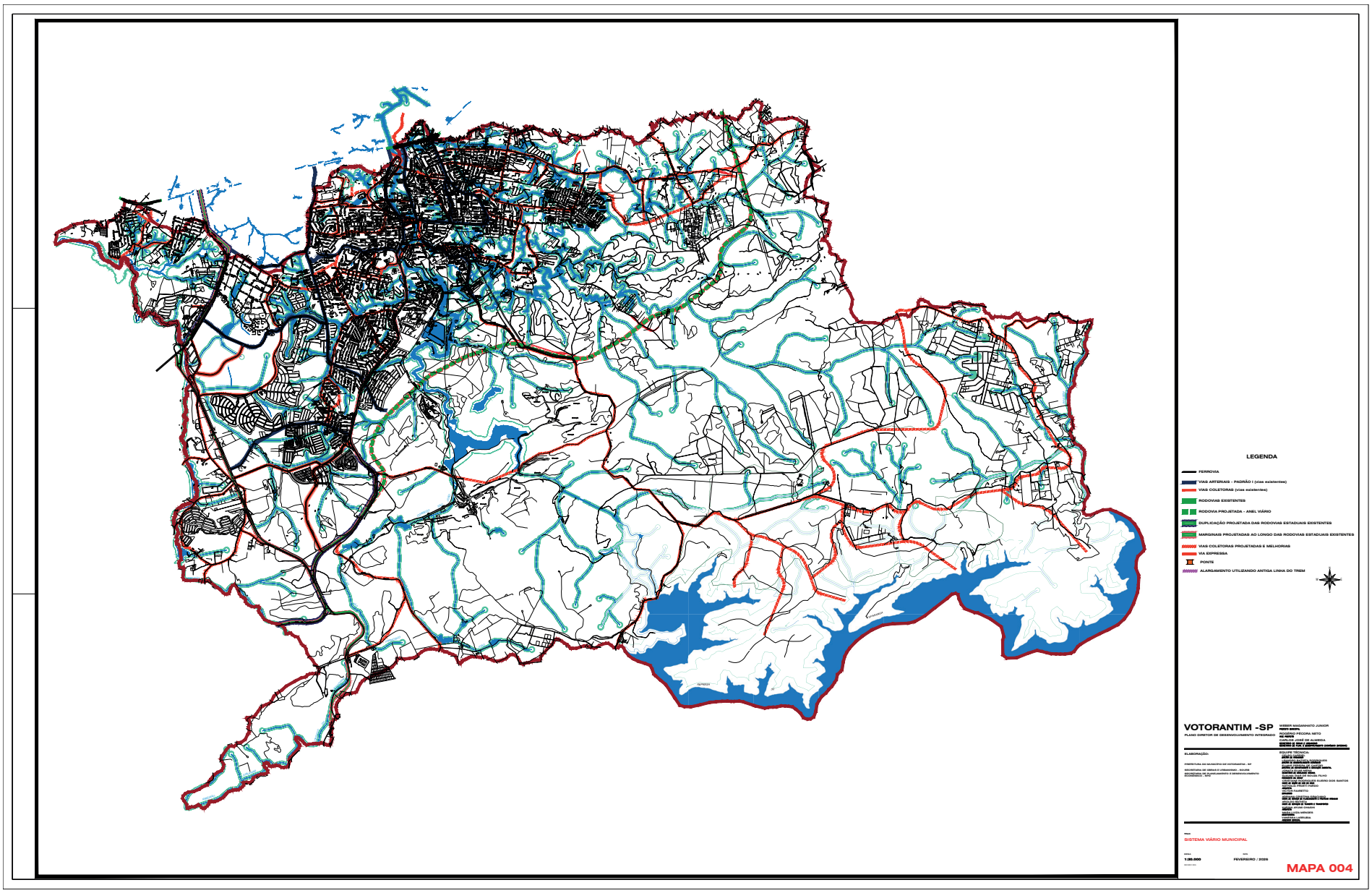
QUADRO 4
PADRÕES DE INCOMODIDADE ADMISSÍVEIS

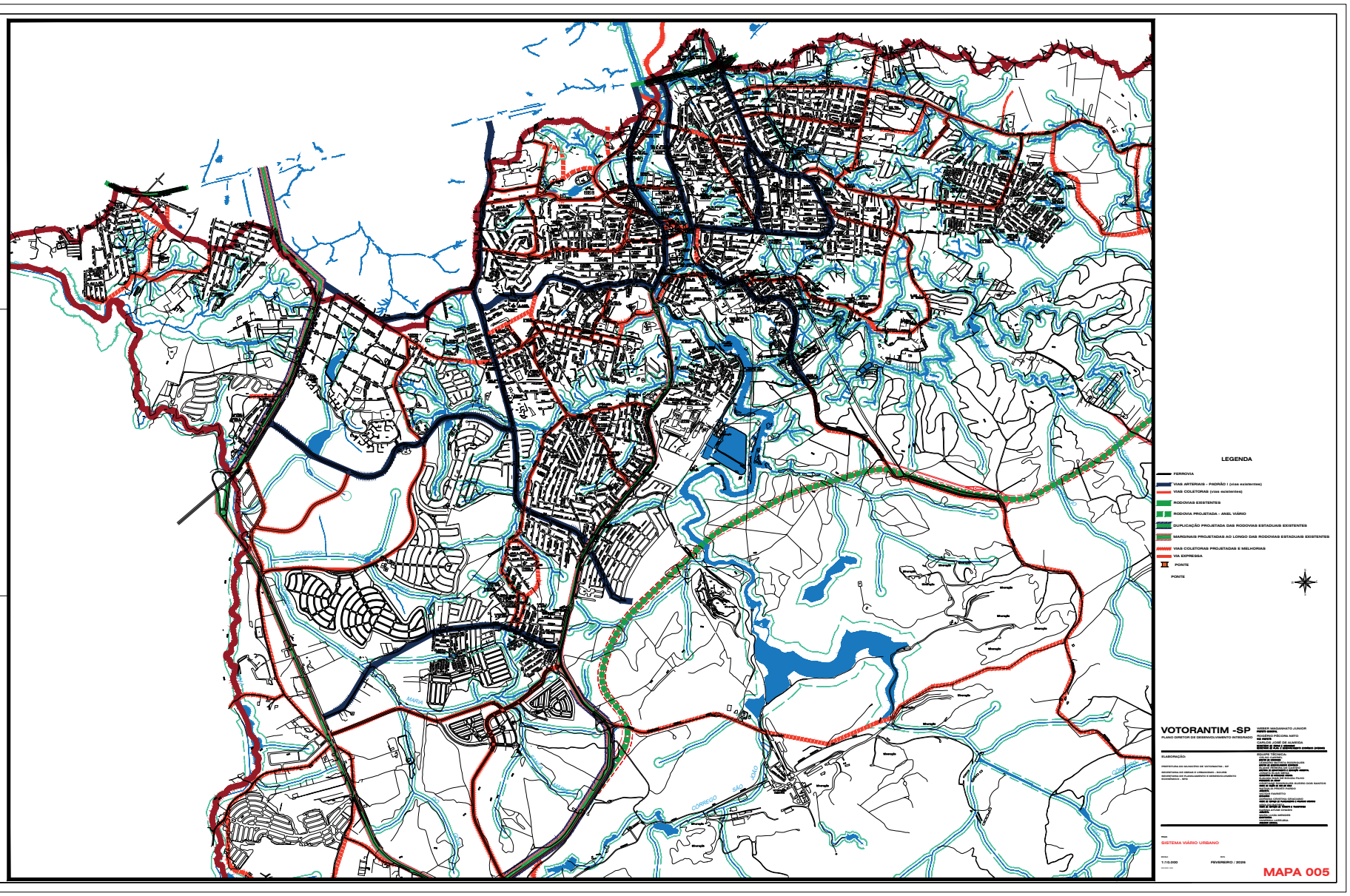
NÍVEL DE INCOMODIDADE	Definição do Nível de Incomodidade	Localização	Poluição Sonora	Poluição Atmosférica (odor,poeira e fumaça)	Poluição Hídrica	Geração de Resíduos Sólidos	Vibração	Periculosidade
Não Incomodo	Atividades totalmente compatíveis com o uso residencial	Zona Urbana	Diurna 55 db Noturna 50 db	Sem fontes de emissão de substâncias odoríferas na atmosfera. Emissão de fumaça (Decreto Estadual 8.468/76 art. 31)	Inócuo	Até Classe II A (NBR 10.004/2004 ABNT)	Não Produz	Atividade incompatível
Incômodo I	Categorias de Uso não residencial compatíveis com o uso residencial	Zona Urbana – em vias locais	Diurna 60 db Noturna 55 db	Sem fontes de emissão de substâncias odoríferas na atmosfera. Emissão de fumaça (Decreto Estadual 8.468/76 art. 31)	Inócuo	Até Classe II A (NBR 10.004/2004 ABNT)	Resolve dentro do lote (NBR 10.273 ABNT)	Lei Estadual 684/75 e Decreto Estadual 46076/01
Incômodo II	Uso não residencial, cujo nível de incomodidade permite sua instalação nas proximidades do uso residencial	Zona Urbana – em vias locais e coletoras	Diurna 65 db Noturna 55	Sem fontes de emissão de substâncias odoríferas na atmosfera. Emissão de fumaça (Decreto Estadual 8.468/76 art. 31)	Decreto Estadual 8468/76, art.17,18,19	Até Classe II A e Classe II B (NBR 10.004/2004 ABNT)	Resolve dentro do lote (NBR 10.273 ABNT)	Lei Estadual 684/75 e Decreto Estadual 46076/01
Incômodo III	Uso não residencial, cujo nível de incomodidade restringe sua instalação à localização	Zona Urbana - em vias locais, coletoras e arteriais				Até Classe I (NBR 10.004/2004 ABNT)	(NBR 10.273 ABNT)	Lei Estadual 684/75 e Decreto Estadual 46076/01
Incômodo IV	Uso industrial e correlatos, cujas atividades apresentam níveis de incomodidade e nocividade incompatíveis como o uso residencial	Zona Exclusivamente Industrial	Diurna 70 db Noturna 60 db	Sem fontes de emissão de substâncias odoríferas na atmosfera. Emissão de fumaça (Decreto Estadual 8.468/76 art. 31)	Decreto Estadual 8468/76, art.17,18,19	Até Classe I (NBR 10.004/2004 ABNT)	(NBR 10.273 ABNT)	Lei Estadual 684/75 e Decreto Estadual 46076/01

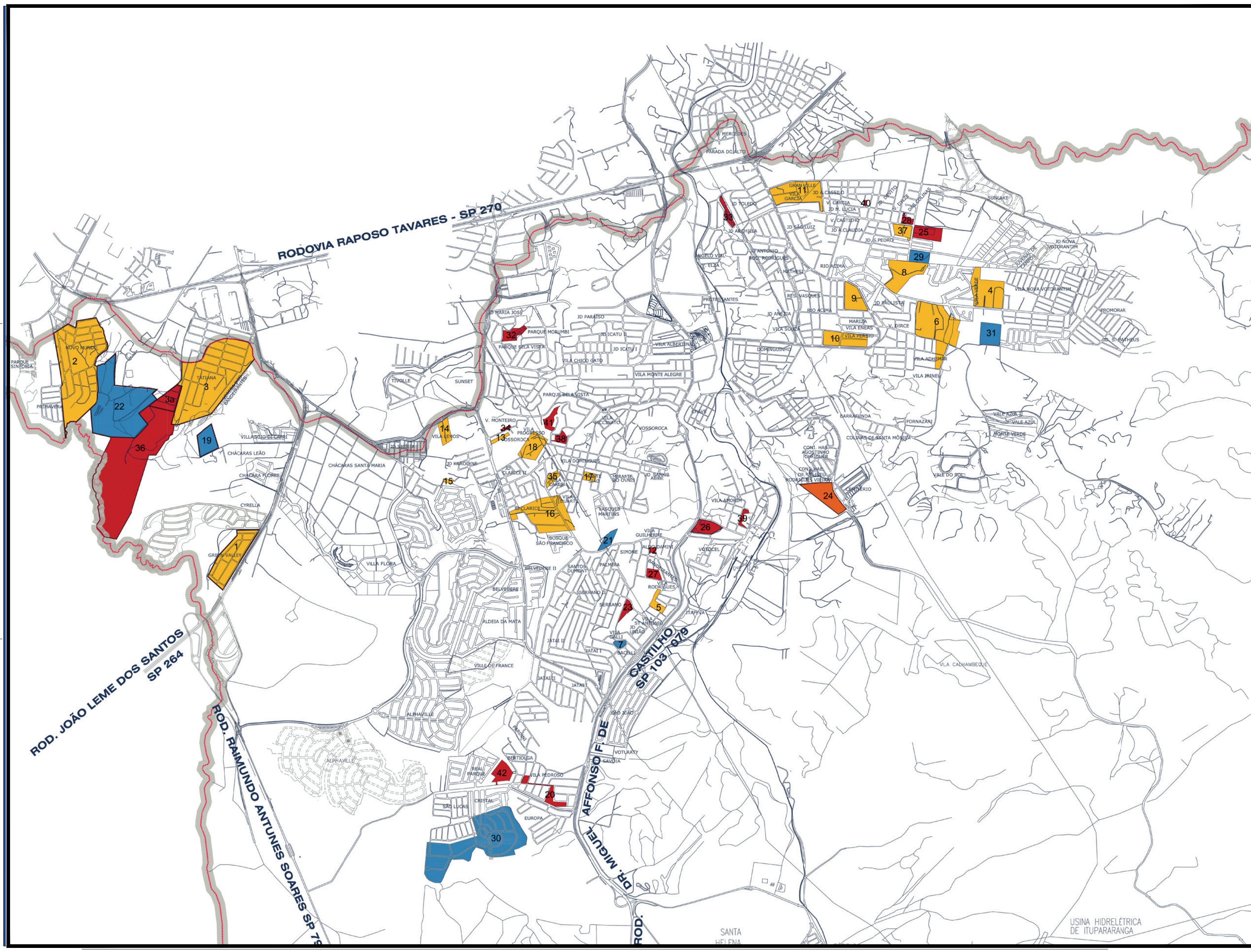



SOROCABA
SOROCABA
ALUMINIO
SALTO
PIRAPORA
PIEDADE
IBIÚNA
LEGENDA
VOTORANTIM -SP
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
ZONEAMENTO MUNICIPAL
Uso e ocupação do solo municipal
1:20.000
FEVEREIRO / 2026
MAPA 002


SOROCABA
LEGENDA
VOTORANTIM -SP
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
ZONEAMENTO URBANO
Uso e ocupação do solo municipal
1:10.000
FEVEREIRO / 2026
MAPA 003


LEGENDA
FERROVIA
VIAS ARTERIAIS - PADRÃO I (vias existentes)
VIAS COLETORAS (vias existentes)
RODOVIAS EXISTENTES
RODOVIA PROJETADA - ANEL VIÁRIO
DUPLICAÇÃO PROJETADA DAS RODOVIAS ESTADUAIS EXISTENTES
MARGINAIS PROJETADAS AO LONGO DAS RODOVIAS ESTADUAIS EXISTENTES
VIAS COLETORAS PROJETADAS E MELHORIAS
VIA EXPRESSA
PONTE
ALARGAMENTO UTILIZANDO ANTIGA LINHA DO TREM
VOTORANTIM -SP
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
1:30.000
FEVEREIRO / 2026
MAPA 004


LEGENDA
FERROVIA
VIAS ARTERIAIS - PADRÃO I (vias existentes)
VIAS COLETORAS (vias existentes)
RODOVIAS EXISTENTES
RODOVIA PROJETADA - ANEL VIÁRIO
DUPLICAÇÃO PROJETADA DAS RODOVIAS ESTADUAIS EXISTENTES
MARGINAIS PROJETADAS AO LONGO DAS RODOVIAS ESTADUAIS EXISTENTES
VIAS COLETORAS PROJETADAS E MELHORIAS
VIA EXPRESSA
PONTE
PONTE
VOTORANTIM -SP
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
SISTEMA VIÁRIO URBANO
1:15.000
FEVEREIRO / 2026
MAPA 005



CLASSIFICAÇÃO DAS ZEIS

- ZEIS I — Assentamentos habitacionais consolidados até 31 de dezembro de 2001, ocupados sem justo título por população da baixa renda em área pública
- ZEIS II — Assentamentos habitacionais consolidados até 31 de dezembro de 2001, ocupados sem justo título por população da baixa renda em área particular
- ZEIS III — Áreas de parcelamentos de solo irregulares ou clandestinos consolidados até 31 de dezembro de 2001, ocupados por população da baixa renda
- ZEIS IV — Áreas de de terras não utilizadas, não edificadas ou subutilizadas, adequadas à implantação de programas sociais de interesse social

ZEIS	LOCAL	TIPO	PROGRAMA CIDADE LEGAL
1	BAIRRO GREEN VALLEY	III	SIM
2	JARDIM NOVO MUNDO	III	SIM
3	JARDIM TATIANA	III	SIM
3a	N.H. JARDIM TATIANA II (ANTIGO DONA FRANCISCA)	I	SIM
4	VILA VERDE / LEONTINO RAFAEL RODRIGUES	III	SIM
5	JOSÉ SANDOVAL DE BARROS / NILBE PEDROSO	III	SIM
6	ESTHER LEMES AMORIM / JOSIBIA LEMES PALAZAN / LÁZARO ALBERTO DE ALMEIDA / SITIO SÃO PEDRO	III	SIM
7	VILA GALLI	IV	
8	PASCHOAL RODRIGUES	III	SIM
9	VILA MARIANA (ANTIGO BENEDITO NOGUEIRA)	III	SIM
10	LÍDIA LAUREANO DE CAMPOS E OUTROS	III	SIM
11	ANTONIO GARCIA MORALES	III	SIM
12	ÁREA NA RUA JOAQUIM MARQUES	I	PLHIS (DEMACAMP)
13	ROQUE VIEIRA BRANCO	III	SIM
14	JOSÉ ELIAS LOPES	III	SIM
15	HELIO AMARAL	III	SIM
16	NICOLAU LEITE DE OLIVEIRA / OSWALDO CONEGERO / N.H. MENDES (ANTIGO SILVANO DONIZETE MENDES)	III	SIM
17	BENEDITO DE ANDRADE	III	SIM
18	TARCISO HESSEL	III	SIM
19	ÁREA NA RUA PROF.ª GUIOMAR RIBEIRO NOVAES	IV	
20	VILA PEDROSO (CONJ. HAB. PEDROSO I, II E III)	I	mantido para finalização
21	ÁREA NO JARDIM BANDEIRANTES	IV	
22	ÁREA NO JARDIM NOVO MUNDO	IV	
23	RUA BENEDITO CAMARGO SOBRINHO (SERRANO)	I	PLHIS (DEMACAMP)
24	VILA STO ANTONIO II - EM FRENTE AO CEMITÉRIO	II	
25	VILA GARCIA I	I	mantido para finalização
26	ÁREA DA AV. FRANCISCO S. MENDES	I	mantido para finalização
27	ÁREA NA RUA MANOEL SICUEIRA	I	PLHIS (DEMACAMP)
28	VILA GARCIA II	I	mantido para finalização
29	VILA ONDINA	IV	mantido para finalização
30	"BAIRRO NOVO" FINAL RUA LOURENÇO MOURO NO JARDIM SÃO LUCAS	IV	
31	R. JOÃO CÂNDIDO STROMBECK PRÓX. DA V. NOVA VOTOR.	IV	
32	PARQUE BELA VISTA/JD MARIA JOSÉ/MORUMBI	I	NÃO
33	JD ARCHILLA	I	NÃO
34	VILA MONTEIRO/ JD RIBEIRO	I	NÃO
35	JD PETRÓPOLIS	III	SIM
36	ÁREA DO "HORTO FLORESTAL"	I	NÃO
37	JD DOS SONHOS	III	SIM
38	RUA URSULINA RINALDI VERLANGIERI	I	NÃO
39	VILA AMORIM (RUA ANTONIO RIBEIRO DE CAMARGO)	I	NÃO
40	JD DANIEL ANTONIO (RUA ANICETO FARIAS DOS SANTOS)	I	NÃO
41	RUA PORFIRIA FOGAÇA MACIEL - PQ BELA VISTA	I	NÃO
42	PALMEIRINHA	I	NÃO

N / W / E / S

VOTORANTIM -SP
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

WEBER MAGANHATO JUNIOR — PREFEITO MUNICIPAL
ROGÉRIO PÉCORA NETO — VICE PREFEITO
CARLOS JOSÉ DE ALMEIDA — SECRETÁRIO DE OBRAS E URBANISMO / SECRETÁRIO DE PLAN. E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (INTERINO)

ELABORAÇÃO:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM - SP
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO - SOURB
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SPD

EQUIPE TÉCNICA:
CELSO CARRIEL — DIRETOR DE URBANISMO
LEANDRO BATISTA RODRIGUES — DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
ELIANE PEREIRA DE CASTRO — DIRETORA DE DEPARTAMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
JONATA ELIAS MENA — SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA
DJALMA DIAS DE SOUZA FILHO
CRISTIANE RODRIGUES SUEIRO DOS SANTOS — CHEFE DE SEÇÃO DE USO DO SOLO
NATHALIA PROETI PARDO — ARQUITETA
VICTOR FAVRETTO — ESTAGIÁRIO
ADRIANA CRISTINA GRACIANO — CHEFE DE SERVIÇO DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS URBANAS
AROLDO BATISTA — CHEFE DE SERVIÇOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTES
KARINA AYUMI OHASHI — ARQUITETA
MARA LUIZA MENDES — ESCRITURÁRIA
VANESSA LARRUBIA — ASSESSOR ESPECIAL

TÍTULO: Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS

ESCALA: 1:10.000 — DATA: FEVEREIRO / 2025 — REVISÃO: 2025

MAPA 006

DECRETOS

DECRETO N.º 8.237, DE 22 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre crédito adicional suplementar por anulação parcial do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Votorantim.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FUNDAMENTO NO INCISO II, DO ART. 6, DA LEI MUNICIPAL N° 3.159, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto na Prefeitura Municipal de Votorantim, um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 14.497,92 (Quatorze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos),** na seguinte rubrica do orçamento vigente:

SECRETARIA DE CIDADANIA

Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA

Verba: 02.13.01.08.122.0034-5.003.3.3.90.36.00-95-0280..... R$ 3.797,92

F.R.: 95 – TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS – VINCULADOS – Exercícios Anteriores.

Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Verba: 02.13.01.08.122.0034-5.003.3.3.90.39.00-95-0281..... R$ 10.700,00

F.R.: 95 – TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS – VINCULADOS – Exercícios Anteriores.

Art. 2º O crédito adicional suplementar no valor de **R$ 14.497,92 (Quatorze mil, quatrocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos)**, aberto no artigo 1º, será coberto com recurso proveniente de Superavit Financeiro nos termos do §2ºdo art.43 da Lei Federal nº 4.320/1964, proveniente de recurso vinculado devidamente aplicado na conta específica, na instituição financeira do Banco do Brasil, Ag. 6931-0, C/C 29155-2.

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 22 de janeiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 8.254, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de membros para o Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Município de Votorantim.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL Nº 2.806, DE 5 DE MAIO DE 2021,

D E C R E T A :

Art. 1.º O Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade de Votorantim, órgão deliberativo vinculado à Secretaria de Governo, criado na forma do art. 6º da Lei Municipal nº 2.806, de 5 de maio de 2021, será integrado, no biênio de 2025/2026, pelos seguintes membros:

– JANETE RIBEIRO FRATE, RG nº 33.***.***-0, Presidente do Fundo Social de Solidariedade;

– NATHALIA LACERDA SULÉ, RG nº 45.***.***-9, Secretária;

– TIMÓTEO JOSÉ DE MELO, RG nº 40.***.***-7, Tesoureiro;

– EVELYN CRISTINA VIEIRA DE OLIVEIRA, RG nº 47.***.***-2, representante da Secretaria de Governo;

– WILSON SOLANO PAES NETO, RG nº 50.***.***-X, representante da Companhia Municipal de Habitação Popular - COHAP;

– JOSÉ EUGÊNIO DA ROCHA, RG nº 20.***.**3, representante da Secretaria de Cidadania e Geração de Renda;

- TAINÁ MARQUES DE ASSIS, RG nº 57.***.**6 representante da Secretaria de Cidadania e Geração de Renda;

– DENISE ANTUNES FERREIRA BARBOSA, RG nº 27.***.***-5, representante da Secretaria de Governo;

– LÊDA DINIZ SILVA MACHADO, RG nº MG 11.***.*0, representante da Secretaria de Cidadania e Geração de Renda;

– EVANDRO GONÇALVES DOMINGUES, RG nº 18.***.***-3, representante da Secretaria de Cultura e Turismo;

– ADELSON PEREIRA DA SILVA, RG nº 13.***.***-6, representante da Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2.º O Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Município de Votorantim, constituído na forma deste Decreto, será regido pelas disposições do art. 9º da Lei Municipal nº 2.638, de 14 de junho de 2018, e demais normas aplicáveis.

Art. 3.º O mandato dos membros do Conselho Deliberativo do Fundo Social de Solidariedade do Município de Votorantim ora nomeados será de 2 (dois) anos, correspondente ao biênio 2025/2026.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 6 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 8.255, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre crédito adicional suplementar por anulação parcial do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Votorantim.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FUNDAMENTO NO INCISO I, DO ART. 6, DA LEI MUNICIPAL N° 3.159, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto na Prefeitura Municipal de Votorantim, um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 665.274,15 (Seiscentos e Sessenta e Cinco Mil Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Quinze Centavos),** nas seguintes rubricas do orçamento vigente:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Título: INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Verba: 02.11.02.12.365.0032.2.013.3.3.90.93.00-01-0037.....R$ 665.274,15

Art. 2º O crédito adicional suplementar no valor de **R$ 665.274,15 (Seiscentos e Sessenta e Cinco Mil Duzentos e Setenta e Quatro Reais e Quinze Centavos),** aberto no artigo 1º, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Verba: 02.11.02.12.365.0032.2.013.3.3.90.39.00-01-0033.....R$ 665.274,15

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 6 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 8.256, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre crédito adicional suplementar por anulação parcial do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Votorantim.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FUNDAMENTO NO INCISO I, DO ART. 6, DA LEI MUNICIPAL N° 3.159, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto na Prefeitura Municipal de Votorantim, um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais),** nas seguintes rubricas do orçamento vigente:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Título: PASSANGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

Verba: 02.11.03.12.363.0032.2.016.3.3.90.33.00-01-0063.....R$ 40.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Verba: 02.11.03.12.363.0032.2.016.3.3.90.39.00-01-0064.....R$ 110.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Título: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENS. TÉC. SUPERIOR

Verba: 02.11.07.12.364.0032.2.020.3.3.90.33.00-01-0077.....R$ 20.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Verba: 02.11.18.12.122.0032.2.111.3.3.90.39.00-01-0144.....R$ 10.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar no valor de **R$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais),** aberto no artigo 1º, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Título: MATERIAL, BEM OU SERVIÇOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Verba: 02.11.18.12.122.0032.2.111.3.3.90.32.00-01-0142.....R$ 180.000,00

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 6 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 8.257, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre crédito adicional suplementar por anulação parcial do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Votorantim.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FUNDAMENTO NO INCISO I, DO ART. 6, DA LEI MUNICIPAL N° 3.159, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto na Prefeitura Municipal de Votorantim, um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais),** na seguinte rubrica do orçamento vigente:

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Título: SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

Verba: 02.04.03.15.451.0037.2.029.3.3.90.40.00-01-0116..... R$ 63.000,00

Código de Aplicação: 450.0000

F.R.: 01 – TESOURO

Art. 2º O crédito adicional suplementar no valor de **R$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais),** aberto no artigo 1º, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA

Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Verba: 02.04.03.15.451.0037.2.029.3.3.90.39.00-01-0115..... R$ 63.000,00

Código de Aplicação: 100.0218

F.R.: 01 – TESOURO

Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 6 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO N.º 8.259, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026.

Declara de utilidade pública o imóvel que menciona e dá outras providencias.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a fim de ser adquirido por este Município, mediante desapropriação amigável ou judicial, o imóvel abaixo descrito e caracterizado, correspondente a parte do objeto da Matrícula nº 134.779, do 2° Oficial de Registro de Imóveis de Sorocaba/SP, necessário PARA ALARGAMENTO DA Rua Professor Guiomar Ribeiro Novaes, Bairro Vossoroca – Votorantim/SP, conforme Processo nº 755/25-PMV, a saber:

IMÓVEL: "Imóvel inicia junto ao vértice 1, distante 355,00 metros da Rodovia João Leme dos Santos SP-257, junto a Rua Professor Guiomar Ribeiro Novaes, lado par, e a Área institucional do Loteamento Residencial Villaggio Di Capri; deste segue em reta com as seguintes distâncias e azimutes: 60,64m e azimute 96°50'24" até o vértice 2, confrontando com a Rua Professor Guiomar Ribeiro Novaes; deste ponto deflete à direita e segue 8,39m e azimute 354°02'08" até o vértice 2A, confrontando com a propriedade de Lincoln Palaia Júnior, Sucessor de Lambert Del Cistia, deflete à direita e segue 8,18m e azimute 171°58'15" até o vértice 1, confrontando com a Área institucional do Loteamento Residencial Villaggio Di Capri, ponto inicial da descrição deste perímetro. Assim encerrando a descrição deste perímetro, em uma área total de 486,10 metros quadrados"

Art. 2º Havendo acordo quanto ao preço e a forma de pagamento, a desapropriação far-se-á por escritura de desapropriação como forma de aquisição originária, satisfeitas as seguintes exigências:

1.Que o preço não ultrapasse o valor da avaliação;

2.Que o proprietário ofereça título de filiação vintenária que prove não existir quaisquer ônus sobre o imóvel expropriado.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de verbas próprias consignadas em orçamento.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 9 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



Município de Votorantim

Weber Maganhato Junior
Prefeito Municipal

Rogério Pecora
Vice-Prefeito

Secretaria de Administração
Claudio Toledo de Camargo

Secretaria de Cidadania e Geração de Renda
Leda Diniz

Secretaria de Cultura e Turismo
Evandro Gonçalves Domingues

Secretaria de Educação
Rosangela de Paula

Secretaria de Esportes
Sheila Corrêa

Secretaria de Finanças
Rafael Bassi

Secretaria de Governo
Roberto Bellini Martins

Secretaria de Meio Ambiente
Luiz Carlos Correa

Secretaria de Negócios Jurídicos
Jonata Elias Mena (interino)

Secretaria de Obras e Urbanismo
Carlos José de Almeida

Secretaria de Saúde
Robertson Magalhães Jordão

Secretaria de Serviços Públicos
Rodrigo Peralta

Secretaria de Mobilidade Urbana
Jonata Elias Mena

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
Carlos José de Almeida (interino)

Comandante da Guarda Civil Municipal
Fabio Augusto Romano

Fundação da Seguridade Social dos Funcionários Públicos Municipais de Votorantim (Votoprev)
Alessandra Silvina Aparecida Augusto de Camargo

Presidente da Companhia Municipal de Habitação Popular de Votorantim - COHAP
Djalma Dias de Souza Filho

Expediente

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM
CRIADO PELA LEI 1314, DE 29/12/1997

Jornalista responsável
Giuliano Bonamim
MTB 0030840/SP

Textos e imagens
Cintia Rubinato
Felipe Siqueira
Giuliano Bonamim

Diagramação e artes
Marcelo Claro
Pedro Henrique

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL
Avenida 31 de Março, 327 - Centro - Votorantim
Telefone (15) 3353-8572

Publicação digital VISITE NOSSO SITE
www.votorantim.sp.gov.br

ASSINADO DIGITALMENTE
MUNICIPIO DE VOTORANTIM
CNPJ 46634051000176
DATA 13/02/2026
Data obtida de um servidor de tempo.
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

DECRETO N.º 8.260, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre despesas realizadas sobre o regime de adiantamento, autorizado pela Lei nº 1.179, de 29 de dezembro de 1995 e alterações, e dá outras providências.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E,

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o processamento dos pedidos de adiantamento, adequando-os à atual estrutura organizacional dos órgãos deste Executivo;

CONSIDERANDO, enfim, a necessidade de estabelecer o fluxo de documentos que compõem a execução de despesas de pronto pagamento da Administração Pública Municipal,

D E C R E T A :

Art. 1.º Os adiantamentos para as despesas públicas previstas pela Lei nº 1.179, de 29 de dezembro de 1995, deverão ser requisitados, por escrito, à Secretaria de Finanças – SEF, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, através de modelo específico.

§ 1.º O numerário somente será liberado, após a devida autorização do ordenador de despesa, Secretário de Finanças, e das assinaturas do Secretário da respectiva pasta e dos servidores responsáveis pelo adiantamento no Termo de Responsabilidade e Autorização de Desconto conforme modelo previsto no Anexo VI deste Decreto.

§ 2.º Serão destinados adiantamentos, em separado, para as Secretarias de Saúde – SESA, Secretaria de Educação – SEED, Secretaria de Governo – SEG, Secretaria de Cidadania e Geração de Renda – SECI, além do destinado à parte geral da prefeitura.

§ 3.º É obrigatório a indicação de até 2 (dois) servidores públicos para a Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde e um para as demais secretarias como responsáveis para administrar os adiantamentos.

§ 4.º Os servidores públicos serão indicados através de portaria devidamente publicada no Jornal Oficial do Município, a qual constará, necessariamente, do processo de prestação de contas.

Art. 2.º Os valores destinados às despesas com adiantamento terão os limites máximos, mensais, de:

I – para a Secretaria de Saúde (SESA), R$ 10.000,00 (dez mil reais);

II – para a Secretaria de Educação (SEED), R$ 10.000,00 (dez mil reais);

III – para a Secretaria de Governo (SEG), R$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV – para a Secretaria de Cidadania e Geração de Renda (SECI), mediante recursos oriundos do Governo Federal e Estadual, no importe de R$ 1.000 (mil reais)

V - para as demais Secretarias, R$ 20.000,00 (vinte mil reais) divididos em 2 (dois) adiantamentos de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1.º Os adiantamentos destinados as Secretarias de Educação – inciso II, Governo - inciso III, Cidadania e Geração de Renda, Inciso IV, serão administrados por servidores públicos alocados na Secretaria de Finanças, desde que solicitados e ratificados pelas autoridades das respectivas Secretarias, sendo que, no caso do adiantamento previsto no Inciso II, poderá ser administrado por um Servidor da Secretaria de Educação e outro da Secretaria de Finanças, e no caso do inciso V, a ratificação competirá ao Secretário de Administração.

§ 2.º Os adiantamentos destinados as Secretaria de Saúde, inciso I, será administrado por funcionário lotado na própria Secretaria.

Art. 3.º Todas as Secretarias que administrarem seus adiantamentos ficam obrigadas, através de processos específicos, à prestação de contas relativamente à aplicação ou utilização do numerário recebido, nos termos deste regulamento e, quando houver, em conformidade com as regras estabelecidas pela Secretaria de Finanças - SEF.

§ 1.º O envio de informações de que trata o "caput" deste artigo deverá ser encaminhado em até 90 (noventa) dias, salvo disposição em contrário, contados do recebimento do numerário, para análise do Departamento de Contabilidade e aprovação, ou não, do Secretário de Finanças.

§ 2.º Quando o recebimento do adiantamento ocorrer depois de 22 de outubro, a prestação de contas deverá ocorrer até o dia 20 de dezembro do presente exercício.

§ 3.º Fica vedada a liberação de novos valores enquanto pendente a prestação de contas e a devida aprovação da mesma.

Art. 4.º Os documentos da prestação de contas que estiverem em desacordo com a Lei e com os regulamentos serão impugnados pela autoridade responsável pela Secretaria de Finanças, considerando a análise do Departamento de Contabilidade, sendo os responsáveis pelas pastas e pelos adiantamentos notificados para, no prazo de 5 (cinco) dias, regularizar a prestação de contas, quando cabível, ou apresentar defesa por escrito.

§ 1.º Decorrido o prazo do "caput" sem a devida regularização e/ou apresentação de defesa, ou, ainda, a recusa das justificativas apresentadas pelo Secretário e pelos servidores responsáveis pelo numerário, a Secretaria de Finanças encaminhará o processo à Secretaria de Administração – SEA para que realize o desconto dos valores em folha de pagamento, com base nos termos de responsabilidade e autorização de descontos firmados pelo Secretário da Pasta e pelos servidores responsáveis.

§ 2.º Procedidos os descontos o processo deverá ser devolvido à Secretaria de Finanças - SEF para os registros necessários.

Art. 5.º O saldo dos adiantamentos não utilizados será devolvido por meio de deposito bancário na conta da Prefeitura Municipal de Votorantim cujo comprovante será apresentado no momento da prestação de contas.

Art. 6.º Para cada adiantamento autorizado será aberta conta corrente específica, pela Secretaria de Finanças, ficando os servidores responsáveis pelo numerário, como titulares das mesmas para que possam administrar os valores liberados.

Art. 7.º Somente poderão ser realizadas, sob o regime de adiantamento, as despesas previstas no art. 5º, I a IX, da Lei n.º 1.179, de 29 de dezembro de 1995.

Art. 8.º É vedada a utilização de recursos dos adiantamentos para a aquisição de bens e materiais permanentes e despesas com vencimentos e salários e nem se admite comprovação de despesas que tenham data anterior à do próprio adiantamento concedido.

Art. 9.º Todos os documentos constantes da prestação de contas, submetidos à análise da SEF e relativos às despesas realizadas e custeadas sob o regime de adiantamento, deverão referir-se a documento fiscal, salvo quando a legislação específica não o exija, e estar escriturado em nome da "Prefeitura Municipal de Votorantim", com a indicação de seu CNPJ e endereço, e constar, obrigatoriamente, a descrição detalhada das despesas, além de outras informações que poderão ser definidas em ato da Secretaria de Finanças.

§ 1.º Cada comprovante de despesa realizada e juntada à prestação de contas deverá estar acompanhado da justificativa da mesma e da autorização do Secretário da pasta que requereu o adiantamento.

§ 2.º Não serão aceitos processos e documentos com rasuras, emendas, borrões ou valores ilegíveis e, tratando-se dos comprovantes das despesas realizadas, não será admitido, em hipótese alguma, segunda via, cópias (xérox), fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução, e despesas sem as justificativas e autorizações necessárias.

Art. 10. Faz parte integrante deste decreto os Anexos nº I – Requisição de Adiantamento, nº II – Autorização de Adiantamento, nº III – Prestação de Contas, nº IV – Balancete, nº V – Relação de Despesas e nº VI – Termo de Responsabilidade e Autorização para desconto em folha.

Art. 11. Fica a Secretaria de Finanças autorizada a editar atos estabelecendo outras regras para as despesas sob regime de adiantamento.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.129/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 9 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I
REQUISIÇÃO DE ADIANTAMENTO

Votorantim, ____ de _____ de _____.

A Secretaria de _____ vem através deste, requisitar a quantia de R$ _____ (_____) a título de adiantamento, comprometendo-se a prestar contas dentro do prazo máximo e na forma estabelecida no Decreto nº _____/_____.

Informa-se que o adiantamento ora solicitado ficará sob a responsabilidade dos servidores públicos _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo de _____, e _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo de _____, em conformidade com as Portarias nºs _____, publicada em _____ e _____, publicada em _____.

_____
Secretário da Pasta

_____
Servidor responsável
Cargo e Matrícula

_____
Servidor responsável
Cargo e Matrícula

ANEXO II
AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO Nº _____/_____

Votorantim, ____ de _____ de _____.

Autorizo os servidores públicos municipais _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo de provimento _____ de _____, e _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo de provimento _____ de _____, tendo em vista o disposto nas Portarias nºs _____ e _____, publicadas em _____ e _____, respectivamente, bem como a requisição efetuada em _____, devidamente assinada por ambos e pelo Secretário de _____, a retirar a quantia de R$ _____ (_____), a título de adiantamento, destinada a custear despesas de pequena monta da Secretaria de _____, nos termos da Lei 1179/95, alterada pela Lei 1732/04, e do Decreto _____.

Ficam os servidores acima obrigados à prestação de contas no prazo e forma previstas no Decreto nº _____/_____.

_____
Secretário de Finanças

ANEXO III
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REGIME DE ADIANTAMENTO

Senhor Secretário de Finanças:

Nos termos da Lei n.º 1179/95, alterada pela Lei 1732/2004, e do Decreto n.º de ___/___/___, apresentamos a prestação de contas relativa ao adiantamento recebido através da Autorização nº _____/_____ e da Nota de Empenho n.º _____ / ___de ___/___/_____.

A presente prestação de contas é composta dos seguintes documentos:

a balancete de prestação de contas;
b. relação dos documentos de despesa e suas respectivas justificativas e autorizações;
c. cópia da guia de recolhimento do saldo não utilizado, quando houver;
d. cópia da Autorização de Adiantamento;
e. cópia da nota do Empenho;
f. documentos das despesas utilizadas, devidamente rubricados;
g. cópia das Portarias de designação;
h. cópia dos Termos de Responsabilidade.

Votorantim, ___ de _____ de _____.

Servidores Responsáveis
Cargos e matrículas

ANEXO IV
BALANCETE

ENTRADAS		**SAÍDAS**	
Nota de Empenho Nº _____/_____ De ___/___/____.	**R$ 0,00**	Despesa conforme relação em anexo	R$ 0,00
		SALDO	R$ 0,00
TOTAL	**R$ 0,00**	TOTAL	R$ 0,00

Servidores responsáveis
Cargos e matrículas

ANEXO V
RELAÇÃO DE DESPESAS

Secretaria de _____.
Despesas referentes ao adiantamento autorizado em _____ :

	Fornecedor	**Valor**	**Data**	**NF**	**Obs.**
	Total de despesas	**0,00**			
	Saldo	0,00			

Servidores responsáveis
Cargos e matrículas

ANEXO VI
TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO

Servidor Público:
Matrícula:
Cargo:
Lotação:

Em ___ de _____ do ano de _____, o servidor acima compareceu à Secretaria de Finanças para retirada do valor solicitado a título de adiantamento, autorizado sob nº _____, nota de empenho nº ____, para, nos termos do disposto da Lei nº 1179/95, alterada pela Lei nº 1.732/04, e do Decreto nº _____/____, administrar o montante liberado para custear as despesas da Secretaria de _____, tendo em vista a Portaria nº_____, publicada em _____.

Declara o servidor que somente efetuará o pagamento de despesas de pequena monta e em conformidade com as regras constantes em toda a legislação aplicável, em especial a prevista no art. 5º, Lei nº 1.179/95 e alterações, inclusive quanto às formalidades exigidas.

Declara, ainda, o servidor acima que tem ciência da responsabilização administrativa, civil e criminal da utilização e/ou aplicação de numerário público em desconformidade com o ordenamento jurídico como um todo.

Por fim, declara o servidor que fica desde já AUTORIZADO o desconto em folha de pagamento dos valores recebidos, total ou parcialmente, desde que rejeitadas as prestações de contas, pela autoridade competente.

Eu, _____(assinatura), __(funcionário da SEF)_____, matrícula nº _____, digitei, subscrevi e assino este termo e atesto que o servidor acima identificado e o Secretário de _____, em minha presença, assinaram o presente termo de responsabilidade e autorização para desconto em folha de pagamento, conforme assinatura abaixo.

_____
Servidor responsável
Secretário de _____
cargo e matrícula

DECRETO N.º 8.263, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
Dispõe sobre crédito adicional suplementar por anulação parcial do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Votorantim.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FUNDAMENTO NO INCISO I, DO ART. 6, DA LEI MUNICIPAL N° 3.159, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025,
D E C R E T A :
Art. 1º Fica aberto na Prefeitura Municipal de Votorantim, um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais),** nas seguintes rubricas do orçamento vigente:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.11.01.12.361.0032.2.012.3.3.90.39.00-01-0013... R$ 4.900.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.11.02.12.365.0032.2.013.3.3.90.39.00-01-0033... R$ 2.100.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
Art. 2º O crédito adicional suplementar no valor de **R$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais),** aberto no artigo 1º, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Verba: 02.03.01.04.122.0030.2.002.3.3.90.36.00-01-0068..... R$ 50.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.04.03.15.451.0037.2.029.3.3.90.39.00-01-0115..... R$ 300.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Verba: 02.05.01.04.122.0031.2.002.3.3.90.36.00-01-0126..... R$ 170.000,00
Título: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Verba: 02.05.01.04.122.0031.2.002.4.4.90.52.00-01-0133..... R$ 50.000,00
Título: SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
Verba: 02.05.01.04.126.0031.2.064.3.3.90.40.00-01-0152..... R$ 50.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE FINANÇAS
Título: SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Verba: 02.06.01.04.123.0031.2.002.3.3.90.35.00-01-0171..... R$ 70.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Verba: 02.06.01.04.123.0031.2.002.3.3.90.36.00-01-0172..... R$ 50.000,00
Título: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Verba: 02.06.01.04.123.0031.2.002.4.4.90.52.00-01-0180..... R$ 70.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Verba: 02.07.01.04.122.0031.2.002.3.3.90.36.00-01-0191..... R$ 60.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO
Título: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Verba: 02.08.01.15.122.0037.2.002.4.4.90.52.00-01-0220..... R$ 20.000,00
Título: MATERIAL DE CONSUMO
Verba: 02.08.01.15.451.0037.2.405.3.3.90.30.00-01-0225..... R$ 50.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.08.01.15.451.0037.2.405.3.3.90.39.00-01-0226..... R$ 50.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.08.01.15.451.0037.3.532.3.3.90.39.00-01-0232..... R$ 100.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.08.01.15.451.0037.3.533.3.3.90.39.00-01-0235..... R$ 100.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Título: MATERIAL DE CONSUMO
Verba: 02.09.02.15.451.0037.2.011.3.3.90.30.00-01-0284..... R$ 50.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.09.02.15.451.0037.2.011.3.3.90.39.00-01-0285... R$ 2.940.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Título: VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Verba: 02.10.01.18.542.0036.2.041.3.1.90.11.00-01-0299..... R$ 500.000,00
Título: OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Verba: 02.10.01.18.542.0036.2.041.3.1.90.13.00-01-0300..... R$ 20.000,00
Título: OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS
Verba: 02.10.01.18.542.0036.2.041.3.1.91.13.00-01-0303..... R$ 50.000,00
Título: MATERIAL DE CONSUMO
Verba: 02.10.01.18.542.0036.2.041.3.3.90.30.00-01-0304..... R$ 50.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.10.01.18.542.0036.2.041.3.3.90.39.00-01-0306... R$ 1.000.000,00
Título: AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
Verba: 02.10.01.18.542.0036.2.041.3.3.90.46.00-01-0309..... R$ 50.000,00
Título: EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Verba: 02.10.01.18.542.0036.2.041.4.4.90.52.00-01-0312..... R$ 150.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.10.01.18.541.0036.2.062.3.3.90.39.00-01-0314..... R$ 50.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.14.01.13.392.0035.2.040.3.3.90.39.00-01-0365..... R$ 200.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
SECRETARIA DE ESPORTES
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.15.01.27.812.0035.1.002.3.3.50.39.00-01-0404..... R$ 200.000,00
Título: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Verba: 02.15.01.27.812.0035.1.002.3.3.90.39.00-01-0407..... R$ 500.000,00
Título: PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E
Verba: 02.15.04.27.812.0035.2.008.3.3.90.31.00-01-0427..... R$ 50.000,00
F.R.: 01 – TESOURO
Art. 3º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 5 de janeiro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicado na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



PORTARIAS

PORTARIA N.º 22.925, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 4 de fevereiro de 2026, **MARCOS PEDRO,** CPF nº 052.***.***-70**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Infantis, Padrão 10-A, lotado na Secretaria de Educação – SEED, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 3 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.933, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº **6/2026** – FUNDAÇÃO,
R E S O L V E :
Art. 1º DESLIGAR, a partir de 1º de fevereiro de 2026, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição, a ser concedida pela Fundação da Seguridade Social dos Funcionários Públicos do Município de Votorantim, **ANDREA SIANI DE CAMARGO,** CPF nº 149.***.***-01, ocupante de cargo público de provimento efetivo de Professor de Educação Básica I, Padrão QM01-Y, lotada na Secretaria de Educação - SEED, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 3 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADA COM CORREÇÕES

PORTARIA N.º 22.934, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 13, INCISOS I E II DA LEI Nº 1.090, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993, ALTERADA PELA LEI Nº 1.950, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007, BEM COMO TUDO O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº 397/2023-RH,
R E S O L V E :
Art. 1º DECLARAR ESTÁVEL **SAMANTA HELOISA CARNIATO,** portadora do CPF nº 393.***.***-30, ocupante de cargo público de provimento efetivo de Escriturário, lotada na Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT, desta Prefeitura, aprovada em estágio probatório.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 9 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.935, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 13, INCISOS I E II DA LEI Nº 1.090, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993, ALTERADA PELA LEI Nº 1.950, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007, BEM COMO TUDO O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº 192/2023-RH,
R E S O L V E :
Art. 1º DECLARAR ESTÁVEL **JOSIANE DE OLIVEIRA,** portadora do CPF nº 202.***.***-01, ocupante de cargo público de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria de Saúde – SESA, desta Prefeitura, aprovada em estágio probatório.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de novembro de 2025.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 9 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.936, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 13, INCISOS I E II DA LEI Nº 1.090, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1993, ALTERADA PELA LEI Nº 1.950, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007, BEM COMO TUDO O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº 374/2023-RH,
R E S O L V E :
Art. 1º DECLARAR ESTÁVEL **ANDERSON CRISTIAN SOARES DA SILVA,** portador do CPF nº 278.***.***-85, ocupante de cargo público de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços de Campo, lotado na Secretaria de Cultura e Turismo – SECULT, desta Prefeitura, aprovado em estágio probatório.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de janeiro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 9 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.937, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º REMOVER, *ex officio*, **MARCELO ROBERTO AMBROSIO,** CPF nº 277.***.***-02**,** titular de cargo público de provimento efetivo de Motorista, Padrão 9–J , da Secretaria de Saúde – SESA, para a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.938, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 6 de fevereiro de 2026, **RICARDO CARDOSO DE OLIVEIRA,** CPF nº 346.***.***-61**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Professor de Educação Básica II, Padrão QM-02-A, lotado na Secretaria de Educação – SEED, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.939, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 9 de fevereiro de 2026, **JESSICA STEPHANI SINEGALI,** CPF nº 457.***.***-02**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Inspetor de Alunos, Padrão 05-A, lotada na Secretaria de Educação – SEED, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.940, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFEREM O ARTIGO 82, VI DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, O ARTIGO 9º, I DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E O ARTIGO 37, V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
R E S O L V E :
Art. 1º DESIGNAR **DOUGLAS HILDEBRANDO OLIVEIRA PIRES**, CPF nº 348.***.***-55, titular de cargo público de provimento efetivo de Escriturário, Padrão 11-H, para ocupar cargo público de provimento em comissão de Chefe de Serviço de Elaboração e Execução Orçamentária – SEF, Referência V, com vaga prevista na Lei Municipal n° 2.834, de 1º de setembro de 2021, lotado na Secretaria de Finanças - SEF, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.944, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º REMOVER **NADELCI JOSE DA ROSA,** CPF nº 099.***.***-36**,** titular de cargo público de provimento efetivo de Encanador, Padrão 8-J , da Secretaria de Administração - SEA, para a Secretaria de Serviços Públicos – SESP, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.945, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O AFASTAMENTO DE **JOÃO BATISTA DOS SANTOS COSTA,** POR CONTA DE FÉRIAS, NO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 3 DE MARÇO DE 2026,
R E S O L V E :
Art. 1º DESIGNAR **NADELCI JOSE DA ROSA,** CPF nº 099.***.***-36**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Encanador, Padrão 8-J, lotado na Secretaria de Serviços Públicos - SESP, para enquanto perdurar o afastamento da titular, ocupar em substituição o cargo público de provimento em comissão de Chefe de Seção de Transportes Internos - SESP, Referência IV, desta Prefeitura, fazendo jus à diferença salarial.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de fevereiro de 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.946, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 108 DA LEI Nº 1.090/1993 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM), ALTERADA PELA LEI Nº 1.950/2007,
R E S O L V E :
Art. 1º CONCEDER, a partir de 25 de fevereiro de 2026**,** licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos, pelo período de até 3 (três) anos, à funcionária **FABIANA APARECIDA FLORENTINO,** CPF nº 212.***.***-23**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Professor de Educação Básica I, Padrão 32-H, lotada na Secretaria de Educação – SEED, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 11 de fevereiro de 2026 - LXI ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.947, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O ARTIGO 21 E SEUS PARÁGRAFOS, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.107/2009, A RESOLUÇÃO Nº 26/2025-SEED, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 90/2025-SEED, BEM COMO TUDO O QUE CONSTA DO OFÍCIO Nº 72/2026-SEED,
R E S O L V E :
Art. 1º DESIGNAR **MONIQUE CRISTINA DE ALMEIDA GOES**, CPF nº 363.***.***-09, titular de cargo público de provimento efetivo de Professor de Educação Básica I, Padrão 32–J, lotada na Secretaria de Educação – SEED, classificada para substituição de cargos de Suporte Pedagógico, para exercer a função de Coordenador Pedagógico, Padrão QM03-A, desta Prefeitura, no período de 4 de fevereiro de 2026 a 22 de dezembro de 2026, na "CMEI Professora Flavia Regina Leite do Canto Morrinho Viana", em face da designação de suporte pedagógico – Diretor de Escola – SEED da titular Vanusa Maria de Paiva Silva.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de fevereiro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.948, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º REMOVER **VIVIAN CARLA JULIANO SALINAS,** CPF nº 269.***.***-42**,** titular de cargo público de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, Referência IV, da Secretaria de Administração - SEA, para a Secretaria de Governo – SEG, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.949, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSIDERANDO O ARTIGO 21 E SEUS PARÁGRAFOS, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.107/2009, A RESOLUÇÃO Nº 26/2025-SEED, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 89/2025-SEED, BEM COMO TUDO O QUE CONSTA DO OFÍCIO Nº 73/2026-SEED,
R E S O L V E :
Art. 1º DESIGNAR **RENATA NEGRÃO**, CPF nº 203.***.***-97, titular de cargo público de provimento efetivo de Professor de Educação Básica I, Padrão 32–O, lotada na Secretaria de Educação – SEED, classificada para substituição de cargos de Suporte Pedagógico, para exercer a função de Coordenador Pedagógico, Padrão QM03-A, desta Prefeitura, no período de 4 de fevereiro de 2026 a 30 de junho de 2026, na "EMEF Professora Mercedes Santucci", em face licença médica da titular Eliza Silva dos Santos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de fevereiro de 2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.950, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 23 de fevereiro de 2026, **FLAVIA CAROLINA DOMINGUES,** CPF nº 393.***.***-60**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Médico Pediatra, Padrão M-A, lotada na Secretaria de Saúde – SESA, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.951, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º REMOVER, *ex officio*, **JOSE DONIZETTI FERREIRA,** CPF nº 237.***.***-06**,** titular de cargo público de provimento efetivo de Escriturário, padrão 11-D, da Secretaria de Saúde – SESA para a Secretaria de Administração – SEA, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.952, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º REMOVER, *ex officio*, **DAVID TOBIAS NUNES,** CPF nº 237.***.***-06**,** titular de cargo público de provimento efetivo de Escriturário, padrão 11-A, da Secretaria de Saúde – SESA para a Secretaria de Administração – SEA, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.953, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 10 de fevereiro de 2026, **CASSIA ROSANA DOS SANTOS,** CPF nº 320.***.***-20**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Infantis, Padrão 10-B, lotada na Secretaria de Educação – SEED, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.954, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 10 de fevereiro de 2026, **LAMARA GOMES BRITO,** CPF nº 095.***.***-00**,** ocupante de cargo público de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Infantis, Padrão 10-B, lotada na Secretaria de Educação – SEED, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.957, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFEREM O ARTIGO 82, VI DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, O ARTIGO 9º, DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E O ARTIGO 37, V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 11 de fevereiro de 2026, **RODRIGO GONÇALVES FERNANDES**, CPF nº 308.***.***-24, titular de cargo público de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Comunicação - CGE, Referência VI, com vaga prevista na Lei Municipal n° 2.834, de 1º de setembro de 2021, lotado na Secretaria de Governo - SEG, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.958, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFEREM O ARTIGO 82, VI DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, O ARTIGO 9º, DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E O ARTIGO 37, V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
R E S O L V E :
Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 11 de fevereiro de 2026, **WILSON SOLANO PAES NETO**, CPF nº 433.***.***-46, titular de cargo público de provimento em comissão de Assessor Especial, Referência V, com vaga prevista na Lei Municipal n° 2.834, de 1º de setembro de 2021, lotado na Secretaria de Serviços Públicos – SESP, desta Prefeitura.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 – LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.955, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM O ART. 82, VI, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, O ART. 9º, I, DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E O ART. 37, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
R E S O L V E :
Art. 1º NOMEAR, servidores abaixo nominados, aprovados no Concurso Público nº 003/2024, para ocupar cargo público de provimento efetivo de Médico Generalista, Padrão M-A, com vaga prevista na Lei Municipal n° 2.834, de 1º de setembro de 2021, lotados na Secretaria de Saúde - SESA, nesta Prefeitura:

NOME	CPF	LOTAÇÃO
SOFIA CIOCHI DA LUZ OLIVEIRA	509.***.***-03	SESA
NADER SUHAIL YOUSSEF	461.***.***-90	SESA
PRISCILLA LIMA DE SOUZA	615.***.***-34	SESA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.
WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.
CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 22.956, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM O ART. 82, VI, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, O ART. 9º, I, DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E O ART. 37, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,

R E S O L V E :

Art. 1º NOMEAR, servidores abaixo nominados, aprovados no Concurso Público nº 001/2022, para ocupar cargo público de provimento efetivo de Escriturário, Padrão 11-A, com vaga prevista na Lei Municipal n° 2.834, de 1º de setembro de 2021, lotados na Secretaria de Saúde - SESA, nesta Prefeitura:

NOME	CPF	LOTAÇÃO
JESSICA STEPHANI SINEGALI	457.***.***-02	SESA
GIOVANI RODRIGUES VIEIRA SKIF	503.***.***-64	SESA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 10 de fevereiro de 2026 - LXII ANO DE EMANCIPAÇÃO.

WEBER MAGANHATO JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada no átrio da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Votorantim, na data supra.

CLAUDIO TOLEDO DE CAMARGO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

RECURSOS INTERPOSTOS AO RESULTADO DO EDITAL 01/2025 – VAGAS EM FEIRA - LIVRE

Em resposta aos recursos interpostos ao Edital 01/025, sobre vagas em feiras- livres, temos a informar os seguintes resultados:

Amanda Ferreira	**Proc. 125/2026**	**DEFERIDO**
Henrique Mateus da Silva	**Proc. 129/2026**	**INDEFERIDO**
Esther Caroline Pedroso	**Proc. 200/2026**	**INDEFERIDO**

Rodrigo Peralta
Secretário de Serviços Públicos

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

A Prefeitura Municipal de Votorantim – Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais, com sede no Município e demais interessados, quanto ao Repasse da União, no valor de R$ 860.682,33 (oitocentos e sessenta mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e três centavos), na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 962647/2024/FNDE/CAIXA, firmado com Município de Votorantim, assinado em 27/08/2024, no âmbito do Programa Educação Básica Democrática, Com Qualidade e Equidade, sob a gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que tem por objeto “Construção de Creche Pré Escola no Município de Votorantim/SP - FNDE - Creche Tipo 1”

FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VOTORANTIM (VOTOPREV)

PORTARIA 477

Resolve,

ALESSANDRA SILVINA APARECIDA AUGUSTO DE CAMARGO, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES,

Resolve,

Conceder **Pensão por Morte**, a(o) dependente Sr(a). **MARIA APARECIDA VIEIRA PINTO** CPF 110.XXX.XXX-63, dependente do(a) ex-segurado(a) **Sr(a) Arlindo Vieira Pinto** aposentado, inscrito no CPF 021.XXX.XXX-85, falecido em 16/01/2026 conforme processo **nº 022/2026**, com valor de beneficio em consonância com a Lei Previdenciária 1830/2005, a partir de **16/01/2026**.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 09 de fevereiro de 2026

Alessandra Silvina Aparecida Augusto de Camargo

Presidente

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 057/2025. Objeto: Aquisição de Aparelhos de ar-condicionado para climatização das salas de aula das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Votorantim. Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Votorantim. Fornecedor: Castro Equipamentos Ltda - EPP. Vigência: 12 (Doze) meses. Valor Total: R$ 421.084,00 (Quatrocentos e vinte e um mil, oitenta e quatro reais. Votorantim, 06 de fevereiro de 2026. Weber Maganhato Júnior – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 057/2025. Objeto: Aquisição de Aparelhos de ar-condicionado para climatização das salas de aula das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Votorantim. Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Votorantim. Fornecedor: Eletro Centro Comércio de Peças e Eletrônicos Ltda - EPP. Vigência: 12 (Doze) meses. Valor Total: R$ 57.390,00 (Cinquenta e sete mil, trezentos e noventa reais). Votorantim, 06 de fevereiro de 2026. Weber Maganhato Júnior – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 002/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 053/2025. Objeto: Prestação de serviços de análise de exames citopatológico cérvico-vaginal de rastreamento e citopatológico de mamas (descarga papilar). Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa - AFIPE. Valor Total: R$ 65.964,72 (Sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses. Dotação Orçamentária: Secretaria de Saúde. Título: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Verba: 02.12.01.10.301.0033-2.601.3.3.90.39.00-0041. Verba: 02.12.01.10.302.0033-2.602.3.3.90.39.00-0076. Votorantim, 09 de fevereiro de 2026. Weber Maganhato Júnior – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 4º (QUARTO) ADITAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2024
Dispensa de Chamamento Público nº 001/2024. Objeto: Gerenciamento dos serviços de assistência médica e odontológica básica da população carcerária da Penitenciária Feminina. Vigência: 01/02/2026 a 31/07/2026. Valor total: R$ 242.369,70 (duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e setenta centavos). Órgão Público: Prefeitura Municipal de Votorantim. Entidade: Associação Dos Deficientes De Votorantim - ADV. Dotação Orçamentária: Secretaria de Saúde. Título: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Verba: 02.12.01.10.301.0033-2.601.3.3.50.39.00-05-0027. Votorantim, 30 de janeiro de 2026. Weber Maganhato Junior - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 12º (DÉCIMO SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL N.º 072/2015.
Dispensa de Licitação nº. 025/2015. Objeto: Locação de imóvel para abrigar as instalações da Escola de Música da Secretaria de Cultura. Locatária: Prefeitura Municipal de Votorantim. Locador: Igreja do Evangelho Quadrangular. Vigência: 21/01/2026 a 20/07/2026. Valor total: R$ 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais) para a vigência estipulada. Dotação Orçamentária: Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer. Título: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica Verba: 02.14.01.13.122.0035-2.002.3.3.90.39.00-01-0342. Votorantim, 20 de janeiro de 2026. Weber Maganhato Junior – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 1º (PRIMEIRO) TERMO DE ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 043/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção hidráulica em máquinas e caminhões da frota municipal. Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Votorantim. Fornecedor: Kewpie Mecânica e Locação de Autos e Veículos Pesados Ltda. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, com início em 28/02/2026 e término em 27/02/2027; Renovação dos quantitativos inicialmente registrados na Ata de Registro de Preços. Fundamento Legal: dos Art. 84 e Art. 107 da Lei nº. 14.133/2021. Votorantim, 09 de fevereiro de 2026. Weber Maganhato Junior - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026
Dispensa de Licitação nº. 004/2026. Objeto: Aquisição emergencial de gêneros alimentícios estocáveis para atender ao Programa de Alimentação Escolar nas Unidades Educacionais da Rede Municipal, Estadual e entidades conveniadas de responsabilidade do Município de Votorantim. Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: W&C Alimentos Ltda. Prazo de Vigência: 90 (noventa) dias, ou até que se conclua o novo procedimento licitatório, o que primeiro ocorrer. Valor Total: R$ 1.498.712,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e doze reais). Dotação Orçamentária: Secretaria de Educação. Título: Material de Consumo. Verba: 02.11.06.12.306.0032-2.018.3.3.90.30.00-05-0073. Fundamento Legal. art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Votorantim, 05 de fevereiro de 2025. Weber Maganhato Júnior – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº. 038/2024
Modalidade: Tomada de Preços nº. 026/2023. Objeto: “Contratação de empresa especializada para elaboração de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado de áreas urbanas e/ou sistema viário de Votorantim”. Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: Camará Engenharia Ltda. Finalidade: Acrescer o percentual de 24,83% ao valor do Contrato n° 038/2024. Valor Total: O valor deste termo aditivo é de R$ 57.125,13 (cinquenta e sete mil, cento e vinte e cinco reais) e o valor global do contrato atualizado passa de R$ 230.004,12 (duzentos e trinta mil, quatro reais e doze centavos) para R$ 287.129,25 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos). Dotação Orçamentária: Secretaria de Obras e Urbanismo Título: Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica. Verba: 02.08.01.15.451.0037-2.404.3.3.90.39.00-01-0223. Fundamento Legal: art. 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93. Votorantim, 11 de fevereiro de 2026. Weber Maganhato Junior - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 003/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 036/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra em dispensários de medicamentos das unidades de saúde e apoio logístico em almoxarifado de medicamentos. Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: Kadosh Terceirizações Ltda. Valor Total: R$ 2.489.754,24 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses. Dotação Orçamentária: Secretaria de Saúde. Título: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Verba: 02.12.01.10.301.0033-2.601.3.3.90.39.00-0041. Verba: 02.12.01.10.303.0033-2.603.3.3.90.39.00-0099. Verba: 02.12.01.10.302.0033-2.602.3.3.90.39.00-0076. Verba: 02.12.01.10.305.0033-2.605.3.3.90.39.00-0137. Verba: 02.12.01.10.301.0033-2.601.3.3.90.39.00-0040. Verba: 02.12.01.10.302.0033-2.602.3.3.90.39.00-0074. Verba: 02.12.01.10.303.0033-2.603.3.3.90.39.00-0097. Votorantim, 11 de fevereiro de 2026. Weber Maganhato Júnior – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 14º (DÉCIMO QUARTO) TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº. 040/2014.
Dispensa de Licitação nº. 009/2014. Objeto: Locação de imóvel para as instalações do Centro de Atenção Psicossocial CAPS. Locatária: Prefeitura Municipal de Votorantim. Locador: José Carlos Cucchi. Prazo de vigência: 01/02/2026 à 31/01/2027. Valor total: R$ 47.556,60 (quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos). Dotação Orçamentária: Secretaria de Saúde. Título: Outros Serviços de Terceiros – P. Física. Verba: 02.12.01.10.302.0033-2.602.3.3.90.36.00-05-0073. Votorantim, 30 de janeiro de 2026. Weber Maganhato Junior - Prefeito Municipal.

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026
Autorizo a Contratação por Dispensa de Licitação, conforme detalhamento: Contratada: Comercial Hortifrutigranjeiro Itauba Ltda.Descrição da contratação: “Aquisição de Hortifrutigranjeiros para atender ao programa de alimentação escolar nas unidades educacionais da Rede Municipal, Estadual e entidades conveniadas de responsabilidade do Município de Votorantim.”. Valor total estimado: R$ 1.369.840,50 (hum milhão trezentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta centavos).Fundamento da dispensa: Artigo 75, inciso IV, alínea “e” da Lei Federal n.º 14.133/2021 de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo nº. 1210/2025.Dotação orçamentária: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Título: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Verba: 02.11.06.12.306.0032.2.018.3.3.90.30.00-05-0073.Votorantim, 12 de fevereiro de 2026. Weber Maganhato Júnior - Prefeito Municipal.

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026
Autorizo a Contratação por Inexigibilidade de Licitação, conforme detalhamento: Contratada: Auto Suture do Brasil Ltda. Descrição da contratação: “Aquisição de insumos para tratamento e controle de Diabetes Melitus tipo 1 para atender Ordem Judicial, paciente T.M.O.B”. Valor total estimado: R$ 71.315,00 (Setenta e Um Mil, Trezentos e Quinze Reais) Fundamento da dispensa: Artigo 74, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021 de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica, e tendo em vista os elementos que instruem o Processo Nº. 143/2026 Dotação orçamentária: SECRETARIA DE SAÚDE. Título: Equipamento e Material Permanente. Verba: 02.12.01.10.301.0033-2.601.4.4.90.52.00-01-0052 Título: Material de Consumo. Verba: 02.12.01.10.122.0033-2.606.3.3.90.30.00-01-0148.Votorantim,12 de Fevereiro de 2026 Weber Maganhato Júnior - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 9º (NONO) TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº. 071/2022
Modalidade: Tomada de Preço nº 007/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para revitalização de prédio para instalação do Museu Histórico de Votorantim ‘Ettore Marangoni” Contratante: Prefeitura Municipal de Votorantim. Contratada: DCA Engenharia e Construções EIRELI - EPP Finalidade: O presente Termo Aditivo possui como objeto a prorrogação do prazo de execução e de vigência do Contrato nº 071/2022; O prazo de execução fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, com início em 26/01/2026 e término em 24/07/2026; Ao prazo de vigência do contrato, será acrescido o prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias, com início em 26/01/2026 e término em 24/07/2026. Fundamento Legal: Artigo 57, § 1º, I e II da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores. Votorantim, 23 de janeiro de 2026. Weber Maganhato Junior - Prefeito Municipal.

CIPA SEGURANÇA

Eleições CIPA

Gestão 2026/2028

VOTORANTIM 1.12.1963 27.3.1965



Aline Santos
Escriturária
RH - SEA



Ana Paula Rosa
AG. CONTR. EDEMIAS
ZOONOSES - SESA



Arlete Gonçalves
AG. COM. SAÚDE
ESF JD. TATIANA - SESA



Cezalpino Neto
Aux. Enf. Plantonista
UPA JATAI - SESA



Cléia Guarizo
ESCRITURÁRIO
TI - SPD



Mauro Virgolino
AUX DE CAMPO
SEMA



Renato Soliani
ESCRITURÁRIO
CADASTRO IMOBILIÁRIO - SEF



Rosalina Rodrigues
ESCRITURÁRIO
FÓRUM - SEG



Silvana Venâncio
AG. COM. SAÚDE
ESF JD. TATIANA - SESA



Simone Favieres
AG. CONT. EDEMIAS
ZOONOSES - SESA

A ELEIÇAO, CONFORME DETERMINA A NR - 5, SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DE ESCRUTÍNIO SECRETO DE 23/02/26 A 26/02/26.

A URNA ESTARÁ DISPONIVEL NAS DATAS, HORARIO E LOCAIS SEGUINTES.

A APURAÇÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 27/02/26, ÀS 12H, NO PAÇO 1

URNA DE VOTAÇÃO

- 23/02 - 7H AS 13H : PAÇO 2 - REFEITÓRIO
- 24 - 26/2 - 12H AS 18H : PAÇO 1 - SAGUÃO

SECRETARIA DE SAÚDE

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, comunica a todos que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para demonstração e avaliação dos serviços e ações da saúde, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2025, no dia 26 de fevereiro de 2026 a partir das 09h00, na Câmara Municipal - "Plenário Pedro Augusto Rangel", situado no Boulevard Antônio Festa nº 88, Centro, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000. Votorantim, 13 de fevereiro de 2026 – Weber Maganhato Júnior - Prefeito Municipal.

PARECER DE ACÚMULO DE CARGOS

DEFERIDO: Médico – PA Laranjeiras - Prefeitura Municipal de Sorocaba. Médico Plantonista – Unidade de Pronto Atendimento – Prefeitura Municipal de Votorantim.

NOME	RG
Carlos Eduardo Chaves Zacchello	30.***.***-8

Jessica Aline Oliveira Dias da Silva
Presidente
Membros:
Abel Benittis
Alan Francisco Almeida

PARECER DE ACÚMULO DE CARGOS

DEFERIDO: Médico da Estratégia da Saúde da Família – ESF Unidade Jardim Paulistano – Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora. Médico Plantonista – Unidade de Pronto Atendimento – Prefeitura Municipal de Votorantim.

NOME	RG
Julio Cesar Marciano	19.***.***-9

Jessica Aline Oliveira Dias da Silva
Presidente
Membros:
Abel Benittis
Alan Francisco Almeida

PARECER DE ACÚMULO DE CARGOS

DEFERIDO: Médico – Unidade de Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) – Prefeitura Municipal de Sorocaba. Médico Plantonista – Unidade de Pronto Atendimento – Prefeitura Municipal de Votorantim.

NOME	RG
Luis Carlos Castelhano Júnior	22.***.***-1

Jessica Aline Oliveira Dias da Silva
Presidente
Membros:
Abel Benittis
Alan Francisco Almeida

PARECER DE ACÚMULO DE CARGOS

DEFERIDO: Auxiliar de Enfermagem – Centro de Material e Esterilização - CHS (Conjunto Hospitalar de Sorocaba). Auxiliar de Enfermagem Plantonista – Unidade de Pronto Atendimento – Prefeitura Municipal de Votorantim.

NOME	RG
Michele Aparecida Tenório	30.***.***-3

Jessica Aline Oliveira Dias da Silva
Presidente
Membros:
Abel Benittis
Alan Francisco Almeida

PARECER DE ACÚMULO DE CARGOS

DEFERIDO: Médico – P.A. Aparecidinha e P.A. Laranjeiras - Prefeitura Municipal de Sorocaba. Médica Plantonista – Unidade de Pronto Atendimento – Prefeitura Municipal de Votorantim.

NOME	RG
Monica Cristine Jove Motti	17.***.***-0

Jessica Aline Oliveira Dias da Silva
Presidente
Membros:
Abel Benittis
Alan Francisco Almeida

PARECER DE ACÚMULO DE CARGOS

DEFERIDO: Médico Clínico Geral – FUNSERV – Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba. Médico Plantonista – Unidade de Pronto Atendimento – Prefeitura Municipal de Votorantim.

NOME	RG
Paulo Roberto Crespo Rocha	20.***.**8

Jessica Aline Oliveira Dias da Silva
Presidente
Membros:
Abel Benittis
Alan Francisco Almeida

AUTORIZAÇÃO Nº 001/2026
COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS RETINÓICOS

A Vigilância Sanitária do Município de Votorantim, através do seu Coordenador, no uso de suas atribuições e atendendo ao disposto do Art. 124 da Portaria nº 06 de 29/05/1999 SVS/MS, que aprova a Instrução Normativa da Portaria SVS/MS nº 344 de 12/05/1998, faz publicar a aprovação do Cadastro do estabelecimento abaixo denominado, autorizando este comercializar medicamentos de uso sistêmico RETINÓIDE – LISTA C2 da referida Portaria:

DADOS DO ESTABELECIMENTO
Razão Social: V.S.S. DROGARIAS LTDA
Nome Fantasia: V.S.S. DROGARIAS
CNPJ Nº: 60.116.177/00001-80
Endereço: AVENIDA LUIZ DO PATROCINIO FERNANDES, 852 – BOX 2 E 3 – VILA DOMINGUINHO
Protocolo: 290/2026
QUANTIDADES ESTIMADAS DE VENDAS DE MEDICAMENTOS
ISOTRETINOINA 20MG – 120 CAIXAS (ANO)

O cadastro acima citado só perderá validade quando houver mudanças de quantidade em estoque, ou mudança de endereço e/ou razão social. Para acréscimo de medicamentos ao cadastro deverá ser requerido alteração no mesmo.
Votorantim, 06 de fevereiro de 2026.
Celia Maria de Macedo Recacho Mangini
Chefe de Serviço de Vigilância Sanitária

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL N.º 018/2026
CONVOCAÇÃO
PREENCHIMENTO DE FUNÇÃO - ATIVIDADE DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II
EDUCAÇÃO FÍSICA
(Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 01/2025-SEED)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM CONVOCA os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo para a função-atividade de **Professor de Educação Básica II, Educação Física** nos termos da Resolução 026/2025-SEED, para a sessão de atribuição de Funções – Atividades disponíveis para admissão no quadro do magistério público municipal na seguinte conformidade:

ANUÊNCIA PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES-ATIVIDADES:

DENOMINAÇÃO	CANDIDATOS CONVOCADOS	VAGAS
Professor de Educação Básica II **EDUCAÇÃO FÍSICA**	**Candidatos aprovados no Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 01/2025-SEED** **Do 13º EDUARDO ALEXANDRE ROSA** **AO** **22º CAMILA DONIZETE CONHE**	01 BLOCO DE AULAS E MAIS OS QUE VIEREM A SURGIR
Professor de Educação Básica II **EDUCAÇÃO FÍSICA** **Candidatos com Deficiência**	**Lista Especial:** **Todos os Candidatos aprovados no Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 01/2025-SEED na lista especial** **DO 1º FÁBIO HENRIQUE ROCHA AGUIAR** **AO** **3º VITOR PEREIRA DELANHOLO**	
LOCAL: Avenida Santo Antônio, 562- Barra Funda – Votorantim **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM** **DATA: 19/02/2026** **HORÁRIO:8H30**		

DISPOSIÇÕES GERAIS:

1. A Admissão e exercício dar-se-ão nos termos das Leis Municipais 1.090/93 e 1.596/01 alterada pelas Leis 2.107/09, 2518/16, 2.744/19 e Resolução SME/SEED Nº026/2025;
2. A chamada seguirá rigorosamente a classificação final do Processo Seletivo nº01/2025–SEED de forma sequencial;
3. No momento da escolha o candidato deverá apresentar um documento com foto original e cópias de: diploma/certificado de conclusão com histórico escolar da graduação de acordo com o cargo pretendido, juntamente com os documentos originais. As cópias ficarão em posse do setor de Recursos Humanos para análise e autorização de ingresso.
3. O candidato convocado para os fins deste edital, durante a sessão, quando chamado para atribuição e não estiver presente, munido de documento de identidade ou representado legalmente, através de mandatário portador de procuração específica com firma reconhecida, munido de cópia autenticada do documento de identidade do candidato representado e de seu documento de identidade original, automaticamente será excluído do processo de atribuição, dando-se prosseguimento à chamada, nos termos do referido edital de convocação.
4. Fica assegurado o retorno a lista de classificação, em sua classificação inicial, ao candidato que perdeu sua vaga devido ao retorno do docente titular de cargo efetivo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM,
Em 10 de fevereiro de 2026.
Rosangela de Paula
Secretária de Educação

EDITAL N.º 021/2026
CONVOCAÇÃO
PREENCHIMENTO DE FUNÇÃO - ATIVIDADE DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II
AEE – SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
(Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 01/2025-SEED)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM CONVOCA os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo para a função-atividade de **Professor de Educação Básica II, AEE - Classes Multifuncionais** nos termos da Resolução 026/2025-SEED, para a sessão de atribuição de Funções – Atividades disponíveis para admissão no quadro do magistério público municipal na seguinte conformidade:

ANUÊNCIA PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES-ATIVIDADES:

DENOMINAÇÃO	CANDIDATOS CONVOCADOS	VAGAS
Professor de Educação Básica II **AEE CLASSES MULTIFUNCIONAIS**	**Candidatos aprovados no Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 01/2025-SEED** **Do 7º GEICI LEDA GALDINO** **AO** **12º JULIA CORREA MARCOLINO**	01 PÓLO DE ATENDIMENTO E MAIS OS QUE VIEREM A SURGIR
LOCAL: Avenida Santo Antônio, 562- Barra Funda – Votorantim **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM** **DATA: 19/02/2026** **HORÁRIO:8H30**		

DISPOSIÇÕES GERAIS:

1. A Admissão e exercício dar-se-ão nos termos das Leis Municipais 1.090/93 e 1.596/01 alterada pelas Leis 2.107/09, 2518/16, 2.744/19 e Resolução SME/SEED Nº026/2025;
2. A chamada seguirá rigorosamente a classificação final do Processo Seletivo nº01/2025–SEED de forma sequencial;
3. No momento da escolha o candidato deverá apresentar um documento com foto original e cópias de: diploma/certificado de conclusão com histórico escolar da graduação de acordo com o cargo pretendido, juntamente com os documentos originais. As cópias ficarão em posse do setor de Recursos Humanos para análise e autorização de ingresso.
3. O candidato convocado para os fins deste edital, durante a sessão, quando chamado para atribuição e não estiver presente, munido de documento de identidade ou representado legalmente, através de mandatário portador de procuração específica com firma reconhecida, munido de cópia autenticada do documento de identidade do candidato representado e de seu documento de identidade original, automaticamente será excluído do processo de atribuição, dando-se prosseguimento à chamada, nos termos do referido edital de convocação.
4. Fica assegurado o retorno a lista de classificação, em sua classificação inicial, ao candidato que perdeu sua vaga devido ao retorno do docente titular de cargo efetivo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM,
Em 10 de fevereiro de 2026.
Rosangela de Paula
Secretária de Educação

EDITAL N.º025 /2026
CONVOCAÇÃO
PREENCHIMENTO DE FUNÇÃO - ATIVIDADE DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I –
(Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 01/2025-SEED)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM CONVOCA os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo para a função-atividade de **Professor de Educação Básica I,** nos termos da Resolução 026/2025-SEED, para a sessão de atribuição de Funções – Atividades disponíveis para admissão no quadro do magistério público municipal na seguinte conformidade:

ANUÊNCIA PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES-ATIVIDADES:

DENOMINAÇÃO	CANDIDATOS CONVOCADOS	VAGAS
Professor de Educação Básica I	**Candidatos aprovados no Processo Seletivo de Provas e Títulos nº 01/2025-SEED** **Do 186º LETÍCIA CAROLINE DA COSTA TRAMA CORREA AO 240º EVERALDO DO NASCIMENTO**	14 VAGAS E MAIS AS QUE VIEREM A SURGIR
Professor de Educação Básica I Candidatos com Deficiência	**Lista Especial:** **Do 17º SHEILA REGINA CAU PRADO Ao 46º SILVIA APARECIDA ALMEIDA DE OLIVEIRA**	
LOCAL: Auditório Municipal Francisco Beranger, sito à Avenida Newton Vieira Soares, nº 291, Centro-Votorantim-SP **DATA: 20/02/2026** **HORÁRIO:8H30**		

DISPOSIÇÕES GERAIS:

1. A Admissão e exercício dar-se-ão nos termos das Leis Municipais 1.090/93 e 1.596/01 alterada pelas Leis 2.107/09, 2518/16, 2.744/19 e Resolução SME/SEED Nº026/2025;
2. A chamada seguirá rigorosamente a classificação final do Processo Seletivo nº01/2025–SEED de forma sequencial;
3. No momento da escolha o candidato deverá apresentar um documento com foto original.
4. O candidato convocado para os fins deste edital, durante a sessão, quando chamado para atribuição e não estiver presente, munido de documento de identidade ou representado legalmente, através de mandatário portador de procuração específica com firma reconhecida, munido de cópia autenticada do documento de identidade do candidato representado e de seu documento de identidade original, automaticamente será excluído do processo de atribuição, dando-se prosseguimento à chamada, nos termos do referido edital de convocação.
4. Fica assegurado o retorno a lista de classificação, em sua classificação inicial, ao candidato que perdeu sua vaga devido ao retorno do docente titular de cargo efetivo.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM,
Em 11 de fevereiro de 2026.
Rosangela de Paula
Secretária de Educação

EDITAL Nº 019/2026
CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO
(Concurso Público de Provas e Títulos nº 001/2021)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM CONVOCA os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público Nº 001/2021 para o cargo de **Diretor de Educação Básica**, nos termos do Edital nº 024/2022 e da Resolução 026/2025 - SEED, para a sessão de anuência e escolha de cargos disponíveis para ingresso no quadro do magistério público municipal, na seguinte conformidade:

ANUÊNCIA PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS

DENOMINAÇÃO	CANDIDATO CONVOCADO	VAGA
Diretor de Educação Básica	**21º ALESSANDRA DE ALMEIDA PRADO OLIVEIRA** **25º GRAYCE KELLY DANTAS CRUZ**	01 (uma) vaga
LOCAL: Avenida Santo Antônio, 562- Barra Funda – Votorantim **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VOTORANTIM** **DATA: 19/02/2026** **HORÁRIO: 8H30**		

DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.A nomeação, posse e exercício dar-se-ão nos termos das Leis Municipais 1.090/93 e 1.596/01 alterada pelas Leis 2.107/09, 2518/16, 2.744/19 e Resolução SME/SEED Nº 010/2024;
2.A chamada seguirá rigorosamente a classificação final do Concurso Público nº 01/2021 de forma sequencial, nos termos dos Editais nº 080/2021, nº 023/2022 e 024/2022, bem como da legislação vigente;
3.O candidato convocado para os fins deste edital, durante a sessão, quando chamado para anuência e escolha e não estiver presente, munido de documento de identidade ou representado legalmente, através de mandatário portador de procuração específica com firma reconhecida, munido de cópia autenticada do documento de identidade do candidato representado e de seu documento de identidade original, automaticamente será excluído do processo, dando-se prosseguimento à escolha.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM,
Em 10 de fevereiro de 2026.
Rosangela de Paula
Secretária de Educação

EDITAL Nº020/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM**, através da comissão especial para estudos de casos de acúmulo de cargos do Magistério Público Municipal, constituída pela Portaria Nº 21.883, de 20/01/2025, torna público pelo presente Edital, resultado do processo de acúmulo de cargos para o ano de 2026.

DEFERIDOS:

PROCESSO	NOME	RG
36/2026	MARIA PARECIDA DOS SANTOS	28.***.***-5
37/2026	GECENY MIYUKI KUNINARI	40.***.***-4
38/2026	ELVIS NEY PANSANATO	26.***.***-3
40/2026	BARBARA MEDEIROS GRANH	48.***.***-0
41/2026	MARIA CRISTINA ZOCCA DA SILVA	30.***.***-5
42/2026	MICHELE HERCULANO DA SILVA	33.***.***-0
43/2026	FABRICIA CRISTINA NOBRE	40.***.***-2
44/2026	TATIANE DE SOUZA PIVA	62.***.***-5
45/2026	CAMILA VIEIRA	54.***.***-0
46/2026	FLÁVIA DE MORAES NASCIMENTO SILVA	40.***.***-5
47/2026	ELIANE PAES DE OLIVEIRA	28.***.***-9
48/2026	TÂNIA CRISTINA MUNHOZ COUTINHO	21.***.***-9
49/2026	PATRÍCIA MARQUES PIMENTEL FOGAÇA	42.***.***-9
50/2026	GIZELDA MARIA MEDERIROS PIPOLO	22.***.***-X
51/2026	HELEN ROSANA DE ARRUDA	23.***.***-6
52/2026	CAROLINE DA SILVA SILVEIRA	47.***.***-8
53/2026	VIVIANE TEIXEIRA DA SILVA	45.***.***-2
54/2026	JENIFER ROCHA RODRIGUES	48.***.***-X
55/2026	CAROLINE PEREIRA	41.***.***-0
56/2026	MÁRCIA MARIA DOS SANTOS	45.***.***-9
57/2026	THAIS CRISTINA PEREIRA DOS SANTOS	43.***.***-8

Votorantim, 10 de fevereiro de 2026
Mariana Cristina Parri Ribeiro
Presidente da Comissão Especial de Acúmulo de Cargos

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – CACS FUNDEB

EDITAL Nº 016/2026– DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE CARGOS EM VACÂNCIA PARA O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA –CACS FUNDEB – QUADRIÊNIO 2023-2026.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, usando das atribuições que lhes são conferidas, pela Lei Municipal e Regimento Interno do Conselho, amparada pela Lei Federal Nº 14.113, de 25 de Dezembro de 2020, convoca os interessados em participar às vagas em vacância do conselho que é constituído pela lei municipal 2805 de 31 de março de 2021.

O processo eletivo de que trata o presente edital será organizado e conduzido pela Secretaria Municipal de Educação na forma prevista pela Lei Municipal 2805 de 31 de março de 2021. A remessa de documentos, informações, nomes, qualificação de candidatos e representantes e qualquer forma de comunicação dirigida a Secretaria Municipal de Educação, deverá ser feita por meio do endereço eletrônico seedoficial.votorantim@gmail.com.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este edital possui como objetivo, regulamentar o processo eleitoral para composição dos cargos em vacância no CACS FUNDEB do município de Votorantim/SP para o quadriênio 2023-2026

1.2 As eleições do CACS FUNDEB reger-se-ão a partir da publicação deste edital de convocação, disponível na Secretaria Municipal do Município, nas escolas municipais, no site oficial da Prefeitura de Votorantim e no Diário Oficial do Município ou similar.

1.3 O CACS FUNDEB de Votorantim fará eleição para os seguintes cargos em vacância:

I. Dois representante dos diretores da educação básica pública municipal de Votorantim, sendo uma para titular e outro suplente.

1.4 Os representantes dos diretores, deverão ser indicados pelos seus pares na educação básica do município de Votorantim.

1.5 Todos os segmentos em vacância serão representados por suplentes oriundos da mesma categoria representativa.

1.6 A função de conselheiro do CACS FUNDEB não é remunerada, considerada de relevante interesse social e os interessados em exercê-la deverão atender os seguintes requisitos:

I. Ter disponibilidade de tempo para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias quantas vezes for necessário, principalmente quando o titular do segmento estiver impedido de comparecer;
II. Realizar visitas às unidades educacionais quando solicitadas;
III. Ter interesse pelo assunto e disponibilidade para participar das atividades, em caráter voluntário.

2- DOS REQUISITOS PARA REGISTRO DE CANDIDATURA

2.1 Possuir 18(dezoito) anos ou mais, ou ser emancipado nos termos da lei civil.

2.2 Pertencer a categoria pela qual pretenda registrar candidatura, nos termos da legislação de regência e deste edital.

2.3 Possuir estabilidade nos serviço público quando o candidato a quaisquer representantes do CACS FUNDEB for servidor público municipal de Votorantim, exceto os cargos de livre nomeação pelo poder executivo.

2.4 Não possuir condenação criminal transitada em julgado por crime contra a administração pública ou por ato de improbidade administrativa.

3- DOS REQUISITOS PARA EXERCÍCIO DO VOTO

3.1 Possuir 16(dezesseis) anos ou mais, nos termos do artigo 14§1º, inciso II, alínea "c" da Constituição Federal de 1988.

3.2 Pertencer as respectivas categorias pelas quais se alistem para o exercício do direito de voto, nos termos da legislação de regência e deste edital.

3.3 Chegar ao local de votação no mínimo 30(trinta) minutos antes do início da votação do seu segmento, para o processo de verificação de categoria, credenciamento e liberação do voto.

4- DAS ELEIÇÕES

4.1 Ocorrerão no dia 24 de fevereiro de 2026, das 18h às 19h, no Polo UAB, localizado Av. Ver. Newton Vieira Soares, 291 – Centro, Votorantim.

4.2 Os diretores da educação básica municipal, previamente inscritos, elegerão 1(um) titular e 1(um) suplente no dia e local da eleição indicado no caput deste artigo .

4.3 A votação será aberta, acompanhada e fiscalizada por pessoas do mesmo segmento.

4.4 Em caso de empate na votação, será aclamado vencedor o mais velho.

4.5 Após o encerramento do processo eleitoral, o secretário do CACS FUNDEB deverá lavrar a respectiva ata, na qual constarão as eventuais ocorrências.

5- DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS E DOS PEDIDOS DE RECURSO/IMPUGNAÇÃO

1.1 Após o processo de apuração, os candidatos mais votados serão proclamados conselheiros.
1.2 O prazo para a interposição de recursos contra o resultado das eleições deverá ser enviado para o e-mail da secretaria de educação seedoficial.Votorantim@gmail.com até 48h após as eleições.

6- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Após as eleições dos representantes dos segmentos, o Presidente do CACS FUNDEB informará o local e horário para posse dos eleitos dos cargos em vacância.
11.2 Os casos omissos referentes ao processo eleitoral, não previstos neste edital, ou dúvidas provenientes de sua interpretação serão decididos pela Secretaria Municipal de Educação, devendo o mesmo ser registrado em ata.

Votorantim, 04 de fevereiro de 2026

ROSÂNGELA DE PAULA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DE TRABALHO

Título do projeto: Programa A União Faz a Vida
Início: 25/04/2025
Término: 19/12/2025
Descrição do objetivo: O objetivo da parceria do município é a implementação de metodologia de educação cooperativa baseada em projetos, para o desenvolvimento de princípios de cooperação e cidadania com os alunos do sistema municipal de ensino.
Descrição da realidade que será objeto da parceria: Será disponibilizado pela Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo – Fundação Sicred, formação e assessoria na metodologia do programa do desenvolvidos por assessores pedagógicos, com certificação para os professores.
Público alvo beneficiado: Professores do sistema municipal de ensino
Descrição das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades/ projetos a serem executados: Ter entre 20% a 50% dos professores participantes do programa.
Forma de execução das ações: Assessorar mensalmente os professores apoiando nos projetos realizados.
Parâmetros para aferição do cumprimento das metas: Será apresentado ao final do exercício um relatório de cada assessor pedagógico, com dados referentes aos trabalhos desenvolvidos durante o período.

Votorantim, 5 de fevereiro de 2026
ROSÂNGELA DE PAULA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO



ATOS DO PODER LEGISLATIVO

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2025, Processo Administrativo nº 23/2023, nos termos da alínea "b", inciso II, do art. 124, c/c art. 132, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis. Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM. Contratada: DOMINIUM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.687.012/0001-07. OBJETO: Alteração qualitativa do objeto do Contrato nº 05/2025, consistente na substituição do modelo do equipamento originalmente ofertado na proposta comercial da contratada, conforme justificativas constantes dos autos do Processo Administrativo nº 23/2023. Fica formalizada, pelo presente instrumento, a substituição do equipamento "HP ProDesk 2 SFF G1i Desktop PC" pelo modelo "Dell Pro i7-4700T", conforme especificado e documentado nos referidos autos. RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato originário celebrado entre as partes e não modificadas neste Termo Aditivo. ASSINATURA: Votorantim, 06 de fevereiro de 2026.

PORTARIA Nº 005/2026.
Dispõe sobre a alteração da Comissão Especial para execução de Concursos.
A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:
Art. 1º ALTERAR a Comissão Especial de Planejamento e Execução de Concursos para preenchimento de cargos na Câmara Municipal de Votorantim.
Art. 2º Os membros que farão da parte da Comissão, sob a Presidência do primeiro, são os seguintes:
I – Sr. Uziel Marcos Ponciano, CPF nº ***.976.328-**, ocupante do cargo público efetivo de Analista Legislativo;
II – Sr. Fábio Lopes Sevilhano, CPF nº ***.832.488-** ocupante do cargo público efetivo de Analista Administrativo;
III – Sr. Gustavo Augusto de Souza, CPF nº ***. 199.238-**, ocupante de cargo público de provimento efetivo de Analista Legislativo;
IV – Sra. Gilmara Navega Pozatti, CPF nº ***. 743.238-**, ocupante de cargo público de provimento efetivo de Procurador Jurídico;
V – Sra. Karla Giovana de Oliveira Cardoso, CPF nº ***. 443.878-**, ocupante de cargo público de provimento efetivo de Relações Públicas.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 11 de fevereiro de 2026.
1. RODRIGO DE MELO KRIGUER
Presidente
2. LUCIANO SANTOS DA COSTA
1º Secretário
RONALDO FURQUIM DE CAMARGO
2º Secretário
Publicada na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal de Votorantim, na data supra.
ANTONIO CARLOS DA SILVA
Coordenador de Serviços Legislativos

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026.
Institui o Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual na Câmara Municipal de Votorantim.
RODRIGO DE MELO KRIGUER, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão realizada em 10/02/2026, aprovou, e ele promulga a seguinte Resolução:
Art. 1º Esta Resolução institui o Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da Câmara Municipal de Votorantim.
Parágrafo único. O Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual na Câmara Municipal de Votorantim é destinado a todos os integrantes da Câmara Municipal de Votorantim: parlamentares, servidores, estagiários e terceirizados.

CAPÍTULO I
Do Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim

Art. 2º O Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim estabelece princípios, diretrizes e objetivos, bem como define eixos de atuação e procedimentos para o recebimento, análise, encaminhamento e investigação de relatos e denúncias de casos de assédio em todas as suas formas, proporcionando a devida responsabilização dos envolvidos, o acolhimento das vítimas e a remediação e restauração do ambiente de trabalho afetado.
Art. 3º O Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim visa à prevenção e combate do assédio em todas as suas formas, favorecendo a construção de uma cultura organizacional pautada pelo respeito mútuo, comunicação não violenta e preservação da dignidade das pessoas, proporcionando a criação de ambiente de trabalho saudável, seguro, respeitoso, ético, justo e livre de condutas inadequadas.
Art. 4º São princípios do Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim:
I – Universalidade: todos os integrantes da Câmara Municipal de Votorantim, parlamentares, servidores, estagiários, terceirizados, são obrigados a seguir padrões éticos de conduta profissional, como forma de assegurar o bem-estar de todos e o ambiente de trabalho seguro, respeitoso, saudável e livre de condutas inapropriadas;
II – Compromisso Institucional: a gestão deve demonstrar seu compromisso com o enfrentamento ao assédio, mediante o desenvolvimento de ações visando o combate às práticas de assédio em todas as suas formas;
III – Prevenção: a Câmara Municipal de Votorantim deve realizar ações de prevenção ao assédio, com vistas a promover relações interpessoais respeitosas;
IV – Abordagem centrada na vítima: os mecanismos de enfrentamento ao assédio devem ser centrados no apoio e no acolhimento à vítima;
V – Confidencialidade: deve ser garantida a proteção à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das partes envolvidas, por meio da preservação do sigilo dos dados pessoais e do conteúdo das apurações;
VI – Resolutividade: deve ser priorizada a assertividade no acolhimento, tratamento/encaminhamento e apuração das denúncias de casos e suspeitas de assédio, mediante procedimentos bem definidos e amplamente divulgados.
Art. 5º São diretrizes do Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim:
I – Abster-se de adotar ou tolerar, por quaisquer de seus agentes, condutas que possam ser caracterizadas como assédio moral e/ou sexual;
II – Orientar os integrantes da Câmara Municipal de Votorantim acerca dos comportamentos que podem ser enquadráveis no conceito de assédio moral e assédio sexual, seja para avaliar condutas alheias, seja para pautar condutas próprias, promovendo a conscientização e a mudança de cultura e comportamentos nas relações interpessoais profissionais;
III – Promover permanentemente eventos de esclarecimento e conscientização acerca do assédio em todas as suas formas;
IV – Disponibilizar materiais educativos sobre o assédio;
V – Assegurar as melhores condições possíveis para que eventuais casos ou suspeitas de assédio sejam relatados, analisados e investigados;
VI – Praticar a escuta qualificada em eventuais denúncias de assédio, com orientações claras acerca dos elementos probatórios necessários para seu encaminhamento;
VII – Reparar quem foi submetido ao comportamento inadequado proporcionalmente aos danos sofridos;
VIII – Responsabilizar adequadamente quem praticou as condutas inapropriadas, após o devido processo disciplinar, respeitado o contraditório e a ampla defesa;
IX – Remediar e restaurar o ambiente de trabalho diante de casos de assédio moral e sexual;
X – Aprimorar e expandir as práticas de análise do clima organizacional;
XI – Promover a centralização de informações para elaboração de medidas preventivas efetivas.
§ 1º Consideram-se práticas vexatórias, ultrajantes e humilhantes que levam à configuração de assédio moral as seguintes condutas: xingamentos; imputação de apelidos jocosos; rótulos que depreciem os colaboradores, que os qualifiquem como incapazes ou incompetentes e congêneres; perseguições por motivos políticos, religiosos ou quaisquer outros motivos ilegítimos; não atribuir tarefas, funções ou esvaziar as competências ou atribuições dos colaboradores; transferir colaboradores para local diverso da prestação de serviços por motivo de retaliação ou perseguição; qualquer forma de humilhação, perseguição e/ou exposição de colaboradores por motivos ilegítimos.
§ 2º Considera-se assédio sexual a conduta descrita no art. 216-A, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro).

CAPÍTULO II
Das ações do Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim

Seção I
Disposições Gerais

Art. 6º As ações do Programa de Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim são desenvolvidas em quatro eixos:
I – Prevenção, que envolve ações educativas, como palestras, treinamentos etc. sobre o assédio em todas as suas formas, que proporcionem conscientização e mudança na cultura organizacional e abordem questões como consentimento, respeito, empatia, bem como a importância de denunciar os casos de assédio para construção de um ambiente laboral saudável e seguro a todos os integrantes da Câmara Municipal de Votorantim.
II – Acolhimento, baseado no cuidado com as pessoas vítimas de assédio, por meio da disponibilização do canal de comunicação descrito no inciso I do art. 8º, aberto e confidencial, para que as vítimas possam relatar suas experiências de forma segura e livre de retaliações, buscar apoio emocional e obter informações sobre os recursos disponíveis para lidar com a violência sofrida.
III – Apuração e responsabilização, mediante o devido encaminhamento às instâncias competentes para conhecer da denúncia e promover a adequada investigação dos fatos relatados e a correspondente responsabilização do agressor, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
IV – Monitoramento, através de pesquisas e relatórios, para acompanhamento da eficácia das medidas preventivas e repressivas do assédio implementadas na Câmara Municipal de Votorantim, bem como a análise do clima organizacional.

Seção II
Da notícia e dos procedimentos relativos à apuração das denúncias de assédio moral e/ou sexual

Art. 7º Qualquer pessoa que se sinta vítima ou tenha conhecimento acerca da prática de condutas que possam configurar assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho poderá encaminhar notícia desses atos:
I – à Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual, através do e-mail acolhimento@votorantim.sp.leg.br ou presencialmente;
II – à Ouvidoria da Câmara Municipal de Votorantim, que encaminhará a notícia à Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual.
Parágrafo único. As denúncias devem ser relatadas com o máximo de detalhamento e indicar, sempre que possível, elementos de prova.
Art. 8º A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual se reunirá em até 48 (quarenta e oito) horas para discutir os procedimentos e ações para o tratamento da questão, assegurada a confidencialidade do procedimento e a proteção do denunciante.
Art. 9º A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual ouvirá, sempre que possível, as partes envolvidas, em local que as preserve.
Parágrafo único. Durante sua entrevista, as partes envolvidas poderão ser acompanhadas de pessoa da sua confiança, inclusive por sindicato da categoria profissional ou advogado, assim como, apresentar elementos probatórios que versem sobre os atos de assédio.
Art. 10 A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual encaminhará ao superior hierárquico das partes envolvidas recomendação de ações

para resolução do assédio e/ou a adoção de medidas preventivas a respeito, evitando o agravamento da situação narrada e preservando os envolvidos em sua identidade e integridade física e moral.
Art. 11 Estando os interessados de comum acordo, poderá ser realizada a composição do conflito, que deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após a concordância das partes.
Parágrafo único. Os compromissos assumidos na composição do conflito deverão ser firmados por escrito e registrados em ata.
Art. 12 Não sendo possível a solução consensual da situação noticiada, as partes envolvidas deverão ser consultadas sobre o interesse em dar continuidade ao procedimento na instância competente.
§1º Caso as partes envolvidas desejem dar continuidade ao procedimento, a equipe de acolhimento fará análise prévia, na qual verificará se a notícia possui elementos mínimos de autoria e materialidade necessários para a instauração de procedimento investigativo ou de responsabilização.
§2º Quando entender pela necessidade de informação ou prova adicional, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual poderá solicitar complementação da denúncia.
§3º Verificado, em análise prévia, que a denúncia apresenta elementos mínimos de materialidade e autoria, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual fará relatório circunstanciado da questão para instauração do devido procedimento apuratório, que observará o rito descrito na Lei Municipal nº 1.090, de 28 de dezembro de 1993 e na Resolução da Câmara Municipal de Votorantim nº 02, de 03 de abril de 2012, conforme o caso.
§4º A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), para concluir as apurações e encaminhar as conclusões, conforme os procedimentos definidos no § 3º.
§5º A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual, observado o sigilo das informações, acompanhará a tramitação do procedimento até sua conclusão e dará ciência ao Ministério Público do Trabalho.
Art. 13 A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual deverá representar aos órgãos disciplinares a ocorrência de quaisquer formas de retaliações àquele que, de boa fé, busque os canais de apuração para relatar eventuais práticas de assédio no âmbito da Câmara Municipal de Votorantim.
Art. 14 Durante todo o processo, os elementos de identificação do denunciante e o conteúdo da denúncia são de acesso restrito, nos termos do Decreto Federal nº 10.153, de 03 de dezembro de 2019, sendo acessados apenas por pessoas com necessidade de dela conhecer.
Art. 15 As ações educativas e de monitoramento serão realizadas no âmbito do Programa Permanente de Comunicação Interna RECO constante do Anexo I desta Resolução.

Seção III
Do órgão responsável pela implementação do Programa

Art. 16 Caberá à Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim executar as ações compreendidas no Programa instituído por esta Resolução.
Parágrafo único. A Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim será composta pelo Ouvidor e mais dois servidores efetivos designados pela Mesa Diretora e terá mandato de dois anos.
Art. 17 Os trabalhos na Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual serão considerados prestação de relevante serviço público e constarão dos assentamentos funcionais dos seus membros.

CAPÍTULO III
Disposições Finais

Art. 18 No prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Resolução, a Mesa Diretora promoverá a constituição da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual da Câmara Municipal de Votorantim.
Art. 19 As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas em orçamento.
Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 10 de fevereiro de 2026.
RODRIGO DE MELO KRIGUER
Presidente

Publicada na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal, na data supra.
ADEMIR APARECIDO BUFALARI
Diretor Legislativo

ANEXO I
CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

Plano de ação de Comunicação Interna

Programa Permanente de Comunicação Interna
RECO

1. Diagnóstico
A Câmara Municipal de Votorantim ficou durante anos sem uma comunicação interna oficial e principalmente, uma comunicação interna com alcance efetivo a todas as pontas essenciais nos processos internos.
Além da falta de senso de pertencimento, a falta de comunicação oficial consistente alimenta a "rádio peão", os boatos de corredor, que ao invés de informar e "comunicar", acabam se tornando um estopim para possíveis ruídos e mal entendidos entre setores e servidores.
O clima interno, por conta das questões políticas, acaba inevitavelmente, se tornando um pouco competitivo, o que acaba tornando as relações internas um tanto tensas. Além disso, diariamente vemos a clara falta de consciência de algumas pessoas quanto ao trabalho dos profissionais da equipe de limpeza com descaso na utilização dos banheiros e da copa, gerando situações desagradáveis para esses profissionais terceirizados.
A comprovação de que a Comunicação Interna quando trabalhada de forma séria e sistemática, fortalece o espírito de equipe de qualquer organização. Aqui, a cultura tem seus setores atuando como pequenos feudos onde cada um faz o seu trabalho sem muita consciência sobre o trabalho dos demais setores. Existem casos em que muitos servidores nem sabem quem são os funcionários de outros setores, principalmente estagiários, uma vez que o *turn-over* desses profissionais é bastante elevado.
Outro ponto relevante é o fato de que os conceitos estratégicos que conferem identidade à instituição - missão, visão e valores – foram pouco trabalhados com os servidores e por isso, não são "vividos" no dia a dia de trabalho como direcionamento ou adaptados e fortalecidos em seus setores.
Em 2023 iniciamos um ciclo de palestras e atividades relacionadas à saúde física e mental dos colaboradores o que gerou um bom engajamento da maioria dos servidores. A realização de pequenos eventos de confraternização como forma de incentivar tanto a convivência entre setores e servidores, quanto para promover momentos de reflexão sobre si mesmos e sobre a forma de tratamento aos colegas também foi bem aceita pela maioria dos servidores. Um evento que fez sucesso entre as pessoas foi o Dia da Gentileza, data em que todos os profissionais: efetivos, estagiários, terceirizados, comissionados tiveram a oportunidade de enviar bilhetes, anônimos ou não, com elogios e palavras de gentileza para os colegas.
Como forma de entender a recepção das ações realizadas, foi realizada ao final do ano de 2023 uma pesquisa (respostas anexas) com os servidores. A adesão ao preenchimento do questionário ficou dentro do esperado, tendo em vista que temos internamente, os servidores que não participam de nenhuma ação realizada com o intuito de integração.
De qualquer forma, o resultado mostrou que os funcionários sentem falta de palestras, *workshops* e demais eventos que tragam informações e conhecimentos sobre cuidados com a saúde física e mental, além de momentos nos quais possam confraternizar.
Sabemos que esses eventos não mudam caráter, personalidade etc. porém, com o tempo, ao notar a mudança de comportamento dos demais colegas a pessoa entende que ela também precisa mudar para se adaptar e pertencer a um grupo.
Por isso, cabe salientar que as propostas aqui apresentadas para efetivamente mostrarem algum resultado requerem manutenção e constância, pois mudança de comportamento leva tempo e precisa de constante lembrança.

2. Metas e Objetivos
São as metas e objetivos de comunicação interna que vão nortear a criação das ações para a estratégia.
Objetivos:

- **Melhorar a interação entre setores e servidores**

Este é um objetivo de longuíssimo prazo, uma vez que empatia não é algo que se ensina e principalmente, mudança de comportamento leva tempo, precisa de continuidade e consistência. Sendo assim, esse é um objetivo permanente - criar um clima mais harmonioso e menos "tenso".
Uma organização que promove de forma sistêmica a visão holística do funcionamento dos seus processos mantém os funcionários bem informados e incentiva a integração e a comunicação flui bem. Isso, sem dúvida, torna o clima mais leve e mais agradável para se trabalhar.

- **Diminuir reclamações quanto à manutenção e limpeza dos espaços de uso coletivo**

Conduzir as pessoas a tomarem consciência sobre a importância do trabalho alheio, compreender que todos somos responsáveis pelos espaços coletivos é também um processo que requer trabalho contínuo e consistente.

- **Amenizar a disseminação de informações falsas**

Temos aqui uma famosa rádio peão, ou a famosa fofoca, que **prejudica qualquer ambiente de trabalho, que** fica totalmente envenenado por falsas informações.
No entanto, essas atitudes só acontecem quando a comunicação interna não é clara e eficiente, ou seja, se as informações não chegam aos colaboradores antes de sair no jornal, por exemplo. Isso abre margem para suposições erradas, gera situações desnecessárias e até mesmo problemas pessoais entre os servidores. Portanto, é preciso informar e realizar uma comunicação efetiva.

3. Sugestão de Programas e Ações
Programa de Comunicação Interna Permanente RECO
Este será um programa de comunicação interna de caráter permanente que visa incentivar a criação de novos hábitos de convivência entre os servidores da Câmara Municipal de Votorantim.
Respeito
Incentivo constante ao respeito: ao trabalho do colega, ao meio-ambiente, ao dinheiro público e ao munícipe que é o motivo maior do nosso trabalho aqui
Empatia
Representa a capacidade das pessoas compreenderem umas às outras no ambiente de trabalho, considerando as opiniões, pontos de vista divergentes e as emoções e até estado mental dos colegas de trabalho. Quando os servidores desenvolvem a empatia, criam relações mais sólidas e saudáveis entre si. Isso fortalece a coesão das equipes e contribui para a criação de um clima organizacional positivo.
Consciência – Comunicação e Cooperação
O termo tomar Consciência significa "acordar" e estar consciente diante de tudo o que acontece dentro e fora de si. Dentro do ambiente de trabalho, é a capacidade de enxergar como eu reajo ao ambiente – ao reconhecer as suas emoções em determinadas situações consigo gerenciar melhor minha comunicação e trabalhar de forma mais cooperativa. Com isso eu consigo entender que o ambiente ao meu redor é um reflexo de mim mesmo. A princípio o conceito parece distante, mas com exercícios diários e constantes essa consciência pode ser desperta, contribuindo para um ambiente e trabalho mais saudável e equilibrado para todos.
Organização
A organização de trabalho se refere ao **planejamento e orientação de como executar as tarefas** que incluem: qual a estrutura, ferramentas e tecnologias que serão necessárias, os processos e mão de obra envolvida, o gerenciamento de tempo e acompanhamento das atividades e principalmente, entendimento dos processos internos e como colocá-los em prática de forma consciente e empática com os demais colegas. Organização faz a sinergia de trabalho fluir de forma mais harmoniosa e sem refações ou ruídos.
O trabalho constante e metódico desses conceitos tem como intuito gravar na mente dos servidores o que chamamos de gatilhos do bem, ou seja, ao visualizar o logo do programa RECO, a pessoa imediatamente irá ligar a algum hábito "bom".
A ideia é distribuir pela Câmara pequenos lembretes, com linguagem de fácil entendimento, rápida e divertida sobre como suas atitudes podem mudar o ambiente.
Ex.: Ao lado dos porta-copos
Pra você é só um copo: para o planeta é mais plástico para decompor e para os cofres públicos, mais gasto!
Prefira sua própria caneca ou sua garrafinha de água!

4. Como colocar em prática
Vivemos em um ambiente altamente fluido e por isso, é mais seguro que a cada mês, a Direção Administrativa juntamente com a RP definam os assuntos que serão tratados naquele período e quais ações devem e podem ser realizadas, quais as datas etc. Desta forma, todas as ações conseguem ser mais focadas e mais efetivas.
É importante ressaltar que, após cada ação será enviado aos funcionários participantes um formulário para termos uma aferição de satisfação em relação ao evento, entendimento da proposta e assimilação do assunto.
Seguem algumas sugestões de ações a serem realizadas ao longo do ano.

- **Formação de líderes–comunicadores**

Nem sempre os servidores indicados aos cargos de coordenação tem conhecimentos sobre técnicas de liderança e comunicação não violenta, por isso, antes de iniciarmos o processo com todos os servidores, a ideia é capacitar de forma muito tranquila e despretensiosa os coordenadores para depois iniciarmos o trabalho com os demais servidores.

- **Aniversariantes do mês**

Na pesquisa realizada com funcionários, esta foi uma das ações mais solicitadas. A ideia de comemorar todos os aniversários juntos é uma ideia que agrada grande parte dos servidores.

- **Confraternização sazonal**

A realização das festas sazonais com a participação coletiva
(cada um traz o seu prato) e "brincadeiras" integrativas são uma válvula de escape em um ambiente muitas vezes competitivo, tenso e com situações de crise. Criar o hábito de comemorar Festa Junina, Dia da Gentileza etc., incentiva o funcionário a se aproximar de colegas com os quais muitas vezes não tem muito contato. Deixa o clima mais leve.

- **Jornada de Saúde**

As palestras sobre saúde física e mental foram os eventos de maior sucesso, com grande participação da equipe. O intuito é tornar essa jornada um hábito, com o intuito de incentivar o autocuidado e alertar para a necessidade do cuidado com as emoções, e tratar temas como *burn out*, depressão, ansiedade etc., doenças que, infelizmente têm se tornado comum na corrida diária de cada um. Essa Jornada visa, claramente, a diminuição do absenteísmo, ou afastamento de servidores por questões de saúde, além de melhorar a produtividade e a convivência: pessoas felizes convivem melhor em grupo.

- **Ativação da Escola do Legislativo**

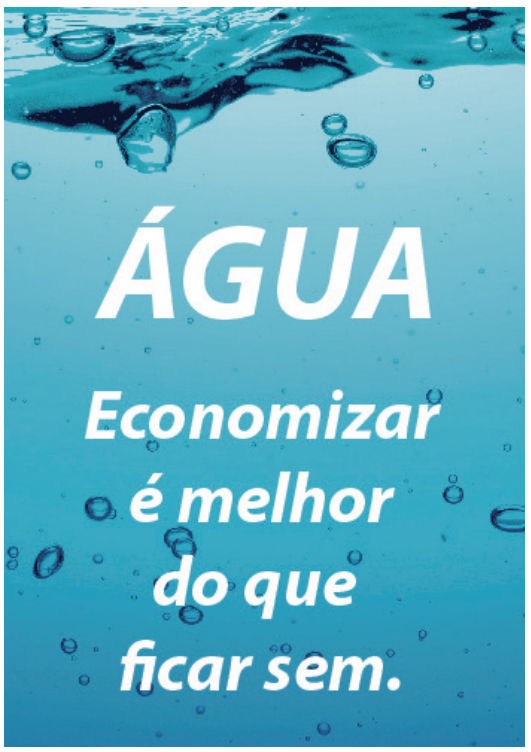
Em um primeiro momento, a ideia é inaugurar a escola apenas com cursos de aperfeiçoamento pessoal e profissional da equipe – para melhoria no atendimento ao munícipe; para melhoria na organização dos processos de trabalho; para entendimento e efetiva utilização da comunicação não violenta no ambiente de trabalho; para aperfeiçoamento dos seus conhecimentos técnicos etc. Incentivar o crescimento profissional do funcionário é uma forma de mostrar que ele é importante para a instituição.

- **Cartilha e palestra de boas-vindas para novos vereadores/assessores/ estagiários na nova Legislatura**

Essa ação tem como intenção principal unir os setores para que cada um coloque os pontos que consideram importantes serem clarificados para os novos colegas que chegarão. Com isso, todos passam a entender a importância do trabalho e dos esforços de cada setor no andamento diário do Legislativo.

5. Meios de comunicação
De acordo com a pesquisa, o meio mais fácil de comunicar com os servidores é por meio do aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Sendo assim, seguiremos utilizando os grupos criados anteriormente como forma de facilitar esta comunicação.
Porém, como este é um meio de comunicação pessoal e não institucional, devemos utilizar também, outros canais e estratégias para facilitar a troca de informações dentro da instituição.
E-mails corporativos: envio de *e-mails* para toda a equipe ou departamentos específicos, comunicando informações importantes, atualizações, eventos, conquistas e outras notícias relevantes.
Intranet: uma plataforma *online* interna que serve como um portal central para compartilhamento de informações. Pode incluir notícias da empresa, documentos importantes, diretórios de funcionários e fóruns de discussão.
Boletins internos: preferencialmente eletrônicos que contêm atualizações sobre a Câmara, mensagens da liderança, reconhecimento de funcionários, e outras informações relevantes.
Mural: nosso mural está pronto, só precisamos efetivamente alimentá-lo com o conteúdo já votado em pesquisa e permitindo que os funcionários compartilhem informações, colaborem e se envolvam.
Eventos corporativos: como conferências, seminários, festas e *workshops*, que promovem a interação entre os funcionários e que facilitam a comunicação sobre iniciativas importantes.
Pesquisas de opinião e *feedback*: sobre temas como satisfação no trabalho, ambiente de trabalho e sugestões de melhoria.
Programas de reconhecimento: premiam o desempenho excepcional dos funcionários, incentivando uma cultura de reconhecimento e apreciação.
Cartazes e *displays*: como não temos mais a televisão do saguão, ou telas digitais para exibir informações importantes, faremos cartazes impressos no setor com metas, desafios, resultados e mensagens motivacionais e também campanhas internas e sazonais.
Reuniões e encontros: esta ainda segue sendo a melhor "rede social" para assimilação de conhecimento e integração.
A cada mês podemos escolher a combinação desses métodos conforme a necessidade, assim como, os indicadores de sucesso para cada ação.

6. Indicadores de sucesso
Para avaliar a eficácia de um plano ou qualquer ação de comunicação interna, é importante mensurar o desempenho por meio de indicadores específicos. Esses indicadores ajudam a determinar se os objetivos estão sendo alcançados e permitem ajustes para otimizar a estratégia.
Aqui estão alguns indicadores chave de desempenho (KPIs) que podem ser utilizados para avaliar um plano de comunicação interna:
Taxa de engajamento
Mede o nível de participação dos funcionários nas iniciativas de comunicação. Isso inclui a interação com *e-mails*, participação em eventos, etc.
***Feedback* dos funcionários**
Coleta de *feedback* direto dos funcionários por meio de pesquisas de satisfação, entrevistas ou grupos focais. Perguntas podem abordar a eficácia da comunicação, a compreensão das mensagens e sugestões de melhoria.
Alcance das mensagens
Mede quantos funcionários foram alcançados pelas mensagens de comunicação. Pode incluir o número de visualizações de *e-mails*, participação em eventos e outros indicadores relacionados à disseminação das informações.
Taxa de abertura de *e-mails*
Avalia a porcentagem de funcionários que abriram os *e-mails* enviados. Isso pode indicar a eficácia do título, a relevância do conteúdo e a aceitação geral das mensagens.
Participação em eventos internos
Mede a participação em eventos corporativos, como reuniões, seminários, treinamentos e outras iniciativas presenciais ou virtuais.
Tempo de resposta a mensagens
Avalia quanto tempo os funcionários levam para responder ou agir com base nas mensagens recebidas. Isso pode indicar a urgência ou a relevância percebida das informações.
Taxa de retenção de informações
Mede a capacidade dos funcionários de reter e compreender as informações comunicadas ao longo do tempo. Pode ser avaliado por meio de testes, *quizzes* ou perguntas de acompanhamento.
Impacto nas métricas de desempenho organizacional
É importante analisar se as iniciativas de comunicação interna têm efetivamente impactado nos pontos nevrálgicos que queremos tocar, por exemplo: reduzimos o número de casos de banheiro interditado por falta de higiene do colega?; conseguimos reduzir efetivamente o número de copos descartáveis?; além disso, é possível, e necessário, analisar o impacto nas métricas chave de desempenho organizacional, como produtividade, satisfação do munícipe, satisfação do funcionários com o ambiente, entre outros.
Ao escolher indicadores para um plano de comunicação interna, é importante alinhá-los aos objetivos específicos da organização e aos resultados desejados.
A análise contínua desses indicadores fornece *insights* valiosos para aprimorar a estratégia de comunicação e garantir que ela atenda às necessidades dos funcionários e da empresa como um todo.
Câmara Municipal de Votorantim



SECRETARIA DE CIDADANIA E GERAÇÃO DE RENDA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMPCD – REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025.

Às quatorze horas e dez minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reunidos no polo UAB – Votorantim, os presentes participaram da reunião ordinária do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Votorantim.

A reunião foi aberta pelo Presidente, sr. José Antônio Filho, que deu boas-vindas a todos e solicitou ao Primeiro Secretário, sr. Robson, que fizesse a leitura da Ata anterior para ciência e aprovação. Durante a leitura, chegaram para a reunião, os srs. Jeft e Carlos Amorim.

Lido o documento em questão, foi colocado em votação, sendo aprovado.

O sr. José Antonio informou a todos sobre a necessidade de refazer o documento como sugestão de Lei, a ser encaminhado à Câmara para adequação da lei municipal e que conversou com o presidente do legislativo de Votorantim, sr. Rodrigo Kriguer, sobre o serviço de transporte das pessoas PCD´s no tocante à saúde, e solicitou ao Primeiro Secretário, a leitura do ofício 06/2025, encaminhado à Câmara.

Feita a leitura, o Sr. Carlos Amorim, representante do Presidente da Câmara, usou a palavra para explicar as medidas que a presidência da Casa está tomando quanto à solicitação do Conselho Municipal. A Sra. Regina perguntou se nas emendas impositivas, o valor vem destinado para o que foi escolhido. Situação que o Sr. Carlos Amorim afirmou que sim.

O Sr. José Antônio solicitou ao Primeiro Secretário, a leitura do ofício 07/2025, sobre a necessidade de novos ônibus para o transporte adequado para PCD. A Sra. Roseneide relatou as dificuldade desse tipo de transporte que atende os bairros mais periféricos, como dos Morros e Capoavinha. Fala que foi endossada pelo sr. Jeft, que ainda solicitou que a empresa responsável pelo transporte nessas localidades, aumente a quantidade de horário com o objetivo de diminuir o intervalo de espera. O sr. Carlos comentou que um requerimento nesse sentido foi apresentado na Câmara.

Na sequência, foi lido o ofício 07/2025, encaminhado à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SEMOB), sobre a adequação de acessibilidade da linha de ônibus Jardim Clarice – 3107. O Sr. José Antonio informou que até aquele momento, o questionamento não tinha sido respondido pela SEMOB.

O sr. Jeft sugeriu que fosse criado um “site” do Conselho para que esses documentos ficassem à disposição para consulta e acompanhamento. Assunto que o sr. José Antonio explicou que já foi tratado junto à Administração Municipal, através das Secretarias competentes.

Na sequência, o sr. José Antonio reiterou sobre o documento que deverá ser finalizado pelo Conselho sugerindo alteração da lei, reforçando que a Lei assegure que todas as deficiências sejam representadas. A sra. Lígia se manifestou na questão das vagas que ficarão disponíveis nessa mudança. A sra. Micheli sugeriu, tanto observar a legislação como incluir todas as deficiências.

Após discussão, foi sugerido buscar auxílio jurídico para finalização do documento.

O sr. Jeft se manifestou fazendo um pedido para que todas as secreterias municipais, com seus representantes, participem das reuniões do Conselho, e que essa exigência seja colocada no Regimento. O sr. José Antonio observou que até o presente momento o Conselho não contou com a participação de representantes da entidade Integrar, após a eleição da nova presidência, apesar da entidade estar no grupo de whatsapp e recebendo os comunicados. A sra. Lígia afirmou que fez um comunicado com a Integrar, avisando da reunião.

Após o sr. Jeft fazer ponderações sobre quem é acometido por fibromialgia, a sra. Roseneide defendeu a causa, afirmando que sofre da doença e tem conhecimento das dificuldades que esses pacientes sofrem.

Na sequência, a sra. Denise enalteceu as alterações propostas e perguntou sobre a participação da sociedade civil em relação às vagas no Conselho. O sr. José Antonio explicou que a alteração feita no passado, ofereceu igualdade na formação atual do Conselho, e citou que a forma segue as diretrizes tanto do Estadual como do Federal, em relação aos Conselhos.

A sra. Maris manifestou seu descontentamento com o resultado da eleição da atual presidência do Conselho, quando afirmou que o presidente foi eleito pelo voto da maioria dos integrantes do poder público municipal e não pela sociedade civil e entidades. Após a fala, houve início deliberado de manifetação dos presentes e o sr. José Antonio pediu questão de ordem para cessar o falatório e explicar que a eleição foi legítima e democrática e observou que foi a escolha da maioria, e reforçou que antigamente os Conselhos eram formados sem a participação da sociedade civil, e eram compostos apenas por representantes do poder público e entidades. E reforçou dizendo que, caso haja qualquer descontentamento no resultado da eleição, que se busque os direitos através do judiciário.

O sr. João Pedro observou que esse tipo de discussão só atrapalha os trabalhos do Conselho, pois cada um manifesta opinião sem nenhum fundamento teórico e jurídico.

O sr. Jordan se manifestou reforçando que se houver qualquer descontentamento, que os descontentes aguardem a próxima eleição do Conselho e disputem a maioria dos cargos.

O sr. José Antonio explicou porque aceitou concorrer à presidência do Conselho Municipal, cujo objetivo é o de fortalecer o movimento, elaborar e aprovar um regimento sólido, a criação do Fundo Municipal, e, adiantou, que pretende, com o apoio da maioria, antecipar a eleição da próxima diretoria para o mês de janeiro de 2027, com vistas à realização da Conferência Municipal que deverá ocorrer nesse ano.

A sra. Maria da Conceição se manifestou ao afirmar que qualquer conquista é uma grande realização, e citou a que recentemente presenciou a demarcação de uma vaga destinada para cadeirante num espaço público que muito precisava desse recurso. A sra. Denise solicitou ao Conselho a necessidade de repintura das faixas de travessia de pedestres, e citou a que fica em frente à loja Cristina Presentes.

A sra. Regina pontuou algumas conquistas já conseguidas pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Votorantim. E a sra. Lígia lembrou que a cidade ficou quase 20 (vinte) anos sem a participação ativa do Conselho. E também se manifestou a respeito do acidente ocorrido na praça de eventos Lecy de Campos, em Votorantim, envolvendo uma criança que se machucou num dos aparelhos destinados à PCD.

A sra. Ivete observou que alguns aparelhos destinados à PCD no local foram retirados, e pediu atuação do Conselho para que cobre do poder público a recolocação desses equipamentos. A sra. Michele explicou o que vem ocorrendo em nível nacional com esses tipos de brinquedos nas praças públicas, e a preocupação com o alto índice de acidentes. O sr. José também endossou a preocupação e o risco que esses aparelhos representam às pessoas, sem o acompanhamento e conhecimento de quem utiliza e, principalmente, sem monitoramento, e se comprometeu de enviar ofício à Prefeitura de Votorantim, pedindo informações sobre o que se planeja fazer em relação a esses equipamentos.

Finalizando a reunião, o sr. José Antonio informou que estará encaminhando a proposta de ateração da lei à Procuradora do Município, Carol Barasnevícius para correção e adequação, e que também já conversou com as Secretarias de Cidadania e de Cultura sobre a proposta de realizar dois eventos em 2026, um Fórum Municipal e um Encontro Municipal para discutir ações destinadas à PCD.

A sra. Denise solicitou uma atuação do Conselho no tocante ao terminal urbano e o sr. Jeft solicitou uma agenda de fiscalização junto às escolas do município e unidades de saúde.

Sem mais a tratar e nem a decidir, às 16h o sr. José encerrou a reunião.

Eu, como 1º secretário transcrevo e assino esta ata conjuntamente com o presidente.

José Antônio Filho

Presidente

Robson Cesar Conservane

Primeiro Secretário

EDITAL PARA PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DAPESSOA IDOSA DE VOTORANTIM

PREÂMBULO

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Votorantim, no uso das suas atribuições legais e com base de na Lei Federal nº 10741 de 01 de outubro de 2003 – ESTATUTO DO IDOSO e pela Lei municipal Nº1656 de 12 de Setembro do ano de 2002, alterada pela lei 2945 de 14 de dezembro de 2022, convoca às eleições para a escolha dos representantes da sociedade civil que deverão integrar o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Votorantim para o Biênio **2026/2027**, cuja as normas serão regidas pelo presente edital.

DO PROCESSO ELEITORAL

1. A eleição dos representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Votorantim, biênio 2026/2027, será realizada em **13/04/2026,** na sala de reuniões do Polo UAB de Votorantim, Votorantim/SP, às 13h.

1.1. Nos termos da legislação perntinente, a Secretaria de Cidadania e Geração de Renda em conjunto com o CMPI, oficiara previamente o Ministerio Publico, informando-o sobre todo o processo eleitoral.

1.2. Podem representar a sociedade civil: Os usuários, organizações de usuários, as entidades e organizações que prestem serviços e/ou desenvolvam projetos junto à população idosa do município.

1.3. O CMPI também será composto por 12 (doze) membros, sendo 06 titulares e 06 suplentes, designados pelo (a) prefeito (a) nos termos no art. 2 da Lei 1.656 de 12 de setembro de 2002, com Redação determinada pela lei 1.906 de 05 de outubro de 2006.

2. Da inscrição:

2.1. A entrega da documentação para pedido de inscrição de candidatos para representante da Sociedade Civil pode ser feita pelo próprio candidato, representante legal, ou portador, que deverá ocorrer na sede da Secretaria de Cidadania e Geração de Renda (SECI) situada na Av. Moacir Oséias Guitti, nº51 – Jardim Paraiso, Votorantim/SP, entre os dias 23/02/2026 a 13/03/2026, das 12h15 às 17h.

2.2. Da documentação para inscrição:

Fotocópia de documentos que comprovem a existência da Entidade: estatuto social e/ou Ata de posse da última diretoria. (No caso de entidade).

2.2.1. Requerimento à Comissão Eleitoral assinado pelo representante legal (devidamente empossado) da Entidade solicitando a inscrição como candidata para compor o CMPI para o biênio **2026/2027** (ANEXO I e II).

2.2.2. Fotocópia de documentos pessoais, como RG, Carteira de Habilitação, Passaporte, ou carteira de registro profissional com foto.

2.2.3. No caso de pessoa física, apresentar fotocópia de documentos pessoais, como RG, Carteira de Habilitação, Passaporte, ou carteira de registro profissional com foto e documento que comprove domicílio em Votorantim.

2.2.4. No caso o grupo de idosos deverá apresentar Carta de Intenção, constando as datas e dias que se reunem e suas ações, devidamente assinada por todos os membros.

2.2.5. Cópia autenticada ou original da procuração, outorgando poderes para inscrição e demais efeitos.

2.3. Encerrado o prazo, a Comissão Eleitoral, após análise, publicará o deferimento ou indeferimento de inscrição, abrindo-se prazo para interposição de recurso de 03 (três) dias úteis conforme cronograma Anexo IV.

2.4. Participarão do processo eleitoral, como eleitor, com direito a voz e voto, os membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, usuários e organizações de usuários, as entidades e organizações inscritas e habilitadas.

2.5. Somente poderão votar na eleição dos representantes da Sociedade Civil do CMPI os (as) eleitores (as) previamente inscritos (as) e devidamente habilitados (as) pela Comissão Eleitoral, no período de 23/02 a 13/03, na sede da Secretaria de Cidadania e Geração de Renda (SECI) situada na Av. Moacir Oséias Guitti, nº51 – Jardim Paraiso, Votorantim/SP. Não será permitido o voto de eleitores (as) não inscritos (as) previamente.

2.6. Dos representantes:

2.6.1. As eleições destinam-se à escolha de 12 (doze) representantes da sociedade Civil e entidades, sendo 06 titulares e 06 suplentes, dentre eles:

- 03 (três) representantes da sociedade civil, que integrem grupos organizados da terceira idade e ou idosos residentes em Votorantim;
- 03 (três) suplentes para representação da sociedade civil, que integrem grupos da terceira idade ou idosos residentes em Votorantim;
- 03 (três) representantes de entidades ou associações que se dediquem aos trabalhos com pessoas Idosas (Redação dada pela lei nº2945/2022);
- 03 (três) suplentes para representação de entidades ou associações que se dediquem aos trabalhos as pessoas idosas (Redação dada pela lei nº2945/2022).

3. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidades, protocolizando o pedido até **dois dias úteis** antes do início da inscrição, a ser protocolado na Secretaria de Cidadania e Geração de Renda (SECI) situada na Av. Moacir Oséias Guitti, nº51 – Jardim Paraiso, Votorantim/SP, direcionado a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal da Pessoa Idosa (CMPI).

3.1. O Documento solicitando esclarecimentos ou Impugnação deverá estar acompanho de cópia autenticada do documento de identificação pessoal (RG, Carteira de Habilitação, Passaporte, ou carteira de registro profissional com foto). Cópia autenticada do estatuto social e/ou ata de posseda última diretoria (No caso de entidade).

4. Não poderá se inscrever no presente processo eleitoral o (a) candidato (a) que já tenha exercido 02 (dois) mandatos consecutivos no Conselho Municipal da Pessoa Idosa, incluindo recondeção, totalizando 4 (quatro) anos consecutivos, conforme previsto no Regimento Interno e demais normas aplicáveis.

5. Não havendo número suficiente de candidatos (as) habilitados (as), o processo eleitoral poderá ter o prazo de inscrição prorrogado e/ou ser republicado, a critério da Comissão Eleitoral, até o preenchimento das vagas.

DA COMISSÃO ELEITORAL

6. A comissão eleitoral coordenará os procedimentos eleitorais até a instalação da assembleia deeleição.

6.1. A comissão será composta de 03 (três) integrantes, indicados pelo colegiado do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

6.1.1. A comissão será composta pelos seguintes membros:

I. Francine Mariana Nunes;
II. Kátia Aparecida Guazeli Muniz;
III. Sandra Aparecida Andrade Henrique de Paula.

6.2. Das atribuições da Comissão Eleitoral:

I. Analisar a documentação dos representantes das organizações, postulantes à habilitação;
II. Habilitar as entidades e organizações;
III. Divulgar os representantes ou organizações, habilitadas ou não habilitadas ao processo deeleição;
IV. Analisar possíveis recursos dirigidos ao presidente da Comissão Eleitoral.

DO CREDENCIAMENTO DOS ELEITORES E DOS CANDIDATOS

7. Os participantes do processo eleitoral na qualidade de candidatos e eleitores deverão, através de credenciamento no dia da eleição, apresentar:

7.1. Eleitores: Documento pessoal original (RG, Carteira de Habilitação, Passaporte, ou carteira deregistro profissional com foto).

7.2. Candidatos: Documento pessoal original (RG, Carteira de Habilitação, Passaporte, ou carteira de registro profissional com foto.). Procuração da Entidade assinada pelo Presidente e ou Representante Legal, indicando seu representante legal para tal finalidade.

DA ASSEMBLEIA GERAL

8. **A sessão de eleição será iniciada às 13h do dia 13/04/2026,** na sede na sala de reuniões do Polo UAB de Votorantim, Votorantim/SP, pela coordenação da comissão eleitoral. Após o credenciamento, os candidatos

deverão apresentaros documentos para **habilitação**, conforme segue:

- Procuração da entidade assinada pelo Presidente e ou Representante Legal, indicando seu representante oficial, outorgando direitos a voz, bem como sua condição de candidato à vaga no conselho como representante do segmento;
- Documento pessoal original (RG, Carteira de Habilitação, Passaporte, ou carteira de registro profissional com foto);
- Declaração consignada que tem condições e disponibilidade para participar das reuniões e demais compromissos do Conselho. (ANEXO III)

9. Na assembleia Geral, os eleitores elegerão os 06 (seis) representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes progressivamente, conforme classificação por número de votos, que deverão integrar o Conselho Municipal da Pessoa Idosa. Em caso de empate, tomará posse a pessoa de mais idade.

10. A assembleia seguira nos seguintes atos:

10.1. Instalação da Assembleia pela Secretaria Municipal e o Presidente da CMPI, para:

a) Apresentação dos candidats representantes das organizações habilitadas pela Comissão Eleitoral;
b) Abertura para composição da mesa Coordenadora dos trabalhos do CPMI;
c) Escolha entre os membros da mesa Coordenadora, de um que assumirá a Presidência.

10.2. Apresentada a Mesa Coordenadora a Presidência do CMPI passará a direção dos trabalhos paraque se proceda à:

a) Leitura da ordem do dia, elaborada pela comissão Eleitoral e aprovada previamente pelo CMPI;
b) Votação;
c) Apuração;
d) Leitura e Aprovação da Ata.

11. Cada eleitor credenciado terá direito a indicar até seis candidatos numa única cédula eleitoral

12. Serão considerados eleitos:

- Titulares: os seis primeiros candidatos mais votados;
- Suplentes: os candidatos mais votados após os seis primeiros declarados titulares.

13. Terminada a eleição e apuração, lavrar-se-á a Ata da sessão com o resultado da eleição, recolhendo a assinatura de cada um presente na referida sessão.
13.1. A ata da sessão será publicada no diário oficial do município, abrindo-se prazo de 03 (três) dias para eventuais recursos.
14. Nos termos da legislação pertinente, a Secretaria de Cidadania e Geração de Renda em conjunto com o CMPI, oficiará previamente o Ministério Público, informando-o sobre todo o processo eleitoral.
15. Todos os atos a serem tomados pela Secretaria de Cidadania e Geração de Renda em conjuntocom o CMPI serão publicados no diário oficial do município.
16. Em casos omissos no presente edital e recursos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

ANEXO I
MODELO DE REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO (pessoa fisica)

(Nome completo) ....., CPF n.º....., residente da (Rua/Av.) ..... (Endereço), ... (Cidade/Estado), declara interesse em participar da ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE VOTORANTIM, e que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital, ciente das obrigações, caso declarado (a) eleito (a).

Local e Data

_____

(Assinatura) _____

ANEXO II
MODELO DE REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO (entidade/organização)

(Nome da entidade/organização) ....., CNPJ ..... instalada na (Rua/Av.) ..... (Endereço) ..... (Cidade/Estado), Declara, através do seu representante legal (nome completo) ....., CPF nº ..... residente da (Rua/Av.) ..... (Endereço), ... (Cidade/Estado), interesse em participar da ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE VOTORANTIM, e que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital, ciente das obrigações, caso declarado (a) eleito (a).

Local e Data

_____

(Assinatura)

_____

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO

(Nome completo) ....., CPF n.º ....., residente da (Rua/Av.) ..... (Endereço), ... (Cidade/Estado), declara que tem condições e disponibilidade para participar das reuniões e demais compromissos do Conselho, assumindo ciência de tais responsabilidades outorgada aos membros do CMPI.

Local e Data

_____

(Assinatura)

_____

ANEXO IV

Calendário da Eleição da Sociedade Civil para a gestão do biênio 2026/2027.

DATA	ATIVIDADE
13/02/2026	Publicação do Edital no Diário Oficial do Município.
19/02 e 20/02/2026	Prazo para Protocolar na SECI esclarecimentos ou impugnação do presente edital.
23/02 a 13/03/2026	Período de Inscrições dos Candidatos para Representantes da Sociedade Civil e inscrição para os eleitores.
27/03/2026	Publicação do Deferimento ou Indeferimento das Inscrições dos candidatos a Representantes da Sociedae Civil no Diário Oficial do Município.
30/03, 31/03 e 01/04/2026	Prazo para Interposição de Recursos.
13/04/2026	Eleição dos representantes da sociedade civil que integrarão o CMPI.



APRESENTAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no uso de suas atribuições legais, torna público o Regimento Interno do referido Conselho, aprovado em reunião plenária realizada no dia 03 de fevereiro de 2026, conforme deliberação formal de seus membros.
O presente Regimento Interno dispõe sobre a organização, funcionamento, competências, atribuições e procedimentos do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em consonância com a legislação vigente e com os princípios da participação social, do controle social e da promoção dos direitos das pessoas com deficiência.
A publicação deste Regimento Interno no Diário Oficial do Município tem por finalidade garantir a transparência dos atos administrativos, o acesso à informação e a publicidade oficial das normas que regem o funcionamento do Conselho, passando o mesmo a produzir seus efeitos legais a partir da data de sua publicação.

José Antonio Filho
Presidente CMDPCD- Votorantim

O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, criado pela Lei Municipal n° 1650/2002 e em cumprimento ao disposto no artigo 4ª institui seu regimento interno, dispondo sobre a organização, funcionamento e diretrizes básicas de atuação.
CAPÍTULO I
Das características do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência
Seção I - Dos Objetivos, Princípios e Atribuições.
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de acordo com a Lei Municipal n° 1650, de 27 de junho de 2002, é órgão de caráter permanente, consultivo/deliberativo e fiscalizador das ações políticas voltadas para a promoção, inclusão social e defesa dos direitos da pessoa com deficiência no município de Votorantim, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Cidadania e Geração de Renda.
Parágrafo único. Os assuntos relacionados à administração do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Votorantim referentes à indicação de membros para outros Conselhos, Comitês e Comissões Municipais e/ou mudanças em sua organização, deverão ser encaminhados ao órgão ao qual está vinculado administrativamente para ser publicado no Diário Oficial do Município.
Art. 2º O Conselho atuará de forma autônoma, independente e apartidária, pautando suas deliberações pelo interesse público, na defesa e promoção dos direitos previstos em lei, vedada qualquer forma de instrumentalização político-partidária.
Art 2º-A. As decisões, deliberações, recomendações, pareceres e encaminhamentos do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência caracterizam-se como atos do órgão colegiado, resultantes de manifestação do Pleno, observadas as normas legais e regimentais aplicáveis
Art. 3º. As atribuições do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência estão previstas no artigo 1° da Lei Municipal n° 1650, de 27 de junho de 2002.
Art. 4ª. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é composto por 16 membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes da sociedade civil, representantes de entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social que desenvolvem trabalhos com pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, preferencialmente que atendam a globalidade das deficiências; e do poder público municipal, mantendo paridade entre os segmentos citados no Artigo 3° da Lei Municipal n° 1650, de 27 de junho de 2002.
§ 1º Os suplentes poderão, na presença de seu respectivo titular, participar das reuniões, encontros, fóruns, simpósios e conferências com direito a voz, mas sem direito a voto.
§ 2º. Na ausência ou impedimento temporário dos titulares nas reuniões, encontros, fóruns, simpósios e conferências os seus suplentes presentes terão direito a voz e voto.
§ 3ª. No caso de um suplente assumir, em caráter permanente a titularidade, outro suplente será indicado em seu lugar.
§ 4ª. Os cargos de Presidente e vice-presidente do Conselho Municipal deverão ser ocupados, preferencialmente, por pessoas com deficiência, dentre os titulares.
§ 5º. No caso de haver vacância definitiva (por desistência ou destituição) do cargo de presidente do Conselho Municipal, o vice-presidente assumirá, elegendo-se entre os conselheiros do pleno apenas o cargo de vice-presidente.
Art.6º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência podem propor o envio de correspondências, ofícios e requerimentos reivindicatórios aos órgãos que lhes interessar desde que os submetam previamente à Mesa Diretora, que os submeterá ao Pleno do Conselho para dar os devidos encaminhamentos.
Art.7º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remunerados, por exercer função voluntária de relevante interesse público.
Art.8°. Compete aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no desempenho de suas atribuições:
1 - Comparecer às reuniões;
I - Propor a criação de Grupos de Trabalho e participar dos mesmos, contribuindo com propostas para o equacionamento de questões;
II - Denunciar ao Pleno do Conselho qualquer violação aos Direitos da Pessoa com Deficiência de que tenha conhecimento;
III – Solicitar a votação de matéria em regime de urgência;
V - Exercer outras atividades designadas pela Mesa Diretor ou pelo Pleno do Conselho;
VI - Realizar o estudo e avaliação das matérias e processos apresentados;
VII - Elaborar relatórios das matérias e processos em discussão, proferir a votação e expedir pareceres;
§ 1. No caso do inciso II, o membro deverá solicitar ao denunciante a formalização e o envio das informações para o Conselho (via carta ou e-mail endereçada ao contato oficial do Conselho), ou solicitar o comparecimento deste na reunião ordinária subsequente.
§ 2°. Comparecendo o denunciante na reunião ordinária, o Presidente garantirá o tempo de 05 (cinco) minutos para que sejam colocadas suas razões, podendo ser prorrogados por mais 05 (cinco) minutos, abrindo-se, em seguida, para considerações do pleno.
§ 3ª. Caso a suposta violação aos direitos da pessoa com deficiência esteja ligada a qualquer Organização Social que faça parte do Conselho, o membro que receber a denúncia deverá fazer um relatório e entregá-lo à Mesa Diretora, contendo os dados de contato do denunciante, para posterior retorno das ações sobre a referida denúncia, garantindo o anonimato do denunciante, caso seja essa sua opção.
§ 4º. Na hipótese do parágrafo anterior, o Presidente deverá convocar os membros da Mesa Diretora e o representante da entidade violadora para uma reunião extraordinária, onde será gerado um relatório, que será mantido em arquivo e em sigilo.
§ 5 ° As medidas assumidas e/ou as respostas do membro representante da entidade violadora serão colocadas em ata e comunicadas ao Pleno do Conselho na reunião ordinária subsequente, desde que a denúncia não gere a exposição indevida da entidade.
§ 6°. Caso as denúncias sejam graves e exponham indevidamente a entidade violadora, o relatório da reunião extraordinária não será lido na reunião ordinária subsequente, devendo permanecer com o Presidente, que limita o seu acesso aos conselheiros titulares.
§ 7º.O recebimento, a análise preliminar e o encaminhamento de denúncias não constituem juízo de mérito por parte do Presidente ou da Mesa Diretora, competindo exclusivamente ao Pleno deliberar sobre providências a serem adotadas.
CAPÍTULO II
Seção I - Dos Orgãos Internos do Conselho.
Art. 9º. Os Orgãos Internos do Conselho Municipal são os seguintes: I - Pleno do Conselho
I - Mesa Diretora
II - Comissões Temáticas IV - Grupos de Trabalho
Seção I - Da Mesa Diretora
Subseção I - Da Composição da Mesa Diretora
Art. 10ª. A Mesa Diretora do Conselho Municipal é composta por: I - Presidente
II - Vice-Presidente
III – Primeiro (a) secretário (a);
IV – Segundo (a) secretário (a);
Art. 11º. Na ausência ou impedimento temporário do presidente nas reuniões e eventos públicos, serão sucessivamente chamados ao exercício da função o vice-presidente, na impossibilidade do mesmo atender, convoca-se o primeiro secretário e/ou se necessário o segundo secretário. Em último caso, a Mesa Diretora poderá delegar um dos Conselheiros titulares para essa função.
Art. 12º. Em caso da vacância definitiva (desistência ou destituição) de qualquer um dos membros da Mesa Diretora, a vaga será preenchida, o mais breve possível, por eleição interna do Pleno do Conselho.
Art. 13. O membro da Mesa Diretora poderá licenciar-se da função, devendo fazê-lo por intermédio de solicitação, via ofício, e especificando os motivos e o período, não podendo tal licença ultrapassar 90 (noventa) dias, contados da solicitação, prorrogável por uma única vez e mediante motivação justa, por mais 30 (trinta) dias.
Parágrafo Único. Findos os dois períodos sem o retorno, o membro da Mesa Diretora será destituído da função, mas, poderá permanecer no Conselho como membro, desde que cumpra com seus demais deveres.
Art. 14. A Mesa Diretora indicará representantes do Conselho, aos Conselhos, Comissões ou comitês nos quais a sua representação seja solicitada.
Subseção I - Da Competência dos Membros da Mesa Diretora

Art. 15. Compete ao Presidente:
I- Convocar e coordenar as reuniões do Conselho;
II - Representar-se ou indicar o seu representante para os atos públicos;
III - Formular, juntamente com o primeiro secretário, a pauta e os assuntos a serem tratados nas reuniões e encontros;
IV - Formular um calendário anual e estabelecer as prioridades referentes aos assuntos de interesse do Conselho, submetendo-o à aprovação do Pleno;
V - Sancionar, juntamente com o primeiro secretário, todas as resoluções aprovadas pelo Pleno do Conselho.
VI - Oficiar à Secretaria Municipal de Cidadania e Geração de Renda a qual está vinculado administrativamente para a eleição em 60 (sessenta) dias antes do término do mandato.
Parágrafo Único – Em situações urgentes e devidamente justificadas, nas quais seja inviável a convocação de reunião extraordinária, o Presidente poderá adotar providências de caráter estritamente administrativo, vedada a prática de atos decisórios de natureza política, normativa ou fiscalizatória, devendo todos os atos praticados ser obrigatoriamente submetidos à apreciação e ratificação do Pleno do Conselho na reunião ordinária imediatamente subsequente, sob pena de nulidade.
Art. 15-A. O Presidente atua como coordenador, representante institucional e executor administrativo das deliberações do Pleno, sendo-lhe vedada a prática de atos decisórios de natureza política, normativa ou fiscalizatória de forma individual.
Art. 16. Compete ao vice-presidente
I - Substituir o presidente em casos de ausências ou impedimentos temporários; II - Comparecer às reuniões e encontros do Conselho, auxiliando e opinando sobre os assuntos tratados.
Art. 17. Compete ao primeiro secretário:
I - Manter sob sua guarda e responsabilidade todos os documentos, correspondências, atas, livros e e-mail's pertencentes ao Conselho;
II - Redigir a ata das reuniões que o Conselho realizar ou participar;
III - Assessorar o presidente nas reuniões e encontros;
IV - Trabalhar em conjunto com o segundo secretário.
Art. 18. Compete ao segundo secretário:
1 - Substituir o primeiro secretário nas ausências e impedimentos temporários; II - Assessorar o primeiro secretário em suas funções
III - Acompanhar todo o trabalho da Mesa Diretora.
Subseção III - Das Reuniões da Mesa Diretora do Conselho
Art. 19. A Mesa Diretora do Conselho reunir-se-á de acordo com as suas necessidades e com o calendário elaborado por seus membros.
§ 1ª A Mesa Diretora poderá realizar reuniões extraordinárias de acordo com as suas necessidades, sempre comunicando o fato aos demais membros do Pleno do Conselho.
§ 2ª A pauta da reunião extraordinária mencionará o motivo de sua convocação divulgada com antecedência de dois dias(48 horas) de sua realização.
Seção III - Da eleição da Mesa Diretora
Art. 20. A Mesa Diretora será eleita na primeira reunião extraordinária, convocada para esta finalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a nomeação dos conselheiros, devidamente publicada em diário oficial.
§ 1ª - A eleição da Mesa Diretora, em sessão presidida pelos representantes da Secretaria Municipal de Cidadania e Geração de Renda, dar-se-á mediante escolha dentre conselheiros eleitos, por voto de maioria simples, para ocuparem os cargos pelo período de 2 (dois) anos. Sendo que os cargos de presidente e vice-presidente devem ser ocupados por conselheiros com deficiência ou representante de pessoa com deficiência.
§ 2° - Os eleitos tomarão posse imediatamente após a proclamação do resultado, na mesma sessão, que lhes será dada pelo Colegiado.
Art. 21. A eleição dos membros da Mesa Diretora dar-se-á por voto aberto ou secreto, conforme deliberação prévia do Pleno do Conselho, devidamente registrada em ata, admitida a eleição por aclamação quando houver candidato único para o cargo ou função a ser preenchida.
Art. 22. A eleição se dará através de cédulas, as quais conterão todas as funções da Mesa Diretora a serem preenchidas, sendo a presença dos membros votantes registradas em lista de presença própria preparada para essa finalidade.
Art. 23. O Pleno do Conselho indicará 02 (dois) membros (não candidatos no processo eleitoral) para a apuração dos votos, homologação da eleição e para dar posse aos eleitos.
Art.24. O mandato dos membros da Mesa Diretora coincidirá com o do Conselho que será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.
Secao IV - Do Conselho
Subseção I- Das Comissões Temática do Conselho
Art. 25. O Conselho contará com Comissões Temáticas Permanentes e Especiais para auxílio na atuação e cumprimento das atribuições do Conselho.
§ 1ª São Comissões Temáticas, cujas atuações serão ininterruptas, os abaixo elencados e afetos às temáticas e ações de:
I - Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
II - Saúde e Assistência Social;
III - Trabalho e Emprego;
IV- Acessibilidade e Transporte; V - Normatização;
§ 2° São Comissões Temáticas Especiais todas aquelas que restarem constituídas pelo Pleno do Conselho para uma finalidade específica, por prazo certo e cujo escopo da atuação não esteja contemplado nos Comissões Temáticas Permanentes, tais como: Comissão Eleitoral (estratégica para a realização do processo eleitoral, ao final do mandato do conselho atual), Comissão da conferência municipal (essencial para a organização municipal)
§ 3ª As Comissões Temática, Permanentes e Especiais, serão compostos de no mínimo, 02 (dois) membros titulares e mais suplentes, com composição máxima de 05 (cinco) membros, tendo sido seus membros definidos no início de cada gestão dentre os quais serão eleitos um Coordenador e um Relator.
§ 4º O Coordenador (a) da Comissão Temática será escolhido, preferencialmente, entre seus membros titulares, e o Relator dentre os demais membros, ambos por votação simples.
§ 5° As Comissões Temáticas Permanentes realizarão o acompanhamento das atividades e das implementações promovidas pelos Órgãos Públicos, Secretarias, Autarquias, Empresas Públicas, Comissões, Conselhos Municipais e pelo Setor Privado que estejam vinculadas aos assuntos de interesse da Pessoa com Deficiência e relacionados com a temática da respectiva Comissão.
§ 6° As reuniões das Comissões Temáticas Permanentes e Especiais poderão ocorrer sem exigência de quórum mínimo, desde que respeitada a composição mínima prevista neste Regimento, sendo vedada a deliberação de matérias de mérito ou a emissão de pareceres conclusivos sem a participação de, no mínimo, 02 (dois) membros titulares.
Art. 26. Funções dos Coordenadores e Relatores de cada Comissão Temática Permanente e Especial:
I- Coordenadores:
-Programar e coordenar as reuniões das Comissões;
-Aprovar e assinar as atas das reuniões das Comissões, Ofícios e outros documentos e afins, juntamente com o Relator;
-Dar eventuais recomendações que surgirem e os encaminhamentos necessários.
II - Relatores:
-Redigir as atas das reuniões da Comissões e demais documentos necessários para seu funcionamento, submetendo-os à aprovação do Coordenador.
Subseção II - Dos Impedimentos dos Conselheiros
Art. 27. O impedimento e/ou a substituição dos membros do Conselho ocorrerão nos seguintes casos:
I - Ausência do membro titular sem justificativa, no curso do ano, por mais de 03 (três) reuniões consecutivas do Conselho ou 05 (cinco) reuniões alternadas;
II - Agressão física ou desacato a qualquer membro do Conselho, a órgãos públicos ou privados;
III - Por solicitação fundamentada do próprio membro ou do órgão/ entidade que o indicou;
IV - Por envolvimento comprovado em corrupção ou crime de qualquer natureza; V- Por utilização do Conselho, de sua estrutura, de suas reuniões, documentos, pareceres, deliberações ou eventos para:
a) fins de propaganda político-partidária ou eleitoral;
b) promoção pessoal de conselheiros, autoridades ou instituições;
c) manifestação de apoio ou oposição a partidos políticos, candidaturas ou coligações.
VI - Por solicitação fundamentada da Mesa Diretora e com a concordância do Pleno do Conselho;
VII - A apuração de eventuais infrações será realizada por comissão específica, designada pelo plenário.
PARAGRAFO ÚNICO - Ressalvada a hipótese do inciso III, o impedimento e a posterior substituição dependerão da aprovação da maioria absoluta do pleno do conselho.
CAPÍTULO III
Da Organização do Conselho
Seção I - Das Reuniões do Conselho
Art. 28. O Conselho fará reuniões ordinárias mensais, e extraordinárias sempre que necessárias, podendo as reuniões Extraordinárias do Conselho serem convocadas a pedido de qualquer dos membros do Conselho, com a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.
§ 1º O membro que entender ser necessária a convocação de reunião extraordinária deverá formular solicitação à Mesa Diretora, que avaliará a relevância do pedido.
§ 2ª. No caso de recusa por parte da Mesa Diretora, o membro interessado deverá formular pedido ao pleno do Conselho, que, por maioria simples, poderá requisitar à Mesa Diretora a convocação para reunião extraordinária.
Art. 29. As reuniões do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência são públicas e poderão contar com a presença de técnicos, representantes de órgãos públicos e privados, entidades da sociedade civil e público em geral, na condição de ouvintes, observado o disposto neste Regimento Interno.
§ 1º O direito à voz e ao voto é privativo dos conselheiros titulares e, na ausência destes, dos respectivos suplentes regularmente designados, nos termos deste Regimento.
§ 2º A manifestação oral de técnicos, convidados ou representantes do público externo não é automática, podendo ocorrer, de forma excepcional:
I – mediante convite formal do Conselho;
II – por deliberação do Plenário; ou
III – em momento específico previamente definido na pauta da reunião.
§ 3º A manifestação autorizada deverá restringir-se ao tema em discussão, respeitar o tempo fixado e observar a ordem dos trabalhos, em consonância com as normas regimentais e as deliberações do Plenário.
§ 4º Compete à Presidência dirigir os trabalhos das reuniões, assegurando o cumprimento deste Regimento Interno e das deliberações colegiadas, vedada a concessão de direito à fala de forma discricionária ou em desacordo com as decisões do Plenário.
Art. 30. As reuniões ordinárias serão declaradas abertas com a presença da maioria simples dos membros titulares (cinquenta por cento mais um), em primeira chamada.
§ 1° Decorridos 30 (trinta) minutos, proceder-se-á à segunda chamada, na qual haverá necessidade de no mínimo um terço dos Conselheiros titulares para abertura dos trabalhos.
§2°. Em caso de deliberação de quaisquer assuntos, o Pleno do Conselho deliberará por maioria simples dos titulares com direito a voto presentes.
Art. 31. Em casos de dúvidas relacionadas à interpretação do presente Regimento Interno ou de assuntos que estiverem sendo discutidos nas reuniões, o membro poderá aduzir questão de ordem, por até 05 (cinco) minutos e sem apartes.
§ 1° Se a questão de ordem levantada não puder ser resolvida de imediato, o presidente prosseguirá com a reunião, caso não haja prejuízo, adiando sua decisão para a reunião seguinte.
§2°. O Presidente poderá delegar a decisão das questões de ordem levantadas e das questões duvidosas para o Pleno do Conselho.
Art. 31-A. As matérias que envolvam interpretação legal, alteração normativa, apuração de denúncias, conflitos institucionais ou riscos jurídicos deverão, sempre que possível, ser submetidas à análise jurídica do órgão ao qual o Conselho está vinculado, por deliberação do Pleno.
Art. 32. As Reuniões se dividirão em expedientes e ordem do dia, obedecendo à ordem dos trabalhos estabelecidos pelo presidente ou por quem estiver presidindo.
Art. 33. O processo de votação será:
1- Nominal;
II - Por voto secreto; III - Por aclamação.
§ 1º O processo de votação adotado não poderá ser modificado após seu início.
§ 2º. Na votação nominal, os membros devem responder "sim", "não" ou "me abstenho"
§3ª. Depois de anunciado o início do processo de votação, não mais será concedida a palavra aos membros.
§ 4. Cada matéria será votada globalmente, salvo emendas ou destaques.
Art. 34. Quando o pleno entender pela necessidade de envio de ofício, se o destinatário do documento possuir representante no Conselho, esse membro ficará incumbido de levar o ofício e de trazer a resposta em até duas reuniões ordinárias.
CAPÍTULO IV – Das Proibições
Art. 35. É vedado aos membros, órgãos internos, entidades representadas ou qualquer pessoa física ou jurídica:
I – Utilizar, reproduzir, modificar ou divulgar os símbolos, logotipos, marcas, selos, brasões, bandeiras ou qualquer elemento de identidade visual que represente o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Votorantim, sem prévia e expressa autorização do Pleno do Conselho;
II – Utilizar o nome, os símbolos ou a imagem do Conselho em materiais, eventos ou publicações de cunho político-partidário, eleitoral, comercial, publicitário, religioso ou pessoal;
III – Realizar manifestações, pronunciamentos públicos ou divulgações em nome do Conselho sem prévia deliberação do Pleno ou autorização da Mesa Diretora; IV – Produzir, distribuir ou publicar documentos oficiais ou ofícios sem aprovação ou ciência da Mesa Diretora;
V – Praticar qualquer ato que comprometa a imagem, a credibilidade ou o funcionamento do Conselho.
§ 1º O uso autorizado dos símbolos do Conselho deverá ser formalizado por meio de ofício ou deliberação registrada em ata, especificando a finalidade, o período e o responsável pelo uso autorizado.
§ 2º O descumprimento das disposições deste artigo poderá ensejar advertência, representação formal ao órgão de vinculação administrativa e, nos casos graves, a destituição do membro infrator, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
CAPÍTULO V – Das Disposições Finais
Art. 36. O Membro Suplente será, em qualquer tempo, o substituto imediato do seu Titular.
Art. 37. O Membro Titular do Poder Público ficará encarregado de informar ao seu Suplente, com a devida antecedência, em caso de faltas às reuniões para as devidas substituições.
Art. 38. Todos os membros do Conselho terão total acesso aos documentos em tramitação no Conselho, exceção feita ao disposto no art. 6°, §6°, deste Regimento.
Art. 39. A Mesa Diretora, através de seu presidente e, na sua ausência, pelo seu substituto, ficará encarregada de divulgar as deliberações do Conselho.
Art. 40. No último mês do exercício de cada ano, o Conselho fará reunião de avaliação de todas as atividades desenvolvidas no exercício em curso, sendo que, no primeiro mês do exercício subsequente, elaborará o plano anual de atuação e o calendário de reuniões.
Art. 41. O presente Regimento Interno só poderá ser alterado mediante deliberação de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros titulares, em sessão especialmente convocada para este fim.
Art. 42. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município.



Serviço Integrado de Informação ao Cidadão (Siic)
Telefone: (15) 3353-8732 WhatsApp (15) 3353-8731
E-mail: siic@votorantim.sp.gov.br

SECRETARIA DE FINANÇAS

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, no uso de suas atribuições legais, comunica a todos que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2025, no dia 25 de fevereiro de 2026 a partir das 10 h, na Câmara Municipal - "Plenário Pedro Augusto Rangel", situado no Boulevard Antônio Festa nº 88, Centro, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000. Votorantim, 12 de fevereiro de 2026 – WEBER MAGANHATO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 106/2026 - DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, V, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que foram notificados a paralisar as atividades por não possuírem IM/CNPJ emitido pela Administração Pública Municipal:

Nº DA NOTIFICAÇÃO	DATA DA NOTIFICAÇÃO	CONTRIBUINTE	I.M.	ATIVIDADE
013/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	M.A.S.	Não tem	Bar e adega
033/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	D.A.P.	Não tem	Bar.
003/2026-FP/DDFT/SEF	06/02/2026	C.O.S.	Não tem	Passeio com carreta da alegria.

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 107/2026 - DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que protocolaram abertura da Inscrição Municipal e paralisaram as atividades.

Nº DA DILIGÊNCIA	DATA DA DILIGÊNCIA	CONTRIBUINTE	I.M.	Nº DO PROCESSO	ATIVIDADE
099/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	G.W.M.	Não tem	517/2025	Atividades de recreação e lazer
100/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	G.W.M.	Não tem	518/2025	Atividades de recreação e lazer
101/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	G.W.M.	Não tem	519/2025	Atividades de recreação e lazer

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 108/2026 - DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que protocolaram abertura da Inscrição Municipal e paralisaram as atividades.

Nº TERMO DE CONSTATAÇÃO	DATA DO TERMO	CONTRIBUINTE	I.M.	Nº DO PROCESSO	ATIVIDADE
099/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	G.W.M.	Não tem	517/2025	Atividades de recreação e lazer
100/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	G.W.M.	Não tem	518/2025	Atividades de recreação e lazer
101/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	G.W.M.	Não tem	519/2025	Atividades de recreação e lazer

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 109/2026-FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/DDFT/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após solicitação via SIIC/CI/OFÍCIO para averiguação da regularidade cadastral, foi constatado que a empresa denunciada possui IM/CNPJ ativo para tal atividade.

Nº DO TERMO DE CONSTATAÇÃO	DATA DO TERMO	CONTRIBUINTE	I.M.	SIIC/O.S./SEI/OF.	ATIVIDADE
096/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	PPI.LTDA.	38.533	Siic_44242_125809	Reciclagem
097/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	L.S.F.	Isento	Siic_40214_130436	Churrasquinho e bebidas

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 110/2026-FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/DDFT/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após solicitação via SIIC/CI/OFÍCIO para averiguação da regularidade cadastral, foi constatado que a empresa denunciada possui IM/CNPJ ativo para tal atividade.

Nº DA DILIGÊNCIA	DATA DA DILIGÊNCIA	CONTRIBUINTE	I.M.	SIIC/O.S./SEI/OF.	ATIVIDADE
096/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	PPI.LTDA.	38.533	Siic_44242_125809	Reciclagem
097/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	L.S.F.	Isento	Siic_40214_130436	Churrasquinho e bebidas

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 111/2026-FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/DDFT/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após solicitação via SIIC/CI/OFÍCIO para averiguação da regularidade cadastral, foi constatado que a empresa denunciada não possui Inscrição Municipal sendo notificados/autuados:

Nº DO TERMO DE CONSTATAÇÃO	DATA DO TERMO	CONTRIBUINTE	I.M.	SIIC/O.S./SEI/OF.	ATIVIDADE
092/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	M.A.S.	Não tem	Siic_44066_151459	Bar e adega
098/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	D.A.P.	Não tem	Siic_40214_130436	Bar

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 112/2026-FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/DDFT/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após solicitação via SIIC/CI/OFÍCIO para averiguação da regularidade cadastral, foi constatado que a empresa denunciada não possui Inscrição Municipal sendo notificados/autuados:

Nº DA DILIGÊNCIA	DATA DA DILIGÊNCIA	CONTRIBUINTE	I.M.	SIIC/O.S./SEI/OF.	ATIVIDADE
092/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	M.A.S.	Não tem	Siic_44066_151459	Bar e adega
098/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	D.A.P.	Não tem	Siic_40214_130436	Bar

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 113/2026-DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após notificados/autuadas **regularizaram** suas atividades através da abertura da Inscrição Municipal/CNPJ.

Nº DO TERMO DE CONSTATAÇÃO	DATA DO TERMO	CONTRIBUINTE	CNPJ/IM.	ATIVIDADE
090/2026-FP/DDFT/SEF	03/02/2026	G.C.S.D.	29.434.607/0001-61	Recargas e manutenção de impressoras.
093/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	FB.L.E.LTDA.	37.798	Aluguel de máquinas e equipamentos.
094/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	V.C.P.A.LTDA.	37.946	Lanchonete

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 114/2026-DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após notificados/autuadas **regularizaram** suas atividades através da abertura da Inscrição Municipal/CNPJ.

Nº DA GILIGÊNCIA	DATA DA DILIGÊNCIA	CONTRIBUINTE	CNPJ/IM.	ATIVIDADE
090/2026-FP/DDFT/SEF	03/02/2026	G.C.S.D.	29.434.607/0001-61	Recargas e manutenção de impressoras.
093/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	FB.L.E.LTDA.	37.798	Aluguel de máquinas e equipamentos.
094/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	V.C.P.A.LTDA.	37.946	Lanchonete

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 115/2026-DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após notificados/autuadas **paralisaram** suas atividades.

Nº DO TERMO DE CONSTATAÇÃO	DATA DO TERMO	CONTRIBUINTE	CNPJ/IM.	ATIVIDADE
095/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	S.A.O.	24.448	Funilaria e pintura

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos

Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 116/2026-DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após notificados/autuadas **paralisaram** suas atividades.

Nº DA DILIGÊNCIA	DATA DA DILIGÊNCIA	CONTRIBUINTE	CNPJ/IM.	ATIVIDADE
095/2026-FP/DDFT/SEF	05/02/2026	S.A.O.	24.448	Funilaria e pintura

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 117/2026-DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após solicitação para averiguação da regularidade fiscal, foi constatado que o local não apresenta características de atividade comercial:

Nº DO TERMO DE CONSTATAÇÃO	DATA DO TERMO	CONTRIBUINTE	SIIC	ATIVIDADE
091/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	D.A.D.	SIIC_44156_120558	Desmanche

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº. 118/2026-DDFT/FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS/SEF.

A Prefeitura Municipal de Votorantim, através da Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária/ Fiscalização de Posturas, com fundamento nos artigos. 154, § 2º, III, e 179, LPM, c/c (por analogia) o art. 308, VI, CTM, informa os estabelecimentos vistoriados abaixo relacionados, que após solicitação para averiguação da regularidade fiscal, foi constatado que o local não apresenta características de atividade comercial:

Nº DA DILIGÊNCIA	DATA DA DILIGÊNCIA	CONTRIBUINTE	SIIC	ATIVIDADE
091/2026-FP/DDFT/SEF	04/02/2026	D.A.D.	SIIC_44156_120558	Desmanche

APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTS. 68 A 82 DA LPM, C/C OS ARTS. 180, 191, 193, 196, 197, 203, 212, 218 E 224 DO CTM, E COM O DEC. Nº. 2725/97.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
FUNCIONÁRIO (A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Gilson Vieira dos Santos
Fiscal de Posturas

Obs.: Fiscalização de Posturas – FP; - Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária – DDFT; Serviço de Fiscalização – SF; Secretaria de Finanças – SEF; Seção de Cadastro Fiscal – SCF; Seção de Cadastro Imobiliário – SCI; Seção de ITBI e Contribuição de Melhoria – SICM; Código Tributário Municipal – CTM (Lei 1602/01 e alterações); Lei de Posturas Municipais – LPM (Lei 1903/06 e alterações); Decreto – Dec.; Prefeitura Municipal de Votorantim – PMV, Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM, Auto de Lacração – AL; Auto de Apreensão – AA; Auto de Vistoria – AV; Termo de Liberação de Bens Apreendidos – TLBA.

EDITAL DE PUBLICAÇÕES N.º 010/2026- FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS/DDFT/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DA SEF/D.D.F.T., FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 308, VI, CTM, INFORMA AOS SUJEITOS PASSIVOS ABAIXO ARROLADOS O QUE SEGUE:

PROCESSO DIGITAL AD Nº: 1471/2025.
ATO: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 010/2026 FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA SECRETARIA DE FINANÇAS
SUJEIÇÃO PASSIVA
PROPRIETÁRIO (A)/TITULAR DA OBRA: W. N. C. DE L.
CPF: 386.436.478-70
PROPRIETÁRIO (A)/TITULAR DA OBRA: L. L. R.
CPF: 434.397.938-50
CONTRIBUINTE – ART. 208, "CAPUT", CTM
RESPONSÁVEL – ART. 149, § 2º, III E IV, CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.02, 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
ENDEREÇO: RUA ANDRÉ DE ZUNEGA, Nº 64 – VILA HORTÊNCIA – SOROCABA/SP - **CEP**: 18020-030
ENGENHEIRO: L. C. G.
CREA: 5070232132
CPF: 454.425.438-88
CONTRIBUINTE – ART. 149, "CAPUT", CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
RESPONSÁVEL - ART. 208, §2º, CTM E ART. 149, § 2º, VIII, CTM
OBS.: AS RESPONSABILIDADES CONSTITUÍDAS ATRAVÉS DESTA NOTIFICAÇÃO SÃO SOLIDÁRIAS E EM RELAÇÃO A TODOS OS SUJEITOS PASSIVOS ACIMA ELENCADOS, NOS TERMOS DO ART. 124, I, II, CTN.
IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL N.º 134245501020000010
ASSUNTO: LANÇAMENTO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇOS PÚBLICOS DECORRENTES DA APRESENTAÇÃO DE PROJETO E PEDIDO DE CONCESSÃO DE LICENÇA E EMISSÃO DE ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA N.º 134245501020000010, SITUADO RUA EDMIR DOS SANTOS GONÇALVES, S/N - QUADRA 16 - LOTE 28 – VIVALEGRO - VOTORANTIM/SP, REGISTRADO NA MATRÍCULA 29.904 NO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VOTORANTIM, ESTADO DE SÃO PAULO, SUBMETIDO À ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 1471-25-VOT.
DADOS UTILIZADOS PARA O LANÇAMENTO:
LOCAL DA OBRA: RUA EDMIR DOS SANTOS GONÇALVES, S/N - QUADRA 16 - LOTE 28 – VIVALEGRO - VOTORANTIM/SP
ÁREA DO TERRENO: 175,00 M²
ÁREA A CONSTRUIR: 73,56 M²
TESTADA: 7,00 ML
FICAM VOSSAS SENHORIAS NOTIFICADOS A RECOLHER O MONTANTE DE **R$ 995,30 (NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS)**. O VALOR EXIGIDO REFERE-SE AOS TRIBUTOS E PREÇOS ABAIXO DESCRITOS, CONFORME SEGUE DEMONSTRADO:

Descrição		Base Legal	Valor em Reais
Tributo	ISS de Construção Civil	Art.152, § 8º, I, Tabela A do CTM (Residencial) Base de Cálculo = R$ 12.710,03 Alíquota 5%	R$ 635,50
	ISS de Engenharia (Projeto)	Art.152, § 11 do CTM (Residencial) Base de Cálculo = R$ 1.805,81 Alíquota 5%	R$ 90,29
	Taxa de Fiscalização, Licença e Execução de Obra Civil e Similares	Art.211 - item 01 - "a" do CTM (Edifícios e Prédios Residenciais)	R$ 112,16
Preço Público	Alinhamento	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela IV - item 01	R$ 89,53
	Alvará	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.4	R$ 33,91
	Numeração Predial	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.2	R$ 33,91
Valor Total			**R$ 995,30**

PROCESSO DIGITAL AD Nº: 1454/2025.
ATO: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 015/2026 FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA SECRETARIA DE FINANÇAS
SUJEIÇÃO PASSIVA
PROPRIETÁRIO (A): V. H. S. T. 1 LTDA
CNPJ: 39.743.093/0001-80
PROPRIETÁRIO (A): R. F. E. I. S.A.
CNPJ: 41.131.740/0001-44
RESPONSÁVEL – ART. 149, § 2º, III E IV EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.02, 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144 E ART. 208, § 3º, CTM
POSSUIDOR (A)/TITULAR DA OBRA: P. DE S. M.
CPF: 265.997.958-89
POSSUIDOR (A)/TITULAR DA OBRA: F. L. DE S. M.
CPF: 273.715.798-60
CONTRIBUINTE – ART. 208, "CAPUT", CTM
RESPONSÁVEL – ART. 149, § 2º, III E IV, CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.02, 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
ENDEREÇO: RUA ANTÔNIO PEREIRA LAMEU, 448, AQUARIUS, ARAÇOIABA DA SERRA/SP **CEP**: 18193-140
ARQUITETO (A): R. B. C.
CAU: A588890
CPF: 277.370.888-14
CONTRIBUINTE – ART. 149, "CAPUT", CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
RESPONSÁVEL - ART. 208, §2º, CTM E ART. 149, § 2º, VIII, CTM
OBS.: AS RESPONSABILIDADES CONSTITUÍDAS ATRAVÉS DESTA NOTIFICAÇÃO SÃO SOLIDÁRIAS E EM RELAÇÃO A TODOS OS SUJEITOS PASSIVOS ACIMA ELENCADOS, NOS TERMOS DO ART. 124, I, II, CTN.
IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL N° 134522802680000030
ASSUNTO: LANÇAMENTO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇOS PÚBLICOS DECORRENTES DA APRESENTAÇÃO DE PROJETO E PEDIDO DE CONCESSÃO DE LICENÇA E EMISSÃO DE ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO DE RESIDÊNCIA DO IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA N.º 134522802680000030, SITUADO NA RUA ISAIAS XIMENES DIAS, QUADRA 22, LOTE 09, VIVALEGRO, VOTORANTIM/SP, REGISTRADO NA MATRÍCULA 30.056 NO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VOTORANTIM, SUBMETIDO À ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO DIGITAL AD Nº 1454/2025.

DADOS UTILIZADOS PARA O LANÇAMENTO:
LOCAL DA OBRA: RUA ISAIAS XIMENES DIAS, QUADRA 22, LOTE 09, VIVALEGRO, VOTORANTIM/SP.
ÁREA DO TERRENO: 280,96 M²
ÁREA A CONSTRUIR: 108,44 M²
TESTADA: 10,81 ML
FICAM VOSSAS SENHORIAS NOTIFICADOS A RECOLHER O MONTANTE DE **R$ 1.636,57 (MIL, SEISCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)**. O VALOR EXIGIDO REFERE-SE AOS TRIBUTOS E PREÇOS ABAIXO DESCRITOS, CONFORME SEGUE DEMONSTRADO:

Descrição		Base Legal	Valor em Reais
Tributo	ISS de Construção Civil	Art.152, § 8º, I, Tabela A do CTM (Residencial) Base de Cálculo = R$ 22.640,86 Alíquota 5%	R$ 1.132,04
	ISS de Engenharia (Projeto)	Art.152, § 11 do CTM (Residencial) Base de Cálculo = R$ 2.662,08 Alíquota 5%	R$ 133,10
	Taxa de Fiscalização, Licença e Execução de Obra Civil e Similares	Art.211 - item 01 - "a" do CTM (Edifícios e Prédios Residenciais)	R$ 165,35
Preço Público	Alinhamento	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela IV - item 01	R$ 138,25
	Alvará	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.4	R$ 33,91
	Numeração Predial	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.2	R$ 33,91
Valor Total			**R$ 1.636,57**

PROCESSO DIGITAL AD Nº: 1418/2025.
ATO: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 016/2026 FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA SECRETARIA DE FINANÇAS
SUJEIÇÃO PASSIVA
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: D. M. DE A.
CPF: 037.423.997-56
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: J. C. M. G. DE A.
CPF: 080.509.407-56
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: C. E. A.
CPF: 288.279.448-77
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: J. T. A.
CPF: 216.586.428-30
CONTRIBUINTE – ART. 208, "CAPUT", CTM
RESPONSÁVEL – ART. 149, § 2º, III E IV, CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.02, 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
ENDEREÇO: RUA JOSÉ PEDRO LUZ NETTO, 142, LOTE A12-34, VILA DOS INGLEZES, SOROCABA/SP
CEP: 18051-864
ARQUITETO: R. R. L.
CAU: A39857-8
CPF: 295.692.198-31
ENGENHEIRO: H. R. C.
CREA: 5060125870
CPF: 139.015.608-74
CONTRIBUINTE – ART. 149, "CAPUT", CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
RESPONSÁVEL - ART. 208, §2º, CTM E ART. 149, § 2º, VIII, CTM
OBS.: AS RESPONSABILIDADES CONSTITUÍDAS ATRAVÉS DESTA NOTIFICAÇÃO SÃO SOLIDÁRIAS E EM RELAÇÃO A TODOS OS SUJEITOS PASSIVOS ACIMA ELENCADOS, NOS TERMOS DO ART. 124, I, II, CTN.
IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL N.° 133341001780000020
ASSUNTO: LANÇAMENTO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇOS PÚBLICOS DECORRENTES DA APRESENTAÇÃO DE PROJETO E PEDIDO DE CONCESSÃO DE LICENÇA E EMISSÃO DE ALVARÁ PARA AMPLIAÇÃO DE CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL DO IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA N.º 133341001780000020, SITUADO NA ALAMEDA MADRI – QUADRA AA3 – LOTE 05 – ALPHAVILLE NOVA ESPLANADA 03 - VOTORANTIM/SP, REGISTRADO NA MATRÍCULA 7.263 NO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VOTORANTIM, SUBMETIDO À ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 1418/2025.
DADOS UTILIZADOS PARA O LANÇAMENTO:
LOCAL DA OBRA: ALAMEDA MADRI, 561, ALPHAVILLE NOVA ESPLANADA 03 - VOTORANTIM/SP
ÁREA DO TERRENO: 450,35 M²
ÁREA LEGALIZADA: 343,03 M²
ÁREA A AMPLIAR: 16,70 M²
ÁREA TOTAL: 359,73 M²
TESTADA: 14,58 ML
FICAM VOSSAS SENHORIAS NOTIFICADOS A RECOLHER O MONTANTE DE **R$ 296,32 (DUZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)**. O VALOR EXIGIDO REFERE-SE AOS TRIBUTOS E PREÇOS ABAIXO DESCRITOS, CONFORME SEGUE DEMONSTRADO:

Descrição		Base Legal	Valor em Reais
Tributo	ISS de Construção Civil	Art.152, § 8º, I, Tabela A do CTM (Residencial) Base de Cálculo = R$ 4.328,98 Alíquota 5%	R$ 216,45
	ISS de Engenharia (Projeto)	Art.152, § 11 do CTM (Residencial) Base de Cálculo = R$ 409,97 Alíquota 5%	R$ 20,50
	Taxa de Fiscalização, Licença e Execução de Obra Civil e Similares	Art.211 - item 01 - "a" do CTM (Edifícios e Prédios Residenciais)	R$ 25,46
Preço Público	Alinhamento	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela IV - item 01	R$ -
	Alvará	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.4	R$ 33,91
	Numeração Predial	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.2	R$ -
Valor Total			**R$ 296,32**

PROCESSO DIGITAL AD Nº: 1431/2025.

ATO: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 022/2026 FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA SECRETARIA DE FINANÇAS
SUJEIÇÃO PASSIVA
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: G. V. A.
CPF: 264.578.648-05
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: E. A. S.
CPF: 948.308.275-72
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: U. V. R.
CPF: 140.860.208-31
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: L. M.P. R.
CPF: 156.856.138-57
CONTRIBUINTE – ART. 208, "CAPUT", CTM
RESPONSÁVEL – ART. 149, § 2º, III E IV, CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.02, 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
ENDEREÇO: RUA RUBENS GOMES, Nº 575 – PARQUE NOVA JANDIRA – JANDIRA/ SP – **CEP**: 06636-180
ENGENHEIRA: A. DE S. F.M.
CREA: 5062233883-SP
CPF: 312.272.978-40
CONTRIBUINTE – ART. 149, "CAPUT", CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
RESPONSÁVEL - ART. 208, §2º, CTM E ART. 149, § 2º, VIII, CTM
OBS.: AS RESPONSABILIDADES CONSTITUÍDAS ATRAVÉS DESTA NOTIFICAÇÃO SÃO SOLIDÁRIAS E EM RELAÇÃO A TODOS OS SUJEITOS PASSIVOS ACIMA ELENCADOS, NOS TERMOS DO ART. 124, I, II, CTN.
IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL N° 026567002000000171.
ASSUNTO: LANÇAMENTO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇOS PÚBLICOS DECORRENTES DA APRESENTAÇÃO DE PROJETO E PEDIDO DE CONCESSÃO DE LICENÇA E EMISSÃO DE ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO COMERCIAL DO IMÓVEL DE INSCRIÇÕES CADASTRAIS IMOBILIÁRIAS N. 026567002000000171, SITUADO NA AVENIDA SÃO JOÃO, S/N – QUADRA: B – LOTE: 03 – JARDIM ICATU - VOTORANTIM / SP, REGISTRADO NA MATRÍCULA Nº4.527 NO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VOTORANTIM, ESTADO DE SÃO PAULO, SUBMETIDO À ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº1431-25-VOT.
DADOS UTILIZADOS PARA O LANÇAMENTO:
LOCAL DA OBRA: AVENIDA SÃO JOÃO, S/N – QUADRA: B – LOTE: 03 – JARDIM ICATU - VOTORANTIM / SP
ÁREA DO TERRENO: 307,50 M²
ÁREA A CONSTRUIR: 367,00 M²
TESTADA: 10 ML
FICAM VOSSAS SENHORIAS NOTIFICADOS A RECOLHER O MONTANTE DE **R$5.577,95 (CINCO MIL, QUINHENTOS E SETENTA E SETE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)**. O VALOR EXIGIDO REFERE-SE AOS TRIBUTOS E PREÇOS ABAIXO DESCRITOS, CONFORME SEGUE DEMONSTRADO:

Descrição		Base Legal	Valor em Reais
Tributo	ISS de Construção Civil	Art.152, § 8º, II, Tabela B, item 1.1, do CTM (Comercial) Base de Cálculo = R$ 82.070,72 Alíquota 5%	R$ 4.103,54
	ISS de Engenharia (Projeto)	Art.152, § 11 do CTM (Comercial) Base de Cálculo = R$ 10.324,24 Alíquota 5%	R$ 516,21
	Taxa de Fiscalização, Licença e Execução de Obra Civil e Similares	Art.211 - item 01 - "f" do CTM (Edifícios e Prédios Comerciais)	R$ 762,49
Preço Público	Alinhamento	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela IV - item 01	R$ 127,90
	Numeração Predial	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.2	R$ 33,91
	Alvará	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.4	R$ 33,91
Valor Total			**R$ 5.577,95**

PROCESSO DIGITAL AD Nº: 15/2023.
ATO: NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 024/2026 FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA SECRETARIA DE FINANÇAS
SUJEIÇÃO PASSIVA
PROPRIETÁRIO/TITULAR DA OBRA: H.B.V.V. LTDA
CNPJ: 15.703.393/0001-77
SÓCIO: M. V.M.
CPF: 101.499.548-59
SÓCIO: A. R. M.
CPF: 055.017.038-31
SÓCIO: M. A. M.
CPF: 081.853.728-02
CONTRIBUINTE – ART. 208, "CAPUT", CTM
RESPONSÁVEL – ART. 149, § 2º, III E IV, CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
ENDEREÇO: RUA NÓÉ CARLOS DE CAMPOS, Nº 80 – PARQUE BELA VISTA – VOTORANTIM/SP – **CEP**: 18.110-430
ARQUITETO: T. L. T.
CAU: A1118960
CPF: 377.999.848-30
CONTRIBUINTE – ART. 149, "CAPUT", CTM EM RELAÇÃO AOS SUBITENS 7.03 E 7.17 DA LISTA DO ART. 144, CTM
RESPONSÁVEL - ART. 208, §2º, CTM
OBS.: AS RESPONSABILIDADES CONSTITUÍDAS ATRAVÉS DESTA NOTIFICAÇÃO SÃO SOLIDÁRIAS E EM RELAÇÃO A TODOS OS SUJEITOS PASSIVOS ACIMA ELENCADOS, NOS TERMOS DO ART. 124, I, II, CTN.
IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL N° 026642023000000259
ASSUNTO: LANÇAMENTO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇOS PÚBLICOS DECORRENTES DA APRESENTAÇÃO DE PROJETO E PEDIDO DE CONCESSÃO DE LICENÇA E EMISSÃO DE ALVARÁ PARA IMPLANTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DE APARTAMENTOS COM ELEVADOR DO IMÓVEL DE INSCRIÇÃO CADASTRAL IMOBILIÁRIA N.º 026642023000000259, SITUADO NA RUA SETE DE SETEMBRO, S/N – QUADRA 39 – LOTE 09-10 – PARQUE BELA VISTA – VOTORANTIM/SP, REGISTRADO NAS MATRÍCULA Nº 38.109 NO OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE VOTORANTIM, ESTADO DE SÃO PAULO, SUBMETIDO À ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 15-23-VOT.

DADOS UTILIZADOS PARA O LANÇAMENTO:
LOCAL DA OBRA: RUA SETE DE SETEMBRO, S/N – QUADRA 39 – LOTE 09-10 – PARQUE BELA VISTA – VOTORANTIM/SP DA IMPLANTAÇÃO:
ÁREA DO TERRENO: 1.194,35 M²
ÁREA DE IMPLANTAÇÃO: 1.194,35 M²
MURO: 152,10 ML
TESTADA: 20 ML
DA CONSTRUÇÃO:
ÁREA A CONSTRUIR: 1.410,01 M² (CONSTRUÇÃO DE APARTAMENTOS ATÉ 100 M²)
ÁREA A CONSTRUIR: 4.171,95 M² (CONSTRUÇÃO DE APARTAMENTOS ENTRE 101 A 200 M²)
ÁREA A CONSTRUIR: 418,53 M² (CONSTRUÇÃO DE APARTAMENTOS MAIOR QUE 100 M²)
ÁREA DE CONSTRUÇÃO A LEGALIZAR: 6.000,49 M²
ÁREA DE CONSTRUÇÃO LEGALIZADA: 96,00 M²
ÁREA TOTAL DA CONSTRUÇÃO: 6.096,49 M²
FICAM VOSSAS SENHORIAS NOTIFICADOS A RECOLHER O MONTANTE DE **R$ 110.924,12 (CENTO E DEZ MIL, NOVECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E DOZE CENTAVOS)**. O VALOR EXIGIDO REFERE-SE AOS TRIBUTOS E PREÇOS ABAIXO DESCRITOS, CONFORME SEGUE DEMONSTRADO:
DA IMPLANTAÇÃO:

Descrição		Base Legal	Valor em Reais
Tributo	ISS de Construção Civil	Art.152, § 8º, II, Tabela B - item 5.1 do CTM (Implantação) Base de Cálculo = R$ 85.537,26 Alíquota 5%	R$ 4.276,86
	ISS de Construção Civil	Art. 152, § 8, II, Tabela B - item 6.1 do CTM (Muros) Base de Cálculo = R$ 1.815,56 Alíquota 5%	R$ 90,78
	ISS de Engenharia	Art.152, §11 do CTM (Loteamentos e Similares) Base de Cálculo = R$ 3.571,95 Alíquota 5%	R$ 178,60
	ISS de Engenharia	Art. 152, §11 do CTM (Muros e Cercas) Base de Cálculo = R$ 182,48 Alíquota 5%	R$ 9,12
	Taxa de Fiscalização, Licença e Execução de Obra Civil e Similares	Art.152, §11 do CTM (Loteamentos e Similares)	R$ 598,38
	Taxa de Fiscalização, Licença e Execução de Obra Civil e Similares	Art. 211 - item I, "i" do CTM (Muros e Cercas)	R$ 108,90
Preço Público	Alinhamento	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela IV - item 01	R$ 255,79
	Alvará	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.4	R$ 33,91
	Numeração Predial	Decreto nº 4271/11 e alterações - tabela III - item 3.2	R$ 33,91
Valor Total			**R$ 5.586,26**

DA CONSTRUÇÃO:

Descrição		Base Legal	Valor em Reais
Tributo	ISS de Construção Civil	Art. 152, § 8º, I, Tabela A e § 8.º-A - CTM (Residencial - apartamentos com elevador) - até 100 m² Base de Cálculo = R$ 230.731,16 Alíquota 5%	R$ 11.536,56
	ISS de Construção Civil	Art. 152, § 8º, I, Tabela A e § 8.º-A - CTM (Residencial - apartamentos com elevador) - de 100 a 200 m² Base de Cálculo = R$ 894.067,68 Alíquota 5%	R$ 44.703,38
	ISS de Construção Civil	Art. 152, § 8º, I, Tabela A e § 8.º-A - CTM (Residencial - apartamentos com elevador) - acima 200 m² Base de Cálculo = R$ 104.589,81 Alíquota 5%	R$ 5.229,49
	ISS de Engenharia (Projeto)	Art. 152, § 11º e § 11ºA do CTM (Residencial com elevador) Base de Cálculo = R$ 172.219,59 Alíquota 5%	R$ 8.610,98
	Taxa de Fiscalização, Licença e Execução de Obra Civil e Similares	Art. 211 - item I - "a" e § 3º do CTM (Residencial com elevador)	R$ 34.063,81
Penalidade pela infração ao art. 208 "caput" e § 1º CTM		Art.282, I - alínea "f" - item 4 do CTM	R$ 1.193,64
Valor Total			**R$ 105.337,86**

ABRE-SE PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA **PAGAMENTO** E/OU **PARCELAMENTO** DA IMPORTÂNCIA EXIGIDA OU, AINDA, **APRESENTAÇÃO DE DEFESA** NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ARTS. 335 E SS, CTM). EXPIRADO REFERIDO PRAZO SEM QUE TENHA OCORRIDO QUALQUER MANIFESTAÇÃO OU ATO DO (S) SUJEITO (S) PASSIVO (S), O (S) MESMO (S) SERÁ (ÃO) DECLARADO (S) REVEL (ÉIS) E O DÉBITO FISCAL ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA. O NÃO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO/MULTA NA DATA ACIMA INDICADA ENSEJARÁ A APLICAÇÃO DOS ACRÉSCIMOS LEGAIS, INCIDENTE SOBRE O DÉBITO ATUALIZADO MONETARIAMENTE – ARTS. 345 E 348, CTM. RESSALTE-SE QUE O INTEIRO TEOR DAS NOTIFICAÇÕES E OUTRAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS ESTÃO DISPONÍVEIS AO INTERESSADO NA SECRETARIA DE FINANÇAS – DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.

VOTORANTIM, 13 DE FEVEREIRO DE 2026
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
CESAR AUGUSTO MACHADO FERREIRA

EDITAL DE PUBLICAÇÕES N.º 011/2026- FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS/DDFT/SEF
A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DA SEF/D.D.F.T., FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 308, VI, CTM, INFORMA AOS SUJEITOS PASSIVOS ABAIXO ARROLADOS O QUE SEGUE:

PROCESSO N.º: 02.06.000139/2026.
ATO: TERMO DE RECONHECIMENTO DE CRÉDITO Nº 002/2026 – FT/DDFT/SEF
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 132443905590000020.
SUJEITO(S) PASSIVO(S) E CREDOR: MARCELO GONÇALVES DOS SANTOS.
C.N.P.J./C.P.F.: 092.835.388-54.
ENDEREÇO: RUA MARIA LUIZA BELDI CASTANHO, Nº 128 - JD RESIDENCIAL MONT BLANC - SOROCABA /SP.
CEP: 18050-260.
NATUREZA E ORIGEM DO CRÉDITO: IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI. CRÉDITO A RESTITUIR CONSTANTE DA AUTORIZAÇÃO DE COMPENSAÇÃO Nº 4189/2026 (SEI Nº 0119486). PAGAMENTO INDEVIDO DA GUIA DE ITBI Nº 45518 – DECLARAÇÃO DE ITBI Nº 46262 - APLICAÇÃO DO ATO NORMATIVO Nº 001/16-SEF E ALTERAÇÃO.
VALOR DO CRÉDITO ORIGINAL: R$ 26.515,34 (VINTE E SEIS MIL QUINHENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).
VALOR DO CRÉDITO A SER RESTITUÍDO – ATUALIZADO PARA O EXERCÍCIO DE 2026: R$ 26.515,34 (VINTE E SEIS MIL QUINHENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) CORRESPONDENTE A 4143,9284 UFV.

PROCESSO N.º: 02.06.002958/2025
ATO: TERMO DE RECONHECIMENTO DE CRÉDITO Nº 004/2026 – FT/DDFT/SEF
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 132519100010606210
SUJEITO(S) PASSIVO(S) E CREDORA: REBECA DE SA SCHIAVO NASCIMENTO
C.P.F.: 416.871.338-59.
DADOS PARA RESTITUIÇÃO (AUTORIZAÇÃO SEI Nº 0093955) TRANSMITENTE E CREDOR: JOÃO AUGUSTO BONASSA RUIZ
C.P.F.: 377.862.848-85.
ENDEREÇO: RUA HENRIQUE DIAS, Nº 185 – SÃO PAULO II – COTIA/SP.
NATUREZA E ORIGEM DO CRÉDITO: IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI. CRÉDITO A RESTITUIR CONSTANTE DA AUTORIZAÇÃO DE COMPENSAÇÃO Nº 4107/2025. PAGAMENTO INDEVIDO DAS GUIAS DE ITBI Nº(S) 43740 E 43913 – DECLARAÇOES DE ITBI Nº(S) 44476 E 44649 - APLICAÇÃO DO ATO NORMATIVO Nº 001/16-SEF E ALTERAÇÃO.
VALOR DO CRÉDITO ORIGINAL: R$ 15.516,00 (QUINZE MIL QUINHENTOS E DEZESSEIS REAIS).
VALOR DO CRÉDITO A SER RESTITUÍDO – ATUALIZADO PARA O EXERCÍCIO DE 2026: R$ 16.242,24 (DEZESSEIS MIL DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS), CORRESPONDENTE 2538,4053 UFM.
RESSALTE-SE QUE SE ENCONTRAM ENCARTADAS NOS RESPECTIVOS PROCESSOS TODAS AS MANIFESTAÇÕES PROFERIDAS, EM SUAS INTEGRALIDADES, AS QUAIS ESTÃO DISPONÍVEIS AOS INTERESSADOS NA SEF – DDFT, DESDE QUE ABERTAS VISTAS AOS MESMOS.

VOTORANTIM, 13 DE FEVEREIRO DE 2026
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
NELSON AUGUSTO D BRITO

EDITAL DE PUBLICAÇÕES N.º 012/2026- FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS/DDFT/SEF
A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DA SEF/D.D.F.T., FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 308, VI, CTM, INFORMA AOS SUJEITOS PASSIVOS ABAIXO ARROLADOS O QUE SEGUE:

PROCESSO: 0206003628/2025
SUJEITO PASSIVO: SUPERMIX CONCETO S/A
INCRIÇÃO MUNICIPAL: 25708
ENDEREÇO: AV. ENGENGEIRO CARLOS REINALDO MENDES **Nº** 4760
CNPJ: 34230979003040
ATO: NOTIFICAÇÃO DE VALORES DE ISS DECLARADO **Nº** 2/2026
ASSUNTO: **VALORES DE ISS DECLARADOS PELO PRÓPRIO SUJEITO PASSIVO (CRÉDITO JÁ CONSTITUÍDO).**
EM ANÁLISE AO BANCO DE DADOS DESTA PREFEITURA FORAM VERIFICADAS ALGUMAS PENDÊNCIAS ENTRE VALORES CONSTITUÍDOS (ART. 171, §§ 7º-B E 7º-C, CTM) E PAGOS DO ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS), TENDO POR BASE AS NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS – NFS-E E/OU DECLARAÇÕES DE SERVIÇOS EFETUADAS PELO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, NOS TERMOS DO ART. 171, "CAPUT" E §§ 5º A 7º DO CTM.

DESSA FORMA, FICA VOSSA SENHORIA NOTIFICADA, PARA O PRAZO DE 10 (DEZ) NOTIFICADOS PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO, A EFETUAREM O RECOLHIMENTO DO ISS, COM OS ACRÉSCIMOS LEGAIS DECORRENTES DA MORA (ART. 345 E 348, I E II, DO CTM), SOB PENA DE INSCRIÇÃO DOS MESMOS EM DÍVIDA ATIVA – ART. 297, § 1º DO CTM.

PARA A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO BASTA ACESSAR O SISTEMA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, ATRAVÉS DO SITE WWW.VOTORANTIM.SP.GOV.BR, NO LINK NFS - E, MENU GUIA DE RECOLHIMENTO/CONSULTA DE DÉBITOS/EMISSÃO DE 2ª VIA.

REFERENCIA MÊS /ANO TIPO	DATA DA CONSTITUIÇÃO DO ISS (*)	VALOR TRIBUTÁVEL (BASE DE CÁLCULO)	VALOR DO IMPOSTO DEVIDO (**)	VALOR PAGO(**)	VALOR DA DIFERENÇA(**)
09/2022-PRESTADOR	30/09/2022	13.733,83	686,68	678,36	8,32
TOTAIS			686,68	678,36	8,32

(*) ISS RELATIVO AOS SERVIÇOS TOMADOS CONSTITUÍDOS NA DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. ISS REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS CONSTITUÍDOS NA DATA DA EMISSÃO DA NFSE E CONSOLIDADO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS.

(**) VALORES ORIGINAIS EXPRESSOS EM REAIS, SEM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E ACRÉSCIMOS DECORRENTES DA MORA. DATA DA EXIGIBILIDADE DO ISS: DIA 10 DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA COMPETÊNCIA.

CASO O CONTRIBUINTE SEJA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL, O NÃO PAGAMENTO PODERÁ ENSEJAR A EXCLUSÃO DO REFERIDO REGIME TRIBUTARIO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS LEGISLAÇÃO APLICAVEL, EM ESPECIAL, A LC 123/2006.

O ATENDIMENTO DESTANOTIFICAÇÃO (ENVIO DE COMPORVANTES DE PAGAMENTO) OU A APRESENTAÇÃO DE DEFESA, DEVERÁ SER EFETUADO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, ACIMAINFORMADO, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO **SEI** – SISTEMA ELETRONICO DE INFORMAÇÕES, DISPONIVEL NO LINK **HTTPS://SEI.VOTORANTIM.SP.GOV.BR.**

SE AINDA NÃO FOR CADASTRADO, ACESSAR O LINK **HTTPS://SEI.VOTORANTIM.SP.GOV.BR** E UTILIZAR O PROCEDIMENTO "COMO ME CADASTRAR". APÓS O LOGIN, SELECIONAR NO MENU "PETICIONAMENTO" - "PROCESSO NOVO" E ESCOLHER O TIPO DO PROCESSO "TRIBUTAÇÃO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA – CONTECIIOSO TRIBUTÁRIO PRIMEIRA INSTANCIA - PJ"

PROCESSO: 0206003628/2025
SUJEITO PASSIVO: OBRAGEN ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA
INCRIÇÃO MUNICIPAL: 22124
ENDEREÇO: AV. BRIGADEIRO LUIS ANTONIO ' **Nº** 2696
CNPJ: 01817838000135
ATO: NOTIFICAÇÃO DE VALORES DE ISS DECLARADO Nº 1/2026
ASSUNTO: **VALORES DE ISS DECLARADOS PELO PRÓPRIO SUJEITO PASSIVO (CRÉDITO JÁ CONSTITUÍDO).**
EM ANÁLISE AO BANCO DE DADOS DESTA PREFEITURA FORAM VERIFICADAS ALGUMAS PENDÊNCIAS ENTRE VALORES CONSTITUÍDOS (ART. 171, §§ 7º-B E 7º-C, CTM) E PAGOS DO ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS), TENDO POR BASE AS NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS – NFS-E E/OU DECLARAÇÕES DE SERVIÇOS EFETUADAS PELO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, NOS TERMOS DO ART. 171, "CAPUT" E §§ 5º A 7º DO CTM.

DESSA FORMA, FICA VOSSA SENHORIA NOTIFICADA, PARA O PRAZO DE 10 (DEZ) NOTIFICADOS PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO, A EFETUAREM O RECOLHIMENTO DO ISS, COM OS ACRÉSCIMOS LEGAIS DECORRENTES DA MORA (ART. 345 E 348, I E II, DO CTM), SOB PENA DE INSCRIÇÃO DOS MESMOS EM DÍVIDA ATIVA – ART. 297, § 1º DO CTM.

PARA A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO BASTA ACESSAR O SISTEMA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, ATRAVÉS DO SITE WWW.VOTORANTIM.SP.GOV.BR, NO LINK NFS - E, MENU GUIA DE RECOLHIMENTO/CONSULTA DE DÉBITOS/EMISSÃO DE 2ª VIA.

REFERENCIA MÊS /ANO TIPO	DATA DA CONSTITUIÇÃO DO ISS (*)	VALOR TRIBUTÁVEL (BASE DE CÁLCULO)	VALOR DO IMPOSTO DEVIDO (**)	VALOR PAGO(**)	VALOR DA DIFERENÇA(**)
03/2022-PRESTADOR	31/03/2022	147.251,99	7.362,60	3.934,44	3.428,16
08/2022-PRESTADOR	31/08/2022	1.190.618,06	59.530,91	0,00	59.530,91
TOTAIS			66.893,51	3.934,44	62.959,07

(*) ISS RELATIVO AOS SERVIÇOS TOMADOS CONSTITUÍDOS NA DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. ISS REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS CONSTITUÍDOS NA DATA DA EMISSÃO DA NFSE E CONSOLIDADO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS.
(**) VALORES ORIGINAIS EXPRESSOS EM REAIS, SEM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E ACRÉSCIMOS DECORRENTES DA MORA. DATA DA EXIGIBILIDADE DO ISS: DIA 10 DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA COMPETÊNCIA.

CASO O CONTRIBUINTE SEJA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL, O NÃO PAGAMENTO PODERÁ ENSEJAR A EXCLUSÃO DO REFERIDO REGIME TRIBUTARIO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS LEGISLAÇÃO APLICAVEL, EM ESPECIAL, A LC 123/2006.

O ATENDIMENTO DESTANOTIFICAÇÃO (ENVIO DE COMPORVANTES DE PAGAMENTO) OU A APRESENTAÇÃO DE DEFESA, DEVERÁ SER EFETUADO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, ACIMAINFORMADO, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO **SEI** – SISTEMA ELETRONICO DE INFORMAÇÕES, DISPONIVEL NO LINK **HTTPS://SEI.VOTORANTIM.SP.GOV.BR.**

SE AINDA NÃO FOR CADASTRADO, ACESSAR O LINK **HTTPS://SEI.VOTORANTIM.SP.GOV.BR** E UTILIZAR O PROCEDIMENTO "COMO ME CADASTRAR". APÓS O LOGIN, SELECIONAR NO MENU "PETICIONAMENTO" - "PROCESSO NOVO" E ESCOLHER O TIPO DO PROCESSO "TRIBUTAÇÃO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA – CONTECIIOSO TRIBUTÁRIO PRIMEIRA INSTANCIA - PJ"

PROCESSO: 0203003585/2025
SUJEITO PASSIVO: CONMIX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
INCRIÇÃO MUNICIPAL: 19892
ENDEREÇO: RODOVIA RAPOSO TAVARES **Nº** 0
CNPJ: 15224018000144
ATO: NOTIFICAÇÃO DE VALORES DE ISS DECLARADO Nº 3/2026
ASSUNTO: **VALORES DE ISS DECLARADOS PELO PRÓPRIO SUJEITO PASSIVO (CRÉDITO JÁ CONSTITUÍDO).**
EM ANÁLISE AO BANCO DE DADOS DESTA PREFEITURA FORAM VERIFICADAS ALGUMAS PENDÊNCIAS ENTRE VALORES CONSTITUÍDOS (ART. 171, §§ 7º-B E 7º-C, CTM) E PAGOS DO ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS), TENDO POR BASE AS NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS – NFS-E E/OU DECLARAÇÕES DE SERVIÇOS EFETUADAS PELO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, NOS TERMOS DO ART. 171, "CAPUT" E §§ 5º A 7º DO CTM.

DESSA FORMA, FICA VOSSA SENHORIA NOTIFICADA, PARA O PRAZO DE 10 (DEZ) NOTIFICADOS PARA NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, CONTADOS DESTA PUBLICAÇÃO, A EFETUAREM O RECOLHIMENTO DO ISS, COM OS ACRÉSCIMOS LEGAIS DECORRENTES DA MORA (ART. 345 E 348, I E II, DO CTM), SOB PENA DE INSCRIÇÃO DOS MESMOS EM DÍVIDA ATIVA – ART. 297, § 1º DO CTM.

PARA A REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO BASTA ACESSAR O SISTEMA DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, ATRAVÉS DO SITE WWW.VOTORANTIM.SP.GOV.BR, NO LINK NFS - E, MENU GUIA DE RECOLHIMENTO/CONSULTA DE DÉBITOS/EMISSÃO DE 2ª VIA.

REFERENCIA MÊS /ANO TIPO	DATA DA CONSTITUIÇÃO DO ISS (*)	VALOR TRIBUTÁVEL (BASE DE CÁLCULO)	VALOR DO IMPOSTO DEVIDO (**)	VALOR PAGO(**)	VALOR DA DIFERENÇA(**)
07/2022-PRESTADOR	31/07/2022	293.246,30	14.662,30	0,00	14.662,30
09/2022-PRESTADOR	31/09/2022	287.917,00	14.395,85	0,00	14.395,85
11/2022-PRESTADOR	31/11/2022	152.000,03	7.600,00	0,00	7.600,00
12/2022-PRESTADOR	31/12/2022	226.563,00	11.328,15	0,00	11.328,15
TOTAIS			47.986,30	0,00	47.986,30

(*) ISS RELATIVO AOS SERVIÇOS TOMADOS CONSTITUÍDOS NA DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. ISS REFERENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS CONSTITUÍDOS NA DATA DA EMISSÃO DA NFSE E CONSOLIDADO NO ÚLTIMO DIA DO MÊS.
(**) VALORES ORIGINAIS EXPRESSOS EM REAIS, SEM ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E ACRÉSCIMOS DECORRENTES DA MORA. DATA DA EXIGIBILIDADE DO ISS: DIA 10 DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA COMPETÊNCIA.

CASO O CONTRIBUINTE SEJA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL, O NÃO PAGAMENTO PODERÁ ENSEJAR A EXCLUSÃO DO REFERIDO REGIME TRIBUTARIO SIMPLIFICADO, NOS TERMOS LEGISLAÇÃO APLICAVEL, EM ESPECIAL, A LC 123/2006.

O ATENDIMENTO DESTANOTIFICAÇÃO (ENVIO DE COMPORVANTES DE PAGAMENTO) OU A APRESENTAÇÃO DE DEFESA, DEVERÁ SER EFETUADO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, ACIMAINFORMADO, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO **SEI** – SISTEMA ELETRONICO DE INFORMAÇÕES, DISPONIVEL NO LINK **HTTPS://SEI.VOTORANTIM.SP.GOV.BR.**

SE AINDA NÃO FOR CADASTRADO, ACESSAR O LINK **HTTPS://SEI.VOTORANTIM.SP.GOV.BR** E UTILIZAR O PROCEDIMENTO "COMO ME CADASTRAR". APÓS O LOGIN, SELECIONAR NO MENU "PETICIONAMENTO" - "PROCESSO NOVO" E ESCOLHER O TIPO DO PROCESSO "TRIBUTAÇÃO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA – CONTECIIOSO TRIBUTÁRIO PRIMEIRA INSTANCIA - PJ"

VOTORANTIM, 13 DE FEVEREIRO DE 2026
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
NELSON AUGUSTO DE BITO

EDITAL DE PUBLICAÇÕES N.º 039/2026 - CF/DDLC/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DO CADASTRO FISCAL, DIRETORIA DE LANÇAMENTO E CADASTROS - SEF, COM FUNDAMENTO NO ART. 162, ART. 190, § 2, E ART. 308, VI, TODOS DA LEI 1602/01-CTM E ALTERAÇÕES INFORMA AOS CONTRIBUINTES ABAIXO ARROLADOS, O QUE SEGUE:

ABERTURA/DESBLOQUEIO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

PROCESSO	CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
0060/2026-SEI	J. C. OLIVEIRA BARBOSA CONSTRUÇÕES	17592	ATIVA
4008/2025-SEI	ALEX SANDRO CARDOSO DA SILVA	27201	ATIVA
0160/2026-SEI	48.230.764 LUCAS ALVES DA SILVA	38915	ATIVA
199/2026-SEI	LEIA IVANICE	38949	ATIVA
0377/2026-SEI	A. C. MELEGA C. ACESSORIOS E MANUT. CELULARES	38958	ATIVA
271/2026-SEI	CELIA REGINA BUENO CASSIANO	38992	SUSPENSA
0308/2026-SEI	PAULO HENRIQUE FERREIRA 41667675850	38993	ATIVA
0310/2026-SEI	TIAGO ACAUAN DAL MOLIN	39010	ATIVA
0303/2026-SEI	DENIS HIDALGO DA SILVA 26808073830	39012	ATIVA
0171/2026-SEI	MARLENE APARECIDA DE SOUZA CHACON	39017	SUSPENSA
0203/2026-SEI	JOAO KAZUHIRO SAITO 10540007862	39019	ATIVA
0284/2026-SEI	63.776.144 ISAMARA PAES CLEMENTE DE LIMA	39029	ATIVA
293/2026-SEI	WILLIAN THIAGO SILVA DE LIMA 36817199859	39031	ATIVA
2162/2025-ASSE	TALITA PASSOS R. GONCALVES 44068329800	39043	ATIVA
2270/2025-ASSE	28.073.984 GIOVANNA TADDEI DAS NEVES SILVA	39047	ATIVA
2232/2025-ASSE	THIAGO EDUARDO ARANTES RIBEIRO	39050	SUSPENSA
447/2026-SEI	21.058.179 ISMAEL RODRIGUES PINHEIRO	39051	ATIVA

COMUNICA-SE QUE AS INCRIÇÕES MUNICIPAIS SOLICITADAS ATRAVÉS DOS PROCESSOS ACIMA MENCIONADOS FORAM PROVIDENCIADAS E QUE OS CARNÊS CONTENDO OS DEVIDOS TRIBUTOS E DEMAIS VALORES SERÃO ENCAMINHADOS AO ENDEREÇO TRIBUTÁRIO DE FORMA SIMPLES, VIA CORREIOS, COM DATA DE VENCIMENTO CONFORME NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 100/2026-FT, ANEXA A ESSE EDITAL
COMUNICA-SE, AINDA, QUE OS REFERIDOS PROCESSOS FORAM ENCAMINHADOS A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA DEMAIS PROVIDÊNCIAS, RESSALVADO AO ÓRGÃO PÚBLICO O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS POSTERIORMENTE APURADOS.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros
Funcionário Responsável pela Publicação:
Silene Celeste Ralha Silveira
Seção de Cadastro Fiscal

EDITAL DE PUBLICAÇÕES N.º 040/2026 - CF/DDLC/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DO CADASTRO FISCAL, DIRETORIA DE LANÇAMENTO E CADASTROS - SEF, COM FUNDAMENTO NO ART. 308, VI, DA LEI 1602/01-CTM, INFORMA AOS CONTRIBUINTES ABAIXO ARROLADOS, QUE FORAM ATRIBUÍDOS AOS MESMOS, INSCRIÇÕES MOBILIÁRIAS A PARTIR DOS DADOS E INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REDESIM / EMISSOR NACIONAL, EM CUMPRIMENTO A REGRA DO ART 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 7.736/2024.

ABERTURA/DESBLOQUEIO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

PROTOCOLO REDESIM/SEI	CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
SPP2531131097	MAURO FORTTI	38587	ATIVA
SPP2531068595	MOTOTEX LOCADORA DE MOTOS LTDA	38595	ATIVA
SPP2531523611	BIBRAND BUSINESS SOLUTIONS LTDA	38784	ATIVA
SPP2531594065	LILIAN MARIA ROSA DA SILVA LTDA	38843	ATIVA
SPP2531583671	PINHEIRO CONSTRUÇÕES LTDA.	38847	ATIVA
SPP2531678649	ODONTO CASSIA REGINA LTDA	38853	ATIVA
SPP2531651774	ARBRUGA CLINICAS LTDA	38855	ATIVA
SPP2531671140	VERESS ENDOSCOPIA P. MINIMAMENTE INV. LTDA	38858	ATIVA
SPP2531650221	AFM &FILHOS - ADMINISTRACAO DE BENS LTDA	38902	ATIVA
SPP2531732182	BARRETO MARTINS NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	38907	ATIVA
SPB2650015255	SS INTERATIVA LTDA	38932	ATIVA
SPB2650016264	FVR CORP LTDA	38940	ATIVA
SPM2630033320	RESIDENCIAL JK ALAMEDA	38944	ATIVA
SPP2630019098	CAMPO&MAR LOCACAO DE TEMPORADA	38946	ATIVA
SPP2630044607	AGENCIA BDK LTDA	38947	ATIVA
SPP2531731407	THOMAS MULLER AMARAL SERV. MEDICOS LTDA	38952	ATIVA
SPP2630051603	ALLYSSON PEREIRA SOARES LTDA	38956	ATIVA
SPP2630078910	DANIELE GALERA MOSCATELLI	38972	ATIVA
SPM2630039030	JOSE NATANAEL SOARES VIEIRA 21598613839	38977	ATIVA
SPP2630068825	MS ODONTOLOGIA LTDA	38978	ATIVA
SPP2630005265	ISABELLE ARAUJO DE OLIVEIRA PSICOLOGA	38988	ATIVA
SPP2531595104	ADRIANO BORDINI CAMARGO LTDA	39002	ATIVA
SPP2630126395	GIAN ALVES C. ROCHA COMERCIO DE TELEFONIA	39003	SUSPENSA
SPP2630036615	XL GESSO LTDA	39004	ATIVA
SPP2630102962	PETRONILHO CELULARES LTDA	39005	SUSPENSA

SPP2630113265	EVANDRO MIRANDA	39006	SUSPENSA
SPM2630058217	50.915.218 JAMISSON OLIVEIRA DE JESUS	39007	ATIVA
SPM2630058513	SABRINA MEDEIROS DE SOUZA 06088455900	39008	SUSPENSA
SPP2630084859	RIBEIRO TRANSPORTE LTDA	39009	SUSPENSA
SPP2630066957	IMPERIO MAKEUP LTDA	39011	SUSPENSA
SPP2531580607	ADILIO DE PAULA BERNARDES LTDA	39013	ATIVA
SPP2630100778	SWVMA - APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	39014	ATIVA
SPP2630094999	NOSSA PRAIA BEACH CLUB LTDA	39015	ATIVA
SPP2630102157	ZARCO ADMINISTRACAO DE IMOVEIS S/A	39025	SUSPENSA
SPP2630049844	GLACIELE ROBERTA AMARO CAFISSO LTDA	39026	ATIVA
SPP2630144003	FMAX CONTABILIDADE VOTORANTIM LTDA	39027	ATIVA
SPB2650025299	VS SILVA CONSTRUCOES LTDA	39028	SUSPENSA
SPP2531665821	UNIQUE CELL LTDA	39030	SUSPENSA
SPB2650015298	LCA CONSULTORIA E CONTRATOS LTDA	39033	SUSPENSA
SPP2531638931	RBL SUPERMERCADOS S.A.	39039	ATIVA

COMUNICA-SE, AINDA, QUE AS REFERIDAS INSCRIÇÕES ENCONTRAM-SE COM STATUS SUSPENSA, NOS TERMOS DO ART. 4º, § 1º, DO DECRETO Nº 7.736/2024, DEVENDO OS CONTRIBUINTES APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, CONFORME DISPOSTO NO ART. 5º, CAPUT E § 1º, DO REFERIDO DECRETO, POR MEIO DO PORTAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS, NO LINK HTTPS://WWW.SEFVOTORANTIM.SP.GOV.BR/WEBREDESIM E/OU SISTEMA SEI NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, PARA QUE AS INSCRIÇÕES MOBILIÁRIAS POSSAM TORNAR-SE ATIVAS. UMA VEZ REGULARIZADAS, AS INSCRIÇÕES PASSARÃO AO STATUS ATIVO, SENDO QUE OS CARNÊS CONTENDO OS TRIBUTOS DEVIDOS E DEMAIS VALORES SERÃO ENCAMINHADOS AO ENDEREÇO TRIBUTÁRIO REGISTRADO, POR VIA SIMPLES, PELOS CORREIOS, COM DATAS DE VENCIMENTO CONFORME ESTABELECIDO NA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 100/2026-FT, ANEXA A ESTE EDITAL.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.

SECRETARIA DE FINANÇAS

Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros

Funcionário Responsável pela Publicação:

Silene Celeste Ralha Silveira

Seção de Cadastro Fiscal

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 100/2026-FT
IMPOSTO SOBRE SERVIÇO – ISS
TAXAS DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA, LICENÇA E FISCALIZAÇÃO - TLF
PREÇO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Votorantim, com fundamento nos art. 161, "caput", art. 162, "caput" e § 1º-A, e art. 190, todos da Lei 1602/01 e alterações – CTM (Código Tributário Municipal), notifica os sujeitos passivos (art. 149, "caput" c/c art. 157, "caput" e art. 182, todos do CTM) inscritos no Cadastro Fiscal deste Município, conforme relação anexa a esta notificação, do Lançamento das Taxas do Poder de Polícia Administrativa (Licença e Fiscalização), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS-fixo e do Preço Público, cujas incidências ocorreram na data do início da atividade (art. 162, § 1.º,II e art. 185-A inciso II, ambos do CTM). Também informa que os respectivos carnês contendo os tributos devidos serão entregues de forma simples pelos Correios, sem a declaração de recebimento por parte do sujeito passivo, observando-se os endereços de entrega constantes do Cadastro Mobiliário desta Prefeitura, bem como, que esses carnês encontrar-se-ão disponíveis no site da Secretaria de Finanças, no endereço.

Notifica, ainda, que o vencimento desses tributos (constituídos com base nos art. 157, "caput" e § 3º, c/c art. 165, § 5º, arts. 193 a 207 e arts. 212 a 227, CTM), acrescidos do valor relativo à emissão dos carnês, no montante de R$ 17,27 (dezessete reais e vinte e sete centavos) dar-se-á em 20/03/2026 e poderão ser recolhidos à vista ou de forma parcelada, (em até 10 parcelas, sendo o valor mínimo de cada parcela R$ 95,98 (art. 165, §§ 4º e 5 º e art. 192, CTM), conforme demonstrativo abaixo:

Parcela única com valor integral ou com desconto de 50% no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º, **e também, prazo máximo para impugnação do lançamento.**	Vencimento em 20/03/2026
1.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 20/03/2026
2.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 20/04/2026
3.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 20/05/2026
4.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 22/06/2026
5.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 20/07/2026
6.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 20/08/2026
7.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 21/09/2026
8.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 20/10/2026
9.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 23/11/2026
10.ª parcela com valor integral ou com 40% de desconto no ISS, quando devido, conforme disposto na Lei 2099/09, art. 6º.	Vencimento em 21/12/2026

O não pagamento dos tributos nos seus vencimentos, dará ensejo à incidência de multa e juros, nos termos da lei, bem como, se em 30 de dezembro de 2026 (último dia útil bancário) os sujeitos passivos não se apresentarem regulares para com o Fisco serão os débitos inscritos em Dívida Ativa, e, no caso de ISS-fixo, perderão, caso tenham sido contemplados, o benefício previsto no art. 6º da Lei 2099/09, devendo recolher o imposto pelo valor integral, devidamente atualizado, acrescido de multa e juros de mora contados a partir de 20/03/2026.

Os sujeitos passivos que não receberem seus carnês deverão imprimi-los através do *site* da Secretaria de Finanças www.sefvotorantim.sp.gov.br ou comparecer à Seção de Cadastro Fiscal, Diretoria de Lançamento e Cadastros - SEF para retirá-los, ou ainda, se necessário, requerer 2.ª via através do setor de Protocolo da Prefeitura.

Segue relação das inscrições municipais com os respectivos valores correspondentes ao ISS-Fixo, às TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA – Licença e Fiscalização, exercício 2026, e ao PREÇO PÚBLICO. Não está considerado na relação anexa o benefício previsto no art. 6º da Lei 2099/09, estando o Imposto apurado pelo valor integral. O desconto, quando devido, estará computado, nos respectivos carnês.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.

Márcio Leandro de Carvalho

Agente Fazendário

SECRETARIA DE FINANÇAS

Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros

Funcionário Responsável pela Publicação:

Silene Celeste Ralha Silveira

Seção de Cadastro Fiscal

PrefeituraMunicipaldeVotorantim
LançamentoTaxas/I.S.S-Exercíciode2026

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	AVISO	TAXA LOCALIZA-ÇÃO(R$)	TAXA FUNCIONA-MENTO(R$)	TAXA AMBULAN-TE(R$)	HORÁRIO ESPECIAL (R$)	I.S.S.(R$)	TAXA PUBLICI-DADE(R$)	TAXA OCUP. SOLO(R$)	ALVARÁ (R$)	TAXAHIG. ESAÚDE (R$)	EXP. (R$)	TOTAL(R$)
17592	2026005899	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
27201	2026005900	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
38587	2026005901	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
38595	2026005902	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
38784	2026005903	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
38843	2026005904	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	120,85	17,27	565,06
38847	2026005905	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
38853	2026005906	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	278,87	17,27	723,09
38855	2026005907	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
38858	2026005908	0,00	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
38902	2026005909	243,97	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	688,19
38907	2026005910	243,97	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	688,19
38915	2026005911	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38932	2026005913	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38940	2026005914	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38944	2026005915	121,98	304,96	0,00	609,92	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	1.176,13
38946	2026005916	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38947	2026005917	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38952	2026005918	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38956	2026005919	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38958	2026005921	243,97	381,20	0,00	762,40	0,00	182,98	0,00	0,00	0,00	17,27	1.587,82
38972	2026005922	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38977	2026005923	243,97	477,77	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	861,00
38978	2026005924	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38988	2026005926	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
38992	2026005877	121,98	121,98	101,65	0,00	0,00	0,00	99,15	68,13	0,00	17,27	530,18
38993	2026005927	243,97	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	688,19
39002	2026005928	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	505,07	17,27	1.071,27
39004	2026005929	243,97	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	688,19
39007	2026005893	121,98	121,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.189,83	68,13	120,85	17,27	1.640,05
39010	2026005930	121,98	121,98	0,00	0,00	1.902,84	121,98	0,00	68,13	0,00	17,27	2.354,20
39013	2026005931	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	505,07	17,27	1.071,27
39014	2026005932	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
39015	2026005933	243,97	304,96	0,00	609,92	0,00	182,98	0,00	0,00	201,41	17,27	1.560,51
39019	2026005887	121,98	121,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.189,83	68,13	120,85	17,27	1.640,05
39026	2026005935	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
39027	2026005936	121,98	304,96	0,00	0,00	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	17,27	566,20
39039	2026005937	243,97	381,20	0,00	762,40	0,00	182,98	0,00	0,00	1.028,73	17,27	2.616,56
39047	2026005895	121,98	121,98	0,00	0,00	0,00	0,00	396,61	68,13	120,85	17,27	846,83

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº 041/2026- CF/DDLC/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DO CADASTRO FISCAL, DIRETORIA DE LANÇAMENTO E CADASTROS - SEF, COM FUNDAMENTO NO ART. 162, ART. 190, § 2, e ART. 308, VI, TODOS DA LEI 1602/01-CTM E ALTERAÇÕES INFORMA AOS CONTRIBUINTES ABAIXO ARROLADOS, O QUE SEGUE:

ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL / DESENQUADRAMENTO DA CONDIÇÃO "MEI"

PROCESSO	CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	"STATUS"
2225/2025-ASSE	GLAUCO B PETRUCCELLI	10425	ATIVA
373/2026-SEI	MERCADO BARATO DEMAIS VOTORANTIM LTDA	14841	CASSADA
2167/2026-ASSE	AMANDA FERREIRA 40819091804	25517	ATIVA
0209/2026-SEI	MARJORYE SICHOSKI GAMERO 36292340899	28771	ATIVA
375/2026-SEI	39.153.501 CARLOS MANUEL GONZALES TENORIO	30700	ATIVA
239/2026-SEI	GS MEDICINA E SAUDE LTDA	30887	ATIVA
327/2026-SEI	45.004.497 TIAGO AUGUSTO DA SILVA	32978	ATIVA
2159/2025 ASSE	47.015.556 MARIA CLAUDETE DA SILVA JESUS	34015	ATIVA
407/2026-SEI	ARTHUR WAGNER DE ARRUDA CUNHA LTDA	34609	ATIVA
2160/2025-ASSE	GESSE GALDINO BATISTA 28532234852	35346	ATIVA
218/2026-SEI	RESIDENCIAL JK ALAMEDA	38944	ATIVA

COMUNICA-SE QUE AS SOLICITAÇÕES REFERENTES AOS PROCESSOS E INSCRIÇÕES MUNICIPAIS ACIMA IDENTIFICADAS FORAM PROVIDENCIADAS E QUE OS CARNÊS COM OS TRIBUTOS E DEMAIS VALORES RELACIONADOS ÀS ALTERAÇÕES CADASTRAIS (ARTS. 183 E 185 DA LEI 1602/01-CTM) SERÃO ENCAMINHADOS, VIA CORREIOS, COM VENCIMENTO CONFORME NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 099/2026, ATRAVÉS DO EDITAL Nº 045/2026-CF/DDLC/SEF DESTA PUBLICAÇÃO.

NOS CASOS DE DESENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), O LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS E DEMAIS VALORES DO PRESENTE EXERCÍCIO, OCORRERÁ CONFORME NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 099/2026-FT, ANEXA AO EDITAL Nº 045/2026-CF/DDLC/SEF, TAMBÉM DESTA PUBLICAÇÃO.

COMUNICA-SE, AINDA, QUE OS REFERIDOS PROCESSOS FORAM ENCAMINHADOS A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA DEMAIS PROVIDÊNCIAS, RESSALVADO AO ÓRGÃO PÚBLICO O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS POSTERIORMENTE APURADOS.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.

SECRETARIA DE FINANÇAS

Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros

Funcionário Responsável pela Publicação:

Silene Celeste Ralha Silveira

Seção de Cadastro Fiscal

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº 042/2026 - CF/DDLC/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DO CADASTRO FISCAL, DIRETORIA DE LANÇAMENTO E CADASTROS - SEF, COM FUNDAMENTO NO ART. 308, VI, DA LEI 1602/01-CTM, INFORMA AOS CONTRIBUINTES ABAIXO ARROLADOS, QUE FORAM PROCESSADAS AS ALTERAÇÕES JUNTO AO CADASTRO MOBILIÁRIO DESTA PREFEITURA, A PARTIR DOS DADOS E INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REDESIM, EM CUMPRIMENTO A REGRA DO 7º DO DECRETO Nº 7.736/2024.

ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL / DESENQUADRAMENTO DA CONDIÇÃO "MEI"

PROTOCOLO REDESIM	CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	EVENTOS (*)	"STATUS"
SPM2630055897	ANTUNES A.CONSULTORIA CONTÁBIL SOC. SIMPLES LTDA	14378	999	ATIVO
SPP2531646540	ROSANGELA A. ATHAYDE F. LTDA	16453	211,249	ATIVO
SPM2630066288	USINAGEM FORT IND. COMERCIO PRODUTOS METALURGICOS LTDA	18955	999	ATIVA
SPN2515438898	GLOBAL D. BENS CONSUMO LTDA	20975	232	ATIVA
SPM2630061538	EVERTON V. PIRES 29344606811	24272	999	ATIVA
SPN2615308167	RAFAEL L. SANTOS 30650110854	24799	214	ATIVA
SPM2630064760	RAFAEL L. SANTOS 30650110854	24799	999	ATIVA
SPM2630060460	VANESSA CRISTINA GONCALVES	25689	999	ATIVA
SPN2678207180	APTER CONSULT. NEGOCIOS LTDA	26138	247	ATIVA
SPP2630072808	DAVI NUNES FERREIRA	27026	211,220,244,249	ATIVA
SPP2630032558	MAGAN DIGITAL OFFICE SOL. LTDA	27690	211,220,225,249	ATIVA
SPN2635263125	DRYCAR TECN. SERVICOS LTDA	30966	214,218	ATIVA

SPN2625165000	MEDEIROS M. CONSTRUCAO LTDA	32148	232	ATIVA
SPM2630058296	47.015.556 MARIA C. SILVA JESUS	34015	999	INATIVA
SPP2630075863	NANIUM TECNOLOGIA INF. LTDA	34726	244	ATIVO
SPP2630106944	AGRILEAN INPUTS S.A.	35322	244	ATIVA
SPP2630089112	37.596.779 ELVIO ROGERIO CRUDI	35391	244	ATIVO
SPM2630060099	BTG INTERSAUDE LTDA	36436	999	ATIVA
SPN2631103586	ROYAL TECH IMP. COMERCIO LTDA	37448	202,232	ATIVA
SPN2675981550	ATACADO AMIGAO LTDA	37930	232	SUSPENSA
SPN2657685517	S.S. ESTACIONAMENTO E MAT. CONSTRUCAO LTDA	38203	202	ATIVO
SPM2630056033	GYM ACADEMIA MOVIMENTO LTDA	38302	999	ATIVO
SPN2676084149	DANIELA P. SERAFIM COSTA LTDA	38381	221	ATIVA
SPN2676073087	ORAL DESIGN CONSULTORIO ODONTOLOGICO RP LTDA	38382	218	ATIVA
SPM2630060040	GOMES INOX LTDA	38456	999	SUSPENSA
SPP2630070043	N M T CONSULT. APOIO ADM LTDA	38747	211,244,248,249	ATIVA
SPM2530667066	PINHEIRO CONSTRUÇÕES LTDA.	38847	999	ATIVA
SPM2530676307	ARBRUGA CLINICAS LTDA	38855	999	ATIVA
SPM2630072608	AFM &FILHOS - ADM BENS LTDA	38902	999	ATIVA
SPM2630061851	SCORPIUS T. INFORMACAO LTDA	38974	999	SUSPENSA
SPM2630064936	MS ODONTOLOGIA LTDA	38978	999	ATIVO
SPM2630055561	CONQUISTTO C.ESTRAT. P LTDA	38990	999	ATIVO
SPM2630062338	MARCELO AUGUST. R.13904065807	38999	999	ATIVO
SPM2630060504	ADRIANO BORDINI CAMARGO LTDA	39002	999	ATIVO
SPM2630061196	ADILIO DE PAULA BERN. LTDA	39013	999	ATIVA
SPN2637726634	VS SILVA CONSTRUCOES LTDA	39028	214,218	SUSPENSA
SPM2630075804	RBL SUPERMERCADOS S.A.	39039	999	ATIVA

COMUNICA-SE, AINDA, QUE REFERIDAS INSCRIÇÕES ENCONTRAM-SE COM O *STATUS* CONFORME TABELA ACIMA E QUE OS CARNÊS CONTENDO OS TRIBUTOS DEVIDOS E DEMAIS VALORES SERÃO ENCAMINHADOS AO ENDEREÇO TRIBUTÁRIO REGISTRADO, DE FORMA SIMPLES, VIA CORREIOS, COM DATA DE VENCIMENTOS CONFORME ESTABELECIDO JUNTO À NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 099/2026-FT, ATRAVÉS DO EDITAL Nº 045/2026-CF/DDLC/SEF DESTA PUBLICAÇÃO.
COMUNICA-SE, AINDA, QUE REFERIDAS INSCRIÇÕES ENCONTRAM-SE COM O *STATUS* SUSPENSA (ART. 4º, § 1º, DECRETO Nº 7.736/2024); DEVENDO OS CONTRIBUINTES APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA (ART. 5º, "CAPUT" E § 1º, DECRETO Nº 7.736/2024), NO PORTAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS, NO LINK HTTPS://WWW.SEFVOTORANTIM.SP.GOV.BR/WEBREDESIM, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, PARA QUE AS INSCRIÇÕES MOBILIÁRIAS POSSAM TORNAR-SE ATIVAS.
NOS CASOS DE DESENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), O LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS E DEMAIS VALORES DO PRESENTE EXERCÍCIO, OCORRERÁ CONFORME NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 099/2026-FT, ANEXA AO EDITAL Nº 045/2026-CF/DDLC/SEF, TAMBÉM DESTA PUBLICAÇÃO.
COMUNICA-SE, AINDA, QUE OS REFERIDOS PROCESSOS FORAM ENCAMINHADOS A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA DEMAIS PROVIDÊNCIAS, RESSALVADO AO ÓRGÃO PÚBLICO O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS POSTERIORMENTE APURADOS.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros
Funcionário Responsável pela Publicação:
Silene Celeste Ralha Silveira
Seção de Cadastro Fiscal

(*) INDICE DOS EVENTOS REDESIM

EVENTO (CÓDIGO)	EVENTO (DESCRIÇÃO)
101	INSCRIÇÃO DE PRIMEIRO ESTABELECIMENTO
102	INSCRIÇÃO DOS DEMAIS ESTABELECIMENTOS
202	ALTERAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ
209	ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO ENTRE MUNICÍPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO
210	ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO ENTRE ESTADOS
211	ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICÍPIO
214	ALTERAÇÃO DE TELEFONE (DDD/TELEFONE)
218	ALTERAÇÃO DE CORREIO ELETRÔNICO
220	ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL (FIRMA OU DENOMINAÇÃO)
221	ALTERAÇÃO DO TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME FANTASIA)
222	ENQUADRAMENTO/REENQUADRAMENTO/DESENQUADRAMENTO DE ME/EPP
225	ALTERAÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA
230	ALTERAÇÃO QUALIFICAÇÃO PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE CNPJ
244	ALTERAÇÃO ATIVIDADES ECONÔMICAS (PRINCIPAL E SECUNDÁRIAS)
247	ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
248	ALTERAÇÃO DO TIPO DE UNIDADE
249	ALTERAÇÃO DA FORMA DE ATUAÇÃO
517	PEDIDO DE BAIXA
999	REGULARIZAÇÃO DE EMPRESA

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº 043/2026- CF/DDLC/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DO CADASTRO FISCAL, DIRETORIA DE LANÇAMENTO E
CADASTROS - SEF, COM FUNDAMENTO NO ART. 162, ART. 190, § 2, e ART. 308, VI, TODOS DA LEI 1602/01-CTM E ALTERAÇÕES INFORMA AOS CONTRIBUINTES ABAIXO ARROLADOS, O QUE SEGUE:

CANCELAMENTO/BLOQUEIO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

PROCESSO	CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
317/2026-SEI	AMAURI MELO	13269	DEFERIDO
3937/2025-SEI	LEIA MARIA MENDES PALMA	15247	DEFERIDO
324/2026-SEI	ANA MARIA NIGRO	27145	DEFERIDO
DEC-7736/24	41.430.600 JOCELI DA COSTA MACEDO	31520	DEFERIDO
313/2026-SEI	A P CARDOZO JUNIOR SERV. ADMINISTRATIVOS	32263	DEFERIDO
DEC-7736/24	43.757.708 EMELYN LAUREN MIRANDA MACEDO	32457	DEFERIDO
DEC-7736/24	EDER ARAÚJO CASTRO BARRETO 31290508844	33188	DEFERIDO
265/2026-SEI	ANGELICA MARIA STOMBECK DA SILVA	34021	DEFERIDO
295/2026-SEI	ACP SOLUCOES CONSULTORIA EM TI LTDA	38711	DEFERIDO

COMUNICA-SE QUE OS CANCELAMENTOS/BLOQUEIOS DAS INSCRIÇÕES MUNICIPAIS ACIMA, COM SITUAÇÃO "DEFERIDO", FORAM PROVIDENCIADOS. AOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS/LIBERAIS, HAVENDO A NECESSIDADE, SERÁ LANÇADO CARNÊ COM VALOR PROPORCIONAL, REFERENTE AO ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO), DO PERÍODO EM ATIVIDADE, ACRESCIDO DE DEMAIS TRIBUTOS E PREÇOS PUBLICOS E SERÁ ENCAMINHADO AO ENDEREÇO DA RESIDÊNCIA DE FORMA SIMPLES, VIA CORREIOS, COM VENCIMENTO CONFORME NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 099/2026-FT, ATRAVÉS DO EDITAL Nº 045/2026-CF/DDLC/SEF DESTA PUBLICAÇÃO.
COMUNICA-SE TAMBÉM QUE OS REFERIDOS PROCESSOS FORAM ENCAMINHADOS A FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA DEMAIS PROVIDÊNCIAS, RESSALVADO AO ÓRGÃO PÚBLICO O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS POSTERIORMENTE APURADOS.
A BAIXA DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL NÃO IMPLICA EM ATESTADO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE E NÃO EXIME A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SEUS TITULARES, SÓCIOS E ADMINISTRADORES DE DÉBITOS POR VENTURA EXISTENTES.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros
Funcionário Responsável pela Publicação:
Silene Celeste Ralha Silveira
Seção de Cadastro Fiscal

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº 044/2026 - CF/DDLC/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DO CADASTRO FISCAL, DIRETORIA DE LANÇAMENTO E CADASTROS - SEF, COM FUNDAMENTO NO ART. 308, VI, DA LEI 1602/01-CTM, INFORMA AOS CONTRIBUINTES ABAIXO ARROLADOS, QUE FORAM PROCESSADOS OS CANCELAMENTOS / ENCERRAMENTOS DE SUAS INSCRIÇÕES MUNICIPAIS, A PARTIR DOS DADOS E INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REDESIM, EM CUMPRIMENTO A REGRA DO 7º DO DECRETO Nº 7.736/2024.

CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

PROTOCOLO REDESIM	CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	SITUAÇÃO
SPP2630079759	PRECOLANDIA COMERCIAL LTDA	21568	DEFERIDO
SPN2668034968	RESTAURANTE GOMES E VALENTIM LTDA. - ME	25046	DEFERIDO
SPN2583749549	JOSE ROBERTO DOS SANTOS SILVA 32375640870	27103	DEFERIDO
SPP2630018428	DJ MIRANDA E COMPANHIA LTDA.	29870	DEFERIDO
SPN2556659419	VECHI SAUDE CAPILAR LTDA.	32788	DEFERIDO
SPN2626260128	JG PLANEJADOS VOTORANTIM LTDA	33223	DEFERIDO
SPN2636087756	REPE ENXOVAIS LTDA	36037	DEFERIDO
SPN2639885301	FB NETO MOTO PECAS	36368	DEFERIDO
SPN2625699957	VIVIAN LOUSADA COM. CALCADOS LTDA	37242	DEFERIDO
SPP2531592863	FZX CONTABILIDADE LTDA	37409	DEFERIDO
SPP2630122007	MARCHIOTE & MORAES LTDA	37834	DEFERIDO
SPP2630138551	MXM DO BRASIL ATIVOS S.CORRETORA S. LTDA	37851	DEFERIDO

HAVENDO A NECESSIDADE, SERÁ LANÇADO CARNÊ COM VALOR PROPORCIONAL, REFERENTE AO ISS (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO), DO PERÍODO EM ATIVIDADE, ACRESCIDO DE DEMAIS TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS E SERÁ ENCAMINHADO AO ENDEREÇO DA RESIDÊNCIA DE FORMA SIMPLES, VIA CORREIOS, COM VENCIMENTO CONFORME NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 099/2026-FT, ATRAVÉS DO EDITAL Nº 045/2026-CF/DDLC/SEF DESTA PUBLICAÇÃO.
OBS.: A BAIXA DA INSCRIÇÃO MUNICIPAL NÃO IMPLICA EM ATESTADO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE E NÃO EXIME A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS SEUS TITULARES, SÓCIOS E ADMINISTRADORES DE DÉBITOS POR VENTURA EXISTENTES.

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros
Funcionário Responsável pela Publicação:
Silene Celeste Ralha Silveira
Seção de Cadastro Fiscal

DESENQUADRAMENTO/DESBLOQUEIO

INSCRIÇÃO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA OCUPAÇÃO DE SOLO	TAXA PUBLICIDADE R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
24272	0,00	304,96	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
27026	0,00	304,96	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22
27690	0,00	304,96	0,00	121,98	0,00	0,00	0,00	0,00	17,27	444,22

EDITAL DE PUBLICAÇÕES Nº 045/2026 - CF/DDLC/SEF

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, ATRAVÉS DO CADASTRO FISCAL, DIRETORIA DE LANÇAMENTO E CADASTROS - SEF, COM FUNDAMENTO NO ART. 162, ART. 190, § 2, e ART. 308, VI, TODOS DA LEI 1602/01-CTM E ALTERAÇÕES INFORMA AOS CONTRIBUINTES ABAIXO ARROLADOS, O QUE SEGUE:

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 099/2026-FT
IMPOSTO SOBRE SERVIÇO – ISS
TAXAS DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA,
LICENÇA E FISCALIZAÇÃO – TLF
PREÇO PÚBLICO

A Prefeitura Municipal de Votorantim, com fundamento nos arts. 161, "caput", 162, "caput" e § 1º-A, e art. 190, todos da Lei 1602/01 e alterações – CTM (Código Tributário Municipal), notifica os sujeitos passivos (art. 149, "caput" c/c art. 157, "caput" e art. 182, todos do CTM) inscritos no Cadastro Fiscal deste Município do Lançamento das Taxas do Poder de Polícia Administrativa (Licença e Fiscalização), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS fixo e do Preço Público, referentes às alterações cadastrais e cancelamentos de Inscrição Municipal (constituídos com base nos art. 190, 192, 194 e 200 § 1º, CTM e arts. 183 e 185 da Lei 2258/11). Também informa que os respectivos carnês, contendo os tributos devidos, serão entregues de forma simples pelos Correios, sem a declaração de recebimento por parte dos sujeitos passivos, observando-se os endereços tributários constantes do Cadastro Mobiliário desta Prefeitura e que o vencimento desses tributos dar-se-á em 20/03/2026.
O não pagamento da PRIMEIRA parcela dentro do prazo estabelecido ou o atraso de 92 (noventa e dois) dias nas demais parcelas, nos termos do artigo 8º, Lei 1719/03 e alterações, implicará no cancelamento automático do parcelamento e remessa para inscrição em Dívida Ativa e/ou execução do saldo remanescente, independentemente de qualquer aviso ou notificação.
Abaixo, relação das inscrições cadastrais com os respectivos valores correspondentes ao ISS, às TAXAS DECORRENTES DO EFETIVO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA e PREÇO PÚBLICO:

PROCESSO: SPP2531646540-REDESIM
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 16453
CONTRIBUINTE: R.A.A.F.LTDA.
ATO: LANÇAMENTO CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI 1602/01-CTM, ARTS. 183 E 185.

AVISO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA PUBLICIDAD E R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
7000053 299	190,60	304,96	60,99	0,00	0,00	0,00	123,97	17,27	697,79

PROCESSO: SPP2630075863-REDESIM
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 34726
CONTRIBUINTE: N.T.D.I.LTDA
ATO: LANÇAMENTO CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI 1602/01-CTM, ARTS. 183 E 185.

AVISO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA PUBLICIDAD E R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
7000053	0,00	190,60	60,99	0,00	0,00	0,00	0,00	17,27	268,86
301									

PROCESSO: SPP2630070043-REDESIM
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 38747
CONTRIBUINTE: N.M.T.C.E.A.A.LTDA
ATO: LANÇAMENTO CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI 1602/01-CTM, ARTS. 183 E 185.

AVISO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA PUBLICIDAD E R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
7000053 302	121,98	152,48	60,99	0,00	0,00	0,00	514,37	17,27	867,09

PROCESSO: 407/2026-SEI
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 34609
CONTRIBUINTE: A.W.A.C.LTDA.
ATO: LANÇAMENTO CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI 1602/01-CTM, ARTS. 183 E 185.

AVISO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA PUBLICIDAD E R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
7000053 324	60,99	152,48	60,99	0,00	0,00	0,00	0,00	17,27	291,73

PROCESSO: SPP2630106944-REDESIM
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 35322
CONTRIBUINTE: A.I.S.A
ATO: LANÇAMENTO CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI 1602/01-CTM, ARTS. 183 E 185.

AVISO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA PUBLICIDADE R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
70000533 29	0,00	190,60	60,99	0,00	0,00	0,00	0,00	17,27	268,86

PROCESSO: SPN2515438898-REDESIM
ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 20975
CONTRIBUINTE: G.D.B.C.LTDA
ATO: LANÇAMENTO CONFORME DETERMINAÇÃO DA LEI 1602/01-CTM, ARTS. 183 E 185.

AVISO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA PUBLICIDADE R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
70000533 28	0,00	190,60	91,49	0,00	381,20	0,00	0,00	17,27	680,56

PROCESSO: 265/2026-SEI
ASSUNTO: CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº: 34021
CONTRIBUINTE: A.M.S.S.
ATO: CARNÊ PROPORCIONAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2026

AVISO	TAXA LOCALI-ZAÇÃO R$	TAXA FUNCIONA-MENTO R$	TAXA PUBLICIDADE R$	ISS R$	HORÁRIO ESPECIAL R$	ALVARÁ R$	TAXA HIG. E SAUDE R$	EXPEDIENTE R$	TOTAL R$
70000533 22	0,00	121,98	0,00	158, 58	0,00	68,13	0,00	34,54	383,23

Votorantim, 13 de Fevereiro de 2026.
Márcio Leandro de Carvalho
Agente Fazendária
SECRETARIA DE FINANÇAS
Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros
Funcionário Responsável pela Publicação:
Silene Celeste Ralha Silveira
Seção de Cadastro Fiscal

EDITAL DE PUBLICAÇÕES N°. 006/2026- DDFT/SEF

PROCESSO: 341/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 076443022500000400
INTERESSADO: G. C. DE S. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 013/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 272/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 3.884,91 (TRÊS MIL, OITOCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.

PROCESSO: 304/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 071760000200001100
INTERESSADO: P. S. S. DE A. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 014/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 276/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 1.294,79 (UM MIL, DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA, PREÇO PÚBLICO E PENALIDADES. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.

PROCESSO: 382/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 133325303340000010
INTERESSADO: M. S. M. G. L. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 015/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 295/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 8.477,89 (OITO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.

PROCESSO: 1343/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 016638023200000200
INTERESSADO: B. H. P. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 016/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 246/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 309,56 (TREZENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA E SEIS CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.

PROCESSO: 306/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 131426602950000030
INTERESSADO: P. V. B. V. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 017/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 306/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 235,82 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.

PROCESSO: 308/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 123218603810000030
INTERESSADO: R. T. V. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 018/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 334/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 3.172,77 (TRÊS MIL, CENTO E SETENTA E DOIS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.
PROCESSO: 345/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 131417101010000020
INTERESSADO: A. J. B. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 019/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 336/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 2.279,24 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.

PROCESSO: 460/2025
ASSUNTO: PROCEDIMENTO INTERNO
INSCRIÇÃO CADASTRAL: 133620810430000030
INTERESSADO: K. M. S. E OUTROS
ATOS: REVISIBILIDADE Nº 020/2026-SEF
SITUAÇÃO: CONTROLE DE LEGALIDADE E REVISIBILIDADE DE ATO EFETUADOS. MANTIDA A NL N° 391/2024-FT E OS CRÉDITOS NELA CONSTITUÍDOS NO VALOR ORIGINAL DE R$ 6.847,63 (SEIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E TRÊS CENTAVOS), A TÍTULO DE ISS, TAXAS DO PODER DE POLÍCIA E PREÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, ART. 332, § 5º, CTM. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS TERMOS DA LEI (PRAZO DE 10 DIAS). CREDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO SERÁ ENCAMINHADO PARA INSCRIÇÃO EM D.A., CASO NÃO OCORRA O PAGAMENTO DO MESMO.

VOTORANTIM, 13 DE FEVEREIRO DE 2026.
SECRETARIA DE FINANÇAS
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
KARINA ROSSINI DE FAVERI GONSALLES
DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Notas abreviativas adotadas nas publicações oficiais, constantes deste Jornal, da SECRETARIA DE FINANÇAS**:** Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM; Autorização de Compensação – AC; Autorização para Impressão de Documentos Fiscais – AIDF; Mandado de Procedimento de Fiscalização – MPF; Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF; Termo de Encerramento de Ação Fiscal – TEAF; Notificação de Lançamento – NL; Notificação de Lançamento e Constituição de Infração – NLCI; Auto de Lacração – AL; Auto de Apreensão – AA; Auto de Vistoria – AV; Termo de Liberação de Bens Apreendidos – TLBA; Inscrição Cadastral – IC; Inscrição Municipal – IM; Tomada de Preços – TP; Unidade Fiscal do Município – UFM; Fiscalização de Tributos – FT; Fiscalização de Posturas – FP; Dívida Ativa – DA; Setor de Cadastro Fiscal – SCF; Setor de Cadastro Imobiliário – SCI; Seção de Contribuição de Melhoria, ITBI e Arrecadação – SCMIA; Serviço de Cadastro Mobiliário e Imobiliário – SCMI; Seção de Dívida Ativa – SDA; Execução Fiscal – EF; Serviço de Fiscalização – SF; Diretoria de Departamento de Lançamento e Cadastros – DDLC; Diretoria de Tributação, Receita e Fiscalização – DTRF; Diretoria de Departamento de Fiscalização Tributária – DDFT; Secretaria de Finanças – SEF; Secretaria de Obras e Urbanismo – SOURB; Secretaria de Negócios Jurídicos – SENJ; Atos Diversos – AD (atos originários de órgãos diversos da SR); Gabinete do Prefeito – GP; Constituição Federal – CF; Código Tributário Nacional – CTN; Código Tributário Municipal – CTM (Lei 1602/01); Lei de Posturas Municipais – LPM (Lei 1903/06); Lei da Planta Genérica – LPG (1915/06); Lei Complementar – LC; Decreto – DEC.; Resolução – RES; Instrução Normativa – IN; Prefeitura Municipal de Votorantim – PMV; Diário Oficial do Município – DOM.; Câmara Municipal – CM; Poder Judiciário – PJ; Processo – PR; Crédito Tributário – CT; Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS; Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU; Imposto sobre a transmissão de bens imóveis – ITBI; Contribuição de melhoria – CM; Taxas do poder de polícia (taxas de licença e fiscalização) – TLF; Taxas de serviços públicos – TSP; Contribuição de iluminação Pública – CIP; Sistema Eletrônico de Informação - SEI.